ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 180

Brasília - DF, terça-feira, 19 de setembro de 2017

## Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo ..... 1
Atos do Poder Executivo ..... 1
Presidência da República ..... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ..... 9
Ministério da Cultura ..... 11
Ministério da Defesa ..... 13
Ministério da Educação ..... 17
Ministério da Fazenda ..... 21
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ..... 28
Ministério da Integração Nacional ..... 28
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 29
Ministério da Saúde ..... 33
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União . 69
Ministério das Cidades ..... 69
Ministério de Minas e Energia ..... 69
Ministério do Desenvolvimento Social ..... 71
Ministério do Esporte ..... 71
Ministério do Meio Ambiente ..... 72
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ..... 72
Ministério do Trabalho ..... 73
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ..... 74
Ministério Público da União ..... 74
Poder Judiciário ..... 78
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 78

## Atos do Poder Legislativo

### LEI Nº 13.481, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o vale do rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 2º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Vaza-Barris, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Ceará e no Distrito Federal, e poderá instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.

....." (NR)


| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS | | |
|---|---|---|
| Páginas | Distrito Federal | Demais Estados |
| de 04 a 28 | R$ 0,50 | R$ 2,00 |
| de 32 a 76 | R$ 0,90 | R$ 2,40 |
| de 80 a 156 | R$ 1,90 | R$ 3,40 |
| de 160 a 250 | R$ 2,50 | R$ 4,00 |
| de 254 a 500 | R$ 5,00 | R$ 6,50 |

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179


Art. 2º O **caput** do art. 4º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Vaza-Barris, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias, e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, com possibilidade, para esse efeito, de coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.

....." (NR)

Art. 3º O art. 9º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

II - promover e divulgar, perante entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos nos vales dos rios São Francisco e Vaza-Barris;

III - elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba e Vaza-Barris, com indicação desde logo dos programas e projetos prioritários relacionados às atividades previstas nesta Lei;

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
*Helder Barbalho*

## Atos do Poder Executivo

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 800, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT poderá realizar, de comum acordo com as concessionárias, a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais cujos contratos prevejam concentração de investimentos em seu período inicial, uma única vez, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Medida Provisória e na regulamentação específica do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que definirá os termos e as condições para:

I - a reprogramação dos investimentos originalmente assumidos por meio de contrato, observados as exigências de nível de serviço e os parâmetros técnicos estabelecidos no edital e refletidos no contrato; e

II - a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, por meio da aplicação:

a) de redutor tarifário, que incidirá somente após encerrado o novo cronograma de investimentos acordado;

b) da redução do prazo de vigência do contrato; ou

c) da combinação dos critérios a que se referem as alíneas "a" e "b".

§ 1º A concessionária poderá manifestar interesse em aderir à reprogramação de investimentos de que trata o **caput** no prazo de um ano, contado da data de publicação desta Medida Provisória.

§ 2º O prazo máximo para a reprogramação do cronograma de investimentos originalmente assumido será de quatorze anos e estará condicionada, em cada caso, à demonstração da sustentabilidade econômico-financeira do empreendimento até o final da vigência da concessão, após a aplicação das alternativas a que se referem o inciso II do **caput**.

§ 3º Manifestado o interesse da concessionária em aderir à reprogramação de que trata o § 1º, as partes firmarão, na sequência, aditivo contratual que discipline a suspensão das obrigações de investimento vincendas e das multas correspondentes e as condições em que os serviços continuarão sendo prestados, até que seja firmado o termo de reprogramação de investimentos, conforme ajustado entre as partes e conforme as condições e prazos estabelecidos nesta Medida Provisória.

§ 4º A suspensão das obrigações de investimento vincendas e das multas correspondentes cessará caso, por qualquer motivo, não seja firmado o termo de reprogramação de investimentos e serão aplicados os reajustes e as correções previstos originalmente nos contratos de concessão.

§ 5º O cálculo do redutor tarifário referido na alínea "a" do inciso II do **caput** será realizado com base no valor presente que seria descontado caso houvesse aplicação imediata do mecanismo redutor previsto no contrato.

§ 6º A reprogramação de que trata o inciso I do **caput** priorizará a realização de investimentos em trechos para os quais houver maior concentração de demanda, conforme critérios técnicos adotados pela ANTT.

§ 7º Após firmado o termo de reprogramação de investimentos, a concessionária não poderá pleitear a relicitação prevista no Capítulo III da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

§ 8º Do termo de reprogramação de investimentos constará obrigatoriamente o novo cronograma de investimentos pactuado, cujo descumprimento de qualquer das etapas acarretará a incidência das sanções contratuais e legais.

Art. 2º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14-B. A realização de transporte rodoviário de carga própria, de cargas especiais e de produtos perigosos depende de inscrição do transportador no RNTRC em categoria específica na forma estabelecida pela ANTT.

§ 1º As condições para a realização do transporte rodoviário de produtos perigosos de que trata o **caput** se aplica a transportadores remunerados e de carga própria.

§ 2º Os requisitos para a inscrição no RNTRC de transportadores de carga própria, de cargas especiais e de produtos perigosos serão estabelecidos em regulamento da ANTT.

§ 3º Os transportadores a que se referem o § 2º deverão efetuar sua inscrição no prazo de um ano, contado da data de publicação do regulamento da ANTT." (NR)

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
*Maurício Quintella*
*Dyogo Henrique de Oliveira*
*W. Moreira Franco*

**DECRETO DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social de instituição financeira a ser constituída pelos Grupos Hyundai e Santander.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

**D E C R E T A :**

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira de até cem por cento no capital social de instituição financeira a ser constituída pelos Grupos Hyundai e Santander, sediados na Coréia do Sul e Espanha, respectivamente.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

RODRIGO MAIA
*Eduardo Refinetti Guardia*
*Ilan Goldfajn*

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
**CASA CIVIL**
**IMPRENSA NACIONAL**

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

**SEÇÃO 1**
Publicação de atos normativos

**SEÇÃO 2**
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

**SEÇÃO 3**
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

**A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas**

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

# Presidência da República

## DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 345, de 18 de setembro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 800, de 18 de setembro de 2017.

Nº 346, de 18 de setembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.481, de 18 de setembro de 2017.

## CASA CIVIL
## INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**PORTARIA Nº 53, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

Institui o Canal Centralizado de Comunicação com o público externo do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI e regulamenta o seu funcionamento.

**O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, AUTARQUIA FEDERAL, VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º inc. VI do Anexo I do Decreto no 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, e CONSIDERANDO o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art.37 e no § 2o do art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como o Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012;

Considerando que as informações transmitidas ao público externo permitem maior percepção dos rumos tomados pela organização, propiciando a sociedade acesso à informações de seu interesse sobre as metas e objetivos estabelecidos, papel e contribuição esperados, bem como decisões tomadas;

Considerando a necessidade de se estabelecerem diretrizes para o funcionamento desse canal de comunicação, que visa à comunicação direta do ITI com a sociedade, resolve:

Art. 1° Fica instituído o Canal Centralizado de Comunicação no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

Parágrafo único. O referido canal se presta para atendimento de dúvidas específicas dos interessados que possam gerar trabalho adicional de análise, não se confundindo com o Serviço de Informação ao Cidadão, estabelecido no Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012

Art. 2° O Canal Centralizado de Comunicação será coordenado pela Assessoria de Comunicação Social do ITI e terá as seguintes atribuições:

I - Centralizar, por meio do endereço eletrônico contato@iti.gov.br, todas as demandas eletrônicas que requeiram informações, dados, solicitações de manifestação, atendimento à sociedade civil organizada, ao mercado de certificação digital e congêneres, entre outras que não possam ser atendidas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;

II - Distribuir as demandas, quando não for possível produzir resposta, à Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas - DINFRA, à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN, à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA e à Procuradoria Federal Especializada, conforme a competência de cada unidade do ITI;

III - Coletar as devidas respostas junto a cada área competente no prazo regimental de 15 dias a contar da data de recebimento da demanda no ITI;

IV - Enviar as devidas informações aos solicitantes;

V - Remeter, sempre que possível, todos os interessados à área de perguntas frequentes disponível no site institucional http://www.iti.gov.br/perguntas-frequentes;

Art. 3° A Assessoria de Comunicação Social do ITI é responsável por produzir e revisar a seção de perguntas frequentes, disponível no site institucional http://www.iti.gov.br/perguntas-frequentes.

Art. 4º Com vistas à observância do prazo de resposta, aquelas demandas que precisem de manifestação de mais de uma unidade do ITI serão encaminhadas simultaneamente.

Parágrafo único. Caso não identifique à qual área deva encaminhar a demanda, a Assessoria de Comunicação encaminhará a demanda ao Gabinete do Diretor-Presidente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

## COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

**RESOLUÇÃO Nº 124, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

ALTERA A CONFIGURAÇÃO DO PROPÓSITO DE USO PARA CERTIFICADOS DO TIPO A CF-e-SAT.

**O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º Excluir o item 7.1.2.8 do DOC-ICP-04, versão 6.2.

Art. 2º A alínea "d", do item 3.1 do DOC-ICP-01.02, versão 1.0, passa a vigorar com a seguinte redação:

d) Para certificados de Assinatura A CF-e-SAT:

"**Extended Key Usage**", não crítica: somente o propósito *client authentication* OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.2 deve estar presente;

Art. 3º Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos: DOC-ICP-04 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL (versão 6.3) e DOC-ICP-01.02 - REQUISITOS ADICIONAIS PARA ADERÊNCIA AOS PROGRAMAS DE RAÍZES CONFIÁVEIS DOS FORNECEDORES DE NAVEGADORES DE INTERNET (versão 1.1).

§ 1º As demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

**RESOLUÇÃO Nº 125, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

APROVA AJUSTES REDACIONAIS NO DOC-ICP-03.

**O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º A alínea "a.ii", do item 3.1, do DOC-ICP-03, versão 4.9, passa a vigorar com a seguinte redação:

ii. desvinculação de AC, PSBio, de AR ou de PSSs credenciados;

Art. 2º A alínea "d", do item 3.1, do DOC-ICP-03, versão 4.9, passa a vigorar com a seguinte redação:

d) encaminhar à AC Raiz, dentro do prazo estabelecido no Plano Anual de Auditoria Operacional, definido no DOC-ICP-08, cronograma das auditorias a serem realizadas durante o ano nas entidades que lhe sejam operacionalmente vinculadas;

Art. 3º O item 3.2.2.4, do DOC-ICP-03, versão 4.9, passa a ser identificado como item 3.2.2.3.

Art. 4º Fica aprovada a versão 5.0 do DOC-ICP-03 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL.

§ 1º As demais cláusulas do referido documento, na versão imediatamente anterior, em sua ordem originária, integram a presente versão e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RESOLUÇÃO Nº 126, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

APROVA AJUSTES REDACIONAIS NO DOC-ICP-09.

**O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º O item 6.4 do DOC-ICP-09, versão 3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

6.4. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza, a gravidade da infração cometida, a reincidência e a relevância do serviço para o ciclo de vida do certificado da ICP-Brasil, estando essa aplicação regulamentada pelo documento CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES POR NÃO-CONFORMIDADES EM AUDITORIAS OPERACIONAIS [7].

Art. 2º incluir a referência [7], na tabela do item 8.1 do DOC-ICP-09, versão 3.1, com a seguinte redação:

| | | |
|---|---|---|
| [7] | CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES POR NÃO-CONFORMIDADES EM AUDITORIAS OPERACIONAIS | ADE-ICP 8.G |

Art. 3º Excluir o item 8.2 do DOC-ICP-09, versão 3.1.

Art. 4º Fica aprovada a versão 3.2 do DOC-ICP-09 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL.

§ 1º As demais cláusulas do referido documento, na versão imediatamente anterior, em sua ordem originária, integram a presente versão e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

**RESOLUÇÃO Nº 127, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

APROVA A VERSÃO 3.1 DO DOC-ICP-10 - REGULAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO ÂMBITO DA ICP-BRASIL.

**O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º O item 4.2 do DOC-ICP-10, versão 3.0, passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2. Das Especificações do Selo de Homologação

4.2.1. Selo de Homologação

Para questões relacionadas a composição gráfica, grade de construção, tipografia, composição de cores, monocromia e condições de redução do Selo de Homologação, devem ser observadas as instruções contidas no Manual de uso da marca ICP-Brasil.

4.2.2. Da Identificação da Homologação

A identificação da homologação de um sistema ou equipamento de certificação digital é composta das seguintes informações:

4.2.2.1. Selo de Homologação, conforme disposto Manual de uso da marca ICP-Brasil.; e

4.2.2.2. Número de Identificação do sistema ou equipamento homologado, composto de Z-HHHH-AA-XXXX/YY, onde:

Z: identifica o nível de segurança de homologação (NSH) do sistema ou equipamento com um caractere numérico.

HHHH: identifica a homologação do sistema ou equipamento por meio de numeração seqüencial com 4 caracteres.

AA: identifica o ano da emissão da homologação com 2 caracteres numéricos.

XXXX: identifica o número da instrução normativa específica aplicada à homologação com 4 caracteres numéricos.

YY: indica o ano da edição da instrução normativa específica aplicada à homologação com 2 caracteres numéricos.

Art. 2º Fica aprovada a versão 3.1 do documento DOC-ICP-10 - REGULAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO ÂMBITO DA ICP-BRASIL.

§ 1º As demais cláusulas do referido documento, na versão imediatamente anterior, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

**RESOLUÇÃO Nº 128, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

APROVA A OBRIGATORIEDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DA EXTENSÃO *SUBJECT ALTERNATIVE NAME* PARA CERTICADOS DO TIPO SSL/TLS.

**O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4°, da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º A alínea "c" do item 7.1.2.3, do DOC-ICP-04, versão 6.2, passa a vigorar com a seguinte redação:

c) Para certificado de equipamento ou aplicação:

c.1) 4 (quatro) campos otherName, obrigatórios, contendo, nesta ordem:

i.OID = 2.16.76.1.3.8 e conteúdo = nome empresarial constante do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), sem abreviações, se o certificado for de pessoa jurídica;

ii.OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), se o certificado for de pessoa jurídica;

iii.OID = 2.16.76.1.3.2 e conteúdo = nome do responsável pelo certificado;

iv.OID = 2.16.76.1.3.4 e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do responsável pelo certificado, no formato ddmmaaaa; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável; nas 11 (onze) posições subsequentes, o número de Identificação Social - NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do RG do responsável; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva UF.

c.2) Para certificados do tipo SSL/TLS, Campo dNSName, obrigatório, contendo um ou mais domínios, seguindo as regras definidas na RFC 5280 e na RFC 2818.

Art. 2º A alínea "c", do item 2.1.1 do DOC-ICP-05.02, versão 1.3, passa a vigorar com a seguinte redação:

c) emissão do certificado: conferência dos dados da solicitação de certificado com os constantes dos documentos apresentados e liberação da emissão do certificado no sistema da AC. A extensão *Subject Alternative Name* é considerada fortemente relacionada à chave pública contida no certificado, assim, todas as partes dessa extensão devem ser verificadas, devendo o solicitante do certificado comprovar que detém os direitos sobre essas informações junto aos órgãos competentes, ou que está autorizado pelo titular da informação a utilizá-las.

Art. 3º Ficam aprovadas as novas versões dos Documentos: DOC-ICP-04 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL (versão 6.3) e DOC-ICP-05.02 - PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE E COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE EMISSÃO DE UM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL (versão 1.4).

§ 1º As demais cláusulas dos referidos documentos, nas suas versões imediatamente anteriores, em sua ordem originária, integram as presentes versões e mantêm-se válidas.

§ 2º Os documentos referidos no caput encontram-se disponibilizados, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 4º As entidades da ICP-Brasil têm o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação, para se adequarem às mudanças previstas nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

**RESOLUÇÃO Nº 129, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

APROVA O RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE REALIZADA NO AMBIENTE OPERACIONAL DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ (AC RAIZ) E SEU PRESTADOR DE SERVIÇO DE SUPORTE.

**O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6°, § 1º, inc. III, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de setembro de 2017,

Considerando a competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil para homologar, auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço, conforme previsto no incido IV do art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, resolveu:

Art. 1º Aprovar os Relatórios de Conformidade e os Relatórios de Asseguração do ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), bem como seu prestador de serviço de suporte, elaborados pela empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S/S, baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos Webtrust, em conformidade com a Resolução nº 106, de 25 de agosto de 2015, referentes ao período auditado de 09 de setembro de 2015 a 08 de setembro de 2016.

§ 1º Os documentos denominados Relatório de Asseguração Razoável, referente aos normativos ICP-Brasil DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e Parecer do Auditor Independente, referente aos documentos Webtrust, em suas versões em português e inglês, encontram-se disponibilizados no sítio http://www.iti.gov.br.

§ 2º O selo Webtrust encontra-se disponível em https://cert.webtrust.org/ViewSeal?id=2210.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

## CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
## SECRETARIA EXECUTIVA

**ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

**O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,** na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do §1º do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; no Decreto nº 4.520, de 2002, resolve:

Nº 119 - Dar Assentimento Prévio a VALTER ROBERTO BALDAN, CPF nº 060.395.109-00, para pesquisar Basalto em uma área de 470,33ha, no município de Santa Terezinha de Itaipu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826144/2016-39; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 79/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 150/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 120 - Dar Assentimento Prévio a SONIA REGINA FUGANTI VILLANUEVA, CPF nº 497.917.029-34, para pesquisar água mineral em uma área de 9,54ha, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826500/2016-14; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 70/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 151/2017-RF, expedida com ressalvas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 121 - Dar Assentimento Prévio a MÁRCIO DANTAS TEIXEIRA, CPF nº 369.368.634-34, para pesquisar minérios de tântalo e ouro em duas áreas distintas de 2.148,23ha e 6.077,85ha, totalizando 8.226,08ha, no município de Barcelos, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nº 48408.880243/2012-10 e 48408.880244/2012-56; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio dos Ofícios nº 60 e 61/DIRE/DGTM, ambos de 23 de junho de 2017, recebidos em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 152/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 122 - Dar Assentimento Prévio à empresa A.G.M. DA SILVA EIRELI., CNPJ nº 15.495.298/0001-25, com sede na Rua José Joaquim Ferro, n° 153, Centro, no município de Pedro Osório/RS, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, bem como para pesquisar argila e saibro em uma área de 203,71ha, no município de Cerrito, na faixa de fronteira do referido estado, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.910209/2014-09 e 48401.811002/2014-44; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 63/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 153/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 123 - Dar Assentimento Prévio à empresa SOCAL S.A. MINERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL, CNPJ nº 60.419.785/0001-63, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 463, 13º Andar, no município do Rio de Janeiro/RJ, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, bem como para pesquisar calcário em 3 (três) áreas distintas de 995,69ha, 791,31ha e 931,62ha, totalizando 2.718,62ha, no município de Corumbá, todos na faixa de fronteira do referido estado, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.003520/1952-48 e 48423.868344/2007-59, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48423.868345/2007-61 e 48423.868346/2007-59; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 67/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017; e a Nota - AP nº 154/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 124 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 09.216.167/0001-69, para pesquisar calcário, em uma área de 27,93ha, no município de Bodoquena, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48403.933489/2012-33 e 48423.868224/2014-81, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 88/DIRE/DGTM, de 13 de julho de 2017, recebido em 17 de julho de 2017, e a Nota - AP nº 155/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 125 - Dar Assentimento Prévio ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, com sede na Av. Jorge Teixeira, nº 3.500 - Setor Industrial, Porto Velho/RO, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, no município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53000.043990/2012-89; a Nota Técnica nº 32.493/2016/SEI-MCTIC, de 5 de janeiro de 2017, a conclusão do Ofício nº 6.619/2017/SEI-MCTIC, de 12 de julho de 2017, recebido em 26 de julho de 2017, e a Nota - AP nº 156/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 126 - Dar Assentimento Prévio a ROSALINO BUTTNER, CPF nº 994.592.999-20, para pesquisar água mineral em uma área de 49,56ha, no município de Guaraciaba, na faixa de fronteira do estado de Santa Catarina, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48411.815625/2016-39; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 65/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 157/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 127 - Dar Assentimento Prévio a RICARDO DE FREITAS GARCIA, CPF nº 057.851.179-75, para pesquisar argila em uma área de 304,99ha, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826278/2016-50; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 74/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 158/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 128 - Dar Assentimento Prévio a PETTERSON MARQUES VIDAL, CPF nº 655.647.582-34, para pesquisa de minérios de Nióbio e Tântalo em uma área de 9.687,84ha, no município de Santa Isabel do Rio Negro, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48408.880122/2016-93; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 92/DIRE/DGTM, de 4 de agosto de 2017, recebido em 9 de agosto de 2017; e a Nota - AP nº 159/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 129 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO IGUAÇÚ FM Ltda., CNPJ nº 90.013.343/0001-83, com sede na Rua Venâncio Aires, nº 947, sala 3, Centro, no município de Santiago/RS, para a requerente arquivar, na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul, a Décima Segunda Alteração do Contrato Social, de 5 de fevereiro de 2015, que versa sobre: (i) o ingresso dos sócios Vander João Guasso, CPF nº 633.679.980-87; Gelson Luis La Roque Limana, CPF nº 444.057.740-72; e Guasso & Guasso Ltda., CNPJ nº 03.474.308/0001-67; (ii) a retirada dos sócios José Carlos Brum Cardinal, CPF nº 037.798.820-00; Gibelino Minuzzi, CPF nº 049.843.580-68; Manoel João Brum Cardinal, CPF nº 084.165.160-49; Cássio Fernando Lopes Peixoto, CPF nº 123.112.600-06; Sara do Nascimento Pereira, CPF nº 594.456.020-72; Jacqueline Pereira Machado, CPF nº 418.205.680-91; e Everaldo do Nascimento Pereira, CPF nº 488.629.910-53; (iii) a distribuição do capital para constar 140 quotas para Guasso & Guasso Ltda., 40 quotas para Vander João Guasso e 20 quotas para Gelson Luis La Roque Limana, totalizando 200 quotas; e (iv) a delegação dos poderes de administração ao sócio Vander João Guasso, na qualidade de Administrador, de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53000.003940/2009-63; a Nota Técnica nº 5.160/2017/SEI-MCTIC, de 12 de junho de 2017; a conclusão do Ofício nº 9.611/2017/SEI-MCTIC, de 20 de junho de 2017; e a Nota - AP nº 160/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 130 - Dar Assentimento Prévio à empresa INTERCEMENT BRASIL S.A., CNPJ nº 62.258.884/0001-36, para arquivar na Junta Comercial competente: (i) Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2016, que versa sobre a aceitação da renúncia do Diretor de Finanças e Controladoria, Carlos José Cantú, CPF nº 084.811.928-21, e a eleição do Diretor de Finanças e Controladoria, Ricardo Augusto Demonte Bonazzi, CPF nº 157.670.078-02, bem como a manutenção dos demais diretores; (ii) Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de abril de 2017, que versa sobre a eleição dos Membros da Diretoria, quais sejam, Diretor-Geral Nelson Tambelini Júnior, CPF nº 075.299.718-16; Diretor de Finanças e Controladoria Ricardo Augusto Demonte Bonazzi, CPF nº 157.670.078-02; Diretor Rubens Prado Valentin Júnior, CPF nº 091.087.318-61; Diretor Dorivaldo Ferreira, CPF nº 655.610.828-68; e Diretor Marco Aurélio Mairinchr Ferreira, CPF nº 919.728.509-97; e (iii) Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de maio de 2017, que versa sobre a aprovação da redução do capital social, de R$ 2.138.291.840,07 (dois bilhões, cento e trinta e oito milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta reais e sete centavos) para R$ 786.643.685,84 (setecentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), sem o cancelamento de ações, com a consequente alteração do caput do artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48403.800608/1969-46, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 97/DIRE/DGTM, de 18 de agosto de 2017, recebido em 24 de agosto de 2017, com instrução complementar concluída em 8 de setembro de 2017, e a Nota - AP nº 161/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 131 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO CERRO NEGRO LTDA. - ME, CNPJ nº 19.501.660/0001-84, para arquivar, na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul, a Alteração Contratual nº 06 e Consolidação do Contrato Social, de 10 de julho de 2017, que versa sobre: (i) a mudança de sede da sociedade para a Estrada do Forte, nº 1.100, 2º Distrito, no município de Lavras do Sul/RS; (ii) a alteração do nome de fantasia da sociedade de Mineração Cerro Negro Ltda. - ME para MCN Mineração; e (iii) a delegação dos poderes de administração aos sócios Emilio Regis Kila, CPF nº 391.567.530-04, José Luiz Barreto da Costa, CPF nº 582.429.290-68 e Marco Antonio Pires de Bastos, CPF nº 293.744.800-34, na qualidade de Administrador, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.910507/2014-91; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 101/DIRE/DGTM, de 28 de agosto de 2017, recebido em 4 de setembro de 2017, e a Nota - AP nº 162/2017-RF.

Nº 132 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO NONOAI LTDA., CNPJ nº 88.690.888/0001-82, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 373, Centro, no município de Nonoai/RS, para arquivar, na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul, a Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 3 de abril de 2017, que versa sobre a retirada da sociedade do sócio João Rodrigues, CPF nº 232.789.513-87, detentor de 900 (novecentas) quotas, que vende e transfere a totalidade das quotas para a sócia ingressante Caroline Matte Rodrigues, CPF nº 095.785.199-58, de acordo com a instrução dos Processos MCTIC nºs 01250.025519/2017-78 e 53900.019273/2016-16; as Notas Técnicas nºs 17.683 e 20.179/2017/SEI-MCTIC, de 3 de agosto de 2017 e de 1º de setembro de 2017, respectivamente; a conclusão dos Ofícios nºs 34.284 e 38.270/2017/SEI-MCTIC, de 3 de agosto de 2017 e de 1º de setembro de 2017, respectivamente; e a Nota - AP nº 163/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 133 - Dar Anuência Prévia ao COMANDO DA MARINHA para autorizar a realização de pesquisa científica em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), referente ao projeto denominado "Circulação Meridional do Atlântico Sul (SAM)", o qual faz parte do "Consórcio Internacional para o Estudo da Mudança Global no Atlântico do Sudoeste (SACC) CRN-2076", com a participação das instituições brasileiras Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Universidade de São Paulo (USP), empregando o Navio Oceanográfico A.R.A. "PUERTO DESEADO", de bandeira argentina, no período de 27 de setembro a 16 de outubro de 2017; de acordo com a documentação remetida por meio do Ofício nº 10-140/EMA-MB, de 6 de julho de 2017; Parecer nº 10-4/2017, de 6 de julho de 2017; Ofício nº 10-174/EMA-MB, de 17 de agosto de 2017; e da Nota - AP nº 164/2017-RF, expedida com ressalvas.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

### PORTARIA Nº 198, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Cancelar a Portaria Nº 12, de 20 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2017, na Seção I, páginas 58 a 62.

Art. 2º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Mato grosso do Sul, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 2º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O Estado de Mato Grosso do Sul cultivou, na safra 2016/2017, uma área de 2,5 milhões de hectares de soja (Glycine Max (L.) Merril) com uma produção de 8,5 milhões de toneladas, conforme dados do levantamento da CONAB de julho de 2017.

Os elementos climáticos que mais influenciam na produção da soja são a precipitação pluvial, temperatura do ar e fotoperíodo. A disponibilidade de água é importante, principalmente, em dois períodos de desenvolvimento da cultura: germinação/emergência e floração/enchimento de grãos. Déficits hídricos expressivos, durante a floração/enchimento de grãos, provocam alterações fisiológicas na planta, como o fechamento dos estômatos e o enrolamento de folhas e, como consequência, causam a queda prematura de folhas e de flores e abortamento de vagens, resultando, em redução do rendimento de grãos.

A soja adapta-se melhor a temperaturas do ar entre 20ºC e 30ºC. A temperatura ideal para seu crescimento e desenvolvimento está em torno de 30ºC. A faixa de temperatura do solo adequada para semeadura varia de 20ºC a 30ºC, sendo 25ºC a temperatura ideal para uma emergência rápida e uniforme.

O crescimento vegetativo da soja é pequeno ou nulo a temperaturas menores ou iguais a 10ºC. Temperaturas acima de 40ºC têm efeito adverso na taxa de crescimento. A floração da soja somente é induzida quando ocorrem temperaturas acima de 13ºC. A floração precoce ocorre, principalmente, em decorrência de temperaturas mais altas, podendo acarretar diminuição na altura de planta.

A época de semeadura é um dos fatores que mais influenciam o rendimento da cultura da soja, ou seja, é ela quem determina a exposição da cultura à variação dos fatores climáticos limitantes. Assim, semeaduras em épocas inadequadas podem afetar o porte, o ciclo e o rendimento das plantas e aumentar as perdas na colheita.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo da soja no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura.

O balanço hídrico foi estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados nas estações disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimada para períodos decendiais em cada estação climatológica disponível no Estado.

c) fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - foram utilizados valores médios de coeficiente de cultura (Kc) para períodos decendiais determinados em experimentação no campo para cada região de adaptação, e por meio de consulta a literatura específica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 35, 55 e 75 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), para cada fase fenológica da cultura e para cada estação pluviométrica. A estes foram aplicadas funções frequências para obtenção das frequências de 80%, 70% e 60% de ocorrência dos índices.

Foram indicados os municípios que apresentaram, em no mínimo, 20% de seu território a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de soja no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

| Períodos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 28 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 |
| Meses | Janeiro | | | Fevereiro | | | Março | | | Abril | | |

| Períodos | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Maio | | | Junho | | | Julho | | | Agosto | | |

| Períodos | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Datas | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 30 | 1º a 10 | 11 a 20 | 21 a 31 |
| Meses | Setembro | | | Outubro | | | Novembro | | | Dezembro | | |

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação por macrorregião sojícola, as cultivares foram agrupadas, consoante seu Grupo de Maturidade Relativa (GMR), conforme a seguinte especificação:

Macrorregião 1: Grupo I (GMR < 6.4); Grupo II (6.4 ≤ GMR ≤ 7.4) e Grupo III (GMR >7.4);

Macrorregião 2: Grupo I (GMR < 6.8); Grupo II (6.8 ≤ GMR ≤ 7.6) e Grupo III (GMR >7.6);

Macrorregião 3: Grupo I (GMR < 7.6); Grupo II (7.6 ≤ GMR ≤ 8.2) e Grupo III (GMR >8.2);

Macrorregião 4: Grupo I (GMR < 7.9); Grupo II (7.9 ≤ GMR ≤ 8.5) e Grupo III (GMR >8.5);

Macrorregião 5: Grupo I (GMR < 8.7); Grupo II (8.7 ≤ GMR ≤ 9.3) e Grupo III (GMR > 9.3).

Macrorregião 2

GRUPO I

AVANTI SEEDS: AV AGILY RR, AV GURIA RR e SW BRIZA RR;

BAYER S/A: BS 2601RR, BS 2640RR, FPS Paranapanema RR, FPS Solimões RR, TEC 5833IPRO, TEC 5936IPRO, TEC 6702IPRO, RA516, RA626, TECIRGA 6070RR, CZ26B59LL, BSIRGA1642IPRO, CZ26B42IPRO, CZ16B39LL, IGRA 645TR e CZ15B92IPRO;

CEI - CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO: INT 6100, INT 6201, INT 6603, INT5900, INT6000 e INT 6300;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2630RR, CD 2590IPRO, CD 2611IPRO, CD 2644IPRO, CD 2620IPRO, CD 202IPRO, DS5916IPRO, CD 2591IPRO, 5D645RR, CD 2631AP e CD 2609RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 95Y21, 95Y72, 95R51, 95Y52 e BG4657;

EMBRAPA SOJA: BRS 184, BRS 283, BRS 284, BRS 295RR, BRS 316RR, BRS 317, BRS 359RR, BRS 360RR, BRS 388RR, BRS 391, BRS 397CV, BRS 1001IPRO, BRS 1003IPRO, BRS 413RR, BRS 414CV e BRS 511;

EXPO GRAIN COMERCIO DE SEMENTES LTDA: BA 6230 Xi, BA 6525 Xi, BA 6380 Xi, BA 6011 Xi e BA 5770 Xi;

FTS SEMENTES S/A: FTS ARAPOTY RR, FTS Campo Mourão RR, FTR 1154 RR, FTR 2155 RR, FTR 1157 RR, FTR 2557 RR, FTR 4160 IPRO, FTR 4153 IPRO, FTR 3156 IPRO e FTR 2161 RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX CANCHEIRO RR, GMX GUAPO RR e GMX XIRÚ RR;

GDM GENÉTICA DO BRASIL LTDA.: BMX Força RR, BMX Potência RR, BMX Titan RR, DMario 70i, BMX TURBO RR, 6863 RSF, 6458RSF IPRO, 6563RSF IPRO, 6160RSF IPRO, 7166RSF IPRO, 6663 RSF, 61I59RSF IPRO, 63I64RSF IPRO, 59I60RSF IPRO, 66I68RSF IPRO, FPS Netuno RR, FPS Júpiter RR, ROOS AVANCE RR, PRE 6336, BALU 3711, RK5813 RR, PRE 5808, 62MS00 RR, FPS SOLAR IPRO, GUAIA6510 RR, PRE6310 IPRO, RK6316 IPRO, ADV4317 IPRO, 95R90IPRO, 57HO123 TP IPRO, 58HO110 MM IPRO, 61HO125 IPRO e 59HO124 PR IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, SRM 5200, SRM6256, RM 5885, SRM5944 e SRM 595;

H O SEMENTES LTDA: HS 63126 e HS 61103;

INTELLICROPS: ICS1332RR, ICS1032RR e ICS1532RR;

MONSOY LTDA: M6410IPRO, M6210IPRO, M5917IPRO, AS 3610IPRO, M5947IPRO, BS2606IPRO, FS0943F191, F09125F032, FS09272F193 e AS 3590IPRO;

NIDERA: NS6601IPRO, NS6535IPRO, NS6390IPRO, NA 4990 RG, NA 5909 RG, NS 5858, NS 6211, NS 6767, NS 5959 IPRO, NS6700IPRO e NS 6006 IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: NK 7059 RR, SYN1049 RR, SYN1059 RR, Syn1060ap, SYN1152 RR, SYN1157 RR, SYN1158 RR, SYN1163 RR, SYN1257 RR, SYN1258 RR, SYN1261 RR, SYN1263 RR, SYN 13561 IPRO, SYN 1359S IPRO, SYN 1360C IPRO, SYN 13610 IPRO, SYN1363 RR, SYN 13671 IPRO, CA1151811 IPRO, CA1156543 IPRO, SYN 1561 IPRO, SYN 1562 IPRO, SYN 15630 IPRO, SYN 15640 IPRO, SYN 15600 IPRO, SYN1365 RR, SYN 1665 IPRO e SYN 1657 IPRO;

TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA. : TMG7161RR, TMG 7262RR, TMG 7062 IPRO, TMG 7060 IPRO, TMG7363RR, 5D634RR, 60163IPRO, 5D6215 IPRO, ST620IPRO, CZ36B31IPRO, TMG7063IPRO, DS6716IPRO, Produza IPRO, SG1059IPRO, TMG 1067 RR, TMG1264RR, TMG2158IPRO, TMG 1266RR, 5D610RR, 5D615RR, TMG 1066RR, TMG7067IPRO, 5400IPRO, 6400IPRO, SG10i58IPRO, TMG7059IPRO, SG10i61IPRO e DS6017IPRO;

GRUPO II

BAYER S/A: TEC 7022IPRO e W 712 RR;

CARAIBA GENETICA: CG 7369RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2737RR, CD 2694IPRO, CD 2730IPRO, CD 2720IPRO, CD 2687RR, CD 2686IPRO, CD 206RR, CD 208, CD 217, CD 2747RR e CD 2700IPRO;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 97Y07, 97R21 e 96Y90;

EMBRAPA SOJA: BRS 133, BRS 232, BRS 239, BRS 245 RR, BRS 282, Embrapa 48 e BRS 7380RR;

FTS SEMENTES S/A: FTS Fenix e FTS Realeza RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX REDOMÃO RR;

GDM GENÉTICA DO BRASIL LTDA.: 8473 RSF, 7869 RSF, 6968 RSF, 68I70RSF IPRO, FPS ANTARES RR, NEX467 RR, RK6813 RR, RK7214 IPRO, PRE6800 IPRO, 64MS00 IPRO e HO7510 IPRO;

MONSOY LTDA: CD 2728IPRO, AS3680IPRO, AS 3730IPRO, FS09027F040 e M7110IPRO;

NIDERA: NS7709IPRO, NA 7255RR, NA 7337RR, NS 7100, NS 7300 IPRO, NS 7209 IPRO, NS 7000 IPRO, NS 7237 IPRO, NS 7338 IPRO, NS 6909 IPRO, NS6823RR, NS6906IPRO e NS6828IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN 1366C IPRO, SYN 13670 IPRO, SYN9070 RR e SYN9074 RR;

GRUPO III

BAYER S/A: TEC 7849IPRO;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 237RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y30, P98Y11, P98Y51, P98Y70 e 98Y12;

EMBRAPA SOJA: BRS 267;

FTS SEMENTES S/A: FTS 2178 e FTS Jaciara RR;

GDM GENÉTICA DO BRASIL LTDA: 8576 RSF;

NIDERA: NS 790;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1080 RR.

Macrorregião 3

GRUPO I

AVANTI SEEDS: AV AGILY RR, AV GURIA RR e SW BRIZA RR;

BAYER S/A: BS 2640RR, TEC 5936IPRO, TEC 6702IPRO, TEC 7022IPRO, IGRA 526, IGRA 545TR, IGRA 645TR, RA516, RA626, CZ 36B80RR, W 712 RR, TEC 7548IPRO, BSIRGA1642IPRO, CZ26B42IPRO, CZ16B39LL, ST649LL, ST719LL, ST693IPRO e ST729LL;

CARAIBA GENETICA: CG 67RR, CG 68RR, CG 7464RR e CG 7369RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2630RR, CD 2737RR, CD 2750IPRO, CD 2730IPRO, CD 2720IPRO, CD 2687RR, CD 2686IPRO, AF 7503IPRO e CD 2747RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 97Y07, 95Y21, 95Y72, 97R21, BG4272, 95R51, 96Y90, BG4569 e BG4668;

EMBRAPA SOJA: BRS 245 RR, BRS 262, BRS 283, BRS 284, BRS 334RR, BRS 361, BRSGO 6959RR, BRS 6970IPRO, BRS 7170IPRO, BRS 7270IPRO, BRS 7470IPRO, BRS 7570IPRO, BRS 1074IPRO, BRS 1003IPRO, BRS 317, BRS 7380RR, BRS 1001IPRO, BRS 232, BRS 511, BRS 6780 e BRS 6980;

EXPO GRAIN COMERCIO DE SEMENTES LTDA: BA 6525 Xi e BA 6380 Xi;

FTS SEMENTES S/A: FTS Campo Mourão RR, FTR 4160 IPRO, FTR 4153 IPRO, FTR 3156 IPRO e FTR 2161 RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX CANCHEIRO RR, GMX REDOMÃO RR, GMX XIRÚ RR e GMX GUAPO RR;

GDM GENÉTICA DO BRASIL LTDA.: BMX Força RR, BMX Potência RR, BMX TURBO RR, 8473 RSF, 7869 RSF, 7874 RSF, 6563RSF IPRO, 7166RSF IPRO, 8075RSF IPRO, 6663 RSF, 6968 RSF, 6970RSF IPRO, 6266RSF IPRO, 63I64RSF IPRO, 68I70RSF IPRO, 73I70RSF IPRO, 68I68RSF IPRO, 74I77RSF IPRO, 74I78RSF IPRO, 68I69RSF IPRO, FPS Netuno RR, FPS Júpiter RR, ROOS AVANCE RR, PRE 6336, BALU 3711, FPS ANTARES RR, NEX467 RR, 71MF00 RR, RK5813 RR, RK6813 RR, GUAIA7487 RR, PP7500 IPRO, PRE 5808, RK7214 IPRO, 62MS00 RR, FPS SOLAR IPRO, GUAIA6510 RR, GUAIA7379 IPRO, L60177 IPRO, PRE6310 IPRO, RK6316 IPRO, ADV4317 IPRO, ADV4341 IPRO, 64MS00 IPRO, 74Ho112 TP IPRO, 76MS00 IPRO, 95R90IPRO, 97R22 IPRO, ADV4672 IPRO, L60174 IPRO, HO7510 IPRO, 61HO125 IPRO e 75HO111 CI IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, GNZ 690S RR, RM 5885 e GNZ 1675 RR.

H O SEMENTES LTDA: HS 63126 e HS 61103;

MONSOY LTDA: M7211RR, AS 7307RR, M7110IPRO, M6952IPRO, CD 2728IPRO, M6410IPRO, M6972IPRO, AS3680IPRO, M6210IPRO, M7198IPRO, M5947IPRO, AS 3730IPRO, MS09203M133 e BS2606IPRO;

NIDERA: NS6601IPRO, NS6828IPRO, NS6700IPRO, NS7420IPRO, NS7007IPRO, NA 7255RR, NA 7337RR, NA 5909 RG, NS 7100, NS 7227, NS 7490, NS 7200, NS 7300 IPRO, NS 7209 IPRO, NS 7000 IPRO, NS 7237 IPRO, NS 7338 IPRO, NS 7114, NS 7494, NS 6909 IPRO, NS7011IPRO, NS7497RR, NS7225IPRO, NS6906IPRO, NS7447IPRO, NS7505IPRO, NS7709IPRO, NS7202IPRO, NS6939RR, NS7212RR e 5G7315IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: NK 7059 RR, SYN1059 RR, Syn1060ap, SYN1163 RR, SYN1263 RR, SYN 13561 IPRO, SYN 1359S IPRO, SYN 1360C IPRO, SYN 13610 IPRO, SYN9070 RR, SYN9074 RR, SYN 1366C IPRO, SYN 13670 IPRO, SYN 13671 IPRO, SYN 1562 IPRO, SYN 15640 IPRO, CA1156543 IPRO, UB12520200 IPRO e SYN 1665 IPRO;

TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA. : TMG 7262RR, TMG 7062 IPRO, TMG 7060 IPRO, TMG7363RR, 60163IPRO, 5D6215 IPRO, ST620IPRO, CZ36B31IPRO, TMG7063IPRO, DS6716IPRO, Produza IPRO, TMG1264RR, TMG2158IPRO, TMG7067IPRO, SG10i58IPRO e DS6017IPRO;

UNISOJA S/A: TMG1174RR, ANTA 82, TMG1175RR, TMG2173IPRO e C59319IPRO;

GRUPO II

AVANTI SEEDS: AV MAMBA RR e SW ADARA RR;

BAYER S/A: TEC 7849IPRO, TECMT 8024RR, IGRA818, W 787 RR, W 791 RR e W 799 RR;

CARAIBA GENETICA: CG 7665RR e CG 8166RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 237RR, CD 246, AF 7601IPRO, 5G8015IPRO, AF8103IPRO e DS8017IPRO;

DU PONT DO BRASIL S.A.: BG4377, 97R73, P98Y11 e 98Y12;

EMBRAPA SOJA: BRS 8160RR, BRSMG 820RR e BRS 7980;

FTS SEMENTES S/A: FTS 2178, FTS Jaciara RR, FTS AVANTE RR, FTS BALSAS RR, FTS GALANTE RR, FTS GRACIOSA RR, FTS MASTER RR, FTS TRIUNFO RR, FTR 2182 IPRO, FTR 4179 IPRO, FTR 4280 IPRO, FTR 3180 IPRO, FTR 4182 IPRO, FTR 3178 IPRO, FTR 4180 IPRO

GDM GENÉTICA DO BRASIL LTDA: 8576 RSF, 8077 RSF, 8579RSF IPRO, 75I77RSF IPRO, 80I84RSF IPRO, 75MF00 RR, PP8201 IPRO e RK8115 IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 1678 RR;

MONSOY LTDA: M7908RR, M-SOY 8001, M7639RR, AS 8113RR, AS 8197RR, M7739IPRO, AS 3797IPRO, RK7814IPRO, ST 797 IPRO, TMG 2181IPRO, MS09203M362, MS09203M020 e MS09208M43;

NIDERA: AN 8572, NA 8015 RR, NS 8290, NS 7901, NS 7670, 5G795, NS8094RR e NS7667IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1080 RR, SYN1180 RR, SYN1279 RR e SYN 1378C IPRO;

UNISOJA S/A: TMG1176RR, TMG1179RR, TMG1182RR, TMG4182, 5G801, TMG1180RR e TMG2179IPRO.

GRUPO III

AVANTI SEEDS: AV BRUTA RR e SW ATRIA RR;

BAYER S/A: W 842 RR;

CARAIBA GENETICA: CG Araguaia RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2851IPRO, CD 251RR

DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y30, 99R03, P98Y51, P98Y70 e BG4184;

EMBRAPA SOJA: BRS 8560RR, BR/EMGOPA 314 (Garça Branca) e BRSGO 8360;

FTS SEMENTES S/A: FTS 4188, FTR 1186 IPRO, FTR 1192 IPRO, FTR 3190 IPRO, FTR 4183 IPRO e FTR 4288 IPRO;

MONSOY LTDA: L8307RR, M8527RR, M-SOY 8757, M-Soy 8866, M-SOY 8870, M-SOY 9350, AS 8380RR e M8372IPRO;

NIDERA: A 7002, AN 8500, NS 8270 e NS 8693;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1183 RR;

UNISOJA S/A: FMT Tucunaré, TMG132RR, TMG133RR e TMG4185.

Macrorregião 4

GRUPO I

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 1774 RR, GNZ 1674 RR, GNZ 660S RR, GNZ 1675 RR, SRM 5951, GNZ 690S RR, SRM 5200, SRM 4602, SRM5944, GNZ 550S RR, SRM6256 e RM 5885.

NOTAS:

1.Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2.Devem ser utilizadas, no plantio, sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

3.As macrorregiões sojícolas estão especificadas na Instrução Normativa nº 1, de 2 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2012.

4.Os períodos de semeadura indicados na relação abaixo, devem ser adotados em conjunto com boas práticas agrícolas e objetivos conservacionistas, exemplos: integração lavoura pecuária (ILP) e plantio direto consolidado com rotação de culturas, essas práticas são primordiais para o manejo de solo e água, contribuindo substancialmente para a redução de riscos de deficiência hídrica na agricultura.

5.RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RISCO DE 20% | | | RISCO DE 30% | | | RISCO DE 40% | | |
| | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 |
| Água Clara | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 | 27 | 27 | | | |
| Alcinópolis | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Amambai | 36 | 26 a 27 + 34 a 36 | 26 a 27 + 34 a 36 | 26 a 27 + 31 a 35 | 28 a 33 | 28 a 33 | 28 a 30 | | |
| Anastácio | 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 35 | 27 a 29 | 27 a 29 | 28 | | |
| Anaurilândia | 32 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 31 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Angélica | 36 | 31 a 36 | 31 a 36 | 31 a 35 | 26 a 30 | 26 a 30 | 26 a 30 | | |
| Antônio João | 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 26 a 35 | 26 a 29 | 26 a 29 | | | |
| Aparecida do Taboado | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 |
| Aquidauana | 32 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 31 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 |
| Aral Moreira | 35 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 34 | 26 | 26 | | | |
| Bandeirantes | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 29 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Bataguassu | 31 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 | 27 a 29 | 27 a 29 | 26 a 29 | 26 | 26 |
| Batayporã | 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 31 a 35 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 30 | | |
| Bela Vista | | 35 a 36 | 35 a 36 | 35 a 36 | 27 a 34 | 27 a 34 | 27 a 34 | 26 | 26 |
| Bodoquena | | 36 | 36 | 36 | 29 a 35 | 29 a 35 | 29 a 35 | 28 | 28 |
| Bonito | | 32 a 36 | 32 a 36 | 32 a 36 | 27 a 31 | 27 a 31 | 27 a 31 | | |
| Brasilândia | 31 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 | 28 a 29 | 28 a 29 | 28 a 29 | 27 | 27 |
| Caarapó | 35 a 36 | 31 a 36 | 31 a 36 | 26 + 33 a 34 | 26 a 30 | 26 a 30 | 27 a 32 | | |
| Camapuã | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 | | | 27 | 27 | 27 |
| Campo Grande | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Caracol | | 36 | 36 | 36 | 27 a 35 | 27 a 35 | 27 a 35 | | |
| Cassilândia | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Chapadão do Sul | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Corguinho | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 28 | 28 | 27 a 28 | 27 | 27 |
| Coronel Sapucaia | 35 a 36 | 26 a 27 + 31 a 36 | 26 a 27 + 31 a 36 | 26 a 34 | 28 a 30 | 28 a 30 | | | |
| Corumbá | 31 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 30 | 29 | 29 | 28 | 28 | 28 |
| Costa Rica | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Coxim | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | | | |
| Deodápolis | 36 | 33 a 36 | 33 a 36 | 33 a 35 | 26 a 32 | 26 a 32 | 29 a 32 | | |
| Dois Irmãos do Buriti | 32 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 31 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 | 26 |
| Douradina | 35 a 36 | 33 a 36 | 33 a 36 | 33 a 34 | 27 a 32 | 27 a 32 | 26 a 32 | 26 | 26 |
| Dourados | 35 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 26 a 34 | 26 a 29 | 26 a 29 | | | |
| Eldorado | | | | 36 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 35 | | |
| Fátima do Sul | 36 | 33 a 36 | 33 a 36 | 33 a 35 | 26 a 32 | 26 a 32 | 26 a 32 | | |
| Figueirão | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Glória de Dourados | 36 | 33 a 36 | 33 a 36 | 33 a 35 | 26 a 32 | 26 a 32 | 26 a 32 | | |
| Guia Lopes da Laguna | 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 35 | 27 a 29 | 27 a 29 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Iguatemi | | 26 + 35 a 36 | 26 + 35 a 36 | 26 + 34 a 36 | 27 a 34 | 27 a 34 | 27 a 33 | | |
| Inocência | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 | | |
| Itaporã | 35 a 36 | 31 a 36 | 31 a 36 | 31 a 34 | 27 a 30 | 27 a 30 | 26 a 30 | 26 | 26 |
| Itaquiraí | | 35 a 36 | 35 a 36 | 34 a 36 | 26 a 34 | 26 a 34 | 26 a 33 | | |
| Ivinhema | 36 | 31 a 36 | 31 a 36 | 32 a 35 | 26 a 30 | 26 a 30 | 26 a 31 | | |
| Japorã | | 26 + 35 | 26 + 35 | 26 + 35 a 36 | 27 a 34 + 36 | 27 a 34 + 36 | 27 a 34 | | |
| Jaraguari | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 28 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Jardim | | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 36 | 27 a 29 | 27 a 29 | 27 a 28 | 26 | 26 |
| Jateí | 36 | 34 a 36 | 34 a 36 | 33 a 35 | 26 a 33 | 26 a 33 | 26 a 32 | | |
| Juti | 36 | 34 a 36 | 34 a 36 | 34 a 35 | 26 a 33 | 26 a 33 | 26 a 33 | | |
| Ladário | | 36 | 36 | 33 a 36 | 30 a 35 | 30 a 35 | 31 a 32 | 29 | 29 |
| Laguna Carapã | 35 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 34 | 26 | 26 | | | |
| Maracaju | 35 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 34 | 27 a 29 | 27 a 29 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Miranda | | 36 | 36 | 32 a 36 | 30 a 35 | 30 a 35 | 29 a 31 | 29 | 29 |
| Mundo Novo | | 26 | 26 | 26 | 27 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | | |
| Naviraí | | 34 a 36 | 34 a 36 | 34 a 36 | 26 a 33 | 26 a 33 | 26 a 33 | | |
| Nioaque | 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 35 | 27 a 29 | 27 a 29 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Nova Alvorada do Sul | 32 a 36 | 31 a 36 | 31 a 36 | 30 a 31 | 27 a 30 | 27 a 30 | 27 a 29 | 26 | 26 |
| Nova Andradina | 33 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 32 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Novo Horizonte do Sul | 36 | 33 a 36 | 33 a 36 | 33 a 35 | 26 a 32 | 26 a 32 | 26 a 32 | | |
| Paraíso das Águas | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Paranaíba | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Paranhos | | 26 a 27 + 31 a 36 | 26 a 27 + 31 a 36 | 26 a 36 | 28 a 30 | 28 a 30 | | | |
| Pedro Gomes | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Ponta Porã | 35 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 26 a 34 | 26 a 29 | 26 a 29 | | | |
| Porto Murtinho | | 36 | 36 | 36 | 30 a 35 | 30 a 35 | 29 a 35 | 27 a 29 | 27 a 29 |
| Ribas do Rio Pardo | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 | 27 | 27 | | | |
| Rio Brilhante | 33 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 32 | 27 a 29 | 27 a 29 | 26 a 29 | 26 | 26 |
| Rio Negro | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 29 | 28 | 28 | | | |
| Rio Verde de Mato Grosso | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | | | |
| Rochedo | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 29 | 28 | 28 | 27 | 26 a 27 | 26 a 27 |
| Santa Rita do Pardo | 31 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 | 28 a 29 | 28 a 29 | 28 a 29 | 26 a 27 | 26 a 27 |
| São Gabriel do Oeste | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 29 | 28 | 28 | | | |
| Sete Quedas | 26 | 26 a 28 + 34 a 36 | 26 a 28 + 34 a 36 | 27 a 28 + 34 a 36 | 29 a 33 | 29 a 33 | 29 a 33 | | |
| Selvíria | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 |
| | | | | | | | | | |
| Sidrolândia | 31 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 30 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Sonora | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Tacuru | | 26 a 27 + 34 a 36 | 26 a 27 + 34 a 36 | 26 a 28 + 34 a 36 | 28 a 33 | 28 a 33 | 29 a 33 | | |
| Taquarussu | | 32 a 36 | 32 a 36 | 31 a 36 | 26 a 31 | 26 a 31 | 26 a 30 | | |
| Terenos | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Três Lagoas | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | | |
| Vicentina | 36 | 34 a 36 | 34 a 36 | 34 a 35 | 26 a 33 | 26 a 33 | 26 a 33 | | |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RISCO DE 20% | | | RISCO DE 30% | | | RISCO DE 40% | | |
| | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 |
| Água Clara | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | | | |
| Alcinópolis | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Amambai | 34 a 35 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 33 + 36 | | | | | |
| Anastácio | 32 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 29 a 31 | 27 | 27 | 27 a 28 | | |
| Anaurilândia | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 26 a 28 | 26 a 28 | 26 a 28 | | |
| Angélica | 32 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 31 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Antônio João | 34 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 26 a 33 | 26 a 27 | 26 a 27 | | | |
| Aparecida do Taboado | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Aquidauana | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 29 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Aral Moreira | 34 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 33 | 26 | 26 | | | |
| Bandeirantes | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 | | | 27 | 27 | 27 |
| Bataguassu | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 29 | 27 | 27 | 26 a 27 | 26 | 26 |
| Batayporã | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | | 26 a 28 | 26 a 28 | 26 a 29 | | |
| Bela Vista | | 29 + 34 a 36 | 29 + 34 a 36 | 29 a 36 | 27 a 28 + 30 a 33 | 27 a 28 + 30 a 33 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Bodoquena | | 32 a 36 | 32 a 36 | 32 a 36 | 28 a 31 | 28 a 31 | 28 a 31 | 27 | 27 |
| Bonito | | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | | |
| Brasilândia | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 | 26 |
| Caarapó | 34 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 26 a 33 | 26 a 28 | 26 a 28 | | | |
| Camapuã | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Campo Grande | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Caracol | | 35 a 36 | 35 a 36 | 34 a 36 | 27 a 34 | 27 a 34 | 27 a 33 | | |
| Cassilândia | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Chapadão do Sul | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Corguinho | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Coronel Sapucaia | 34 a 36 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 33 | | | | | |
| Corumbá | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 | 29 | 29 | 28 | 28 | 28 |
| Costa Rica | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Coxim | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | | | |
| Deodápolis | 33 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 32 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| dois Irmãos do Buriti | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Douradina | 34 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 33 | 27 a 29 | 27 a 29 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Dourados | 34 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 33 | 26 a 27 | 26 a 27 | 26 a 27 | | |
| Eldorado | | 34 | 34 | 30 + 34 a 35 | 26 a 33 + 35 a 36 | 26 a 33 + 35 a 36 | 26 a 29 + 31 a 33 + 36 | | |
| Fátima do Sul | 34 a 35 | 30 a 36 | 30 a 36 | 32 a 33 + 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 31 | | |
| Figueirão | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Glória de Dourados | 34 a 35 | 30 a 36 | 30 a 36 | 32 a 33 + 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 31 | | |
| Guia Lopes da Laguna | 34 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 27 a 33 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 | 26 | 26 |
| Iguatemi | | 26 + 33 a 36 | 26 + 33 a 36 | 26 + 30 a 36 | 27 a 32 | 27 a 32 | 27 a 29 | | |
| Inocência | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | | | |
| Itaporã | 33 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 32 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Itaquiraí | | 33 a 35 | 33 a 35 | 33 a 35 | 26 a 32 + 36 | 26 a 32 + 36 | 26 a 32 + 36 | | |
| Ivinhema | 33 a 35 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 32 + 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Japorã | | 26 + 33 a 34 | 26 + 33 a 34 | 26 a 35 | 27 a 32 + 35 a 36 | 27 a 32 + 35 a 36 | 36 | | |
| Jaraguari | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Jardim | | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Jateí | 35 | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 34 + 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Juti | 35 | 32 a 36 | 32 a 36 | 32 a 34 + 36 | 26 a 31 | 26 a 31 | 26 a 31 | | |
| Ladário | | 34 a 36 | 34 a 36 | 32 a 36 | 30 a 33 | 30 a 33 | 29 a 31 | 29 | 29 |
| Laguna Carapã | 34 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 33 | 26 | 26 | | | |
| Maracaju | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Miranda | | 32 a 36 | 32 a 36 | 31 a 36 | 29 a 31 | 29 a 31 | 29 a 30 | 27 a 28 | 27 a 28 |
| Mundo Novo | | 26 | 26 | 26 a 27 + 34 | 27 a 36 | 27 a 36 | 28 a 33 + 35 a 36 | | |
| Naviraí | | 33 a 36 | 33 a 36 | 30 a 36 | 26 a 32 | 26 a 32 | 26 a 29 | | |
| Nioaque | 34 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 33 | 27 | 27 | 26 a 27 | 26 | 26 |
| Nova Alvorada do Sul | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Nova Andradina | 30 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 | 26 a 28 | 26 a 28 | 26 a 28 | | |
| Novo Horizonte do Sul | | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Paraíso das Águas | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Paranaíba | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Paranhos | 34 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 33 + 35 a 36 | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pedro Gomes | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Ponta Porã | 34 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 33 | 26 | 26 | | | |
| Porto Murtinho | | 35 a 36 | 35 a 36 | 35 a 36 | 28 a 34 | 28 a 34 | 27 a 34 | 27 | 27 |
| Ribas do Rio Pardo | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 28 | 27 | 27 | | | |
| Rio Brilhante | 32 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 31 | 27 a 28 | 27 a 28 | 26 a 28 | 26 | 26 |
| Rio Negro | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | | | |
| Rio Verde de Mato Grosso | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | | | |
| Rochedo | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 | | | 26 a 27 | 26 a 27 | 26 a 27 |
| Santa Rita do Pardo | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 29 | 27 | 27 | 26 a 27 | 26 | 26 |
| São Gabriel do Oeste | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | | | |
| Sete Quedas | | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 36 | | | | | |
| Selvíria | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Sidrolândia | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 28 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Sonora | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Tacuru | | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 36 | | | | | |
| Taquarussu | | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 29 | | |
| Terenos | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Três Lagoas | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 28 | 27 | 27 | | | |
| Vicentina | 35 | 30 a 36 | 30 a 36 | 32 a 34 + 36 | 26 a 29 | 26 a 29 | 26 a 31 | | |

| MUNICÍPIOS | PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RISCO DE 20% | | | RISCO DE 30% | | | RISCO DE 40% | | |
| | SOLO 2 | SOLO 3 | SOLO 3 | SOLO 2 | SOLO 3 | SOLO 3 | SOLO 1 | SOLO 2 | SOLO 3 |
| Água Clara | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 27 | | |
| Alcinópolis | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Amambai | 33 a 35 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 32 + 36 | | | 32 a 35 | | |
| Anastácio | 30 a 35 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 29 + 36 | 27 | 27 | 28 a 33 + 35 a 36 | | |
| Anaurilândia | 29 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 27 a 28 | 26 | 26 | 28 a 29 + 36 | 26 | |
| Angélica | 30 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 26 a 29 | 26 a 27 | 26 a 27 | 29 a 31 | | |
| Antônio João | 32 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 31 | 26 | 26 | 28 a 32 + 36 | | |
| Aparecida do Taboado | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Aquidauana | 29 a 35 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 + 36 | 28 | 28 | 28 + 35 a 36 | 27 | 27 |
| Aral Moreira | 32 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 31 | 26 | 26 | 26 a 32 + 35 a 36 | | |
| Bandeirantes | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Bataguassu | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 28 + 36 | 26 | 26 |
| Batayporã | 29 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 28 | 26 | 26 | 28 a 30 + 36 | | |
| Bela Vista | | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 36 | 27 | 27 | 32 a 35 | 26 | 26 |
| Bodoquena | | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 a 36 | 28 a 29 | 28 a 29 | | 27 a 28 | 27 |
| Bonito | 33 a 35 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 32 + 36 | 27 | 27 | 31 a 35 | | |
| Brasilândia | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 28 + 36 | 26 | 26 |
| Caarapó | 32 a 35 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 31 + 36 | 26 | 26 | 31 a 33 + 35 | | |
| Camapuã | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Campo Grande | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 26 | 26 | 26 |
| Caracol | | 33 a 36 | 33 a 36 | 28 a 36 | 27 a 32 | 27 a 32 | | 27 | |
| Cassilândia | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Chapadão do Sul | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Corguinho | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 36 | 27 | 27 |
| Coronel Sapucaia | 32 a 35 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 31 + 36 | | | 26 a 36 | | |
| Corumbá | 30 a 36 | 30 a 36 | 30 a 36 | 29 | 29 | 29 | 29 + 36 | 28 | 28 |
| Costa Rica | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Coxim | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 28 | | |
| Deodápolis | 32 a 35 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 31 + 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 31 + 35 | 26 a 27 | |
| Dois Irmãos do Buriti | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 28 a 29 + 36 | 26 | 26 |
| Douradina | 32 a 35 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 31 + 36 | 27 | 27 | 31 a 32 + 35 | 26 | 26 |
| Dourados | 31 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 26 a 30 | 26 a 27 | 26 a 27 | 28 a 31 + 36 | | |
| Eldorado | | 32 a 33 | 32 a 33 | 26 a 34 | 26 a 31 + 34 a 36 | 26 a 31 + 34 a 36 | | 35 a 36 | |
| Fátima do Sul | 32 a 35 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 31 + 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 32 + 34 a 35 | 26 a 27 | |
| Figueirão | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Glória de Dourados | 32 a 35 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 31 + 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 32 + 34 a 35 | 26 a 28 | |
| Guia Lopes da Laguna | 32 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 31 | 27 | 27 | 30 a 32 + 36 | 26 | 26 |
| Iguatemi | | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 36 | | | 32 a 33 | | |
| Inocência | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 a 28 | 27 | | |
| Itaporã | 31 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 30 | 27 | 27 | 28 a 31 | 26 | 26 |
| Itaquiraí | | 31 a 35 | 31 a 35 | 29 a 35 | 26 a 30 + 36 | 26 a 30 + 36 | | 26 a 28 + 36 | |
| Ivinhema | 31 a 35 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 30 + 36 | 26 a 27 | 26 a 27 | 31 a 32 + 34 a 35 | 26 a 27 | |
| Japorã | | 26 a 34 | 26 a 34 | 26 a 34 | 35 a 36 | 35 a 36 | | 35 a 36 | |
| Jaraguari | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | | 26 | 26 |
| Jardim | 33 a 35 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 32 + 36 | 27 | 27 | 31 a 35 | 26 | 26 |
| Jateí | 32 a 34 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 31 + 35 a 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 32 a 34 | 26 a 27 | |
| Juti | 32 a 35 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 31 + 36 | 26 a 27 | 26 a 27 | 32 a 35 | 26 a 27 | |
| Ladário | | 32 a 35 | 32 a 35 | 32 a 35 | 30 a 31 + 36 | 30 a 31 + 36 | | 29 a 31 + 36 | 29 |
| Laguna Carapã | 32 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 31 | 26 | 26 | 28 a 32 + 36 | | |
| Maracaju | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 27 a 31 + 36 | 26 | 26 |
| Miranda | | 30 a 35 | 30 a 35 | 29 a 35 | 28 a 29 + 36 | 28 a 29 + 36 | 31 a 32 | 28 + 36 | 27 |
| Mundo Novo | | 26 + 32 a 33 | 26 + 32 a 33 | 26 a 34 | 27 a 31 + 34 a 36 | 27 a 31 + 34 a 36 | | 35 | |
| Naviraí | 33 a 34 | 30 a 35 | 30 a 35 | 29 a 32 + 35 | 26 a 29 + 36 | 26 a 29 + 36 | 32 a 33 | 26 a 28 + 36 | |
| Nioaque | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 28 a 32 + 36 | 26 | 26 |
| Nova Alvorada do Sul | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 28 | 27 | 27 | 28 a 29 + 36 | 26 | 26 |
| Nova Andradina | 29 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 28 | 26 | 26 | 28 a 29 + 36 | | |
| Novo Horizonte do Sul | 32 a 34 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 31 + 35 a 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 31 a 32 + 34 a 35 | 26 a 28 | |
| Paraíso das Águas | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Paranaíba | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 27 | 27 | 27 |
| Paranhos | 33 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 32 + 34 a 36 | | | 32 a 35 | | |
| Pedro Gomes | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | | 27 | 27 |
| Ponta Porã | 28 + 32 a 36 | 27 a 36 | 27 a 36 | 26 a 27 + 29 a 31 | 26 | 26 | 28 a 31 + 36 | | |
| Porto Murtinho | | 32 a 36 | 32 a 36 | 32 a 36 | 28 a 31 | 28 a 31 | | 27 a 31 | 27 |
| Ribas do Rio Pardo | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 27 | | |
| Rio Brilhante | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 a 28 | 27 | 27 | 28 a 31 + 36 | 26 | 26 |
| Rio Negro | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 28 | | |
| Rio Verde de Mato Grosso | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 28 | | |
| Rochedo | 29 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 | | | 27 | 26 a 27 | 26 a 27 |
| Santa Rita do Pardo | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 28 + 36 | 26 | 26 |
| São Gabriel do Oeste | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 | 28 | 28 | 28 | | |
| Sete Quedas | 33 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 32 + 34 a 36 | | | 32 a 34 | | |
| Selvíria | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Sidrolândia | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 27 | 26 | 26 |
| Sonora | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | | | | 27 | 27 | 27 |
| Tacuru | 33 | 26 a 36 | 26 a 36 | 26 a 32 + 34 a 36 | | | 32 a 34 | | |
| Taquarussu | 31 a 33 | 29 a 36 | 29 a 36 | 29 a 30 + 34 a 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 31 a 34 | 26 a 28 | |
| Terenos | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 26 a 27 | 26 | 26 |
| Três Lagoas | 28 a 36 | 28 a 36 | 28 a 36 | 27 | 27 | 27 | 27 | | |
| Vicentina | 32 a 35 | 29 a 36 | 29 a 36 | 28 a 31 + 36 | 26 a 28 | 26 a 28 | 32 a 35 | 26 a 27 | |

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### PORTARIA Nº 95, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, E, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 2158, de 17 de outubro de 2016, publicada no DOU de 20 de outubro de 2016, e considerando o processo 21018.002098/2017-77, resolve:

Art. 1º - CANCELAR, a pedido, a Habilitação nº 152/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) LUKAS SOUZA FELISBERTO inscrito(a) no CRMV ES nº 2409 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA no Estado do Espírito Santo, revogando a Portaria SFA-ES 74/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

### PORTARIA Nº 454, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFAs, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 1.231 de 09 de junho de 2017, publicada no DOU no dia 16 de junho de 2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.000219/2016-67, resolve:

Art. 1° Credenciar a empresa RENATO BENAZZI EPP, sob o número BR PR 650, CNPJ n° 80.827.462/0001-16, localizada na Rua Rovilio Christianetti, 424, Distrito Industrial II, Jaguariaíva-PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

Tratamento Térmico (HT)

Secagem em Estufa (KD)

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 01 (um) ano, podendo ser renovado, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PORTARIA N° 278, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.009815/2017-94, resolve:

Art. 1º Converter em Definitivo o credenciamento, sob número BR RS 0601, da empresa Qualypack Embalagens Ltda. - ME, CNPJ nº 08.325.528/0001-42, localizada na Rua da Pedreira, nº 3130, Nova Santa Rita - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Tratamento Térmico (HT);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, CONFORME § 4º Do Art. 1º - Anexo I - da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### PORTARIA N° 281, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso

XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.011067/2007-19, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento número BR - SP031, da empresa Agroporto Serviços Fitossanitários Ltda. - EPP, CNPJ 04.826.569/0001-61, localizada na Rua XV de Novembro n° 28, 2° andar, Centro, Santos/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar as seguintes modalidades de tratamentos: Fumigação em Contêineres com brometo de metila e fosfina, Fumigação em Câmara de Lona com brometo de metila e fosfina, Fumigação em Silos Herméticos e Fumigação em Porões de Navio, exclusivamente com fosfina.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
Substituta

**PORTARIA N° 282, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21052.007626/2007-96, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento número BR - SP154, da empresa GLOBAL Serviços e Tratamento de Madeira Ltda., CNPJ 06.151.537/0001-39, localizada na Rodovia João Amaral Gurgel, nº 8.211, Bairro Piedade, Caçapava/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar a seguinte modalidade de tratamento: Tratamento Térmico (HT).

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA
Substituta



# Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## CONSELHO DIRETOR

### ATO Nº 12.292, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53508.004179/2017-86. Confere à INTELSAT LICENSE LLC, empresa constituída sob as leis do estado de Delaware, Estados Unidos da América, o Direito de Exploração, no Brasil, do satélite estrangeiro Galaxy 3C, ocupando a posição orbital 95° W, pelo prazo de 1 (um) ano contado a partir de 22 de setembro de 2017, e autoriza o uso de radiofrequências associadas ao direito. O representante legal da INTELSAT LICENSE LLC no Brasil, no que se refere ao satélite Galaxy 3C, será a GLA BRASIL LTDA, empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, CNPJ/MF nº 03.185.731/0001-47.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

### ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Expede autorização aos abaixo identificados para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.289 - Processo nº 53516.003824/2017-44 - ROCHA TERMINAIS PORTUARIOS E LOGISTICA S.A., CNPJ nº 81.716.144/0001-40.

Nº 12.290 - Processo nº 53516.003962/2017-23 - SERGIO KOMURA, CPF nº 014.506.309-79.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

### ATOS DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Nº 12.127 - Expede autorização à SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO, CNPJ nº 22.988.000/0001-84, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.128 - Expede autorização à FEDERAL SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0004-02, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.129 - Expede autorização à LUIZ BRAZ, CPF nº 090.207.489-04, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.130 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à CELULOSE NIPO BRASILEIRA S.A - CENIBRA, CNPJ nº 42.278.796/0001-99, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.131 - Expede autorização à DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICACOES DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 17327289000150, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.132 - Expede autorização à SATELITE ALARM EIRELI - EPP, CNPJ nº 02166091000165, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.133 - Expede autorização à CONDOMINIO DO BOULEVARD SHOPING BH, CNPJ nº 12770422000125, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.134 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a GEOSOL GEOLOGIA E SONDAGEM S/A, CNPJ nº 83.646.547/0001-96, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12135 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a PAULO KOHLNETO, CPF nº 678.647.676-72, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.136 - Expede autorização à COOPERATIVA AGRICOLA DE UNAI LTDA, CNPJ nº 20499489000103, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.141 - Expede autorização à EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, CNPJ nº 38733648000140, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.144 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à VALLOUREC FLORESTAL LTDA, CNPJ nº 60.874.005/0001-75 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12145 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a BIOENERGETICA AROEIRA S/A, CNPJ nº 08.355.201/0001-13, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.146 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à SANTA VITORIA ACUCAR E ALCOOL S/A, CNPJ nº 07.981.751/0001-85 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.147 - Expede autorização à TV LESTE LTDA, CNPJ nº 21.712.856/0001-60 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 12.148 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a AGENCIA DE MOTO TAXI BARAO LTDA - ME, CNPJ nº 04.905.966/0001-29, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.149 - Expede autorização à TV MINAS CENTRO-OESTE LTDA, CNPJ nº 01.710.918/0001-97 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 12.150 - Expede autorização à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ nº 25.649.179/0001-33 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 12.151 - Expede autorização à FUNDACAO MARIANA RESENDE COSTA, CNPJ nº 20.230.611/0001-33, para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequências associada a autorização do serviço.

Nº 12.152 - Expede autorização à TELSEG SISTEMAS ELETRONICOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.192.693/0001-36 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 12.163 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a EXPRESSO NEPOMUCENO S/A, CNPJ nº 19.368.927/0001-07, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.172 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a IVAN GRACIANO DA COSTA, CPF nº 182.518.466-68, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.177 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à DEPTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE POCOS DE CALDAS, CNPJ nº 17.851.361/0001-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.178 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à RADIO CLUBE DE CAMPO BELO LTDA, CNPJ nº 19.128.966/0001-37 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

Nº 12.181 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à RADIO CENTRAL DO TRIANGULO MINEIRO LTDA, CNPJ nº 20.667.796/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

Nº 12.183 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à RADIO DIVINOPOLIS LTDA, CNPJ nº 17.258.443/0001-80 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 12.184 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à RADIO DIFUSORA DE BAMBUI OM LTDA, CNPJ nº 20.938.148/0001-89 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

### ATOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Nº 12.216 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A., CNPJ nº 42.416.651/0010-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 12.225 - Expede autorização à BCR COMERCIO E INDUSTRIA SA, CNPJ nº 23.797.376/0001-74 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 12.226 - Outorga autorização para uso de radiofrequências à BRANDAO E LEITE LIMITADA - EPP, CNPJ nº 42.939.645/0001-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

### ATO Nº 11.593, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Processo nº 53542.002008/2017-04.

Expede autorização à SOCIEDADE AGOSTINIANA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA, CNPJ nº 60485935000480, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

### ATO Nº 11.692, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CLAUDIO LUIZ CORREIA DE FREITAS, CPF nº 788.964.368-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

### ATO Nº 11.778, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0001-60 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

### ATOS DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 11.899 - MARIA GERALDA DE CARVALHO, CPF nº 056.939.931-91.

Nº 11.900 - DONATO CECHINEL , CPF nº 304.121.531-49.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

### ATOS DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 11.929 - NEURO ANTONIO CORADINI, CPF nº 244.576.710-53.

Nº 11.950 - JEFFERSON CASTILHO BERGAMASCO, CPF nº 051.364.429-64.

Nº 11.951 - COMPANHIA AGROPECUARIA AGROSAN, CNPJ nº 04.939.757/0001-04.

Nº 11.955 - DEONISIO JORGE ANDRZEJEWSKI, CPF nº 535.190.861-15.

Nº 11.959 - CLAUDENOR ZOPONE JUNIOR, CPF nº 067.826.958-04.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**ATO Nº 11.998, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ONOFRE PEDRO BOTAN, CPF nº 003.126.499-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

**ATOS DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à:

Nº 12.054 - Processo nº 53542.002294/2017-08. NARA HELENA ALVES WOLF, CPF nº 92761496604.

Nº 12055 - Processo nº 53542.002262/2017-02. JOEL RAGAGNIN, CPF nº 77876407153.

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 12.057 - VALDECIR SOVERNIGO, CPF nº 178.995.400-20.

Nº 12.067 - AGROPECUARIA CORRENTE LTDA - ME, CNPJ nº 25.079.559/0001-80.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

**ATO Nº 12.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

Processo nº 53542.001998/2017-55. Expede autorização à NORSHIP PARTICIPACOES E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, CNPJ nº 09053172000289, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

**ATO Nº 11.997, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017**

Outorga autorização de uso de radiofrequência a BARBOZA & MELO LTDA, CNPJ: 10.735.500/0005-59, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

**ATO Nº 11.979, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017**

Outorga autorização de uso de radiofrequência a EMPRESA ALAGOANA DE TECNOLOGIA EM SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 24.315.640/0001-59, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

**ATO Nº 11.562, DE 24 DE AGOSTO DE 2017**

Outorga autorização de uso de radiofrequência a GIRAU DO PONCIANO PREFEITURA, CNPJ: 12.207.536/0001-61, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

**ATO Nº 11.758, DE 30 DE AGOSTO DE 2017**

Expede autorização à FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ: 10.446.347/0003-88, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

**DESPACHOS DO GERENTE**

O Gerente Regional da Anatel nos Estados do Pará, Maranhão e Amapá, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos);

53569.001181/2017-89, 53569.000414/2017-26, 53569.000512/2017-63, 53569.000652/2017-31, 53569.003304/2016-35, 53569.000215/2017-18, 53569.003291/2016-02, 53569.003310/2016-92, 53569.003250/2016-16, 53569.000452/2015-17, 53569.003193/2016-67, 53569.000237/2017-88, 53569.003070/2016-26, 53572.000107/2017-96, 53569.003171/2016-05. 53569.003409/2014-22, 53569.003399/2016-97, 53569.002837/2016-08, 53569.003251/2016-52, 53569.003190/2016-23, 53569.003191/2016-78, 53569.002733/2016-95, 53569.002553/2016-11, 53569.000413/2017-81, 53569.000583/2015-02, 53569.001195/2017-01, 53569.001080/2017-16, 53569.000985/2017-61, 53572.000389/2015-60,53569.002668/2016-06, 53569.003186/2016-65,53569.200341/2015-17, 53569.001170/2017-07, 53569.200343/2015-06.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

**ATO Nº 12.154, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Autoriza TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 05/09/2017 a 30/09/2017.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

**ATOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

Nº 12.248 - Autoriza NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 66.970.229/0001-67, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/09/2017 a 29/09/2017.

Nº 12.250 - Autoriza NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 66.970.229/0001-67, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/09/2017 a 29/09/2017.

Nº 12.251 - Autoriza NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 66.970.229/0001-67, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/09/2017 a 29/09/2017.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

## GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

**ATO Nº 12.257, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Retransmissão de TV - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom, considerando o resultado das Consultas Públicas nº 12/2016 e 21/2017. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

Sua íntegra estará disponível no portal da Anatel na parte de Publicações Eletrônicas.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

# EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
## ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
## DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA

**ATO Nº 1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017**

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da empresa pública, "Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.", NIRE 35905030477, localizada na ST SGCV Lote 16/19 Setor B - Brasília/DF, CEP 71.215-973, o Sr. Jose Antonio Alves dos Santos, brasileiro, gerente de logística, portador da cédula de identidade RG n° 965924 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n° 38.1717591-49, residente e domiciliado à QNP 14, Conjunto D, Casa 32 - Setor P Sul, CEP 72231-404, assinou em 06/09/2017 na Junta Comercial do Distrito Federal o Certificado de Nomeação de Fiel Depositário de Armazém Geral, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e 4º, da Instrução Normativa 17/2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JCDF o presente certificado, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. Saulo Izidório Vieira, Secretário Geral da JCDF.

WILLYAN AKIRA MATSUBA
Chefe

# SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
## DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

**PORTARIA Nº 4.679/SEI, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017**

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.024995/2017-71, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade TELEVISÃO BRASIL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, o canal 55 (cinquenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 716 a 722 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

**DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL**
Em 11 de setembro de 2017

Nº 1.075/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.031712/2017-48, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de SANTA LUZIA, estado de MINAS GERAIS, utilizando o canal digital nº 15 (quinze), nos termos da Nota Técnica nº 15013/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

Nº 1.335/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.043353/2017-71, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO ELDORADO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SANTOS, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 38 (trinta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 18320/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

## COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

**DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL**
Em 1º de setembro de 2017

Nº 1.494/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.052782/2017-30, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIODIFUSÃO CAMPO ABERTO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Laranjeiras do Sul-PR, utilizando o canal n.º 231 (duzentos e trinta e um), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 20105/2017/SEI-MCTIC.

Em 14 de setembro de 2017

Nº 1.526/2017/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048120/2017-65, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SOCIEDADE PITANGUI DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ponta Grossa/PR, utilizando o canal n.º 251 (duzentos e cinquenta e um), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 20615/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Ministério da Cultura

## GABINETE DO MINISTRO

### RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 98, publicado no Diário Oficial da União nº 173, de 8 de setembro de 2017, Seção 1, página 25:

Onde se lê: "Processo/MinC nº 01400.00743/2007-70", leia-se, "Processo/MinC nº 01545.000743/2007-70".

Onde se lê: "Despacho do Consultor Jurídico nº 274/2017/CONJUR/MINC/CGU/AGU", leia-se, "276/2017/CONJUR/MINC/CGU/AGU".

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
## DIRETORIA COLEGIADA

### RESOLUÇÃO Nº 78, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos e sobre o Comitê de Governança, Riscos e Controles da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do art. 6º do Anexo I do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, e conforme decidido por meio da Deliberação ad Referendum nº. 255-E, de 2017, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão de Riscos - PGR na Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

II - gerenciamento de risco: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações para fornecer segurança razoável no alcance dos objetivos organizacionais;

III - gestão de riscos: arquitetura (princípios, objetivos, estrutura, competências e processo) necessária para se gerenciar riscos eficazmente;

IV - medida de controle: medida aplicada pela organização para tratar os riscos, aumentando a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais estabelecidos sejam alcançados;

V - risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos da organização;

VI - risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer medidas de controle que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto;

VII - risco residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de medidas de controle para o tratamento do risco;

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Gestão de Riscos da ANCINE deverá observar os seguintes princípios:

I - gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;

II - estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;

III - estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à ANCINE;

IV - utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico; e

V - utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Gestão de Riscos tem por objetivos:

I - assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da ANCINE, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a Agência, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;

II - aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e

III - agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

Art. 5º O gerenciamento de riscos deverá ser implementado de forma gradual em todas as áreas da ANCINE, sendo priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da Agência.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Art. 6º São diretrizes da Gestão de Riscos da ANCINE:

I - a gestão de riscos deve ser sistematizada e suportada pelas premissas da metodologia da ISO 31.000:2009 e de boas práticas;

II - a atuação da gestão de riscos deve ser dinâmica e formalizada por meio de metodologias, normas, manuais e procedimentos;

III - as metodologias e ferramentas implementadas devem possibilitar a obtenção de informações úteis à tomada de decisão para a consecução dos objetivos institucionais e para o gerenciamento e a manutenção dos riscos dentro de padrões definidos pelas instâncias supervisoras;

IV - a medição do desempenho da gestão de riscos deve ser realizada mediante atividades contínuas ou de avaliações independentes;

V - a capacitação dos agentes públicos que exercem cargo ou função na ANCINE, em gestão de riscos, deve ser desenvolvida de forma continuada, por meio de soluções educacionais, em todos os níveis;

VI - o desenvolvimento e implementação de atividades de controle da gestão deve considerar a avaliação de mudanças internas e externas que impactem os objetivos institucionais; e

VII - a utilização de procedimentos de controles internos da gestão proporcionais aos riscos, baseada na relação custo-benefício e na agregação de valor à instituição.

CAPÍTULO V

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 7º A operacionalização da Gestão de Riscos deverá ser descrita pela Metodologia de Gestão de Riscos da ANCINE, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

I - entendimento do contexto: etapa em que são identificados os objetivos relacionados ao processo organizacional e definidos os contextos externo e interno a serem levados em consideração ao gerenciar riscos;

II - identificação de riscos: etapa em que são identificados possíveis riscos para objetivos associados aos processos organizacionais;

III - análise de riscos: etapa em que são identificadas as possíveis causas e consequências do risco;

IV - avaliação de riscos: etapa em que são estimados os níveis dos riscos identificados;

V - priorização de riscos: etapa em que são definidos quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior;

VI - definição de respostas aos riscos: etapa em que são definidas as respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido para os processos organizacionais, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas; e

VII - comunicação e monitoramento: etapa que ocorre durante todo o processo de gerenciamento de riscos e é responsável pela integração de todas as instâncias envolvidas, bem como pelo monitoramento contínuo da própria Gestão de Riscos, com vistas a sua melhoria.

Parágrafo único. A Metodologia de Gestão de Riscos deverá contemplar critérios predefinidos de avaliação, de forma a permitir a comparabilidade entre os riscos.

CAPÍTULO VI

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Comitê de Governança Riscos e Controles, em conformidade com a Gestão Estratégica da ANCINE:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;

II - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;

VII - aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;

X - estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e

XIII - monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

§ 1º As atribuições do Comitê de Governança, Riscos e Controle serão executadas pela Diretoria Colegiada da ANCINE.

§ 2º O Auditor-Chefe da ANCINE prestará apoio à Diretoria Colegiada, também, no que tange as atribuições estabelecidas no caput.

Art. 9º Compete ao Núcleo de Gestão de Riscos:

I - auxiliar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na definição dos níveis de apetite a risco dos processos organizacionais;

III - auxiliar na definição dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais;

IV - auxiliar na definição da periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;

V - auxiliar na aprovação das respostas e das respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais;

VI - avaliar a proposta de Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

VII - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VIII - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IX - auxiliar na avaliação do desempenho e da conformidade legal e normativa da Gestão de Riscos;

X - auxiliar na definição dos indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da ANCINE;

XI - propor a Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

XII - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

XIII - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

XIV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

XV - consolidar os resultados das diversas áreas em relatórios gerenciais e encaminhá-los ao Comitê de Governança, Riscos e Controles;

XVI - elaborar Plano de Comunicação de Gestão de Riscos;

XVII - medir o desempenho da Gestão de Riscos objetivando a sua melhoria contínua;

XVIII - propor ao Comitê de Governança, Riscos e Controles os indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da ANCINE; e

XIX - requisitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais.

Parágrafo único. O Núcleo de Gestão de Riscos será formado pelo Secretário Executivo, Secretário de Gestão Interna e Secretário de Políticas de Financiamento da ANCINE e será secretariado pela Coordenação de Gestão Setorial e Estratégica da Secretaria Executiva.

Art. 10. Compete aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais:

I - identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos sob sua responsabilidade, em conformidade ao que define esta Resolução;

II - propor respostas e respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

IV - informar o Núcleo de Gestão de Riscos sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

V - responder às requisições do Núcleo de Gestão de Riscos; e

VI - disponibilizar as informações adequadas quanto à gestão dos riscos dos processos sob sua responsabilidade a todos os níveis da ANCINE e demais partes interessadas.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais devem ter alçada suficiente para orientar e acompanhar as etapas de identificação, análise, avaliação e implementação das respostas aos riscos.

Art. 11. Compete a todos os servidores da ANCINE o monitoramento da evolução dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais em que estiverem envolvidos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O Comitê de Governança, Riscos e Controle, o Núcleo de Gestão de Riscos e os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 13. As iniciativas relacionadas à Gestão de Riscos existentes na ANCINE anteriormente à publicação desta Resolução deverão ser gradualmente alinhadas à Metodologia de Gestão de Riscos aprovada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

§1º A Metodologia de Gestão de Riscos deverá ser aprovada em até 12 (doze) meses após a publicação desta RDC.

§2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deve ser feito no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação da Metodologia de Gestão de Riscos.

Art. 14. Os casos omissos ou as excepcionalidades serão resolvidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA IVANOV
Diretora-Presidente
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 569, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
172218 - Tetear - 7ªedição
PARABOLE EDUCACAO E CULTURA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.649.616/0001-62
Processo: 01400019534201716
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 463.315,20
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Tetear - 7ª edição é um projeto que pretende realizar a montagem e apresentação pública de espetáculos como resultado de uma formação artística, que consiste num conjunto de cursos artísticos oferecidos gratuitamente a crianças e jovens de 05 a 17 anos.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
172241 - MUSICA NO LING
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400019693201711
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 277.548,00
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar apresentações no instituto ling na cidade de Porto Alegre -RS

170820 - Orquestra Jovem
Elaine Rodrigues Friedmann Taffarel & Cia Ltda
CNPJ/CPF: 11.052.204/0001-92
Processo: 01400006055201730
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 475.160,00
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto sociocultural com oferta gratuita de 40 vagas em cursos de música instrumental (Cordas- Violinos, Violas, Violoncelos; Sopro Madeiras- Flauta, Saxofones, Clarinetas. Sopro Metais- Trompetes, Trompas, Trombones,Percussão, Bateria e Piano) e musicalização, voltados a alunos a partir de 12 anos em situação de vulnerabilidade social.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
172348 - Obra de Restauração e Conservação do Edifício BEMGE
ASSOCIACAO P7 CRIATIVO
CNPJ/CPF: 26.001.007/0001-11
Processo: 01400020483201775
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 26.161.487,46
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto que ora se apresenta refere-se à realização de uma obra de restauração e conservação do edifício construído originalmente para sediar o Banco Mineiro da Produção, e que posteriormente abrigou o Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge, nome pelo qual a edificação é, até hoje, identificada. Trata-se de bem imóvel tombado, protegido pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais. A edificação, em estilo modernista, foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1953, e está localizada na Praça Sete de Setembro, na área central de Belo Horizonte, região que tem experimentado um intenso processo de revitalização e reocupação pública e cultural.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
172049 - Carreta Literária Segunda edição
CEC Brasil Cultura Esporte e Cidadania LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.353.620/0001-93
Processo: 01400017298201701
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.327.180,00
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Carreta Literária Segunda Edição, trata-se da doação de equipamento móvel juntamente com um acervo de 500 livros, para atender comunidades carentes de zona rural ou urbana de municípios brasileiros, buscando a prática da leitura nessas comunidades. Todas as unidades da Carreta Literária serão devidamente equipadas para funcionar como biblioteca itinerante.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º )
172287 - IMPLANTAÇÃO DO MUSEU JUDAICO
Associação dos Amigos do Museu Judaico no Estado de São Paulo
CNPJ/CPF: 04.414.533/0001-70
Processo: 01400020125201762
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 13.310.294,75
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a última fase da criação do Museu Judaico de São Paulo com a sua implantação, onde serão abertos e executados os projetos finais, com base na consolidação do Plano Museológico, que definirá o Roteiro Expográfico que será seguido e possibilitará a abertura ao público após montagem das exposições permanentes/longa duração, temporárias e criação de outros espaços, aquisição de mobiliário, equipamentos e produtos. O imóvel é situado no antigo "Templo Bethel" em São Paulo, SP, tombado a nível municipal e estadual, atualmente em fase final do restauro do prédio tombado e final da construção da ala nova.

### PORTARIA Nº 570, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
154825 - Criando Talentos para o futuro
Associacao Comunitaria Musicarte Lazer
CNPJ/CPF: 83.516.963/0001-70
Cidade: Timbó - SC;
Valor Complementado: R$ 107.400,00
Valor total atual: R$ 322.800,00

### PORTARIA Nº 571, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

| NOME | CPF | ÁREA | SEGMENTO | NÍVEL |
|---|---|---|---|---|
| Anderson Conceição de Souza | 02236689586 | Artes Cênicas | Teatro - Ações de capacitação e treinamento de pessoal | Nível I |

### PORTARIA N° 572, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Conexão Leitura", Pronac nº 10-11772, na Portaria nº 09 de 04/01/2017, publicada no D.O.U. nº 04 de 05/01/2017, Seção 1, página 11.

Art. 2º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Desfile de Carnaval do Meio Oeste Catarinense", Pronac nº 13-2207, na Portaria nº 09 de 04/01/2017, publicada no D.O.U. nº 04 de 05/01/2017, Seção 1, página 11.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

### PORTARIA N° 573, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 4º da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no Art. 108 da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, conforme anexo.

Art. 2º - Informar que, nos termos do inciso IX do Art. 15 da Instrução Normativa MinC nº 01/2017, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

| PRONAC | PROJETO | PROPONENTE | CNPJ/CPF | RESUMO DO PROJETO | VALOR APROVADO | VALOR CAPTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 14-12556 | Festival Cultural do Meio Oeste Catarinense 2015 | Liga Independente das Escolas de Samba Joaçaba e Herval D'oeste | 01.122.214/0001-01 | O evento reúne artes plásticas, artes cênicas, danças e cantos, envolvendo jovens e adultos, integrantes de várias entidades culturais que culminam na formação de intérpretes, personagens e composição de alas e destaques para o desfile das escolas de samba de Joaçaba e Herval d' Oeste. O objetivo principal da proposta dá-se pela captação de recursos para fornecimento de materiais e mão-de-obra às escolas de samba filiadas, organizarem os desfiles das escolas de samba. | R$ 1.568.070,00 | R$ 510.219,05 |

## SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

### PORTARIA Nº 117, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º )

172671 - 13° Festival de Cinema Italiano no Brasil
CNPJ/CPF: 61.011.607/0001-61
Processo: 01400.021448/2017-73
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 598.161,60
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A realização da 13ª edição do festival será este ano em escala nacional, e acontecerá de 13 de novembro a 07 de dezembro de 2017, e proporcionará ao público de 5 cidades brasileiras (São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba e Campinas), o melhor da recente produção italiana, com exibições de 14 filmes inéditos e 5 filmes na sessão retrospectiva. Estão previstas 112 exibições ao longo de 2 semanas com uma previsão total de público estimado de 31.500 pessoas. Para intensificar a programação e intercâmbio cultural, virá uma delegação artística que participará da apresentação dos filmes e debates sobre o cinema italiano, aliando público, imprensa e profissionais brasileiros em um grande evento. Além disso, o Festival dará um prêmio ao distribuidor brasileiro do filme mais votado pelo público.

173426 - Cinema Circulante - A Caminhada Continua - 2017
Epaminondas de Carvalho Filho
CNPJ/CPF: 209.586.761-00
Processo: 01400.022303/2017-90
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 565.422,00
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto Cinema Circulante, iniciativa que atende e envolve diversas comunidades dos municípios da baixada cuiabana e do pantanal, exibindo filmes e vídeos da produção nacional e regional, realizando oficinas de iniciação à produção audiovisual, com o caráter de capacitação e geração de renda. Nesta etapa propomos a exibição de: 20 longas e 20 curtas e atenderemos 02 municípios a seguir, divididos em 04 subregiões: Chapada dos Guimarães nas comunidades de João Carro e Bom Jardim. Santo Antonio de Leverger nas comunidades de Porto de Fora e Mimoso. Público estimado total: 40.000 pessoas.

173998 - Juventude, Arte e Transformação
CNPJ/CPF: 02.291.981/0001-07
Processo: 01400.022911/2017-02
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 243.789,95
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: "Juventude, Arte e Transformação" é um projeto que prevê a criação de um documentário de curta duração (15 minutos) sobre a invisibilidade social e cultural, e as iniciativas que buscam romper com a invisibilidade de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social, sobretudo em conflito com a lei e cumprimento de medidas socioeducativas. É, ainda, um registro da memória de experiências artísticas voltadas à inclusão social de tais adolescentes. Memória que remonta à antiga FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, cuja principal unidade em Belo Horizonte funcionou no bairro Horto, dos anos 70 aos anos 2000, até as experiências atuais. Sua abrangência é a Região Metropolitana da Belo Horizonte (RMBH). O projeto, que terá a duração de 6 meses, prevê a realização de evento para exibição pública do vídeo em telão. O documentário será finalizado no formato MPEG 1920 x 1080.

173367 - Morada do Vôlei - Mais que um esporte, uma paixão
Luis Fernando Mori
CNPJ/CPF: 141.101.108-23
Processo: 01400.022239/2017-47
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Aprovado: R$ 252.066,00
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Com depoimentos emocionantes e imagens inéditas de jogos, o documentário "Morada do Vôlei. Mais que um esporte, uma paixão" é o primeiro filme produzido sobre a modalidade. O intuito é recuperar a história do voleibol de Araraquara (SP), desde o seu início, nas décadas de 1950 e 1960, passando pelos Jogos da Primavera. A história caminha até a inédita conquista de uma vaga na elite do vôlei paulista e nacional, em 1993. Os Jogos da Primavera eram uma espécie de "Jogos Olímpicos local de uma modalidade só", com organização impecável, atraindo milhares de pessoas. Os jogos fizeram de Araraquara a "Capital do Vôlei no Interior", com a participação de mais de 3 mil atletas, de 10 a 17 anos, de diversas escolas de Araraquara e região por edição. O mediametragem terá 68 minutos / documentário em vídeo FULL HD.

172657 - O Cinema de John Akomfrah - Espectros da diáspora
Insensatez Audiovisual LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.418.408/0001-43
Processo: 01400.021430/2017-71
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 394.611,20
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "O Cinema de John Akomfrah - Espectros da diáspora" visa realizar a primeira retrospectiva brasileira do cineasta e artista britânico John Akomfrah, com 17 filmes. Celebrado pela ousadia estética e pelo engajamento em questões políticas e sociais, o diretor teve papel determinante para a visibilidade de temas ligados à diáspora africana nas últimas décadas. Traremos ainda uma mesa de debate em nas 3 cidades que serão realizada a mostra: Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Os filmes serão divididos em 12 sessões, com reprises, ao longo de 3 semanas em cada cidade, nas seguintes datas em SP de 01/11 a 20/11, em Brasília de 21/11 a 10/12, e no Rio de Janeiro de 14/02 a 05/03. Totalizando 24 sessões, mais uma mesa de debates e uma Masterclass com um professor convidado em cada cidade. As sessões acessíveis e de formação de platéia serão acordadas entre as instituições convidadas e a produção.

172115 - Poesia e Corredores
CNPJ/CPF: 265.096.365-49
Processo: 01400.017984/2017-74
Cidade: Aracaju - SE;
Valor Aprovado: R$ 102.060,00
Prazo de Captação: 19/09/2017 à 30/11/2017

Resumo do Projeto: Será produzido um documentário de média metragem com 30 minutos de duração onde será abordada a diversidade cultural presente no Ministério Público (MP) do Estado de Sergipe, contada por 05 personalidades mais antigas, trazendo à tona o acervo cultural criado por estas pessoas, representado por suas contribuições na literatura, na preservação do patrimônio material, na poesia, no teatro e outras modalidades culturais, atividades essas exercidas paralelamente ao trabalho jurídico de representação dos interesses da sociedade no MP. O Documentário terá classificação "Livre", com acesso gratuito do público em geral. O projeto será desenvolvido de 01 de agosto a 30 de novembro de 2017, em Aracaju -SE. A finalização da obra audiovisual será em FULL HD - 1920 x 1080.

### RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 107, de 31 de agosto de 2017, publicada no D.O.U. de 01 de setembro de 2017, Seção 1, caderno eletrônico, página 76, em relação ao projeto "Radiovitrola.net", Pronac: 172116.

Onde se lê:
Cidade: Angra dos Reis - RJ
Leia-se:
Cidade: Rio de Janeiro - RJ

# Ministério da Defesa

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA NORMATIVA Nº 36/MD, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 23 do Anexo do Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006, e considerando o que consta do Processo nº 60630.002535/2017-87, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, nos termos desta Portaria Normativa, a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2018.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 2º A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer os elementos básicos e necessários para o planejamento e a execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino, além de orientar e divulgar os processos de indicação, inscrição, seleção e matrícula dos candidatos aos cursos da ESG, no ano letivo 2018.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE ESTUDO E DE PESQUISA - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Art. 3º Os estudos e pesquisas desenvolvidos na ESG são orientados para assuntos da área de competência do Ministério da Defesa.

Art. 4º As atividades de estudos e pesquisas realizadas devem contribuir para a:

I - formação de recursos humanos no campo da defesa;

II - produção de conhecimento científico;

III - promoção da integração com o meio acadêmico nacional e internacional;

IV - elaboração de cenários prospectivos;

V - divulgação do tema defesa na sociedade brasileira;

VI - elaboração de estudos e projetos para setores do Ministério da Defesa em suas áreas de atuação;

VII - formação de rede de informação e análise no campo da defesa, assim como da segurança e do desenvolvimento nacionais;

VIII - construção, embasamento da formulação e avaliação das políticas públicas do setor de defesa; e

IX - produção da análise política e estratégica da segurança internacional e da defesa nacional.

Art. 5º Para a realização das atividades de que trata o art. 4º, a ESG contará com:

I - pesquisadores de seu Corpo Permanente;

II - pesquisadores associados; e

III - estagiários dos cursos e alunos do programa de pós-graduação stricto sensu.

Art. 6º Os estudos e as pesquisas na ESG deverão atender ao previsto na Instrução Normativa nº 07, de 20 de julho de 2017, Normas e Procedimentos para Estruturação das Atividades de Estudos e Pesquisas no âmbito da Escola Superior de Guerra e no Plano Anual de Estudos e Pesquisa (PAEP) aprovado pelo Diretor de Estudos da ESG.

Art. 7º A produção de conhecimento na ESG deve ser pautada pelas seguintes ideias norteadoras:

I - elaboração de estudos de interesse específico do Ministério da Defesa, por iniciativa própria ou por demanda desse Ministério;

II - edição de revista científica na área de defesa;

III - publicação de artigos em revistas científicas da área de defesa pelos integrantes do Corpo Permanente;

IV - produção de livros, artigos de opinião, análises de conjuntura e reflexões sobre temas de interesse da segurança internacional e defesa nacional, em proveito próprio ou de outras instituições;

V - disponibilização do conhecimento obtido nos eventos organizados com pesquisadores nacionais e internacionais sobre temas de interesse da segurança internacional e da defesa nacional;

VI - incentivo ao Corpo Discente (estagiários dos cursos de pós-graduação lato sensu e alunos do stricto sensu) para produção de conhecimento em temas de interesse da segurança internacional e defesa nacional;

VII - estímulo ao debate do tema defesa na sociedade; e

VIII - articulação com outras estruturas do Ministério da Defesa ou da Academia em geral para a produção conjunta de conhecimento.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 8º O conteúdo programático dos cursos da ESG observará critérios de transversalidade com as diversas áreas do conhecimento, com vista a estabelecer abordagem construtiva e integradora dos temas Segurança, Desenvolvimento e Defesa, em especial quanto aos aspectos relacionados a direitos humanos, política, economia, ciência, tecnologia e inovação.

Parágrafo único. Os trabalhos desenvolvidos pelos estagiários nas disciplinas dos cursos versarão, de maneira geral, sobre temas específicos da Indústria de Defesa, do Poder Nacional, da infraestrutura nacional como fator de desenvolvimento e defesa, da geopolítica, da logística e mobilização nacionais, da gestão de recursos de defesa, da inteligência estratégica, da integração e cooperação regionais, do Direito Internacional e Constitucional, da diplomacia, da Análise de Crise Internacional e das operações conjuntas e interagências.

Seção I

Do Programa de Pós-Graduação

Art. 9º O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - PPGESG, criado em 2017, abrangerá o curso de Pós-Graduação nível Stricto Sensu de mestrado acadêmico na área de concentração de Segurança Internacional e Defesa.

Art. 10. Em conformidade com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa em relação ao papel da ESG na formação de recursos humanos com conhecimento em assuntos de Defesa e na discussão e desenvolvimento de um pensamento brasileiro neste campo, em 2016, foi aprovado o Regimento de Pós-Graduação Stricto Sensu da ESG, tendo por metas:

I - capacitar recursos humanos para atuar no campo da Defesa;

II - ampliar a produção científica no campo da Defesa;

III - capacitar o docente e o discente a produzir novos conhecimentos a partir de atividade de pesquisa científica;

IV - promover a disseminação dos assuntos de Defesa junto à sociedade brasileira;

V- favorecer o intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior (IES), civis e militares, nacionais e internacionais;

VI - produzir trabalhos científicos que atendam às áreas de interesse do Ministério da Defesa; e

VII - formar pesquisadores e docentes para o ensino superior, para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na área da defesa, bem como de outras atividades profissionais, observando os aspectos éticos inerentes a essas atividades.

Seção II

Dos Cursos

Art. 11. Os Cursos a serem realizados pela ESG em 2018 são os seguintes:

I - na ESG Rio de Janeiro - RJ:

a) Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE);

b) Curso Superior de Defesa (CSD);

c) Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE);

d) Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN);

e) Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL);

g) Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (CPGSID); e

h) Programa de Atualização da Mulher (PAM);

II - na ESG Brasília - DF:

a) Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA);

b) Curso de Diplomacia de Defesa (CDIPLOD);

c) Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED); e

d) Curso de Análise de Crise Internacional (CACI);

III - em São Paulo - SP: Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD).

Seção III

Da equivalência dos cursos da ESG em nível de Pós-Graduação lato sensu

Art. 12. Os cursos ministrados pela Escola que atendem aos requisitos mínimos estabelecidos na Portaria Normativa Interministerial nº 1/MD/MEC, de 26 de agosto de 2015, são equivalentes aos cursos de pós-graduação lato sensu definidos na Resolução nº 1/2001, alterada pela Resolução nº 1/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Seção IV

Da destinação, duração e efetivo dos cursos

Art. 13. A destinação, duração e efetivo dos cursos da ESG, deverão observar o seguinte:

I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia:

a) o CAEPE destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados, do Distrito Federal e de Nações Amigas para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na Administração Pública, em especial nas áreas afetas à Defesa Nacional; e

b) o curso terá a duração de quarenta e duas semanas, iniciando em 19 de fevereiro e terminando em 7 de dezembro, com efetivo planejado de oitenta estagiários, sendo até oito de Nações Amigas;

II - Curso Superior de Defesa:

a) o CSD destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados, do Distrito Federal e das Nações Amigas para o exercício de funções de assessoramento de alto nível que envolvam assuntos de defesa, tanto no âmbito do Ministério da Defesa (MD) quanto nos demais órgãos governamentais de interesse da Defesa Nacional, promovendo a interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas Forças Armadas e pela ESG; e

b) o curso será desenvolvido em 7 semanas, distribuídas ao longo do ano, iniciando em 26 de fevereiro e terminando em 31 de agosto, com efetivo previsto de cento e setenta participantes, e será desenvolvido concomitantemente com os Cursos de Política e Estratégia - CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia), C-PEM (Curso de Política e Estratégia Marítimas), CPEAEx (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) e CPEA (Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais) - abrangendo assuntos comuns, inseridos nas áreas do conhecimento de Política, Defesa e Relações Internacionais;

III - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados:

a) o CDICA destina-se a preparar civis e militares para o exercício de funções de assessoramento de alto nível e de ensino que envolvam questões relativas à legislação dos conflitos armados, tanto no âmbito da Defesa nos organismos ligados ao DICA, no que toca à aplicação, respeito e garantia do cumprimento das normas internacionais de origem convencional ou consuetudinária; e

b) o curso terá a duração de seis semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância será realizada no período de 5 de fevereiro a 2 de março e a presencial no período de 5 a 16 de março, com efetivo planejado de quarenta estagiários, sendo até dez da Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP);

IV - Curso Superior de Inteligência Estratégica:

a) o CSIE destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício de funções de inteligência estratégica na Administração Pública e, em especial, nos órgãos ligados ao Sistema Brasileiro de Inteligência; e

b) o curso terá a duração de vinte e uma semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância será realizada de 19 a 23 de fevereiro e a presencial, de 26 de fevereiro a 13 de julho, com efetivo planejado de trinta estagiários;

V - Curso de Logística e Mobilização Nacional:

a) o CLMN destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal para atuar nos níveis gerenciais da Logística Nacional, bem como no assessoramento aos órgãos responsáveis pelo Sistema Nacional de Mobilização; e

b) o curso terá a duração de dezenove semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância será realizada de 2 a 13 de julho e a presencial, de 30 de julho a 23 de novembro, com efetivo planejado de trinta estagiários;

VI - Curso de Diplomacia de Defesa:

a) o CDIPLOD destina-se a desenvolver competências requeridas ao exercício dos cargos de adido às representações brasileiras no exterior e de assessor internacional de órgãos da alta administração pública, com ênfase nos interesses da Defesa Nacional conciliados com a Política Externa Brasileira; e

b) o curso terá a duração de oito semanas, sendo desenvolvido na modalidade presencial, no período de 10 de abril a 30 de maio, com três encontros semanais de quatro horas/aulas, nas manhãs de terça-feira a quinta-feira, salvo nas semanas em que houver feriado nacional, quando então será remanejado para a segunda-feira, com efetivo planejado de vinte e cinco estagiários, sendo até cinco de Nações Amigas;

VII - Curso de Estado-Maior Conjunto:

a) o CEMC destina-se a preparar oficiais superiores das Forças Armadas para o exercício de funções nos estados-maiores conjuntos e o desempenho de atividades que envolvam o planejamento e o emprego estratégico-operacional de forças militares em operações conjuntas ou executadas sob orientação e supervisão do MD, bem como capacitá-los às atividades de instrutória; e

b) o curso terá a duração de dezoito semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância terá duração de três semanas e será realizada de 25 de junho a 13 de julho. A fase presencial terá duração de quinze semanas e será realizada de 6 de agosto a 14 de novembro. O efetivo planejado é de vinte estagiários;

VIII - Curso de Gestão de Recursos de Defesa:

a) o CGERD destina-se a proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas e do Estado de São Paulo sobre conceitos de Defesa no Estado Moderno e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito da administração pública e privada; e

b) o curso terá a duração de oito semanas, sendo realizado em São Paulo, iniciando em 8 de maio e terminando em 28 de junho, com três encontros semanais de três horas/aula por dia, nas manhãs de terça-feira a quinta-feira, exceto nas semanas em que houver feriado nacional, quando será remanejado para a segunda-feira, com efetivo planejado de vinte e cinco estagiários;

IX - Curso de Altos Estudos em Defesa:

a) o CAED destina-se a preparar civis do alto nível da administração pública e militares das Forças Armadas e do Distrito Federal para o exercício de funções de direção e assessoramento e capacitar para a macro análise dos cenários nacional e internacional, de modo a possibilitar a avaliação de políticas e estratégias, em especial na área da Defesa Nacional; e

b) o curso terá a duração de trinta e sete semanas, iniciando em 27 de março e terminando em 13 de dezembro, com três encontros semanais de quatro horas/aula por dia, nas manhãs de terça-feira a quinta-feira, exceto nas semanas em que houver feriado nacional, quando será remanejado para a segunda-feira, com efetivo planejado de sessenta participantes;

X - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano:

a) o CAD-SUL destina-se a capacitar civis e militares que atuam na área de defesa dos países da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), proporcionando-lhes conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de um pensamento sul-americano de defesa, com base na cooperação e integração regionais; e

b) o curso terá a duração de cinco semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância terá duração de uma semana e será realizada de 3 a 6 de setembro. A fase presencial terá duração de quatro semanas e será realizada de 17 de setembro a 11 de outubro. O efetivo planejado é de vinte estagiários;

XI - Curso de Análise de Crise Internacional:

a) o CACI tem por objetivo capacitar especialistas para análise de crises internacionais, por intermédio de aparato teórico e modelagem conceitual, desenvolvendo habilidades interpretativas para aprofundar a compreensão da realidade política internacional contemporânea; e

b) o curso terá a duração de quatro semanas iniciando em 19 de novembro e terminando em 12 de dezembro, com três encontros semanais de três horas/aula por dia, nas manhãs de terça-feira a quinta-feira, exceto nas semanas em que houver feriado nacional, quando será remanejado para a segunda-feira, com efetivo planejado de vinte e cinco estagiários, sendo até cinco de Nações Amigas;

XII - Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa:

a) o CPGSID destina-se a preparar recursos humanos, civis e militares, no campo dos Estudos de Segurança Internacional e Defesa, capacitando-os tanto para produzir conhecimentos e pesquisa na área, quanto para atuar no campo da defesa;

b) o curso terá duração prevista de dois anos letivos, com efetivo planejado de vinte alunos; e

c) a carga horária, a equivalência de créditos, bem como o início e término do curso serão estabelecidos por meio do respectivo edital;

XIII - Programa de Atualização da Mulher:

a) o PAM destina-se a proporcionar, por meio de um programa de caráter flexível, conduzido por meio de palestras, conferências, painéis e atividades de caráter cultural, social e informativo, a ampliação e o aperfeiçoamento cultural da mulher, no interesse das comunidades civis e militares da ESG, ECEME, EGN, IME, CCFEEx e outras Instituições, Associações e Organizações relacionadas com a ESG; e

b) o Programa terá a duração de treze semanas, com início em 15 de agosto e término em 7 de novembro, tendo um encontro semanal de duas horas/aula nas manhãs das quartas-feiras, com efetivo planejado de cento e oitenta estagiárias.

Seção V

Das viagens e visitas de estudo

Subseção I

Das viagens de estudo

Art. 14. Serão planejadas viagens a regiões do território nacional e estrangeiro, com duração de até dez dias, para os diferentes cursos, conforme descrito a seguir:

I - CSD: duasviagens de estudo em território nacional;

II - CAED: duas viagens de estudo em território nacional;

III - CAEPE: duas viagens de estudo, sendo uma em território nacional e uma em território estrangeiro;

IV - CAD-SUL: uma viagem de estudo em território nacional;

V - CSIE: uma viagem de estudo em território nacional;

VI - CEMC: uma viagem de estudo em território nacional;

VII - CLMN: uma viagem de estudo em território nacional; e

VIII - CGERD: uma viagem de estudo em território nacional;

Subseção I

Das viagens de estudo

Art. 15. Serão planejadas visitas de estudo a setores de interesse dos Cursos, em princípio na realização dos cursos.

CAPÍTULO IV

DA INDICAÇÃO E INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

Art. 16. A Administração Central do MD (AC/MD), as Forças Armadas e as Nações Amigas convidadas procederão à indicação de seus militares e civis para participação nos cursos da ESG.

Art. 17. O processo de indicação e inscrição dos candidatos civis e militares estaduais e do Distrito Federal aos cursos da ESG iniciar-se-á com a expedição de convites, pelo MD, aos Ministérios, e pela ESG, às instituições públicas e privadas.

Art. 18. Os candidatos civis indicados aos cursos da ESG devem ser pessoas reconhecidas por suas instituições como de notável competência, com atuação relevante nos diversos segmentos da sociedade brasileira, e serão inscritos no processo seletivo se satisfizerem, preliminarmente, às seguintes condições, no que couber:

I - ter vida pregressa ilibada, assegurada por meio de declaração do órgão indicante, como parte do parecer da instituição a respeito do candidato, na qual manifeste o seu desconhecimento sobre qualquer processo de natureza criminal alusivo ao candidato, ratificada por meio de declaração do próprio no seu Formulário de inscrição;

II - ter ensino superior completo;

III - ter, no mínimo, cinco anos de experiência profissional;

IV - ter sido indicado, particularmente, por instituição convidada;

V - estar em atividade na instituição responsável pela indicação; e

VI - estar em exercício de cargo de nível superior.

Art. 19. A inscrição no processo seletivo será considerada se atendidas as seguintes condições:

I - recebimento pela ESG, até a data limite estabelecida nesta Diretriz, do ofício com os nomes e respectivos correios eletrônicos (endereço de e-mail) dos candidatos indicados pelas instituições convidadas;

II - atendimento, pelos candidatos, aos requisitos previstos no art. 18;

III - preenchimento, pelo candidato, do Formulário de Inscrição Online, (disponibilizado no link que será enviado por correio eletrônico aos candidatos indicados);

IV - envio eletrônico de todos os comprovantes das informações declaradas no Formulário de Inscrição Online (certificados, diplomas e documentos);

V - aceitação, pelas instituições convidadas, dos encargos de salários, diárias, ajudas de custo e demais despesas referentes aos seus candidatos, manifestada no Termo de Compromisso de Pagamento, a ser enviado eletronicamente; e

VI - envio eletrônico de parecer elaborado pela instituição convidada, assinado pela autoridade indicante.

Art. 20. O processo de inscrição do candidato ao CPGSID será definido por meio do edital específico a ser publicado pela ESG.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS PARA DESTINAÇÃO E OCUPAÇÃO DE VAGAS

Art. 21. O número de vagas para as Forças Singulares, em cada um dos cursos, será fixado e informado pela ESG, consideradas as necessidades das Forças Armadas, da AC/MD e as condições estruturais da Escola.

Art. 22. A destinação das vagas aos civis será feita levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - a formação acadêmica, a profissão e a experiência do candidato;

II - a região geográfica onde ele exerce suas atividades;

III - a instituição indicante;

IV - a representatividade de instituições e de gênero; e

V - o número total de vagas para o curso.

Art. 23. Para os militares dos Estados e do Distrito Federal, a destinação de vagas obedecerá ao critério da representatividade entre os Estados da Federação e o Distrito Federal, considerado o número total de vagas para o curso.

Art. 24. A destinação e a ocupação de vagas no CPGSID serão definidas no edital a ser publicado pela ESG, podendo ser estabelecido um determinado número de vagas a Oficiais do Serviço Ativo das Forças Armadas do Brasil que, voluntariamente, se candidatarem ao Curso, com o assentimento dos respectivos Comandos e em conformidade com critérios específicos estabelecidos pelas Forças.

Parágrafo único. Os candidatos militares serão submetidos ao mesmo processo seletivo e aos mesmos critérios estabelecidos para os candidatos civis, por ocasião do concurso.

CAPÍTULO VI

DO PREENCHIMENTO DE VAGAS

Art. 25. O preenchimento de vagas dar-se-á conforme os critérios estabelecidos a seguir:

I - Curso Superior de Defesa: terá suas vagas destinadas, exclusivamente, aos matriculados nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE, C-PEM, CPEAEx e CPEA;

II - Curso de Altos Estudos em Defesa:

a)civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) civis, oficiais-generais e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) militares do Distrito Federal (oficiais superiores do último posto) possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelo Governador do Distrito Federal e selecionados pela ESG.

III - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) civis, oficiais-generais e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares;

c) militares dos Estados e do Distrito Federal (oficiais superiores do último posto) possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governadores dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e oficiais superiores do último posto possuidores de Curso de Estado-Maior, indicados por Nações Amigas convidadas;

IV - Curso de Estado-Maior Conjunto: será destinado aos oficiais superiores das Forças Armadas, preferencialmente dos dois primeiros postos, possuidores de Curso de Estado-Maior, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares;

V - Curso Superior de Inteligência Estratégica:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG, com estágio ou experiência na área de Inteligência ou no Sistema Brasileiro de Inteligência;

b) militares das Forças Armadas (oficiais superiores dos dois primeiros postos) preferencialmente possuidores do Curso de Estado-Maior, com curso ou experiência na área de Inteligência, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares; e

c) militares dos Estados e do Distrito Federal (oficiais superiores dos dois primeiros postos) preferencialmente possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, com curso ou experiência na área de Inteligência, indicados pelos Governadores dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

VI - Curso de Logística e Mobilização Nacional:

a) civis indicados por instituição convidada, de interesse do Sistema Nacional de Mobilização e selecionados pela ESG;

b) oficiais superiores das Forças Armadas, preferencialmente, dos dois primeiros postos e possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares; e

c) militares dos Estados e do Distrito Federal, preferencialmente, oficiais superiores dos dois primeiros postos e possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governadores dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

VII - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano:

a) civis que atuem na área de defesa dos países-membros da UNASUL; e

b) oficiais superiores das Forças Armadas dos países-membros da UNASUL, preferencialmente, dos dois últimos postos, possuidores do Curso de Estado-Maior;

VIII - Curso de Gestão de Recursos de Defesa:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) oficiais superiores das Forças Armadas, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças; e

c) militares do Estado (oficiais superiores) indicados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e selecionados pela ESG;

IX - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados:

a) servidores ou assessores jurídicos indicados pelos ministérios e instituições convidadas;

b) civis e oficiais (preferencialmente oficiais superiores) das Forças Armadas, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares;

c) militares dos Estados e do Distrito Federal, preferencialmente oficiais superiores, indicados pelos Governadores dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e oficiais superiores indicados pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);

X - Curso de Diplomacia de Defesa:

a) oficiais das Forças Armadas, preferencialmente possuidores do Curso de Estado-Maior, com perspectivas de exercerem cargos de adidos militares ou de defesa ou de assessor na área internacional da Defesa Nacional;

b) civis indicados por ministérios e instituições convidadas e selecionados pela ESG, que atuem como negociadores internacionais ou que tenham atuação na área diplomática de defesa, com conhecimento na língua inglesa e espanhola; e

c) civis e oficiais superiores indicados por Nações Amigas convidadas;

XI - Curso de Análise de Crise Internacional:

a) oficiais superiores das Forças Armadas, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças;

b) civis da administração pública e de instituições convidadas que tenham perspectiva de exercerem funções como analista de inteligência, desenvolvedor de cenários, gestor de projetos estratégicos e assessores da área internacional; e

c) civis e militares dos Estados e do Distrito Federal indicados pelos Governadores dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e oficiais superiores indicados por Nações Amigas convidadas;

XII - Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa: terá suas vagas destinadas, exclusivamente, aos aprovados no processo de seleção, nas condições estabelecidas por meio do respectivo edital;

XIII - Programa de Atualização da Mulher: terá suas vagas destinadas, exclusivamente, a candidatas de comunidades civis e militares da ESG, ECEME, EGN, IME, CCFEEx e outras instituições, associações e organizações ligadas à ESG.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 26. O processo seletivo dos candidatos será realizado pela ESG, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - formação acadêmica;

II - produção acadêmica;

III - experiência profissional;

IV - representatividade dos cargos e funções públicas ou privadas;

V - equilíbrio entre profissões, gêneros, setores, órgãos de origem e regiões do País, no universo dos candidatos indicados; e

VI - interesse, para o MD e para a ESG, da participação do candidato no curso, em razão de sua potencial contribuição, experiência e notoriedade em determinada área do conhecimento ou do cargo que ocupe.

Art. 27. A seleção dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito federal realizada pela ESG será aprovada pelo Ministro de Estado da Defesa e publicada no Diário Oficial da União.

Art. 28. A seleção e a indicação de civis e militares das Forças Armadas serão realizadas pelos respectivos Comandos, encaminhadas à ESG, aprovadas pelo Ministro de Estado da Defesa e publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 29. Para estrangeiros (civis e militares) não haverá processo seletivo, baseando-se a matrícula na indicação pelo respectivo país, de acordo com os seguintes procedimentos:

I - a ESG informará à Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI) da Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) do MD o número de vagas disponíveis para os estrangeiros no CAD-SUL e no CAEPE, e sugerirá os países a serem convidados para o CAEPE;

II - a SCAI/CAE analisará as propostas da ESG e, ouvido o Ministério das Relações Exteriores (MRE), fará convites aos diversos países, encaminhando as informações necessárias;

III - após o recebimento das indicações pela AC/MD, a relação será encaminhada à ESG e publicada no Diário Oficial da União;

IV - para os estrangeiros (civis e militares), do CDICA, CDIPLOD e CACI o convite e a indicação serão realizados por intermédio da ESG Brasília e das representações estrangeiras em Brasília, com a participação do setor responsável do MD.

Art. 30. A ESG realizará seleção complementar, quando necessário.

Art. 31. A relação de candidatos selecionados para os cursos será divulgada na página eletrônica da ESG.

Art. 32. O processo seletivo para o CPGSID será estabelecido por meio do edital específico, a ser publicado pela ESG, sendo conduzido por uma Comissão de Seleção estabelecida por portaria do Comandante da ESG.

CAPÍTULO VIII

DA MATRÍCULA

Art. 33. A matrícula dos candidatos selecionados nos cursos será efetuada pelo Comandante da ESG, com publicação no Boletim Interno, após sua apresentação na Escola.

Art. 34. O Comandante da ESG poderá cancelar a matrícula ou desligar do curso o estagiário:

I - por solicitação da entidade de origem;

II - por motivo de saúde própria ou de familiar;

III - a pedido, mediante requerimento dirigido ao Comandante;

IV - quando for demonstrado desempenho insuficiente ou desinteresse pelo curso;

V - quando for evidenciada conduta ética incompatível; e

VI - se militar, por cometer transgressão disciplinar grave.

§ 1º O estagiário que tiver a matrícula cancelada ou for desligado do curso nas situações previstas, nos incisos IV, V e VI do caput não poderá vir a ser matriculado em nenhum outro curso da ESG.

§ 2º Para efeito do disposto no inciso IV, considera-se desempenho insuficiente ou desinteresse pelo curso:

a) falta às atividades programadas em número superior ao estabelecido;

b) aproveitamento insatisfatório;

c) descumprimento das prescrições escolares;

d) inadaptação à ESG; e

e) falta de cooperação nos trabalhos de grupo.

§ 3º No caso específico do CPGSID, o aluno terá direito ao trancamento de sua matrícula por um período máximo de um semestre letivo e no semestre seguinte ao trancamento, ele deverá matricular-se e inscrever-se, ao menos, em uma disciplina, sem o que terá a sua matrícula automaticamente cancelada.

§ 4º O aluno do CPGSID que tiver sua matrícula cancelada na situação prevista no inciso III do caput para a readmissão no Curso, deverá se submeter a um novo processo seletivo, obedecendo aos critérios estabelecidos no respectivo edital de seleção.

Art. 35. O processo seletivo aos Cursos mencionados neste artigo observarão o cronograma estabelecido nos seguintes Anexos:

I - CDICA - Anexo I;

II - CAEPE - Anexo II;

III - CSIE - Anexo III;

IV - CAED - Anexo IV;

V - CDIPLOD - Anexo V;

VI - CGERD - Anexo VI;

VII - CEMC - Anexo VII;

VIII - CLMN - Anexo VIII;

IX - CAD-SUL - Anexo IX; e

X - CACI - Anexo X.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Os recursos orçamentários necessários à implementação e execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino constam da Proposta Orçamentária da ESG.

Art. 37. Os diversos órgãos da AC/MD poderão sugerir à Escola a produção de conhecimentos sobre assuntos do seu interesse.

§ 2º As demandas de que trata caput serão detalhadas em instrumento específico a ser definido no ano anterior, com a consequente previsão orçamentária.

Art. 38. O fluxo de documentos de responsabilidade da ESG e da AC/MD, previsto no Anexo XI, deverá ser observado no encaminhamento das informações relativas Às atividades de estudo.

Art. 39. A ESG deverá incrementar a cooperação com instituições congêneres, universidades e think tanks nacionais e de outros países e a participação de conferencistas internacionais nos cursos e simpósios por ela promovidos, com o intuito de produzir conhecimento em sua área de atuação, especialmente os relacionados à Segurança Internacional e à Defesa Nacional.

Art. 40. A ESG deverá desenvolver atividades/programas de extensão com o objetivo de difusão e socialização dos conhecimentos sobre a área de defesa, permitindo maior integração entre a Escola e a comunidade na qual está inserida.

Art. 41. A ESG deverá estar em condições de planejar e realizar Curso Avançado de Defesa para os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAD-CPLP) para atender a compromissos específicos do Ministério da Defesa no âmbito da CPLP, em coordenação com a Subchefia de Assuntos Internacionais (SCAI) da Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE).

Art. 42. A ESG deverá estar em condições de planejar e realizar os Cursos de Formação e de Especialização para Gestor de Políticas Públicas de Defesa, para atender a interesses específicos do Ministério da Defesa.

Art. 43. Os casos não previstos, as excepcionalidades e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria Normativa serão dirimidas pelo Comandante da Escola Superior de Guerra.

Art. 44. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

ANEXO I

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS (CDICA)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 15 SET 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito Federal, efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 23 OUT 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD, pelas Forças Singulares e Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 23 OUT 2017 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 24 NOV 2017 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 05 JAN 2018 |

ANEXO II

CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (CAEPE)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 11 AGO 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito Federal, efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 20 SET 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD, pelas Forças Singulares e Nações Amigas. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 20 SET 2017 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 20 OUT 2017 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 8 DEZ 2017 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

CURSO SUPERIOR DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA (CSIE)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 18 AGO 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito Federal, efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 22 SET 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD e pelas Forças Singulares. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 22 SET 2017 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 30 OUT 2017 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 15 JAN 2018 |

ANEXO IV

CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE DEFESA (CAED)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 31 AGO 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos militares do Distrito Federal e civis, efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 17 NOV 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD e pelas Forças Singulares. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 17 NOV 2017 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 22 DEZ 2017 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 27 FEV 2018 |

ANEXO V

CURSO DE DIPLOMACIA DE DEFESA (CDIPLOD)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 19 OUT 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos civis efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 08 DEZ 2017 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD, pelas Forças Singulares e Nações Amigas. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 08 DEZ 2017 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 26 JAN 2018 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 06 MAR 2018 |

ANEXO VI

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 25 NOV 2018 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos militares do Estado de São Paulo e civis efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 26 JAN 2018 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD e pelas Forças Singulares. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 26 JAN 2018 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 23 FEV 2018 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 09 ABR 2018 |

ANEXO VII

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO (CEMC)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD e pelas Forças Singulares. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 11 MAI 2018 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 28 MAI 2018 |

ANEXO VIII

CURSO DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL (CLMN)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 05 MAR 2018 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito Federal, efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 23 MAR 2018 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD e pelas Forças Singulares. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 23 MAR 2018 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 27 ABR 2018 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 11 JUN 2018 |

ANEXO IX

CURSO AVANÇADO DE DEFESA SUL-AMERICANO (CAD-SUL)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pelos países, pela AC/MD e pelas Forças Singulares. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 03 AGO 2018 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 13 AGO 2018 |

ANEXO X

CURSO DE ANÁLISE DE CRISE INTERNACIONAL (CACI)

| ATIVIDADES | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Publicação, na página da ESG, das Instruções para a inscrição de candidatos ao processo seletivo. | ASA (ESG) | 25 MAI 2018 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito Federal, efetuadas pelos ministérios e instituições convidadas. | ASA (ESG) | 13 JUL 2018 |
| Data limite para recebimento das indicações dos candidatos selecionados pela AC/MD, pelas Forças Singulares e Nações Amigas. | ASSISTÊNCIAS/ASA (ESG) | 13 JUL 2018 |
| Data limite para inscrição *online* dos candidatos e envio de documentos. | CANDIDATOS | 24 AGO 2018 |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | ASA (ESG) | 26 OUT 2018 |

ANEXO XI

FLUXO DE DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE DA ESG E DA AC/MD

| DOCUMENTOS | RESPONSABILIDADES | PRAZOS |
|---|---|---|
| Proposta de assuntos de interesse da AC/MD para o ano de 2018 | AC/MD | 06 Nov 2017 |
| Sugestões de temas de monografia para o ano de 2018 | AC/MD | 24 NOV 2017 |
| Cópias das Monografias/2017 | ESG | 23 MAR 2018 |
| Sugestões para os cursos/2019 | AC/MD | 27 ABR 2018 |
| Proposta de Diretriz para 2019 | ESG | 10 AGO 2018 |
| Calendários e Currículos dos Cursos/2019 | ESG | 10 OUT 2018 |
| Pedidos de Cooperação de Ensino/2019 | ESG | 10 OUT 2018 |

**PORTARIA Nº 3.346/GM/MD, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do Art. 17, do Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

ADMITIR

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, os seguintes militares e personalidades brasileiras:

a) no grau de COMENDADOR

Ministro Substituto (TCU) ANDRÉ LUIS DE CARVALHO;

Ministro de Segunda Classe AUDO ARAUJO FALEIRO;

Ministro de Segunda Classe JOÃO PAULO SOARES ALSINA JÚNIOR;

Ministro de Segunda Classe JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO;

Ministro de Segunda Classe RODRIGO DE AZEREDO SANTOS;

Desembargadora Federal (Presidente TRF3) CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES;

Desembargador (Presidente TJ/AM) FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES;

Desembargador (Presidente TJ/SP) PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI;

Diretor-Geral (ABIN) JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA;

Chefe de Gabinete (MCTIC) CARLOS KOJI TAKAHASHI;

Secretário (SGP/MPDG) AUGUSTO AKIRA CHIBA;

Secretário (SDI/MPDG) HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA;

Secretário (SETIC/MPDG) MARCELO DANIEL PAGOTTI;

Desembargador Federal (TRF5) ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA;

Desembargador (TJ/BA) BALTAZAR MIRANDA SARAIVA;

Desembargadora (TJ/RN) MARIA ZENEIDE BEZERRA;

Desembargador HENRIQUE NELSON CALANDRA;

Senhor MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI;

Secretário-Geral da Presidência (STJ) MARCOS AURÉLIO PEREIRA BRAYNER;

Subchefe de Assuntos Parlamentares (SG/PR) MARIANGELA FIALEK;

Subprocurador-Geral de Justiça Militar CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI;

Consultor Jurídico (MD) IDERVÂNIO DA SILVA COSTA;

Procuradora da Fazenda Nacional CRISTINA LUISA HEDLER;

Presidente (TJM/MG) FERNANDO ANTÔNIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA;

Presidente (TJM/SP) SILVIO HIROSHI OYAMA;

Diretor (DEADI/SEORI/MD) ADRIANO PORTELLA DE AMORIM; e

Empresário ACÁCIO ROSA DE QUEIROZ FILHO.

b) no grau de OFICIAL

Secretária-Geral de Contencioso (AGU) ISADORA MARIA BELÉM ROCHA CARTAXO DE ARRUDA;

Procurador-Geral de Justiça (SP) GIANPAOLO POGGIO SMANIO;

Diretor (DEPES/SOF/MPDG) CLAYTON LUIZ MONTES;

Presidente (IBAMA) SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO;

Secretário (TCU) EGBERT NASCIMENTO BUARQUE;

Coordenadora-Geral (SDCI/MDIC) ANA CAROLINE SUZUKI BELLUCCI;

Coordenadora-Geral de Parcerias (SPPI/PR) VANIALUCIA LINS SOUTO;

Superintendente Regional (DPF-CE) DELANO CERQUEIRA BUNN;

Superintendente Regional (ABIN-CE) ROMMEL DE ALMEIDA E SILVA;

Conselheira ELISA MARIA ELVIRA BRETERNITZ;

Conselheira PATRÍCIA BARBOSA LIMA CÔRTES;

Conselheiro LUIS ANTÔNIO BORDA DE CARVALHO SILOS;

Secretário Estadual de Segurança Pública (SP) MÁGINO ALVES BARBOSA FILHO;

Secretário de Estado de Saúde Pública (PA) VITOR MANUEL DE JESUS MATEUS;

Deputado Estadual (SP) PAULO ADRIANO LOPES LUCINDA TELHADA;

Coronel QOBM (DF) HAMILTON SANTOS ESTEVES JÚNIOR;

Coronel QOPM (MG) HELBERT FIGUEIRÓ DE LOURDES;

Coronel QOBM (PE) MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA CUNHA FILHO;

Coronel QOPM (SP) NIVALDO CESAR RESTIVO;

Coronel QOPM (GO) FRANCISCO GERALDO PEREIRA;

Coronel QOPM (SP) Reformado MÁRIO FONSECA VENTURA;

Delegado de Polícia Federal ANGELO FERNANDES GIOIA;

Delegado de Policia Federal DANIEL LORENZ DE AZEVEDO;

Comandante-Geral (GCM/SP) ADELSON DE SOUZA;

Vice-Presidente (TJM/RS) FÁBIO DUARTE FERNANDES;

Assessor (DEORG/MD) EUGÊNIO MARCELLO BORGES PERES;

Procurador de Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE;

Professor-Doutor RAFAEL ANTONIO DUARTE VILLA;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Advogado da União LUIZ PALUMBO NETO;
Advogada da União PATRÍCIA CRUZ ANDRADE;
Advogado LUIS EDUARDO CAVALCANTI ANTUNES;
Advogado LUIZ CLÁUDIO SILVA ALLEMAND;
Engenheiro TARCÍSIO AURÉLIO BAKAUS;
Piloto ELOY BIESUZ;
Fotógrafo SEBASTIÃO RIBEIRO SALGADO JÚNIOR;
Senhora MAIZA SEABRA NOGUEIRA LANNES;
Senhor DAVI CHARLES GOMES;
Senhor GORDON FOX RULE (post-mortem);
Senhor MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO;
Senhor MÁRCIO NOBRE MIGON; e
Senhor PAULO EDUARDO MIGOTO DE GOUVEA.
c) no grau de CAVALEIRO
Prefeito de Chapecó/SC LUCIANO JOSÉ BULIGON;
Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias (SP) WILSON MARTINS POIT;
Secretário Municipal de Justiça (SP) ANDERSON POMINI;
Delegado (PC/RJ) EVARISTO PONTES MAGALHÃES;
Segundo Secretário (MRE) RAFAEL RODRIGUES PAULINO;
Senhora ELIANA TERESA XAVIER MARTINS;
Professora LUDMILA FONTENELE CAVALCANTI;
Professor ADILSON CEZAR;
Advogado AGOSTINHO TEIXEIRA;
Advogado JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA;
Médica CINIRA DE SOUZA CAMURÇA LIMA;
Engenheiro HENRIQUE DANIEL DE CAVALCANTE CARVALHO;
Engenheiro JORGE KUSHIKAWA;
Engenheiro RICARDO JAMIL HAJAJ;
Dentista RICARDO SAMPAIO VIDAL GUSMÃO;
Tabelião EGUIBERTO LIRA DO VALE;
Técnico Legislativo WANDERLEY RABELO DA SILVA;
Empresário ANTONINO FREIRE DA SILVA;
Empresário JOSÉ ANTONIO MENDES DE PODESTÁ;
Empresário JOSÉ CARLOS BERMUDEZ PALLAS;
Senhora IBLA DE CASTELLA MARTINS DE AZEREDO BASTOS FILHA;
Senhora JANETE ALVES DE SOUSA;
Senhora VANIA LICIA MORAES DE SOUZA PEREIRA;
Senhora VERA LUCIA DE OLIVEIRA SOUZA;
Senhor ANIBAL MARTINEZ;
Senhor ANTONIO JOSÉ DE CASTRO LYRA PORTO (post-mortem);
Senhor NARCISO LOURENÇO NASCIMENTO DE PAIVA;
Senhor NEY DE ARARIPE SUCUPIRA; e
Senhor SERGIO JOSÉ SALES MARINHO.
II - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, as seguintes personalidades estrangeiras:
a) no grau de OFICIAL
Senhor JOHN ATELA, Estados Unidos da América.
b) no grau de CAVALEIRO
Senhora OLGA PREGO LÓPEZ, Estados Unidos da América; e
Senhor JOAQUÍN JOSE BERMÚDEZ BONOSO, Espanha.

RAUL JUNGMANN

**PORTARIA Nº 3.347/GM/MD, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Inciso II do Art. 17, do Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e na qualidade de Presidente Efetivo do Conselho da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:
PROMOVER
I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, as seguintes personalidades brasileiras:
a.ao grau de COMENDADOR
Reitor (ITA) ANDERSON RIBEIRO CORREIA;
Ministro de Segunda Classe CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA;
Consultor Jurídico (COMAER) ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO;
Consultor Jurídico da União (PE) LUCIANO CAVALCANTI BATISTA;
Juiz-Auditor CARLOS HENRIQUE SILVA REINIGER FERREIRA; e
Juíza-Auditora TELMA ANGELICA FIGUEIREDO;
Empresário EDUARDO MARSON FERREIRA; e
Empresário REINALDO THEOCHARIS PAPAIORDANOU.
b.ao grau de OFICIAL
Juiz de Direito PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA; e
Empresário SERGIO ROBERTO ACQUESTA.

RAUL JUNGMANN

## SECRETARIA-GERAL

**PORTARIA Nº 3.399/SG/MD, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO-GERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Portaria nº 203, de 29 de junho 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:
Art.1º Delegar competência ao Diretor da Escola Superior de Guerra (ESG) para adotar providências relativas à realização de concurso público para o provimento de cargos de Professor da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, do Quadro de Pessoal do referido órgão, conforme estabelecido na Portaria nº 203/MP, de 29 de junho de 2017, publicada no DOU nº 124, de 30 de junho de 2017.
Parágrafo único. Caberá ao Diretor da ESG baixar as respectivas normas, subsequentes ao Edital nº 1/2017 - ESG, para a efetivação do referido concurso público, mediante a publicação de editais, portarias ou outro ato administrativo, de acordo com as disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

# Ministério da Educação

## SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**DECISÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

Processo nº 23000.032322/2017-70.
No uso das atribuições que me foram delegadas por meio da Portaria nº 120, de 9/3/2016, publicada no D.O.U. em 10/3/2016, DECIDO pela aplicação da sanção administrativa de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM a UNIÃO pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua publicação, em desfavor da empresa NOVETTI LOCAÇÃO E SERVIÇOS PARA ESCRITORIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.846.791/0001-14, por não ter mantido a proposta, previamente cadastrada no site Comprasnet, no Pregão eletrônico nº 19/2017. Previsão legal, art. 7º, da Lei nº 10.520, de 2002, bem como no item 8.4 do Pregão Eletrônico nº 19/2017, e no Acórdão 754/2015 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

JOSEMIR MARTINS DA SILVA
Subsecretário

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 767, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.003779/2017-69, resolve:
Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 049/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Psicologia Médica, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Anamaria Batista Nogueira, Sérgio Rossi Ribeiro e Sarah Angélica Teixeira da Cruz Silva. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**ATO Nº 1.508, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Prorrogar o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital n°. 12/2016 - UFPI, publicado no D.O.U. de 06/06/2016, para o provimento de vagas docentes da Carreira do Magistério Superior no Campus, "Ministro Reis Veloso", na cidade de Parnaíba - PI, de acordo com as disposições preliminares, gerais e aplicáveis à espécie, e às normas contidas no edital em referência. (considerando o Edital n°. 12/2016 - UFPI, publicado no D.O.U. de 06/06/2016; Homologação publicada no D.O.U. de 29/09/2016; o Processo n°. 23111.026819/2017-00).

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

CENTRO DE TECNOLOGIA

**PORTARIA Nº 21, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

A Diretora do Centro de Tecnologia no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 07/2017-CT, de 25.08.2017, publicado no DOU em 28.08.2017, o processo nº23111.023214/2017-59 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:
Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Departamento de Transporte, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Tecnologia, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificada a candidata Larisse Pinheiro Fontinele (1º lugar), aprovada para contratação.

NÍCIA BEZERRA FORMIGA LEITE

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**PORTARIA Nº 1.455, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.009242/2017-43, resolve:
Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Estatística e Ciências Atuariais/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 009/2017, publicado no D.O.U. em 05/05/2017, retificado pelo Edital de Retificação nº 01, publicado no D.O.U. em 13/06/2017, e publicado no Correio de Sergipe em 06/05/2017,conforme informações que seguem:

| | |
|---|---|
| Matérias de Ensino | Demografia, Atuária, Estatística, Modelagem Matemática, Estatística Experimental |
| Disciplinas | Demografia I e II, Técnicas Atuariais I e II, Estatística Não-Paramétrica, Econometria I e II, Estatística Experimental Agrícola, Planejamento de Experimentos I e II |
| Cargo/Nível | Professor Assistente-A - Nível I |
| Regime de Trabalho | Dedicação Exclusiva |
| Resultado Final | |
| Ampla Concorrência | 1º LUGAR: CLEBER MARTINS XAVIER - 64,77<br>2º LUGAR: TIE DIAS DE FARIAS COUTINHO - 62,08 |
| Cotas (Lei nº 12.990/14) | Nenhum candidato aprovado |
| Cotas (Decreto nº 3.298/99) | Nenhum candidato aprovado |

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

**PORTARIA Nº 1.456, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.008924/2016-58, resolve:
Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Educação Física/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 007/2017, publicado no D.O.U. em 31/03/2017 e no Correio de Sergipe em 01/04/2017, conforme informações que seguem:

| | |
|---|---|
| Matérias de Ensino | Fundamentos Biológicos da Atividade Física e Fundamentos da Atividade Física e Saúde |
| Disciplinas | Atividade Física, Crescimento e Desenvolvimento, Cineantropometria |
| Cargo/Nível | Professor Adjunto-A - Nível I |
| Regime de Trabalho | Dedicação Exclusiva |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| Resultado Final | |
|---|---|
| Ampla Concorrência | 1ª LUGAR: DANILO RODRIGUES PEREIRA DA SILVA - 89,01<br>2ª LUGAR:THAYSE NATACHA QUEIROZ FERREIRA GOMES- 84,70<br>3ª LUGAR: RICARDO AURELIO CARVALHO SAMPAIO - 81,05<br>4ª LUGAR: MICHAEL PEREIRA DA SILVA - 78,80<br>5ª LUGAR: NARA MICHELLE MOURA SOARES - 76,72 |
| Cotas (Lei nº 12.990/14) | Nenhum candidato aprovado |
| Cotas (Decreto nº 3.298/99) | Nenhum candidato aprovado |

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

**PORTARIA Nº 1.458, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.003903/2016-46, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Letras Estrangeiras/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 004/2017, publicado no D.O.U. em 17/02/2017, e no Correio de Sergipe em 23/02/2017, conforme informações que seguem:

| | |
|---|---|
| Matérias de Ensino | LIBRAS |
| Disciplinas | Escrita de Sinais I e II; LIBRAS III - VIII; Conversação em LIBRAS I - IV; Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS |
| Cargo/Nível | Professor Auxiliar - Nível I |
| Regime de Trabalho | Dedicação Exclusiva |
| Resultado Final | |
| Ampla Concorrência | 1º LUGAR: IRAMI BILA DA SILVA - 76,48<br>2º LUGAR: ALAN DAVID SOUSA SILVA - 68,56<br>3º LUGAR: IGOR DE ANDRADE ROCHA - 64,65<br>4º LUGAR: LUCAS FERREIRA DA SILVA - 60,30<br>5º LUGAR: LOUISE HENRIQUE SANTANA DOS ANJOS - 56,51<br>6º LUGAR: LAIZA SILVA REBOUCAS - 52,32 |
| Cotas (Lei nº 12.990/14) | 1º LUGAR: IRAMI BILA DA SILVA - 76,48 |
| Cotas (Decreto nº 3.298/99) | Nenhum candidato aprovado |

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

### CAMPUS CUIABÁ

**PORTARIA Nº 323, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

O DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO CAMPUS CUIABÁ - OCTAYDE JORGE DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº. 1.225 de 25.05.2017 e considerando a Portaria nº 1.729, de 09.09.2014 de delegação de competências aos Diretores Gerais de designação e dispensa de função, resolve:

I - Alterar a nomenclatura da função de Coordenação de Apoio a Diretoria de Sede, código FG-04; para Coordenação de Apoio ao Gabinete da Direção Geral, código FG-04;

II - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MARCOS VINÍCIUS SANTIAGO SILVA

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**PORTARIA Nº 986, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando os processos SEI nº 23000.031564/2017-46, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

| | Processo e-MEC | Instituição de Educação Superior (IES) | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES | Mantenedora Cedente, CNPJ | Mantenedora Adquirente, CNPJ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201711230 | Faculdade Pitágoras de Minas Gerais (1668) | Faculdade Pitágoras de Minas Gerais (1668)) | Central Shopping - Avenida Afonso Pena nº 1901, Bairro Centro - Belo Horizonte/MG | Anhanguera Educacional Ltda (2600) CNPJ nº 05.808.792/0001-49 | Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda (1204) CNPJ nº 03.239.470/0001-09 |

**PORTARIA Nº 987 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando os processos SEI nº 23000.026721/2017-00, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

| | Processo e-MEC | Instituição de Educação Superior (IES) | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES | Mantenedora Cedente, CNPJ | Mantenedora Adquirente, CNPJ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201601166 | Faculdade de Educação e Tecnologia Iracema (1295) | Faculdade de Educação e Tecnologia Iracema (1295) | Avenida Nossa Senhora do Bom Conselho nº 351, Bairro Campo Limpo - São Paulo/SP | Organização Educacional Morumbi Sul Ltda - EPP (863) CNPJ nº 69.095.446/0001-43 | Centro Educacional de Qualificação Profissional e Formação Continuada Castro Alves Ltda - ME (16464) CNPJ nº 14.063.332/0001-20 |

**PORTARIA Nº 988, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando os processos SEI nº 23000.012201/2015-40, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

| | Processo e-MEC | Instituição de Educação Superior (IES) | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES | Mantenedora Cedente, CNPJ | Mantenedora Adquirente, CNPJ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201501692 | Faculdade IDEAU (15351) | Centro de Ensino Superior Riograndense Marau CESURG (15351) | Rua Júlio Borella nº 3553, Bairro Centro - Maraú/RS | Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai Ltda (2112) CNPJ nº 03.323.948/0001-76 | Sociedade Educacional Maraú Ltda (16446) CNPJ nº 21.998.727/0001-80 |

**PORTARIA Nº 989, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Resolução nº 6, de 8 de julho de 2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e Portaria Normativa nº 19, de 28 de setembro de 2016, do Ministério da Educação, e considerando os processos SEI nº 23000.026731/2017-37, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o registro administrativo provisório da transferência de mantença da Instituição de Educação Superior discriminada na planilha anexa, na forma de aditamento ao seu ato de credenciamento, nos termos do § 4º, art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente.

§1º A mantenedora adquirente da instituição de educação superior assume responsabilidade integral de assegurar o financiamento da mantida, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo para os alunos.

§2º A mantenedora adquirente assume a responsabilidade pela guarda, organização e conservação do acervo documental da instituição de educação superior.

§3º Os processos e documentos protocolizados nesta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior pela instituição de educação superior discriminada na planilha anexa, ou por sua mantenedora cedente, terão tramitação regular, ficando a cargo da mantenedora adquirente a integral responsabilidade formal a seu respeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

| | Processo e-MEC | Instituição de Educação Superior (IES) | Denominação e sigla da IES após a Transferência | Endereço da IES | Mantenedora Cedente, CNPJ | Mantenedora Adquirente, CNPJ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201605736 | Faculdade Evangélica de Salvador (1937) | Faculdade Evangélica de Salvador - FACESA (1937) | Avenida Antônio Carlos Magalhães nº 3749, Bairro Pituba - Salvador/BA | Primeira Igreja Batista do Brasil (1273) CNPJ nº 13.530.753/0001-50 | IETC - Instituto Educacional Teológico e Cultural (16592) CNPJ nº 18.630.470/0001-02 |

**PORTARIA Nº 990, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelas Instituições de Educação Superior constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para análise e expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta será proferida no próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

| Nº de Ordem | Processo e-MEC | Instituição de Ensino Superior (Código) | Mantenedora (Código) | Código/Curso | Ato Autorizativo Aditado | Endereço Atual | Novo Endereço de Oferta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 201601469 | Faculdade Salesiana Dom Bosco - FSDB (2186) | Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazônia (1433) | (73816) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 270, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017. | (659030) Avenida Epaminondas, nº 57, Centro, Manaus/AM. | (1055700) Avenida Cosme Ferreira, nº 5.122, Zumbi dos Palmares, Manaus/AM. |
| 02 | 201601470 | Faculdade Salesiana Dom Bosco - FSDB (2186) | Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazônia (1433) | (54330) Curso de graduação em Serviço Social, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 578, de 30 de setembro de 2016, D.O.U. de 03 de outubro de 2016. | (659030) Avenida Epaminondas, nº 57, Centro, Manaus/AM. | (1055700) Avenida Cosme Ferreira, nº 5.122, Zumbi dos Palmares, Manaus/AM. |
| 03 | 201604083 | Faculdade DeVry João Pessoa - DVJP (15839) | SEPA - Sociedade Educacional da Paraíba LTDA (15205) | (1154912) Curso de graduação em Direito, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 14, de 27 de janeiro de 2016, D.O.U. de 29 de janeiro de 2016. | (1051913) Rua Silvino Lopes, nº 255, Tambaú, João Pessoa/PB. | (1052357) Rua Orlando Soares de Oliveira, nº 36, Miramar, João Pessoa/PB. |
| 04 | 201604501 | Faculdade Meta - FAMETA (2613) | União Educacional Meta LTDA-ME (1897) | (1257920) Curso de graduação em Educação Física, Licenciatura. | Autorização: Portaria SERES nº 671, de 11 de novembro de 2014, D.O.U. de 12 de novembro de 2014. | (707374) Rua Rubens Carneiro, nº 536, Abrahão Alab, Rio Branco/AC. | (1066379) Estrada Alberto Torres, - até 799/800, nº 947, Conjunto Mariana, Rio Branco/AC. |
| 05 | 201604502 | Faculdade Meta - FAMETA (2613) | União Educacional Meta LTDA-ME (1897) | (1257921) Curso de graduação em Nutrição, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 877, de 13 de novembro de 2015, D.O.U. de 16 de novembro de 2015. | (707374) Rua Rubens Carneiro, nº 536, Abrahão Alab, Rio Branco/AC. | (1066379) Estrada Alberto Torres, - até 799/800, nº 947, Conjunto Mariana, Rio Branco/AC. |
| 06 | 201605928 | Universidade Estácio de Sá - UNESA (163) | Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (119) | (19303) Curso de graduação em Direito, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC nº 67, de 12 de janeiro de 2006, D.O.U. de 13 de janeiro de 2006. | (1052443) Rua da Conceição, nº 1-35, Centro, Niterói/RJ. | (1073404) Avenida Visconde do Rio Branco, 4º andar, nº 511, Centro, Niterói/RJ |
| 07 | 201606629 | Instituição de Ensino Superior de Cacoal - FANORTE CACOAL (13792) | Unidade de Ensino Superior de Cacoal "PS" LTDA - ME (12705) | (1279827) Curso de graduação em Engenharia Civil, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 134, de 06 de maio de 2016, D.O.U. de 09 de maio de 2016. | (1066070) Rua Antônio de Paula Nunes, nº 1.064, Centro, Cacoal/RO. | (1076239) Rua Anísio Serrão, de 2170/2171 a 2518/2519, nº 2.325, Centro, Cacoal/RO. |
| 08 | 201607138 | Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza - FAMETRO (1978) | Empreendimento Educacional Maracanau LTDA (1297) | (51922) Curso de graduação em Administração, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 269, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017. | (658918) Rua Conselheiro Estelita, nº 500, Centro, Fortaleza/CE. | (1077726) Avenida Filomeno Gomes, nº 110, Jacarecanga, Fortaleza/CE. |
| 09 | 201608841 | Faculdade Doctum de Juiz de Fora - DOCTUM (2220) | Instituto Ensinar Brasil (218) | (1284100) Curso de graduação em Administração, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 601, de 29 de outubro de 2014, D.O.U. de 30 de outubro de 2014. | (1055149) Estrada Dom Orione, s/nº, Dom Bosco, Juiz de Fora/MG. | (1078156) Rua Onofre Oliveira Salles, nº 16, Santa Maria, Juiz de Fora/MG. |
| 10 | 201608842 | Faculdade Doctum de Juiz de Fora - DOCTUM (2220) | Instituto Ensinar Brasil (218) | (1284612) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 601, de 29 de outubro de 2014, D.O.U. de 30 de outubro de 2014. | (1055149) Estrada Dom Orione, s/nº, Dom Bosco, Juiz de Fora/MG. | (1078156) Rua Onofre Oliveira Salles, nº 16, Santa Maria, Juiz de Fora/MG. |
| 11 | 201610151 | Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza - FAMETRO (1978) | Empreendimento Educacional Maracanau LTDA (1297) | (118956) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 576, de 30 de setembro de 2016, D.O.U. de 03 de outubro de 2016. | (1055291) Avenida Padre Ibiapina, nº 1.243, Jacarecanga, Fortaleza/CE. | (1077726) Avenida Filomeno Gomes, nº 110, Jacarecanga, Fortaleza/CE. |
| 12 | 201610748 | Faculdade de Ciências do Tocantins - FACIT (14947) | Faculdade de Ciências do Tocantins LTDA - FACIT - ME (12440) | (1110653) Curso de graduação em Administração, Bacharelado. | Reconhecimento: Portaria SERES nº 181, de 12 de maio de 2016, D.O.U. de 13 de maio de 2016. | (1047571) Rua D, Quadra 11, Lote 10, nº 25, George Yunes, Araguaína/TO. | (1069563) Rodovia TO-222, Lote 02-A,Gleba 03, Loteamento Zona Lontra, Araguaína/TO. |
| 13 | 201615540 | Instituto de Direito Público de São Paulo (17672) | Sociedade Jurídica de Ensino LTDA (15777) | (1185397) Curso de graduação em Direito, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 538, de 21 de julho de 2015, D.O.U. de 22 de julho de 2015. | (1058855) Avenida da Liberdade, nº 532, Liberdade, São Paulo/SP. | (1079869) Rua Itapeva, Térreo, 1º, 2º e 3º andar, nº 538, Bela Vista, São Paulo/SP. |
| 14 | 201700269 | Universidade Estácio de Sá - UNESA (163) | Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (119) | (41315) Curso de graduação em Direito, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 272, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017. | (436) Estrada do Capenha, nº 1535/1571, Jacarepaguá-Freguesia, Rio de Janeiro/RJ. | (1814) Rua André Rocha, nº 838, Taquara, Rio de Janeiro/RJ. |
| 15 | 201700271 | Universidade Estácio de Sá - UNESA (163) | Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (119) | (4933) Curso de graduação em Psicologia, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 272, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017. | (420) Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 2.900, lado par, 2.752-3.040, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ. | (448) Avenida das Américas, Bloco 11, nº 4.200, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ. |
| 16 | 201709633 | IMP de Ensino Superior - IMP - IMP (1739) | CESCO - Centro de Ensino Superior do Centro Oeste LTDA (1151) | (68184) Curso de graduação em Letras, Licenciatura. | Reconhecimento: Portaria SESU nº 1268, de 19 de agosto de 2009, D.O.U. de 20 de agosto de 2009. | (658729) QS 05 Rua 300 Lote 01, Águas Claras, 01, Areal, Brasília/DF. | (1073369) Rua 55ª, Lote 11, Centro, São Sebastião, Brasília/DF. |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 991, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelas Instituições de Educação Superior constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para análise e expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta será proferida no próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

| Nº de Ordem | Processo e-MEC | Instituição de Ensino Superior (Código) | Mantenedora (Código) | Código/Curso | Ato Autorizativo Aditado | Endereço Atual | Novo Endereço de Oferta |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 201354206 | Faculdade Tamandaré - FAT (2651) | Sociedade Assistencial de Educação e Cultura (107) | (73697) Curso de graduação em Fisioterapia, Bacharelado. | Autorização: Portaria MEC nº 2498, de 19 de agosto de 2004, D.O.U. de 20 de agosto de 2004. | (659255) Rua T-27, nº 1.374, Setor Bueno, Goiânia/GO. | (1063513) Rua T-53, Quadra 92, Lotes 10 e 11, nº 1.336, Setor Bueno, Goiânia/GO. |
| 02 | 201504424 | IMP de Ensino Superior - IMP - IMP (1739) | CESCO - Centro de Ensino Superior do Centro Oeste LTDA (1151) | (82564) Curso de graduação em Administração, Bacharelado. | Reconhecimento: Portaria SESU nº 671, de 08 de maio de 2009, D.O.U. de 11 de maio de 2009. | (1005339) CSG 09 Setor Sul, 15/16, Taguatinga, Brasília/DF. | (1073369) Rua 55ª, Lote 11, Centro, São Sebastião, Brasília/DF. |
| 03 | 201504425 | IMP de Ensino Superior - IMP - IMP (1739) | CESCO - Centro de Ensino Superior do Centro Oeste LTDA (1151) | (47945) Curso de graduação em Filosofia, Licenciatura. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 109, de 25 de junho de 2012, D.O.U. de 26 de junho de 2012. | (658729) QS 05 Rua 300 Lote 01, Águas Claras, 01, Areal, Brasília/DF. | (1073369) Rua 55ª, Lote 11, Centro, São Sebastião, Brasília/DF. |
| 04 | 201504427 | Instituto Superior de Ciências da Saúde - INCISA (2552) | IMAM Instituto Mineiro de Acupuntura e Massagens LTDA (1663) | (58384) Curso de graduação em Ciências Biológicas, Licenciatura. | Reconhecimento: Portaria SESU nº 428, de 27 de abril de 2010, D.O.U. de 28 de abril de 2010. | (696636) Avenida Barão Homem de Melo, nº 4.324, Estoril, Belo Horizonte/MG. | (1073372) Avenida do Contorno, - de 4282 a 4686 - lado par, nº 4.498, Funcionários, Belo Horizonte/MG. |
| 05 | 201504428 | Instituto Superior de Ciências da Saúde - INCISA (2552) | IMAM Instituto Mineiro de Acupuntura e Massagens LTDA (1663) | (84344) Curso de graduação em Gestão de Recursos Hídricos, Tecnológico. | Reconhecimento: Portaria SERES nº 127, de 19 de março de 2013, D.O.U. de 20 de março de 2013. | (696636) Avenida Barão Homem de Melo, nº 4.324, Estoril, Belo Horizonte/MG. | (1073372) Avenida do Contorno, - de 4282 a 4686 - lado par, nº 4.498, Funcionários, Belo Horizonte/MG. |
| 06 | 201510294 | Faculdade São Salvador - FSS (2581) | SEEB - Sociedade de Estudos Empresariais Avançados da Bahia LTDA (1676) | (92015) Curso de graduação em Direito, Bacharelado. | Reconhecimento: Portaria SERES nº 248, de 31 de maio de 2013, D.O.U. de 03 de junho de 2013. | (659224) Rua General Labatut, nº 373, Barris, Salvador/BA. | (1074670) Rua Professora Guiomar Florence, nº 191, Parque Bela Vista, Salvador/BA. |
| 07 | 201511089 | Faculdades OPET (5403) | OPET Organização Paranaense de Ensino Técnico LTDA (844) | (39873) Curso de graduação em Administração, Bacharelado. | Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 270, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017. | (660066) Rua Nilo Peçanha, nº 1.635, Bom Retiro, Curitiba/PR. | (1926) Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 902, Rebouças, Curitiba/PR. |
| 08 | 201511263 | Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins - FCJP (2702) | UNEST - União Educacional de Ensino Superior do Médio Tocantins LTDA - ME (1546) | (90573) Curso de graduação em Direito, Bacharelado. | Reconhecimento: Portaria SERES nº 193, de 24 de junho de 2011, D.O.U. de 27 de junho de 2011. | (659266) Avenida Alfredo Nasser, nº 843, Centro, Paraíso do Tocantins/TO. | (1075997) Avenida Transbrasiliana, Lotes 1, 2, 3, 4 e 5, Quadra 27, nº 2625, Vila Milena, Paraíso do Tocantins/TO. |
| 09 | 201511326 | Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - Caxias do Sul - FTSG (11563) | Sociedade Educacional Santa Tereza LTDA (3295) | (1259027) Curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico. | Autorização: Portaria SERES nº 489, de 26 de junho de 2015, D.O.U. de 29 de junho de 2015. | (147207) Os Dezoito do Forte, nº 2.366, São Pelegrino, Caxias do Sul/RS. | (1075206) Rua Marechal Floriano, nº 1.229, Centro, Caxias do Sul/RS. |
| 10 | 201600011 | Faculdade dos Guararapes - FG (14002) | SOCEC- Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura LTDA (1198) | (1204383) Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 584, de 17 de agosto de 2015, D.O.U. de 18 de agosto de 2015. | (1043958) Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, Loja 12, nº 1.818, Pina, Recife/PE. | (1066459) Avenida Governador Carlos de Lima Cavalcanti, nº 110, Boa Vista, Recife/PE. |
| 11 | 201600012 | Faculdade dos Guararapes - FG (14002) | SOCEC- Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura LTDA (1198) | (1205114) Curso de graduação em Engenharia de Produção, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 622, de 04 de setembro de 2015, D.O.U. de 08 de setembro de 2015. | (1043958) Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, Loja 12, nº 1.818, Pina, Recife/PE. | (1066459) Avenida Governador Carlos de Lima Cavalcanti, nº 110, Boa Vista, Recife/PE. |
| 12 | 201600646 | Faculdade do Pantanal Matogrossense - FAPAN (2961) | Centro de Educação do Pantanal LTDA - EPP (1920) | (1284937) Curso de graduação em Enfermagem, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 398, de 29 de maio de 2015, D.O.U. de 1º de junho de 2015. | (659359) Avenida Sete de Setembro, Sala 3, s/nº, DNER, Cáceres/MT. | (1050405) Avenida São Luiz, nº 2.522, Cidade Nova, Cáceres/MT. |
| 13 | 201601168 | Faculdade do Sul - FACSUL (2944) | UNIC Educacional LTDA (15801) | (1300373) Curso de graduação em Biomedicina, Bacharelado. | Autorização: Portaria SERES nº 914, de 27 de novembro de 2015, D.O.U. de 30 de novembro de 2015. | (1036765) Rua Jose Soares Pinheiro, nº 565, Centro, Itabuna/BA. | (1047527) Avenida José Soares Pinheiro, nº 1.191, Centro, Itabuna/BA. |

**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**
Em 18 de setembro de 2017

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000400/2013-43

Nº 181 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 191/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE CALDAS NOVAS - UNICALDAS (cód.1395):

I-A revogação das medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 198, de 2012;

II-o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000400/2013-43, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006.

III-A notificação da instituição do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC nº 23709.019893/2013-95.

Nº 182 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 189/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE BRASÍLIA DE SÃO PAULO (cód. 3749), mantida pela FACULDADE BRASÍLIA DE SÃO PAULO (cód. 803), CNPJ nº 96.522.461/0001-01, que:

(i)seja arquivado o processo MEC n° 23709.019893/2013-95, com fundamento no parágrafo único do art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

(ii)ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas, por meio do Despacho SERES/MEC nº 98, de 2015;

(iii)fica mantido o trâmite do processo regulatório de descredenciamento voluntário SEI nº 23000.007189/2013-94, sendo vedado o cancelamento ou arquivamento do processo até a expedição do respectivo ato, sob pena de imediata adoção de medidas para aplicação de penalidades previstas no Decreto nº 5.773, de 2006;

(iv)fica Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC nº 23709.019893/2013-95.

Nº 183 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 190/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE TECNOLOGIA DE NOVA ANDRADINA (cód. 4693), mantida pelo CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA ANDRADINA (cód. 2987), CNPJ 07.641.881/0001-79, que:

I.seja arquivado o processo MEC n° 23000.020710/2013-84, com fundamento no parágrafo único do art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

II.ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas, por meio do Despacho SERES/MEC nº 98, de 2015;

III.fica mantido o trâmite do processo regulatório de descredenciamento voluntário SEI nº 23000.028083/2016-72, sendo vedado o cancelamento ou arquivamento do processo até a expedição do respectivo ato, sob pena de imediata adoção de medidas para aplicação de penalidades previstas no Decreto nº 5.773, de 2006;

IV.fica Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

**RETIFICAÇÃO**

Nas Portarias nº 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290 e 291, de 4 de março de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicadas no Diário Oficial da União nº 66, de 5 de abril de 2017, Seção 1, páginas 13 e 18, onde se lê: "de 4 de março de 2017", leia-se "de 4 de abril de 2017". Nota Técnica nº 101/2017/CGCIES/DIREG/SERES/SERES, de 14/09/2017, SEI nº 23000.034347/2017-16 (Registros respectivos do Sistema e-MEC nº 201108535; 201108537; 201209264; 201302158; 201302160; 201358829; 201358967; 201358968; 201358969; 201358979; 201358981; 201359915; 201361040; 201364620; 201504625, 201416445, 201416440, 201504626 e 201108521).

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

**PORTARIAS DE 29 DE AGOSTO DE 2017**

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

N° 4.564 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Hidroterapia, Ergonomia, Fisioterapia Dermatofuncional, Fisioterapia Geral e Estágio Supervisionado, realizado pela UAE de Ciências da Saúde da Regional Jataí, objeto do Edital nº 29, publicado no D.O.U. de 16/05/2016, homologado através do Edital nº 150, publicado no D.O.U. de 06/10/2016, seção 3, pág. 59. (Processo nº 23070.006533/2016-42,)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

N° 4.564 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Hidroterapia, Ergonomia, Fisioterapia Dermatofuncional, Fisioterapia Geral e Estágio Supervisionado, realizado pela UAE de Ciências da Saúde da Regional Jataí, objeto do Edital nº 29, publicado no D.O.U. de 16/05/2016, homologado através do Edital nº 150, publicado no D.O.U. de 06/10/2016, seção 3, pág. 59. (Processo nº 23070.006533/2016-42)

N° 4.566 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Clínica Médica: Medicina de Família e Comunidade e Estágios Supervisionados, realizado pela Faculdade de Medicina, objeto do Edital nº 29, publicado no D.O.U. de 16/05/2016, homologado através do Edital nº 151, publicado no D.O.U. de 06/10/2016, seção 3, pág. 59. (Processo nº 23070.006528/2016-30)

N° 4.567 - Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Oncologia Clínica/Clínica Médica, realizado pela Faculdade de Medicina, objeto do Edital nº 17, publicado no D.O.U. de 01/04/2016, homologado através do Edital nº 153, publicado no D.O.U. de 06/10/2016, seção 3, pág. 59. (Processo nº 23070.003449/2016-77)

ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
## PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 1.229, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, nos termos do inciso I, art. 13 da Resolução 22/1998 - CEPE, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 24/2017 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS

1.1.1 - Seleção 91: Departamento de Matemática - Processo nº 23071.015178/2017-73 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | DANIEL ALEXIS GUTIERREZ PACHAS | 7,20 |
| 2º | ANDERSON CORRÊA PORTO | 6,70 |

1.2 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALARADES

1.2.1 - Seleção 95: Departamento de Educação Física - Processo nº 23071.014662/2017-85 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | JOÃO PAULO NOGUEIRA DA ROCHA SANTOS | 8,55 |
| 2º | GABRIELA FERNANDES LOPES | 7,50 |

1.2.2 - Seleção 96: Departamento de Educação Física - Processo nº 23071.014663/2017-20 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | BEATRIZ MAGALHÃES PEREIRA | 9,34 |

1.2.3 - Seleção 97: Departamento de Farmácia - Processo nº 23071.014607/2017-95 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| 1º | JÚNIA CARLA DE OLIVEIRA ALVES | 7,79 |

1.3 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAMPUS GOVERNADOR VALARADES

1.3.1 - Seleção 100: Departamento de Administração - Processo nº 23071.014833/2017-76 - Nº Vagas: 01 (uma)

| Classificação | Nome | Nota |
|---|---|---|
| NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS | | |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

### PORTARIA Nº 791, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o constante do Art. 19, inciso XX do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Prorrogar por 01 (hum) ano, a partir de 29 de setembro de 2017, o prazo de validade do Concurso Público para cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital Nº 5, de 23 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 24/05/2016, Nº 98, Seção 3, páginas 87-89, homologado pela Portaria de Homologação Nº 880, de 27 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2016, Nº 188, seção 1, página 642.

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
## PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
## DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

### PORTARIA Nº 688, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.047267/2016-99 e do item 14.6 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 23 de dezembro de 2017, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, do Centro de Comunicação e Expressão, campo de conhecimento: Linguística/Linguística Aplicada/Teoria e Análise Linguística, objeto do Edital n° 033/DDP/PRODEGESP/2016 de 18 de agosto de 2016, e homologado pela Portaria n° 1066/DDP/2016 publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2016

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

### PORTARIA Nº 689, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.038850/2016-17 e do item 14.6 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 15 de dezembro de 2017, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Pediatria, do Centro de Ciências da Saúde, campo de conhecimento: Ciências da Saúde/Medicina/Medicina II/Pediatria, objeto do Edital n° 033/DDP/PRODEGESP/2016 de 18 de agosto de 2016, e homologado pela Portaria n° 1031/DDP/2016 publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2016.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

# Ministério da Fazenda

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 403, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, incisos I, II e III, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, bem como ajustar o detalhamento dos Anexos I, II e III da Portaria MF nº 380, de 10 de agosto de 2017, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|
| 51000 Ministério do Esporte | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |
| Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores. | | | | |

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|
| 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 59.867 | 59.867 | 59.867 | 59.867 |
| 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | 12.126 | 12.126 | 12.126 | 12.126 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 30000 Ministério da Justiça e Cidadania | 142.000 | 142.000 | 142.000 | 142.000 |
| 71102 Encargos Financeiros da União - MPDG | 95.000 | 95.000 | 95.000 | 95.000 |
| Total | 308.993 | 308.993 | 308.993 | 308.993 |

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|
| 20000 Presidência da República | 4.333 | 4.333 | 4.333 | 4.333 |

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|
| 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | 4.440 | 4.440 | 4.440 | 4.440 |
| 30000 Ministério da Justiça e Cidadania | 45.000 | 45.000 | 45.000 | 45.000 |
| Total | 49.440 | 49.440 | 49.440 | 49.440 |

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

| ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | Até Set | Até Out | Até Nov | Até Dez |
|---|---|---|---|---|
| 51000 Ministério do Esporte | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 |

Nota: não inclui emendas PAC.

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
## SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 18 de setembro de 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SP2017/159
(SEI 19957.002813/2017-10)
BR INSURANCE CORRETORA DE SEGUROS S.A
Objeto:Apurar eventual responsabilidade, conforme participação no período correspondente de atuação na Br Insurance Corr. Seguros S.A.: (i) Diretoria (Miguel Longo Jr; Bruno R F Martins; Bruno G Carobrez; Luiz R M S Oliveira; Marcelo M Epperlein), por infração aos arts. 176 e 177, §§ 3º e 5o, da Lei 6.404/76 e art. 14 da I-CVM nº 480/09; (ii) Conselho de Administração (Miguel R Gherrize), por infração aos arts. 142, III e V, e 153 da Lei 6.404/76 e art. 14 da I-CVM no 480/09; (iii) Comitê de Auditoria (Francisco Papellás Fo; Paulo A Baraldi), por infração ao art. 153 da Lei 6.404/76 e art. 14 da I-CVM no 480/09, por, respectivamente, (i) fazerem elaborar/(ii) decidir ou (iii) recomendarem divulgar demonstrações financeiras de 31.12.14 (i; ii; iii), e 30.06 e 30.09.15 (i), com as deficiências e inconsistências descritas no § 61 do Termo de Acusação.
Assunto: Pedido de unificação de prazo para apresentação de defesas.

| Acusados | Advogados |
|---|---|
| BRUNO GONÇALVES CAROBREZ | Décio Frignani Junior OAB/SP 148.636 |
| BRUNO RAFAEL FERREIRA MARTIN | Décio Frignani Junior OAB/SP 148.636 |
| FRANCISCO PAPELLÁS FILHO | César Moreno OAB/ SP 165.075 |
| LUIZ ROBERTO MESQUITA DE SALLES OLIVEIRA | Décio Frignani Junior OAB/SP 148.636 |
| MARCELO MOOJEN EPPERLEIN | Décio Frignani Junior OAB/SP 148.636 |
| MIGUEL LONGO JÚNIOR | César Moreno OAB/ SP 165.075 |
| MIGUEL ROBERTO GHERRIZE | César Moreno OAB/ SP 165.075 |
| PAULO ANTONIO BARALDI | César Moreno OAB/ SP 165.075 |

Trata-se de pedidos de unificação de prazo para apresentação de defesas, formulados, em conjunto, por todos os acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo nova data para apresentação de defesas em 30/11/2017, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

## COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

### PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM Nº RJ2014/10556 - FORJAS TAURUS S.A.
Data: 24.10.2017 - terça-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Pablo Renteria
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade de acionistas e membros do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A. pelo descumprimento do disposto no §1º do art. 115 da Lei nº 6.404/76

| Acusados | Advogados |
|---|---|
| Luis Fernando Costa Estima | Julian Fonseca Peña Chediak - OAB/RJ nº 78.241<br>Julio Maia Vidal - OAB/RJ nº 125.312<br>Breno Casiuch - OAB/RJ nº 165.548<br>Fernanda Akiyo Mitsuya - OAB/RJ nº178.830 |
| Fernando José Soares Estima | Julian Fonseca Peña Chediak - OAB/RJ nº 78.241<br>Julio Maia Vidal - OAB/RJ nº 125.312<br>Breno Casiuch - OAB/RJ nº 165.548<br>Fernanda Akiyo Mitsuya - OAB/RJ nº 178.830 |

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2017.
CINTIA PEREIRA DE ALMEIDA
Chefe
Em exercício

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
## SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

### ATOS DECLARATÓRIOS DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Nº 15.874 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a RAFAEL GONZALEZ MOYANO, CPF nº 313.733.498-59, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.875 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a FTA GESTÃO DE RECURSOS LTDA, CNPJ nº 27.445.498, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.876 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a OPUS GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA., CNPJ nº 27.946.859, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.877 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FABRIZZIO SOLLITO MARCHETTI, CPF nº 370.084.218-00, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.878 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a K2 INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.012.975, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.879 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a DUNAMIS TRADING GESTÃO DE RECURSOS LTDA, CNPJ nº 27.990.568, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.880 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CBS, CNPJ nº 32.500.613, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.881 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a JOÃO PAULO BRASIL PESSOA DE QUEIROZ, CPF nº 131.806.287-07, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

### RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF nº 17, de 6 de setembro de 2017, publicado no DOU de 8 de setembro de 2017, Seção 1, página 682, na linha referente ao Estado da Bahia:
Onde se lê:

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *BA | 4,0500 | 4,2000 | 3,4800 | 3,3200 | 4,0700 | 4,6500 | - | 3,2010 | 2,4400 | - | - | - |

Leia-se:

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BA | 3,9900 | 4,2000 | 3,3600 | 3,1600 | 4,0700 | 4,6500 | - | 3,2010 | 2,4400 | - | - | - |

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

### PORTARIA Nº 948, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade - PARR.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o caput e incisos XIII e XVIII do art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, aprovado pela Portaria Nº 36, de 24 de janeiro de 2014, do Ministro de Estado da Fazenda, bem como o art. 131, § 3º, da Constituição Federal, o art. 12 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o art. 135 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o Decreto-Lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade de terceiros pela prática da infração à lei consistente na dissolução irregular de pessoa jurídica devedora de créditos inscritos em dívida ativa administrados pela PGFN.

Art. 2º O Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade - PARR será instaurado por iniciativa da unidade descentralizada da PGFN responsável pela cobrança de débito inscrito em dívida ativa em face de pessoa jurídica devedora.

Parágrafo único. O procedimento será realizado contra o terceiro cuja responsabilidade se pretende apurar e deverá indicar especificamente os indícios da ocorrência da dissolução irregular da pessoa jurídica devedora, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da pessoa jurídica cuja dissolução irregular é apontada;

II - identificação do terceiro em face do qual o procedimento foi instaurado;

III - elementos de fato que caracterizaram a dissolução irregular da pessoa jurídica;

IV - fundamentos de direito da imputação da responsabilidade pela dívida ao terceiro; e

V - discriminação e valor consolidado dos débitos inscritos em dívida ativa objeto do procedimento.

Art. 3º. Atendidos os requisitos previstos nesta Portaria, o PARR será iniciado mediante a notificação, por carta com aviso de recebimento, do terceiro ao qual se imputa responsabilidade, para, querendo, apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, impugnação.

§ 1º Caso resulte frustrada a notificação de que trata o caput, esta será realizada por meio de publicação oficial.

§ 2º Será franqueada ao interessado, mediante acesso ao Centro Virtual de Atendimento da PGFN (e-CAC PGFN), disponível no sítio da PGFN na internet (www.pgfn.gov.br), a consulta ao procedimento instaurado, contendo os respectivos fundamentos e as informações relacionadas à cobrança.

Art. 4º. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente por meio do e-CAC da PGFN e deverá trazer elementos aptos para demonstrar a inocorrência de dissolução irregular ou a ausência de responsabilidade pelas dívidas.

§ 1º Será possível a juntada de documentos, devendo a impugnação, preferencialmente, ser instruída com:

I - Qualificação completa (nome, CPF, RG, profissão e estado civil) e endereço físico e eletrônico atualizado do impugnante;

II - Cópia dos documentos que comprovem o regular funcionamento da pessoa jurídica, como notas fiscais, livros contábeis e fiscais, extratos bancários, relação de empregados e comprovação do pagamento de tributos correntes; e

III - Outros documentos que infirmem os indícios de encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica devedora ou demonstrem a sua ausência de responsabilidade em relação às dívidas em cobrança.

§ 2º A impugnação deverá se limitar à discussão objeto do PARR.

§ 3º Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio do e-CAC PGFN, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

Art. 5º. A impugnação será apreciada por Procurador da Fazenda Nacional em exercício na unidade descentralizada responsável pela inscrição em dívida ativa.

§ 1º A decisão será proferida no prazo de até trinta dias corridos, prorrogável por igual período.

§ 2º A decisão deverá conter motivação explícita, clara e congruente, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que amparam a conclusão adotada, sem prejuízo da possibilidade de emprego da técnica de fundamentação referenciada.

Art. 6º. O interessado será notificado da decisão por meio do e-CAC da PGFN, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de dez dias corridos, sem efeito suspensivo.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser apresentado através do e-CAC PGFN e deverá expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

§ 2º Caso a autoridade responsável pela decisão recorrida não a reconsidere, encaminhará o recurso à autoridade superior, que poderá, de ofício ou a pedido, atribuir efeito suspensivo ao recurso.

§ 3º A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida Ativa nas unidades Regionais, o Procurador-Chefe ou o Procurador-Seccional da unidade descentralizada, desde que estes não sejam os responsáveis pela iniciativa da cobrança ou pela decisão recorrida, hipóteses em que o recurso deverá ser submetido à respectiva autoridade imediatamente superior.

§ 4º O julgamento do recurso administrativo observará o disposto no § 2º do art. 5º.

§ 5º Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelo interessado, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com o do PARR.

Art. 7º Na hipótese de rejeição da impugnação ou do recurso administrativo, o terceiro será considerado responsável pelas dívidas.

§ 1º O disposto no caput implicará a sensibilização dos sistemas de controle da dívida ativa e poderá ter efeito sobre todos os débitos fiscais já inscritos em dívida ativa ou que vierem a ser, em cobrança judicial ou não, em nome da pessoa jurídica irregularmente dissolvida e dos corresponsáveis.

§ 2º A responsabilidade referida no caput somente poderá ser afastada em relação aos outros débitos fiscais não relacionados no PARR se demonstradas, fundamentadamente, peculiaridades fáticas ou jurídicas que infirmem a responsabilidade.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá ser comunicada para adoção do procedimento de que trata o art. 31 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 8º Sem prejuízo da competência das unidades descentralizadas, a Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União (CDA) ou a Coordenação-Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos (CGR) poderão instaurar o PARR.

Parágrafo único. Compete às unidades descentralizadas da PGFN, nos termos dos arts. 5º e 6º, a análise das impugnações ou dos recursos administrativos interpostos em face dos procedimentos instaurados na forma do caput.

Art. 9º O procedimento de que trata esta Portaria observará o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Deverá ser observado o disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria PGFN nº 180, de 25 de fevereiro de 2010, alterado pela Portaria PGFN nº 713, de 14 de outubro de 2011.

Art. 10. O disposto nesta Portaria não afeta as competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil e dos demais órgãos de constituição de créditos cobrados pela PGFN.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos da PGFN.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO DA SOLLER

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o ADE Cocad nº 6, de 08 de agosto de 2017, que estabelece o procedimento simplificado de atualização cadastral no Cafir previsto § 3º do art. 8º da IN RFB 1.467, de 2014, e dá outras providências.

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 74 e 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 30 da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.467, de 22 de maio de 2014, declara:

Art. 1º O art. 3º do Ato Declaratório Executivo Cocad nº 6, de 8 de agosto de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Atualizados os dados no CNIR e realizado o procedimento de vinculação entre o Nirf e o Código do Imóvel no Incra, o procedimento simplificado descrito no art. 1º também poderá ser utilizado para inscrição ou alteração cadastral no Cafir, inclusive nos casos de indisponibilidade ou falha técnica no serviço realizado via DCR.

Parágrafo único....." (NR)

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, convalidados os atos praticados conforme a nova redação do art. 3º do ADE Cocad nº 6, de 2017.

DANIEL BELMIRO FONTES

## SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 415, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS. DEVOLUÇÃO DE CAPITAL EM BENS E DIREITOS AVALIADOS A VALOR JUSTO. ALIENAÇÃO. VALOR CONTÁBIL. POSSIBILIDADE. ADIÇÃO DO GANHO CONTROLADO POR SUBCONTA.

A pessoa jurídica pode efetivar a transferência de bens aos sócios por meio da devolução de participação no capital social (redução de capital) pelo valor contábil, não gerando, assim, ganho de capital. No entanto, o valor contábil inclui o ganho decorrente de avaliação a valor justo controlado por meio de subconta vinculada ao ativo, e, quando da realização deste, qual seja, transferência dos bens aos sócios, o aumento do valor do ativo, anteriormente excluído da determinação do lucro real e do resultado ajustado, deverá ser adicionado à apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 22; Lei nº 12.973, de 2014, art. 13 e IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 41, 97 e 98.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 433, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: BEBIDAS FRIAS. APURAÇÃO CUMULATIVA. SISTEMÁTICA

A sistemática de tributação de bebidas frias prevista nos arts. 58-A a 58-V da Lei nº 10.833/2003 (atualmente revogados) alcançava tanto a apuração não cumulativa quanto a apuração cumulativa da Contribuição ao PIS/Pasep.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833/2003, arts. 58-A, 58-B, 58-I e 58-J.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: BEBIDAS FRIAS. APURAÇÃO CUMULATIVA. SISTEMÁTICA

A sistemática de tributação de bebidas frias prevista nos arts. 58-A a 58-V da Lei nº 10.833/2003 (atualmente revogados) alcançava tanto a apuração não cumulativa quanto a apuração cumulativa da Cofins.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833/2003, arts. 58-A, 58-B, 58-I e 58-J.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: COMPENSAÇÃO. INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS. DECADÊNCIA.

Débitos relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas 'a', 'b', e 'c' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991 não podem ser compensados com créditos relativos aos demais tributos administrados pela Receita Federal, por expressa vedação legal.

Os pedidos de compensação referentes a eventuais pagamentos indevidos ou maiores que o devido estão sujeitos ao prazo de decadência previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 118, de 2005, que é de cinco anos contados a partir da data do pagamento antecipado e, nos demais casos, de cinco anos do pagamento indevido nos termos do inciso I do art. 165 c/c o inciso I do art. 168 do Código Tributário Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: LC nº 118/2005, arts. 3º e 4º; CTN, arts. 1/65; I, 168, I, e 170; Lei nº 11.457/2007, arts. 2º e 26, parágrafo único; Lei nº 8.383/1991, art. 66; Lei nº 8.212, art. 89, caput; RE 566.621/RS; IN RFB nº 1.717, de 2017, arts. 65, caput, e 84, caput,

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JI-PARANÁ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Declara e comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFN N° 1.634, de 06 de maio de 2016 (pubicada no D.O.U. de 09/05/2016).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JI-PARANÁ - RO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 18088.720049/2016-09 e tendo em vista o disposto no artigo 10, inciso I, alínea "a", da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º DECLARAR INAPTA perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) a empresa V. LUIZ ARALDI ALVORECER TRANSPORTES - ME, CNPJ 12.398.192/0001-15, por não ter sido localizada no endereço constante nos cadastros da RFB, e por não terem seus representantes legais atendido as intimações para regularização da situação cadastral, na forma prevista em legislação vigente.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ENI PAIZANTI DE LAIA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 193, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Inscreve no Registro Especial contribuinte que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, com base na Delegação de Competência contida na Portaria DRF/MNS/AM n° 71 de 09 de junho de 2014 (publicada no D.O.U. 12/06/2014), e, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, de acordo com o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores e conforme consta no processo administrativo nº 18365.721018/2017-21, declara:

Art. 1º Inscrita no Regime Especial instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, sob o número GP - 02201/00026, a empresa CONTEUDO AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 20.248.960/0001-82, situada à Rua Dr. Dalmir Câmara, 623, sala C, - São Jorge, CEP 69.033-070, Manaus - AM.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do Registro Especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

### RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 2, de 10 de janeiro de 2014, publicado no DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2014, página nº 36, Seção 1, onde se lê: "sob o número GP - 022001/016", leia-se: "sob o número UP - 02201/00001".

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Declara CANCELADA Certidão Conjunta de Débitos - CND

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE -CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU - de 17 de maio de 2012, com fundamento no artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, DOU de 03/10/2014, e pelas informações que constam do e-dossiê. 10010017171/0917-26, declara:

Art. 1º - CANCELADA a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União sob número CAAF.C4B2.A728.2BDA, emitida em 21/08/2017, em favor do contribuinte A. I. L. CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ 15.621.138/0001-85.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ALEXANDRE LUCENA DA COSTA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA A PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (REPES).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, modificada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e na Instrução Normativa (IN) SRB nº 630, de 15 de março de 2006, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES), a empresa LIFERAY LATIN AMERICA LTDA - CNPJ nº 11.902.443/0001-94, situada na Rua Jacó Velosino, 290, 10º andar - Empresarial Lucas Suassuna - Casa Forte - Recife/PE - CEP 52-061-410, na forma da Instrução Normativa RFB nº 630, de 15/03/2006, e, ainda, pelo que consta do processo administrativo fiscal nº 10480.726920/2017-14.

Art. 2º O benefício no REPES implica no compromisso de manter a receita bruta decorrente da exportação, para o exterior, em percentual igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta anual de venda de bens e serviços durante o período de 3 (três) anos-calendário subsequentes ao início da utilização dos bens adquiridos com o benefício do regime e durante o período de 1 (um) ano-calendário subsequente àquele em que ocorreu a prestação dos serviços adquiridos com o benefício do regime, nos termos do disposto no caput do art. 2º, no § 2º do art. 4º e no § 2º do art. 5º, todos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, modificada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

Art. 3º A referida habilitação é específica para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

## SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no DOU de 09.05.2016).

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6°, inciso V, da Portaria DRF Recife n° 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 40, Inciso II, 42 Inciso II e § 2°, da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Fiscal n° 19647-720.081/2017-47, resolve:

Art. 1° Declarar INAPTA, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ n° 01.614.025/0001-48 da empresa P DE J PÁDUA FILHO - ME, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 45 da supracitada Instrução Normativa.

EDUARDO JORGE VIEIRA DE ALMEIDA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO

### PORTARIA Nº 17, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui as pessoas jurídicas que menciona do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORONEL FABRICIANO/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do artigo 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no inciso XIV do artigo 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do artigo 5º da Lei nº 9.964, de 2000, nos termos dos despachos exarados nos respectivos processos administrativos de exclusão, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação de contribuintes excluídos do Programa de Recuperação Fiscal (Refis)

| CNPJ | NOME | PROCESSO |
|---|---|---|
| 00.261.167/0001-06 | SERRARIA TOCANTINS LTDA - EPP | 13629.721144/2017-14 |
| 25.551.011/0001-90 | RECANTO VENEZA RESTAURANTE LTDA - ME | 13629.721145/2017-69 |
| 20.224.473/0001-80 | SILVA E CAMPOS LTDA - ME | 13629.721146/2017-11 |
| 18.198.879/0001-93 | RECANTO SALVADOR PIRES | 13629.721147/2017-58 |
| 19.859.834/0001-45 | VIAÇÃO IPATINGA LTDA | 13629.721156/2017-49 |
| 18.846.949/0001-72 | E C FREIOS INDUSTRIAIS LTDA - ME | 13629.721151/2017-16 |
| 20.950.416/0001-88 | WANDA COELHO FERREIRA CESAR - ME | 13629.721152/2017-61 |
| 01.785.045/0001-81 | MINAS & GERAIS SERVICOS LTDA - EPP | 13629.721154/2017-50 |
| 19.567.577/0001-08 | GERALDO NUNES E CIA LTDA - ME | 13629.721155/2017-02 |
| 19.449.446/0001-26 | ARMARINHOS E CONFECCOES ARAUJO LTDA - ME | 13629.721149/2017-47 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 83.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 83 de 21 de Setembro de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a PASKINY CONFECÇÕES LTDA ME, CNPJ 86.631.900/0001-52, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

### PORTARIA Nº 85, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA (MG), tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º - Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas nos incisos II e XI do art. 5o da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - "falta de auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos" e "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo indicado:

| CNPJ | NOME EMPRESARIAL | PROCESSO | DATA DE EFEITO |
|---|---|---|---|
| 20.681.581/0001-81 | GCT SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO LTDA-EPP | 10660.722886/2017-82 | 01/10/2017 |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO ANTONIO COSTA
Delegado Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

Declara baixada a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Baixada a inscrição nº 02.846.351/0001-43 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa D.P. FRANCHISING LTDA, por omissão contumaz, tendo em vista o disposto no artigo 29, inciso I e artigo 28, § 2°, da Instrução Normativa RFB nº1634/2016, e ainda o que consta do processo administrativo nº10730.721097/2017-53.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 13.282.367/0001-97 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte DILCILANE MARTINS 10393473716, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do Dossiê nº 10100.001920/0917-94.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art.35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Concede a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudàvel, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA- SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA (ES), com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitoria/ES nº 196, de 27/12/2012 ( DOU de 28/12/2012), e, uso da competência prevista no artigo 302, incisoII, da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e na atribuição conferida pelo art. 16, caput, da instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, baseado no Decreto nº 8.533/2015 que instituiu o programa , de acordo com os requisitos determinados na IN RFB nº 1.590/2015 e, lastreado no Despacho Decisório nº 2263/2017/SEORT/VIT/ES, dossiê digital de atendimento nº 10100.002458/1016-41, declara:

Artigo 1º - Concedida à COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE ALFREDO CHAVES-CLAC, inscrita no CNPJ sob o Nº 31.707.409/0001-76, a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, que permite à pessoa jurídica beneficiária a apuração e utilização de crédito presumidos para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, na forma estabelecida pelos artigos 8º e 9º da Lei nº 10.925/2004, na redação dada pela Lei nº 13.137/2015. baseado no Decreto nº 8.533/2015 e de acordo com os requisitos determinados na IN RFB nº 1.590/2015.

Artigo 2º - O Projeto de Investimento contido nos autos do Processo nº 21018.001023/2016-98 foi aprovado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA, conforme publicação no Diário Oficial da União - DOU, nº175- seção 3 em 12 de setembro de 2016, para o período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Artigo 3º - A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Artigo 4º - Conforme determinação expressa do art. 29 do Decreto 8.533/2015, concluída a participação da pessoa jurídica no projeto de que trata o inciso II do caput do art.31, a pessoa jurídica terá sua habilitação definitiva cancelada automaticamente na data da protocolização do relatório de conclusão do projeto.

Artigo 5º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GELSON MACHADO GUARÇONI

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Concede a Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudàvel, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA- SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA (ES), com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitoria/ES nº 196, de 27/12/2012 ( DOU de 28/12/2012), e, uso da competência prevista no artigo 302, incisoII, da Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e na atribuição conferida pelo art. 16, caput, da instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, baseado no Decreto nº 8.533/2015 que instituiu o programa , de acordo com os requisitos determinados na IN RFB nº 1.590/2015 e, lastreado no Despacho Decisório nº 2268/2017/SEORT/VIT/ES, dossiê digital de atendimento nº 10100.0072170416-02, declara:

Artigo 1º - Concedida à COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE ALFREDO CHAVES-CLAC, inscrita no CNPJ sob o Nº 31.707.409/0001-76, a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, que permite à pessoa jurídica beneficiária a apuração e utilização de créditos presumidos da Contribuição para PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, na forma estabelecida pelos artigos 8º e 9º da Lei nº 10.925/2004, na redação dada pela Lei nº 13.137/2015, baseado no Decreto nº 8.533/2015 e de acordo com os requisitos determinados na IN RFB nº 1.590/2015.

Artigo 2º - O Projeto de Investimento contido nos autos do Processo nº 21018.0002417/2015-82 foi aprovado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA, conforme publicação no Diário Oficial da União - DOU, nº50- seção 3 em 15 de março de 2016, para o período 01/10/2015 a31/12/2015.

Artigo 3º - A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Artigo 4º - Conforme determinação expressa do art. 29 do Decreto 8.533/2015, concluída a participação da pessoa jurídica no projeto de que trata o inciso II do caput do art.31, a pessoa jurídica terá sua habilitação definitiva cancelada automaticamente na data da protocolização do relatório de conclusão do projeto.

Artigo 5º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GELSON MACHADO GUARÇONI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Promove a baixa de ofício da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art.1º - PROMOVER A BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades abaixo, conforme artigos 29, IV (com registro cancelado no respectivo órgão de registro), e 33, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| PROCESSO ADMINISTRATIVO | INSCRIÇÃO CNPJ | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 10100.013311/0417-64 | 01.538.414/0001-31 | GOSPEL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA |
| 15463.720771/2017-01 | 01.761.028/0001-04 | AUGUSTA FREITAS BIJOUTERIAS LTDA - ME |

A presente baixa de ofício baseia-se em informação do órgão de registro competente, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. As devidas apurações constam dos processos administrativos relacionados.

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos 10 anos contados a partir do último arquivamento no órgão de registro para as entidades.

MONICA PAES BARRETO

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10074.720207/2017-41, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade, dos bens constantes da DI nº 17/0384929-0, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 126, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10074.720201/2017-73, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade, dos bens constantes da DI nº 17/0623058, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 127, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Cancelamento de Registro de Despachante Aduaneiro das inscrições que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, o Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa:

| NOME | CPF | PROCESSO |
|---|---|---|
| EVANDRO DE REZENDE MANSUR | 284.750.466-49 | 10711.722000/2017-58 |

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela registro especial de estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, considerando o disposto no inciso I do referido artigo, além do que consta do processo administrativo nº 10845.724227/2011-27, pelo fato do contribuinte não estar legalmente apto para o exercício da atividade de importador de bebidas alcoólicas em face da extinção da sociedade empresária e baixa de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas sob número 08106-001-2012, concedido pelo Ato Declaratório Executivo nº 41, de 21 de agosto de 2012, publicado no DOU de 23/08/2012, do estabelecimento da empresa GALERIA DO VINHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 14.454.528/0001-00, localizado à Av. Ana costa nº 549, Loja 82, Piso superior, Bairro Gonzaga, Santos/SP.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da sua publicação.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Altera, "ex-offício" o domicílio fiscal do contribuinte no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, com as alterações introduzidas pela Portaria RFB nº 512 de 02 de outubro de 2013 e tendo em vista o disposto nos artigos 127, da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, declara:

Alterado, "ex-offício", de acordo com os fatos registrados no Processo Administrativo nº 10932.720.026/2017-67, o domicílio fiscal do contribuinte Vitor Aparício Salzo, inscrito no CPF nº 025.854.998-04, da R: Municipal, 130, sala 06, centro de São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09710-210, para R: Joinville, 51, apto 1042, SP, Capital, CEP: 04008-210,com efeitos a partir de 18/04/2016, face aos fatos relatados na informação fiscal integrante do respectivo Processo Administrativo.

MARIO BENJAMIN BARTOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Declara nula a inscrição no CNPJ por decisão administrativa.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base nos artigos 35, II, e 36 da IN 1.634 de 06.05.2016 e considerando o que consta do processo nº 13921.720213/2017-68, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 16.884.662/0001-01, em nome de DANIEL LUIZ BARBOSA CARLON, com efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral, por indícios de fraude.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE SETEMBRO DE 2017

Reconhece, à pessoa jurídica que especifica, o direito à redução do imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, nos termos da MP nº 2.199-14/01, do Decreto nº 4.213/02 e da IN SRF nº 267/02.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU / SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado na forma do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em face ao disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; no art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002; no artigo 60, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002; e com base no Parecer juntado as folhas 58 a 69 no processo administrativo nº 13971.723344/2016-21, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 84.046.101/0001-93, à redução do imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0102/2016, expedido pelo Ministério da Integração Nacional -Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: BUNGE ALIMENTOS S/A;

II - Filial: CNPJ nº 84.046.101/0248-82;

III - Endereço da Sede: Rodovia Jorge Lacerda, Km 20, nº 4455, Bairro Poço Grande, GASPAR / SC, CEP 89.110-000;

IV - Endereço da Unidade Produtora beneficiária: Av. Portuária, s/n, fundos, Bairro Suape, IPOJUCA - PE, CEP 55.590-000;

V - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 13 da Lei n° 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 1° do Decreto-Lei n° 1.564, de 29 de julho de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3° da Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 11 da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

VI - Condição Onerosa Atendida: Modernização de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VII - Setor Prioritário Considerado: Indústria de Transformação - Alimentos, conforme art. 2°, inciso VI, alínea "i" do Decreto n° 4.213, de 26 de abril de 2002;

VIII - Atividade Objeto da Redução: Fabricação de alimentos;

IX- Capacidade Atual Instalada do Empreendimento: 188.352 toneladas / ano;

X- Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2013;

XI- Prazo de Vigência da Redução: 10 (dez) anos;

XII- Início do Prazo da Redução: ano-calendário de 2016;

XIII - Término do Prazo da Redução: ano-calendário de 2025;

XIV- Percentual de Redução do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis: 75%.

Art. 2°. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e deverá constituir reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social;

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento das demais exigências relacionadas no Laudo Constitutivo n° 0102/2016 e demais normas regulamentares e a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis;

Art. 4°. Este Ato Declaratório Executivo - ADE produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Reconhece, à pessoa jurídica que especifica, o direito à redução do imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, nos termos da MP nº 2.199-14/01, do Decreto nº 4.212/2002 e da IN SRF nº 267/2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU / SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado na forma do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em face ao disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; no art. 3º do Decreto nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.212, de 26 de abril de 2002; no artigo 60, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002; e com base no Parecer juntado as folhas 65 a 79 no processo administrativo nº 13971.723346/2016-10, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 84.046.101/0001-93, à redução do imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente aos empreendimentos de que tratam os Laudos Constitutivos nºs 053/2016, 054/2016, 055/2016 e 056/2016, expedidos pelo Ministério da Integração Nacional -Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: BUNGE ALIMENTOS S/A;

II - Filial: CNPJ nº 84.046.101/0247-00;

III - Endereço da Sede: Rodovia Jorge Lacerda, Km 20, nº 4455, Bairro Poço Grande, GASPAR / SC, CEP 89.110-000;

IV - Endereço da Unidade Produtora beneficiária: Rodovia BR 364, s/n, Km 200, Distrito Industrial Vetorasso, RONDONÓPOLIS - MT , CEP 78.745-001;

V - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 13 da Lei n° 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 1° do Decreto-Lei n° 1.564, de 29 de julho de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3° da Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 11 da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

VI - Condição Onerosa Atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

VII - Setor Prioritário Considerado: Nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 4.212/2002 : " da agroindústria vinculados à produção de fibras têxteis naturais; óleos vegetais; sucos, conservas e refrigerantes; á produção e industrialização de carne e seus derivados; aquicultura e psicultura";

VIII - Atividade Objeto da Redução:

Laudo Constitutivo nº 053/2016 : Produção de Farelo de Soja;

Laudo Constitutivo nº 054/2016 : Produção de Óleo de Soja Envasado;

Laudo Constitutivo nº 055/2016 : Produção de Farelo de Algodão;

Laudo Constitutivo nº 056/2016 : Produção de Óleo Bruto de Algodão;

IX- Capacidade Anual Instalada dos Empreendimentos:

Laudo Constitutivo nº 053/2016 : 1.313.736 Toneladas;

Laudo Constitutivo nº 054/2016 : 20.775.360 Caixa (20 x 900ml);

Laudo Constitutivo nº 055/2016 : 90.717 Toneladas;

Laudo Constitutivo nº 056/2016 : 12.169 Toneladas.

X- Ano-calendário em que os empreendimentos entraram em operação: 2013;

XI- Prazo de Vigência da Redução: 10 (dez) anos;

XII- Início do Prazo da Redução: ano-calendário de 2016;

XIII - Término do Prazo da Redução: ano-calendário de 2025;

XIV- Percentual de Redução do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis: 75%.

Art. 2°. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e deverá constituir reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social;

Art. 3°. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento das demais exigências relacionadas nos Laudos Constitutivos n°s 053/2016, 054/2016, 055/2016 e 056/2016 e demais normas regulamentares e a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis;

Art. 4°. Este Ato Declaratório Executivo - ADE produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012, e, considerando o disposto no art. 15 da PORTARIA PGFN / RFB nº 1751, de 03 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em nome da EMPRESA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DO PARANÁ LTDA, CNPJ 76.047.711/0001-83, código de controle nº A11C.05DB.F822.9D00, desde a sua emissão em 07/08/2017.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 184, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 2º, I, III e do art. 7º, I, da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e tendo em vista o art. 302 e art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012 e considerando o que consta no processo 10909.001011/2010-17 declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial nº GP-09.201/00079 para a atividade de gráfica, concedido pelo ADE nº 0084/2011, de 13/06/2011, publicado no DOU em 20/06/2011, para a pessoa jurídica LITOGRAFF GRAFICA E BRINDES LTDA ME, CNPJ 09.393.551/0001-37, estabelecida à Rua Edgar Linhares nº 615, Nova Esperança, Balneário Camboriú/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ARI SILVIO DE SOUZA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 185, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 2º, I, III e do art. 7º, I, da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e tendo em vista o art. 302 e art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012 e considerando o que consta no processo 11516.721014/2011-38 declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial nº GP-09.201/00083 para a atividade de gráfica, concedido pelo ADE nº 0110/2011, de 29/06/2011, publicado no DOU em 05/07/2011, para a pessoa jurídica LENIR WOLTER EIRELI, CNPJ 11.827.659/0001-32, estabelecida à Rua Hipolito Henrique Pfeleger nº 3545, Rio Caveiras. Biguaçú/SC

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ARI SILVIO DE SOUZA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 186, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 2º, I, III e do art. 7º, I, da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e tendo em vista o art. 302 e art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012 e considerando o que consta no processo 10909.002555/2009-62, declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial nº GP-09201/00005 para a atividade de gráfica, concedido pelo ADE nº 0027/2010, de 18/06/2010, publicado no DOU em 23/06/2010, para a pessoa jurídica ARTES GRAFICAS E EDITORA BECKER LTDA ME, CNPJ 30.051.775/0001-57, estabelecida à Rua 288, SN, Castelo Branco, Itapema/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ARI SILVIO DE SOUZA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 2º, I, III e do art. 7º, I, da Instrução Normativa RFB Nº 976, de 07 de dezembro de 2009 e tendo em vista o art. 302 e art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012 e considerando o que consta no processo 10909.002555/2009-62, declara:

Art. 1º - Cancelado o Registro Especial nº IP-09201/00010 para a atividade importação de papel imune, concedido pelo ADE nº 0026/2010, de 18/06/2010, publicado no DOU em 23/06/2010, para a pessoa jurídica ARTES GRAFICAS E EDITORA BECKER LTDA ME, CNPJ 30.051.775/0001-57, estabelecida à Rua 288, SN, Castelo Branco, Itapema/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

ARI SILVIO DE SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os artigos 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, com fundamento no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012; tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, no artigo 77 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e no processo administrativo n° 11065.722732/2017-72, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude do enquadramento previsto no artigo 29, inciso VIII e parágrafo 1°, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

Pillar Restaurantes Empresariais Ltda

CNPJ nº: 14.914.588/0001-01

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2013, conforme disposto no art. 29, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Art. 3º Fica, também, a pessoa jurídica impedida de optar pelo Simples Nacional nos 3 (três) anos-calendário seguintes à exclusão, conforme vedação expressa no artigo 29, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Art. 4º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

Art. 5º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

EDUARDO GODOY CORREA

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

| CPF | NOME | PROCESSO |
|---|---|---|
| 994.289.547-72 | RAFAEL ANTONIO LABELLA HERNANDEZ | 10494.720713/2017-99 |

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

### PORTARIA Nº 768, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 22.287.008 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, oito) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 78.159.222,11 (setenta e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e onze centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

| Data de Emissão | Data de Vencimento | Valor Nominal Atualizado Em 01/09/2017 | Quantidade | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 01/01/2006 | 01/01/2036 | 3,506941 | 35 | 122,74 |
| 01/01/2015 | 01/01/2045 | 3,506941 | 1.257.254 | 4.409.115,60 |
| 01/01/2016 | 01/01/2046 | 3,506941 | 21.029.719 | 73.749.983,77 |
| Total | | | 22.287.008 | 78.159.222,11 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

### PORTARIA Nº 901, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006759/2017-07, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo a convênio de adesão das empresas Palmyra do Brasil Indústria e Comércio de Silício Metálico e Recursos Naturais Ltda., CNPJ nº 04.872.297/0001-36, e Palmyra Recursos Naturais Exploração e Comércio Ltda., CNPJ nº 08.419.273/0001-87, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Complementar SI Prev, CNPB nº 2013.0007-74, e a entidade MULTIPREV - FUNDO MÚLTIPLO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

# Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

### PORTARIA Nº 133, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando que, no âmbito da metrologia legal, os fabricantes e importadores que não possuírem portaria de aprovação de modelo para os instrumentos de medição relacionados no art. 2º da Portaria Inmetro n.º 585, de 1º de novembro de 2012, deverão ser considerados em condições equivalentes àqueles detentores de modelos aprovados;

Considerando a determinação prevista no mesmo diploma legal de revogar as portarias de aprovação de modelo concedidas para instrumentos de medição e dispositivos que não são passíveis de apreciação técnica de modelo (ATM) pelo Inmetro, de acordo com o art. 3º da Portaria Inmetro n.º 585/2012, resolve:

Revogar a Portaria Inmetro/Dimel/n.º 155, de 2 de setembro de 2004, e a Portaria Inmetro/Dimel/n.º 202, de 8 de novembro de 2004.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam.

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

### MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O USO DE CERTIFICADOS DE ORIGEM DIGITAIS ENTRE BRASIL E URUGUAI

A Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda.

A Direção Geral de Secretaria do Ministério da Economia e Finanças e a Direção Nacional de Aduanas

Considerando:

Que a validade jurídica dos Certificados de Origem Digitais (COD) no âmbito do MERCOSUL foi estabelecida pelo Octogésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 18 (ACE 18), que incorporou ao citado Acordo a Diretriz Nº 04/10, da Comissão de Comércio do MERCOSUL, a respeito da "Certificação de Origem Digital".

Que o citado Protocolo entrou em vigência para o Brasil e o Uruguai na data de 16 de agosto de 2015, sendo devidamente internalizado nos ordenamentos jurídicos de ambos os países.

Que a validade jurídica dos COD, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica N° 02, foi estabelecida pelo Septuagésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 02 (ACE 02).

Que o citado Protocolo entrou em vigência para o Brasil e o Uruguai na data de 4 de março de 2016, sendo devidamente internalizado nos ordenamentos jurídicos de ambos os países.

Que os COD serão emitidos pelas entidades certificadoras de origem e pelos funcionários devidamente habilitados por cada um dos países para tal fim, de acordo com os procedimentos e especificações técnicas de Certificação de Origem Digital no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), estabelecidos pela Resolução N° 386 do Comitê de Representantes da ALADI, de 4 de novembro de 2011, suas modificações e complementações.

Que os COD serão assinados digitalmente de acordo com as respectivas legislações dos dois países, mediante o uso de Certificados de Identificação Digital (CID) que, no caso do Brasil, serão emitidos sob a Infraestructura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos do disposto pela Medida Provisória Nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, e, no caso do Uruguai, serão emitidos sob a Infraestrutura de Firma Digital, nos termos da Lei Nº 18.600, de 21 de setembro de 2009.

Que os CID com suas respectivas assinaturas digitais vinculadas, serão aceitos pela outra parte exclusivamente no contexto de utilização dos COD no âmbito dos ACE 18 e ACE 02.

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. OBJETIVO

O presente Memorando de Entendimento tem como objetivo estabelecer que os sistemas de recepção e validação de COD desenvolvidos por ambos os países utilizarão o Sistema Informático de Certificação de Origem Digital (SCOD), da ALADI, como reservatório dos CID dos funcionários designados para assinar digitalmente os COD em nome de entidades emissoras de certificados de origem habilitadas para tais efeitos em cada país, isso em conformidade com as especificações técnicas e procedimentos aprovados pela Resolução N° 386/2011, do Comitê de Representantes da ALADI, suas modificações e complementações.

2. VIGÊNCIA

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data em que ambos os países notifiquem a outra parte sobre o cumprimento das formalidades internas para este fim.

Em 5 de setembro de 2017

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO
Secretário de Comércio Exterior
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil
Ministério da Fazenda

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai

Cra.TITINA BATISTA
pela Direção-Geral de Secretaria
Ministério da Economia e Finanças

ENRIQUE CANON
pela Direção Nacional de Aduanas

# Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 496, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Santana do Itararé/PR, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santana do Itararé/PR, no valor de R$ 290.757,32 (duzentos e noventa mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por enxurradas, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59204.002453/2016-01.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

### PORTARIA Nº 497, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de São Pedro das Missões/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Pedro das Missões/RS, no valor de R$ 26.639,08 (vinte e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e oito centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.000825/2017-18.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

### PORTARIA Nº 498, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Crissiumal/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Crissiumal/RS, no valor de R$ 303.515,01 (trezentos e três mil, quinhentos e quinze reais e um centavo), para a execução de obras de recuperação de danos causados por vendaval, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59204.000132/2017-44.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 499, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Chiapetta - RS para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Chiapetta/RS, no valor de R$ 13.823,96 (Treze mil e oitocentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.000755/2017-06.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

**PORTARIA Nº 500, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Barra Funda - RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Barra Funda - RS, no valor de R$ 14.322,16 (quatorze mil, trezentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.000816/2017-27.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

**PORTARIA Nº 501, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Rancho Queimado/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Rancho Queimado/SC, no valor de R$ 465.907,16 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sete reais e dezesseis centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por enxurradas, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59053.000141/2017-14.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**PORTARIA Nº 148, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000224/2012-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Reconstrução previsto no art. 4º da Portaria n. 310, de 06 de julho de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Santa Leopoldina - ES, para ações de Defesa Civil, para até 28/03/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria citada no Art. 1º, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

# Ministério da Justiça e Segurança Pública

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 791, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

Altera o art. 5º da Portaria nº 362, de 1º de março de 2016, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre critérios e os procedimentos a serem observados para pedidos de credenciamento, seu processamento, manutenção, cancelamento e perda de qualificações e autorizações de funcionamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, no âmbito das competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, e o Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, e no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º O art. 5º da Portaria nº 362, de 1º de março de 2016, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º, renumerando-se os atuais §§ 3º e 4º para §§ 4º e 5º, respectivamente:

"Art. 5º .....

.....

§ 3º Fica dispensada a legalização de documentos produzidos em território dos países partes da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila), quando acompanhados de apostila, emitida nos termos da referida Convenção.

§ 4º .....

§ 5º

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

## COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

**DELIBERAÇÕES DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise do documento apresentado pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Paraná - CESPORTOS/PR, consistente no Relatório Circunstanciado de Verificação, relativo ao retorno da equipe de auditoria; e

Considerando que a instalação revisou o Plano de Segurança Pública Portuária, que foi aprovado por esta Comissão Nacional, conforme consta da Deliberação CONPORTOS nº 499, de 27 de novembro de 2014, e que, à luz do Relatório Circunstanciado de Verificação, firmado em 20 de setembro de 2016, restou atestado que a instalação saneou todas as não conformidades, deliberaram:

Nº 709 - a) Revalidar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 050/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 55, de 28 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 de fevereiro seguinte, da instalação PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S/A, CNPJ nº 02.725.300/0001-63, localizada na Avenida Portuária, 1.385, Bairro Dom Pedro II, Município de Paranaguá, Estado do Paraná, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise do documento apresentado pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro, consistente no TERMO DE DEVOLUÇÃO DE BÉNS MÓVEIS E IMÓVEIS, firmado em 30 de novembro de 2012, entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o terminal portuário a seguir nominado, protocolizados sob o nº 08020.003355/2017-81,deliberaram:

Nº 710 - a) cancelar a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 004/2004, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 34, de 08 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 12 dos mesmos mês e ano, em nome da instalação portuária VALESUL ALUMÍNIO S/A, CNPJ nº 42.590.364/0001-19, situada no Porto de Sepetiba, Ilha da Madeira, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, em razão do encerramento das atividades portuárias, mediante a devolução de bens móveis e imóveis; e

b) determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e a baixa nos registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil (CCA-IMO), perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional (IMO), em Londres, Inglaterra.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelo Ofício nº 057/2017-CESPORTOS/RJ, de 06 de julho de 2017, protocolizados sob o nº 08020.003865/2017-58, e

Considerando que a instalação portuária promoveu a revisão do Plano de Segurança Pública Portuária que, nos termos supracitado Ofício e Ata de Reunião da CESPORTOS/RJ, realizada em 27 de junho de 2017, foi aprovado sem restrições,deliberaram:

Nº 711 - a) Aprovar o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 02 Junho/2017, da instalação TERMINAL PORTUÁRIO DA THYSSENKRUPP - CSA - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO, CNPJ nº 07.005.330/0001-19, pertencente à empresa THYSSENKRUPP CSA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO LTDA., localizada na Avenida João XXIII, s/nº, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, capeados pelo Ofício nº 021/2017-CESPORTOS/PE, de 28 de junho de 2017, protocolizados sob o nº 08020.003866/2017-01, consistentes apresentação do Estudo de Avaliação de Risco da instalação portuária a seguir nominada, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, sem restrição, como expressa a Ata de Assembleia Extraordinária, de 21 de junho de 2017, deliberaram:

Nº 712 - a) Aprovar o Estudo de Avaliação de Risco, 2016, da instalação portuária ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A, CNPJ nº 07.699.082/0001-53, localizada na Ilha de Tatuoca, s/nº, Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, SUAPE, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco;

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, capeados pelo Ofício nº 022/2017-CESPORTOS/PE, de 28 de junho de 2017, protocolizados sob o nº 08020.003869/2017-36, e

Considerando que a instalação portuária promoveu a revisão do Plano de Segurança Pública Portuária que, nos termos supracitado Ofício e Ata de Reunião da CESPORTOS/PE, realizada em 21 de junho de 2017, foi aprovado sem restrições, deliberaram:

Nº 713 - Aprovar o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 02 Fevereiro/2017, da instalação portuária TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A - TEQUIMAR, CNPJ nº 14.688.220/0005-98, pertencente ao Grupo ULTRACARGO, localizada na Avenida Portuária, s/nº, Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, Porto de SUAPE, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado da Bahia - CESPORTOS/BA, capeados pelo Ofício nº 05/2017-CESPORTOS/BA, de 20 de julho de 2017, protocolizados sob o nº 08020.003338/2017-43, e

Considerando que a instalação portuária promoveu a revisão do Plano de Segurança Pública Portuária que, nos termos supracitado Ofício e Ata de Reunião da CESPORTOS/BA, realizada em 01 de junho de 2017, foi aprovado sem restrições, deliberaram:

Nº 714 - a) Aprovar o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 002 Novembro/2014, da instalação portuária INTERMARÍTIMA PORTOS E LOGÍSTICA S/A, CNPJ nº 96.825.575/0001-12, localizada na Avenida Oscar Pontes, s/nº, Água de Meninos, Porto de Salvador, Município de Salvador, Estado da Bahia; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, inclusive, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, dando-se a conhecer à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, consistentes nos Ofícios nº 053 e 058/2017-CESPORTOS/RJ, de 03 e 07 de julho de 2017, respectivamente, acompanhados do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 01 Abril/2017, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, sem restrições, conforme Ata de Reunião de 27 de junho de 2017, e do Relatório Circunstanciado de Verificação nº 018/2016, seguido do Parecer nº 18/2017, de 29 de junho de 2017, por meio dos quais a CESPORTOS/RJ atesta que a nominada instalação saneou as não conformidades apontadas em auditoria, protocolizados sob os nº 08020.003871/2017-13 e 08020.004189/2017-30; e

Considerando que a instalação portuária, seguir nominada, merece ser certificada pela CONPORTOS mediante a Declaração de Cumprimento, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, tudo expressado na INFORMAÇÃO nº 437-CONPORTOS, de 07 de agosto de 2017, partes integrantes desta decisão, deliberaram:

Nº 715 - Aprovar o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 01 Abril/2017, da instalação COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A - TERMINAL MARÍTIMO COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A, CNPJ nº 33.000.092/0038-50, localizada em Campo da Ribeira, 51/Parte, Ilha do Governador, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

Conceder, pelo prazo de validade de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, da Declaração de Cumprimento de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, à nominada na letra "a" supra, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS) e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis-CONPORTOS;

Dar baixa na Declaração de Cumprimento nº 143/2006, concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 105, de 20 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 22 seguinte, em nome da empresa SOCIEDADE TÉCNICA E INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES LTDA. - SOLUTEC, CNPJ nº 33.273.863/0001-91, em face da alteração de razão social; e, nos registros internos da CONPORTOS, perante a Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional, no Brasil (CCA-IMO), junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e na Organização Marítima Internacional (IMO), em Londres, Inglaterra; e

Determinar à Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, inclusive a baixa, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil (CCA-IMO), junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos protocolizados sob o nº 08020.004303/2017-21, consistentes nos informes relativos aos atos de inspeção "in loco", realizadas nos dias 19 de outubro de 2016 e 12 de junho de 2017, houve ausência de saneamento das inconformidades apontadas e formalmente notificadas, na instalação portuária a seguir nominada, e

Considerando o constante do Despacho nº 137/2017/CONPORTOS/SENASP, de 22 de agosto de 2017, em desfavor da instalação, posto que não deve esta Comissão Nacional permanecer atestando para os países integrantes da Organização Marítima Internacional - IMO, nem se responsabilizando pelo não compromisso da empresa a seguir informada de que essa possui a certificação do Governo Brasileiro, de que trata a Resolução nº 26/2004-CONPORTOS, por meio da Declaração de Cumprimento nº 197/2013, que lhe fora concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 381/2013, de 23 de outubro de 2013, ficando, assim, impedida de emitir a Declaração de Proteção, disposta na Resolução nº 33/2004-CONPORTOS, se solicitada por qualquer comandante de navio, diante do apontado e não corrigido, deliberaram,

Nº 716 - a) Cassar, na forma da Resolução nº 47/2011-CONPORTOS, com a nova redação dada pela Resolução nº 50/2013-CONPORTOS, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 197/2013, concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 381/2013, de 23 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de novembro seguinte, VOPAK BRASIL S/A - TERMINAL ALEMOA, CNPJ nº 44.167.450/0001-49, situada na Avenida Vereador Alfredo Neves, nº 1055, Alemoa, Município de Santos, Estado de São Paulo, à vista do constante do Ofício nº 135.2017 CESPORTOS-SP, de 24 de julho de 2017, da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP e do Despacho nº 137/2017/CONPORTOS/SENASP, de 22 de agosto de 2017, ficando a nominada empresa/terminal impedida de emitir a Declaração de Proteção, de que trata a Resolução nº 33 - CONPORTOS, de 11 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de janeiro de 2005, se solicitada por qualquer comandante de navio; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, excluindo-a dos registros da CONPORTOS e intime-se deste, via CESPORTOS/SP, o Representante Legal da instalação portuária, bem como informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA/IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha, para as baixas devidas da razão social da nominada na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise do documento apresentado pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, consistente no Ofício nº 140.2017 CESPORTOS-SP, de 11 de agosto de 2017, acompanhado da Notificação nº 043 - SP AUD/CONPORTOS, e do Parecer Técnico nº 043 - SP, de 23 de março de 2017, protocolizados sob o nº 08020.004562/2017-52; e

Considerando que a instalação revisou o Plano de Segurança Pública Portuária, que foi aprovado por esta Comissão Nacional, conforme consta da Deliberação CONPORTOS nº 657, de 15 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de março seguinte, e que, à luz do supracitado Ofício, restou atestado que a instalação saneou todas as não conformidades, deliberaram:

Nº 717 - a) Revalidar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 165/2007, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 129, de 29 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 08 de novembro seguinte, da instalação TERMINAL MARÍTIMO DO GUARUJÁ S/A - TERMAG, CNPJ nº 05.535.627/0001-60, localizada na Avenida Santos Dumont, s/nº, Município do Guarujá, Estado de São Paulo, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos protocolizados sob o nº 08020.004516/2017-53, consistentes nos informes relativos aos atos de inspeção "in loco", realizados nos dias 19 de novembro de 2015 e 06 de julho de 2016, houve ausência de saneamento das inconformidades apontadas e formalmente notificadas, na instalação portuária a seguir nominada, e Considerando o constante do Despacho nº 144/2017/CONPORTOS/SENASP, de 22 de agosto de 2017, em desfavor da instalação, posto que não deve esta Comissão Nacional permanecer atestando para os países integrantes da Organização Marítima Internacional - IMO, nem se responsabilizando pelo não compromisso da empresa a seguir informada de que essa possui a certificação do Governo Brasileiro, de que trata a Resolução nº 26/2004-CONPORTOS, por meio da Declaração de Cumprimento nº 117/2005, que lhe fora concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 77/2005, de 10 de novembro de 2005, ficando, assim, impedida de emitir a Declaração de Proteção, disposta na Resolução nº 33/2004-CONPORTOS, se solicitada por qualquer comandante de navio, diante do apontado e não corrigido, deliberaram,

Nº 718 - a) Cassar, na forma da Resolução nº 47/2011-CONPORTOS, com a nova redação dada pela Resolução nº 50/2013-CONPORTOS, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 117/2005, concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 77/2005, de 10 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17 seguinte, STOLTHAVEN SANTOS LTDA., CNPJ nº 51.979.359/0001-93, situada na Rua Augusto Scaraboto, 215, Alemoa, Município de Santos, Estado de São Paulo, à vista do constante do Ofício nº 121.2016 CESPORTOS-SP, de 04 de agosto de 2016, da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP e do Despacho nº 144/2017/CONPORTOS/SENASP, de 22 de agosto de 2017, ficando a nominada empresa/terminal impedida de emitir a Declaração de Proteção, de que trata a Resolução nº 33 - CONPORTOS, de 11 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de janeiro de 2005, se solicitada por qualquer comandante de navio; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, excluindo-a dos registros da CONPORTOS e intime-se deste, via CESPORTOS/SP, o Representante Legal da instalação portuária, bem como informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA/IMO, perante o Ministério da Defesa / Comando da Marinha, para as baixas devidas da razão social da nominada na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise do documento apresentado pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Santa Catarina - CESPORTOS/SC, consistentes no Ofício nº 009/2016-CESPORTOS/SC, de 20 de julho de 2016, acompanhado do Relatório de Inspeção nº 001/2016, decorrente de atos de inspeção que se iniciaram em 2014, conforme conta da protocolização do nº 08020.004406/2017-91, deliberaram:

Nº 719 - a) Revalidar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 035/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, concedida pela Deliberação nº 55, de 28 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 de fevereiro seguinte, da instalação ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - APSFS, CNPJ nº 83.131.268/0001-90, localizada na Avenida Engenheiro Leite Ribeiro, nº 782, Centro, Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, por cumprir as diretrizes do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional no Brasil - CCA-IMO, junto ao Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 110ª. Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2017, após análise dos documentos protocolizados sob o nº 08020.004283/2017-99, consistentes nos informes relativos aos atos de inspeção "in loco", realizados nos dias 08 de setembro de 2015, 21 de janeiro de 2016 e 03 de maio de 2017, nas quais houve ausência de saneamento das inconformidades apontadas e formalmente notificadas, na instalação portuária a seguir nominada, e

Considerando o constante do Despacho nº 159/2017/CONPORTOS, de 13 de setembro de 2017, em desfavor da instalação, posto que não deve esta Comissão Nacional permanecer atestando para os países integrantes da Organização Marítima Internacional - IMO, nem se responsabilizando pelo não compromisso da empresa a seguir informada de que essa possui a certificação do Governo Brasileiro, de que trata a Resolução nº 26/2004-CONPORTOS, por meio da Declaração de Cumprimento nº 171/2008, que lhe fora concedida pela Deliberação CONPORTOS nº 136/2008, de 29 de fevereiro de 2008, ficando, assim, impedida de emitir a Declaração de Proteção, disposta na Resolução nº 33/2004-CONPORTOS, se solicitada por qualquer comandante de navio, diante do apontado e não corrigido, deliberaram,

Nº 723 - a) Cassar, na forma da Resolução nº 47/2011-CONPORTOS, com a nova redação dada pela Resolução nº 50/2013-CONPORTOS, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 171/2008, concedida pela Deliberação CONPORTOS 136/2008, de 29 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, da SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE - PORTO ORGANIZADO DE RIO GRANDE - PORTO NOVO, CNPJ 01.039.203/0001-54, situada na Av. Honório Bicalho, s/nº, Caixa Postal 198, Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul à vista do constante do Ofício nº 308/2017 CESPORTOS-RS, de 26 de julho de 2017, da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Rio Grande do Sul - CESPORTOS/RS e do Despacho nº 159/2017/CONPORTOS, de 13 de setembro de 2017, ficando a no-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

minada empresa/terminal impedida de emitir a Declaração de Proteção, de que trata a Resolução nº 33 - CONPORTOS, de 11 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de janeiro de 2005, se solicitada por qualquer comandante de navio; e

b) Determinar à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, excluindo-a dos registros da CONPORTOS e intime-se deste, via CESPORTOS/SP, o Representante Legal da instalação portuária, bem como informe à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA/IMO, perante o Ministério da Defesa, coordenada pelo Comando da Marinha, para as baixas devidas da razão social da nominada na Organização Marítima Internacional - IMO, em Londres, Inglaterra, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

SANDRO TORRES AVELAR
Presidente da Comissão

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa / Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 18 de setembro de 2017

Nº 1.389 - Ato de Concentração nº 08700.005531/2017-60. Requerentes: Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda., Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., Renova Energia S.A. e Renova Comercializadora de Energia S.A. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Caroline Guyt França, Sérgio Varella Bruna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
## DIRETORIA EXECUTIVA
## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

### ALVARÁ Nº 4.154, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/47128 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVEREST MOTEL LTDA, CNPJ nº 27.374.792/0001-10 para atuar no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.653, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/45919 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TANGARÁ IMPORTADORA E EXPORTADORA S.A, CNPJ nº 39.787.056/0001-73 para atuar no Espírito Santo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.671, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59477 - DPF/CZO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBRAS SOCIAIS DA ARQUIDIOCESE DE APARECIDA, CNPJ nº 45.201.019/0001-34 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.683, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/30893 - DPF/MII/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RAIZEN PARAGUACU S.A., CNPJ nº 52.189.420/0001-61, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.709, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/53842 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HOSPITAL DE OLHOS DE CUIABÁ LTDA - EPP, CNPJ nº 00.108.558/0001-95, para atuar no Mato Grosso.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.734, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/41122 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 37.162.435/0011-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1959/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.737, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/54045 - DPF/AQA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PAMIRO AGROPECUARIA S/A, CNPJ nº 49.156.987/0001-27, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.765, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/42245 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASP EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.130.750/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1933/2017 (CNPJ nº 03.130.750/0001-76) e nº 1934/2017 (CNPJ nº 03.130.750/0002-57).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.769, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/50121 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MENDO SAMPAIO S/A - USINA ROÇADINHO, CNPJ nº 10.776.540/0043-74 para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 1802/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.779, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65949 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO BARRA, CNPJ nº 16.275.232/0001-92 para atuar na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.785, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/54448 - DPF/UDI/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONSERVAR SERVICOS DE VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.041.467/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1892/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.788, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/58352 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0001-70, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
12 (doze) Espingardas calibre 12
20 (vinte) Revólveres calibre 38
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38
168 (cento e sessenta e oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.790, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65989 - DPF/NRI/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REDENÇÃO SEGURANÇA PRIVADA 2013 EIRELI, CNPJ nº 13.016.503/0001-05, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
44 (quarenta e quatro) Munições calibre .380
95 (noventa e cinco) Munições calibre 12
221 (duzentas e vinte e uma) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.793, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66859 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UGS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.008.536/0001-04, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
200 (duzentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

### ALVARÁ Nº 4.810, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62415 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0003-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1930/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**ALVARÁ Nº 4.812, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59048 - DPF/CAC/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINOTAURO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 18.461.088/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2009/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.819, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49314 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STV - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0011-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1865/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.833, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/64752 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DOVAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 46.928.552/0001-65 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.847, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65952 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO DOM BARRETO, CNPJ nº 07.250.103/0001-59 para atuar no Piauí.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.848, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65726 - DPF/JNE/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIGIGUARDE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.001.216/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1971/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.859, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/41441 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ nº 26.729.300/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 97.527.175/0001-93:

10 (dez) Revólveres calibre 38
8 (oito) Pistolas calibre .380
8 (oito) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

192 (cento e noventa e duas) Munições calibre 12
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.860, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/50155 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA PIRACICABANA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.837.519/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1796/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.862, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66184 - DPF/ILS/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMFORSEG EMPRESA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA E VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 13.962.805/0001-68, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 4.864, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59580 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MURALHA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 69.282.713/0001-91, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

523 (quinhentas e vinte e três) Munições calibre 38
313 (trezentas e treze) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**PORTARIA Nº 33.934, DE 27 DE JULHO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.001645/2017-80 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa HUSKY ASSESSORIA DE SEGURANÇA E SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA., CNPJ/MF nº 01.138.776/0001-35, localizada no RIO DE JANEIRO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
## DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

**DESPACHOS DA CHEFE**

CERTIFICO que, YUMIKO YAMASHITA, incluída na Portaria Coletiva nº 47-GB, de 17 de abril de 1970, passou a assinar YUMIKO YAMASHITA INOUE, por haver contraído matrimônio com Augusto Inoue, em 09 de janeiro de 1982, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório Distrital do Cajuru, Curitiba/PR, registrada sob a matrícula nº 082461 01 55 1982 3 00006 103 0003200 14. Processo nº 08000.053839/2017-17

CERTIFICO que, a exata grafia do nome da genitora de CARLOS TOME DE JESUS RODRIGUES, incluído na Portaria Coletiva nº 426, de 29 de julho de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 02 de agosto de 1983, é MARIA VICTÓRIA DE PRUDÊNCIA VAZ E RODRIGUES, e não conforme constou. Processo nº 08000.053494/2017-93

DECLARA que a correta grafia do nome dos genitores de ZIAD MAZIN YASS AL KAISSY, incluído na Portaria de Naturalização nº 95, de 18 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2016, são MAZIM YASS KUDAIR AL KAISSY e AIBTIHAJ AISSA MUSSA, e não conforme constou. Processo nº 08000.052857/2017-73

CERTIFICO que, a exata grafia do nome de FANNY OLIVER NATHALIE LIGIER, incluída na Portaria Coletiva nº 149, de 05 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2016, é FANNY OLIVIER NATHALIE LIGIER, e não conforme constou. Processo nº 08000.052548/2017-01

CERTIFICO que, torno sem efeito a averbação do casamento de ANITA ELIAKIM, publicada no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 41, fazendo constar que ANITA ELIAKIM, incluída no Decreto Coletivo nº 594, de 17 de dezembro de 1969, publicado no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 1969, voltou a assinar ANITA LEHMANN, em virtude de Divórcio Consensual, com sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional XI Pinheiros, São Paulo/SP, datada de 24/01/1990, averbado na Certidão de Casamento Matrícula 115303 01 55 1965 2 00018 292 0005747-16. Processo nº 08000.052375/2017-13

DECLARA que LIN PEI JONG, incluída na Portaria de naturalização nº 417, de 17 de março de 2011, obteve por sentença proferida pelo do MM. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal e de Registros Públicos, da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, datada de 07 de junho de 2017, a retificação de seu nome (processo nº 0391240.61.2013.8.09.0051), que passa a constar como ROSANA LIN. Processo nº 08000.051245/2017-63

DECLARA que, ANNELIESE SILVA MATTEI, incluída na Portaria de Naturalização nº 1321, de 26 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial de 30 de dezembro de 1997, passou a assinar ANNELIESE MATTEI NESSRALLAH, por haver contraído matrimônio com ANDRÉ MENEZES NESSRALLAH, em 04 de março de 2004, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório da 1º Circunscrição do Registro Civil da Pessoas Naturais e Tabelionato da Capital-RJ, registrada no livro nº 52, folhas 090, sob nº 15721. Processo nº 08000.050781/2017-41

CERTIFICO que, a exata data de nascimento de REMO QUARANTA, incluído na Portaria da SNJ nº 65, de 24 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2016, é 06 de abril de 1962, e não como constou. Processo nº 08000.044825/2017-02

CERTIFICA que, MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA VIANNA, incluída na Portaria de nº 174, de 04 de março de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 1981, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos, voltou a assinar MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA PINTO, em virtude de Divórcio Consensual com sentença decretada pela MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara de Família de Jacarepaguá/RJ, datada de 13 de maio de 2004, averbado na certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, 11º Subdistrito - Freguesia de Inhaúma - 6ª Zona, Rio de Janeiro/RJ, registrado às fls. 169, livro BRP-54, sob o número de ordem 11467. Processo nº 08000.032361/2017-83

CERTIFICO que, torno sem efeito retificação do nome do naturalizado EDUARDO ESPINO GOLZALES, publicado no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2017, Seção 1, pág. 54. Certifico, então, que a exata grafia do nome de EDUARDO ESPINO GOLZALES, incluído na Portaria da SNJ nº 130, de 31 de maio de 2016, publicada no Diário da União de 2 de junho de 2016, é EDUARDO ESPINO GONZALES, bem como que a correta data de seu nascimento, o nome de sua genitora e o Estado em que reside, são, respectivamente, nascido em 10 de julho de 1969, filho de Armanda Aguida Gonzales Miranda e residente no Estado de Minas Gerais, e não como constou. Processo nº 08000.051178/2016-04

CERTIFICO que, CHUNG HEE OH, incluída na Portaria n.º 794, de 19 de outubro de 1978, publicada no Diário Oficial de 26 de outubro de 1978, passou a assinar CHUNG HEE OH PARK, por haver contraído matrimônio com Seung Moon Park, em 22 de fevereiro de 1987, conforme Certidão de Transcrição de Casamento lavrada pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do Primeiro Subdistrito Sé - São Paulo/SP, Matrícula 121160 01 55 1987 7 00072 007 0002802 51. Processo nº 08000.046108/2016-26

CERTIFICO que, a exata grafia do nome da genitora de JONATHAN PIAO CHANGSHOU, incluído na Portaria nº 243, de 02 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 08 de outubro de 2014, é Yu Ji Zi, e não como constou. Processo nº 08000.027081/2016-72

Certifico que, a exata data de nascimento de SONIA LUCILA BRITEZ MELGAREJO, incluída na Portaria da SNJ nº 18, de 05 de fevereiro 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2016, é 13 de abril de 1974, e não como constou. Processo nº 08335024851201562

DECLARA que o correto número do registro nacional de estrangeiros de OLEG OLEHOVECH PODGURSKYY, incluído na Portaria de Naturalização nº 285, de 02 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 08 de dezembro de 2016, é V581165-2 e não como constou. Processo nº 08000.054928/2016-91

CERTIFICO que, a correta data de nascimento de LINA HELMI BAYDOUN, incluída na Portaria da SNJ nº 30, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2016, é 17 de agosto de 1972, e não como constou. Processo nº 08000.031269/2017-04

CERTIFICA que MARIA BEATRICE MANNO, incluída na presente Portaria de Naturalização nº 0167, de 02 de abril de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 1996, passou a assinar MARIA BEATRICE MANNO BOULANGER, por haver contraído matrimônio com RAFAEL BOULANGER, em 16 de novembro de 2000, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil da Comarca de Palmas/TO, registrado no Livro B-006, fls. 278, sob o nº 001672 Processo nº 08000.053336/2017-33.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 2.392, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Habilita o Município de Cajazeiras (PB) a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descritos no Anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do Anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria ao respectivo Fundo de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 4º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTE HABILITADO A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | PROGRAMA | COMPONENTE | NÚMERO DA PROPOSTA | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PLANO ORÇAMENTÁRIO | VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PB | CAJAZEIRAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAJAZEIRAS | ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA | CLÍNICA / CENTRO DE ESPECIALIDADES, POLICLÍNICA E UNIDADE MISTA | 11902.878000/1170-07 | 10.302.2015.8535.0001 | 0000 | 4.674.330,00 |
| TOTAL | | | | | 1 PROPOSTA | | | 4.674.330,00 |

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

### RESOLUÇÃO - RDC N° 175, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 05 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1° Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999, estabelecendo as seguintes alterações:

I. INCLUSÃO

1.1. Adendo 15 na Lista "F2"

1.2. Subitem "1.5" no item "b" da Lista "F2"

1.3. Classe estrutural das catinonas sintéticas no item "c" da Lista "F2"

II. ALTERAÇÃO

2.1. Adendo 1.1 da Lista "F2"

2.2. Adendo 7 da Lista "F2"

2.3. Adendo 8 da Lista "F2"

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO I

MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ATUALIZAÇÃO N. 58
LISTAS DA PORTARIA SVS/MS N.º 344 DE 12 DE MAIO DE 1998 (DOU DE 1/2/99)

LISTA - A1
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILMETADOL
2. ALFACETILMETADOL
3. ALFAMEPRODINA
4. ALFAMETADOL
5. ALFAPRODINA
6. ALFENTANILA
7. ALILPRODINA
8. ANILERIDINA
9. BEZITRAMIDA
10. BENZETIDINA
11. BENZILMORFINA
12. BENZOILMORFINA
13. BETACETILMETADOL
14. BETAMEPRODINA
15. BETAMETADOL
16. BETAPRODINA
17. BUPRENORFINA
18. BUTORFANOL
19. CLONITAZENO
20. CODOXIMA
21. CONCENTRADO DE PALHA DE DORMIDEIRA
22. DEXTROMORAMIDA
23. DIAMPROMIDA
24. DIETILTIAMBUTENO
25. DIFENOXILATO
26. DIFENOXINA
27. DIIDROMORFINA
28. DIMEFEPTANOL (METADOL)
29. DIMENOXADOL
30. DIMETILTIAMBUTENO
31. DIOXAFETILA
32. DIPIPANONA
33. DROTEBANOL
34. ETILMETILTIAMBUTENO
35. ETONITAZENO
36. ETOXERIDINA
37. FENADOXONA
38. FENAMPROMIDA
39. FENAZOCINA
40. FENOMORFANO
41. FENOPERIDINA
42. FENTANILA
43. FURETIDINA
44. HIDROCODONA
45. HIDROMORFINOL
46. HIDROMORFONA
47. HIDROXIPETIDINA
48. INTERMEDIÁRIO DA METADONA (4-CIANO-2-DIMETILAMINA-4,4-DIFENILBUTANO)
49.INTERMEDIÁRIO DA MORAMIDA (ÁCIDO 2-METIL-3-MORFOLINA-1,1-DIFENILPROPANO CARBOXÍLICO)
50. INTERMEDIÁRIO "A" DA PETIDINA (4 CIANO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA)
51.INTERMEDIÁRIO "B" DA PETIDINA (ÉSTER ETÍLICO DO ÁCIDO 4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXILÍCO)
52.INTERMEDIÁRIO "C" DA PETIDINA (ÁCIDO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXÍLICO)
53. ISOMETADONA
54. LEVOFENACILMORFANO
55. LEVOMETORFANO
56. LEVOMORAMIDA
57. LEVORFANOL
58. METADONA
59. METAZOCINA
60. METILDESORFINA
61. METILDIIDROMORFINA
62. METOPONA
63. MIROFINA
64. MORFERIDINA
65. MORFINA
66. MORINAMIDA
67. NICOMORFINA
68. NORACIMETADOL
69. NORLEVORFANOL
70. NORMETADONA
71. NORMORFINA
72. NORPIPANONA
73. N-OXICODEÍNA
74. N-OXIMORFINA
75. ÓPIO
76.ORIPAVINA
77. OXICODONA
78. OXIMORFONA
79. PETIDINA
80. PIMINODINA
81. PIRITRAMIDA
82. PROEPTAZINA
83. PROPERIDINA
84. RACEMETORFANO
85. RACEMORAMIDA
86. RACEMORFANO
87. REMIFENTANILA
88. SUFENTANILA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

89.TAPENTADOL
90. TEBACONA
91. TEBAÍNA
92. TILIDINA
93. TRIMEPERIDINA
ADENDO:
1) ficam também sob controle:
1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;
1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
2) preparações à base de DIFENOXILATO, contendo por unidade posológica, não mais que 2,5 miligramas de DIFENOXILATO calculado como base, e uma quantidade de Sulfato de Atropina equivalente a, pelo menos, 1,0% da quantidade de DIFENOXILATO, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
3) preparações à base de ÓPIO, contendo até 5 miligramas de morfina anidra por mililitros, ou seja, até 50 miligramas de ÓPIO, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
4) fica proibida a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham ÓPIO e seus derivados sintéticos e CLORIDRATO DE DIFENOXILATO e suas associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).
5) preparações medicamentosas na forma farmacêutica de comprimidos de liberação controlada à base de OXICODONA, contendo não mais que 40 miligramas dessa substância, por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição em RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
6) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero proscrito alfa-PVP, que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.
7) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.
8) preparações medicamentosas na forma farmacêutica adesivos transdérmicos contendo BUPRENORFINA em matriz polimérica adesiva, ou seja, sem reservatório de substância ativa, ficam sujeitas a prescrição em RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - A2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES DE USO PERMITIDO SOMENTE EM CONCENTRAÇÕES ESPECIAIS

(Sujeitas a Notificação de Receita "A")
1. ACETILDIIDROCODEINA
2. CODEÍNA
3. DEXTROPROPOXIFENO
4. DIIDROCODEÍNA
5. ETILMORFINA
6. FOLCODINA
7. NALBUFINA
8. NALORFINA
9. NICOCODINA
10. NICODICODINA
11. NORCODEÍNA
12. PROPIRAM
13. TRAMADOL
ADENDO:
1)ficam também sob controle:
1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;
1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
2) preparações à base de ACETILDIIDROCODEÍNA, CODEÍNA, DIIDROCODEÍNA, ETILMORFINA, FOLCODINA, NICODICODINA, NORCODEÍNA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecentes não exceda 100 miligramas por unidade posológica, e em que a concentração não ultrapasse a 2,5% nas preparações de formas indivisíveis ficam sujeitas prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".
3) preparações à base de TRAMADOL, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de TRAMADOL por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".
4) preparações à base de DEXTROPROPOXIFENO, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecente não exceda 100 miligramas por unidade posológica e em que a concentração não ultrapasse 2,5% nas preparações indivisíveis, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".
5) preparações à base de NALBUFINA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de CLORIDRATO DE NALBUFINA por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".
6) preparações à base de PROPIRAM, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, contendo não mais que 100 miligramas de PROPIRAM por unidade posológica e associados, no mínimo, a igual quantidade de metilcelulose, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula deverão apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".
7) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - A3

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeita a Notificação de Receita "A")
1. ANFETAMINA
2. ATOMOXETINA
3. CATINA
4. CLOBENZOREX
5. CLORFENTERMINA
6. DEXANFETAMINA
7. DRONABINOL
8. FEMETRAZINA
9. FENCICLIDINA
10. FENETILINA
11. LEVANFETAMINA
12. LEVOMETANFETAMINA
13. LISDEXANFETAMINA
14. METILFENIDATO
15. MODAFINILA
16. TANFETAMINA
ADENDO:
1) ficam também sob controle:
1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;
1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
2) ficam sujeitos aos controles referentes a esta Lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação derivados de Cannabis sativa, em concentração de no máximo 30 mg de tetrahidrocannabinol (THC) por mililitro e 30 mg de canabidiol por mililitro.
3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - B1

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B")
1. ALOBARBITAL
2. ALPRAZOLAM
3. AMINEPTINA
4. AMOBARBITAL
5. APROBARBITAL
6. BARBEXACLONA
7. BARBITAL
8. BROMAZEPAM
9. BROTIZOLAM
10. BUTABARBITAL
11. BUTALBITAL
12. CAMAZEPAM
13. CETAZOLAM
14. CICLOBARBITAL
15. CLOBAZAM
16. CLONAZEPAM
17. CLORAZEPAM
18. CLORAZEPATO
19. CLORDIAZEPÓXIDO
20. CLORETO DE ETILA
21. CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO
22. CLOTIAZEPAM
23. CLOXAZOLAM
24. DELORAZEPAM
25. DIAZEPAM
26. ESTAZOLAM
27. ETCLORVINOL
28. ETILANFETAMINA (N-ETILANFETAMINA)
29. ETINAMATO
30. FENAZEPAM
31. FENOBARBITAL
32. FLUDIAZEPAM
33. FLUNITRAZEPAM
34. FLURAZEPAM
35. GHB - (ÁCIDO GAMA - HIDROXIBUTÍRICO)
36. GLUTETIMIDA
37. HALAZEPAM
38. HALOXAZOLAM
39. LEFETAMINA
40. LOFLAZEPATO DE ETILA
41. LOPRAZOLAM
42. LORAZEPAM
43. LORMETAZEPAM
44. MEDAZEPAM
45. MEPROBAMATO
46. MESOCARBO
47. METILFENOBARBITAL (PROMINAL)
48. METIPRILONA
49. MIDAZOLAM
50. NIMETAZEPAM
51. NITRAZEPAM
52. NORCANFANO (FENCANFAMINA)
53. NORDAZEPAM
54. OXAZEPAM
55. OXAZOLAM
56. PEMOLINA
57. PENTAZOCINA
58. PENTOBARBITAL
59. PERAMPANEL
60. PINAZEPAM
61. PIPRADROL
62. PIROVARELONA
63. PRAZEPAM
64. PROLINTANO
65. PROPILEXEDRINA
66. SECBUTABARBITAL
67. SECOBARBITAL
68. TEMAZEPAM
69. TETRAZEPAM
70. TIAMILAL
71. TIOPENTAL
72. TRIAZOLAM
73. TRICLOROETILENO
74. TRIEXIFENIDIL
75. VINILBITAL
76. ZALEPLONA
77. ZOLPIDEM
78. ZOPICLONA
ADENDO:
1) ficam também sob controle:
1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;
1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
2) os medicamentos que contenham FENOBARBITAL, METILFENOBARBITAL (PROMINAL), BARBITAL e BARBEXACLONA, ficam sujeitos a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
3) Em conformidade com a Resolução RDC n.º 104, de 6 de dezembro de 2000 (republicada em 15/12/2000):
3.1. fica proibido o uso do CLORETO DE ETILA para fins médicos, bem como a sua utilização sob a forma de aerosol, aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.
3.2. o controle e a fiscalização da substância CLORETO DE ETILA, ficam submetidos ao Órgão competente do Ministério da Justiça, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Decreto nº 4.262 de 10/06/2002 e Portaria MJ nº 1.274 de 25/08/2003.
4) preparações a base de ZOLPIDEM e de ZALEPLONA, em que a quantidade dos princípios ativos ZOLPIDEM e ZALEPLONA respectivamente, não excedam 10 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
5) preparações a base de ZOPICLONA em que a quantidade do princípio ativo ZOPICLONA não exceda 7,5 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
6) fica proibido o uso humano de CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO e de TRICLOROETILENO, por via oral ou inalação.
7) quando utilizadas exclusivamente para fins industriais legítimos, as substâncias CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO e TRICLOROETILENO estão excluídas dos controles referentes a esta Lista, estando submetidas apenas aos controles impostos pela Lista D2 deste Regulamento (controle do Ministério da Justiça).
8) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito TH-PVP, que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.
9) os medicamentos que contenham PERAMPANEL ficam sujeitos à prescrição em Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias, e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".
10) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - B2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B2")
1. AMINOREX
2. ANFEPRAMONA
3. FEMPROPOREX
4. FENDIMETRAZINA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. FENTERMINA
6. MAZINDOL
7. MEFENOREX
8. SIBUTRAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito metanfetamina que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista, os isômeros proscritos 4-MEC, 5-MAPDB e pentedrona, que estão relacionados na Lista "F2" deste regulamento.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância DEET (N,N-dietil-3-metilbenzamida).

5) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - C1

LISTA DAS OUTRAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ACEPROMAZINA
2. ÁCIDO VALPRÓICO
3. AGOMELATINA
4. AMANTADINA
5. AMISSULPRIDA
6. AMITRIPTILINA
7. AMOXAPINA
8. ARIPIPRAZOL
9. ASENAPINA
10. AZACICLONOL
11. BECLAMIDA
12. BENACTIZINA
13. BENFLUOREX
14. BENZIDAMINA
15. BENZOCTAMINA
16. BENZOQUINAMIDA
17. BIPERIDENO
18. BUPROPIONA
19. BUSPIRONA
20. BUTAPERAZINA
21. BUTRIPTILINA
22. CANABIDIOL (CBD)
23. CAPTODIAMO
24. CARBAMAZEPINA
25. CAROXAZONA
26. CELECOXIBE
27. CETAMINA
28. CICLARBAMATO
29. CICLEXEDRINA
30. CICLOPENTOLATO
31. CISAPRIDA
32. CITALOPRAM
33. CLOMACRANO
34. CLOMETIAZOL
35. CLOMIPRAMINA
36. CLOREXADOL
37. CLORPROMAZINA
38. CLORPROTIXENO
39. CLOTIAPINA
40. CLOZAPINA
41. DAPOXETINA
42. DESFLURANO
43. DESIPRAMINA
44. DESVENLAFAXINA
45. DEXETIMIDA
46. DEXMEDETOMIDINA
47. DIBENZEPINA
48. DIMETRACRINA
49. DISOPIRAMIDA
50. DISSULFIRAM
51. DIVALPROATO DE SÓDIO
52. DIXIRAZINA
53. DONEPEZILA
54. DOXEPINA
55. DROPERIDOL
56. DULOXETINA
57. ECTILURÉIA
58. EMILCAMATO
59. ENFLURANO
60. ENTACAPONA
61. ESCITALOPRAM
62. ETOMIDATO
63. ETORICOXIBE
64. ETOSSUXIMIDA
65. FACETOPERANO
66. FEMPROBAMATO
67. FENAGLICODOL
68. FENELZINA
69. FENIPRAZINA
70. FENITOINA
71. FLUFENAZINA
72. FLUMAZENIL
73. FLUOXETINA
74. FLUPENTIXOL
75. FLUVOXAMINA
76. GABAPENTINA
77. GALANTAMINA
78. HALOPERIDOL
79. HALOTANO
80. HIDRATO DE CLORAL
81. HIDROCLORBEZETILAMINA
82. HIDROXIDIONA
83. HOMOFENAZINA
84. IMICLOPRAZINA
85. IMIPRAMINA
86. IMIPRAMINÓXIDO
87. IPROCLOZIDA
88. ISOCARBOXAZIDA
89. ISOFLURANO
90. ISOPROPIL-CROTONIL-URÉIA
91. LACOSAMIDA
92. LAMOTRIGINA
93. LEFLUNOMIDA
94. LEVETIRACETAM
95. LEVOMEPROMAZINA
96. LISURIDA
97. LITIO
98. LOPERAMIDA
99. LOXAPINA
100. LUMIRACOXIBE
101. LURASIDONA
102. MAPROTILINA
103. MECLOFENOXATO
104. MEFENOXALONA
105. MEFEXAMIDA
106. MEMANTINA
107. MEPAZINA
108. MESORIDAZINA
109. METILNALTREXONA
110. METILPENTINOL
111. METISERGIDA
112. METIXENO
113. METOPROMAZINA
114. METOXIFLURANO
115. MIANSERINA
116. MILNACIPRANA
117. MINAPRINA
118. MIRTAZAPINA
119. MISOPROSTOL
120. MOCLOBEMIDA
121. MOPERONA
122. NALOXONA
123. NALTREXONA
124. NEFAZODONA
125. NIALAMIDA
126. NITRITO DE ISOBUTILA
127. NOMIFENSINA
128. NORTRIPTILINA
129. NOXIPTILINA
130. OLANZAPINA
131. OPIPRAMOL
132. OXCARBAZEPINA
133. OXIBUPROCAÍNA (BENOXINATO)
134. OXIFENAMATO
135. OXIPERTINA
136. PALIPERIDONA
137. PARECOXIBE
138. PAROXETINA
139. PENFLURIDOL
140. PERFENAZINA
141. PERGOLIDA
142. PERICIAZINA (PROPERICIAZINA)
143. PIMOZIDA
144. PIPAMPERONA
145. PIPOTIAZINA
146. PRAMIPEXOL
147. PREGABALINA
148. PRIMIDONA
149. PROCLORPERAZINA
150. PROMAZINA
151. PROPANIDINA
152. PROPIOMAZINA
153. PROPOFOL
154. PROTIPENDIL
155. PROTRIPTILINA
156. PROXIMETACAINA
157. QUETIAPINA
158. RAMELTEONA
159. RASAGILINA
160. REBOXETINA
161. RIBAVIRINA
162. RIMONABANTO
163. RISPERIDONA
164. RIVASTIGMINA
165. ROFECOXIBE
166. ROPINIROL
167. ROTIGOTINA
168. RUFINAMIDA
169. SELEGILINA
170. SERTRALINA
171. SEVOFLURANO
172. SULPIRIDA
173. SULTOPRIDA
174. TACRINA
175. TERIFLUNOMIDA
176. TETRABENAZINA
177. TETRACAÍNA
178. TIAGABINA
179. TIANEPTINA
180. TIAPRIDA
181. TIOPROPERAZINA
182. TIORIDAZINA
183. TIOTIXENO
184. TOLCAPONA
185. TOPIRAMATO
186. TRANILCIPROMINA
187. TRAZODONA
188. TRICLOFÓS
189. TRIFLUOPERAZINA
190. TRIFLUPERIDOL
191. TRIMIPRAMINA
192. TROGLITAZONA
193. VALDECOXIBE
194. VALPROATO SÓDICO
195. VENLAFAXINA
196. VERALIPRIDA
197. VIGABATRINA
198. VORTIOXETINA
199. ZIPRAZIDONA
200. ZOTEPINA
201. ZUCLOPENTIXOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.3 o disposto nos itens 1.1 e 1.2 não se aplica a substância canabidiol.

2) os medicamentos à base da substância LOPERAMIDA ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) fica proibido a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham LOPERAMIDA ou em associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

4) só será permitida a compra e uso do medicamento contendo a substância MISOPROSTOL em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim;

5) os medicamentos à base da substância TETRACAÍNA ficam sujeitos a: (a) VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico odontológico, não associadas a qualquer outro princípio ativo; (b) VENDA COM PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM A RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico otorrinolaringológico, especificamente para Colutórios e Soluções utilizadas no tratamento de Otite Externa e (c) VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico oftalmológico.

6) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico as substâncias DISSULFIRAM, LÍTIO (metálico e seus sais) e HIDRATO DE CLORAL, quando, comprovadamente, forem utilizadas para outros fins, que não as formulações medicamentosas, e, portanto não estão sujeitos ao controle e fiscalização previstos nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e nº. 6/99.

7) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico os medicamentos a base de BENZIDAMINA cujas formas farmacêuticas sejam: pó para preparação extemporânea, solução ginecológica, spray, pastilha drops, colutório, pasta dentifrícia e gel.

8) fica proibido o uso de NITRITO DE ISOBUTILA para fins médicos, bem como a sua utilização como aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

9) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico, o NITRITO DE ISOBUTILA, quando utilizado exclusivamente para fins industriais legítimos.

10) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância prometazina.

11) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - C2

LISTA DE SUBSTÂNCIAS RETINÓICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita Especial)

1. ACITRETINA
2. ADAPALENO
3. BEXAROTENO
4. ISOTRETINOÍNA
5. TRETINOÍNA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - C3

LISTA DE SUBSTÂNCIAS IMUNOSSUPRESSORAS

(Sujeita a Notificação de Receita Especial)

1. FTALIMIDOGLUTARIMIDA (TALIDOMIDA)

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - C5

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANABOLIZANTES

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ANDROSTANOLONA
2. BOLASTERONA
3. BOLDENONA
4. CLOROXOMESTERONA
5. CLOSTEBOL
6. DEIDROCLORMETILTESTOSTERONA
7. DROSTANOLONA
8. ESTANOLONA
9. ESTANOZOLOL
10. ETILESTRENOL
11. FLUOXIMESTERONA OU FLUOXIMETILTESTOSTERONA
12. FORMEBOLONA
13. MESTEROLONA
14. METANDIENONA
15. METANDRANONA
16. METANDRIOL
17. METENOLONA
18. METILTESTOSTERONA
19. MIBOLERONA
20. NANDROLONA
21. NORETANDROLONA
22. OXANDROLONA
23. OXIMESTERONA
24. OXIMETOLONA
25. PRASTERONA (DEIDROEPIANDROSTERONA - DHEA)
26. SOMATROPINA (HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO)
27. TESTOSTERONA
28. TREMBOLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA - D1

LISTA DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitas a Receita Médica sem Retenção)

1. 1-FENIL-2-PROPANONA
2. 3,4 - METILENDIOXIFENIL-2-PROPANONA
3. ACIDO ANTRANÍLICO
4. ÁCIDO FENILACETICO
5. ÁCIDO LISÉRGICO
6. ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
7. ALFA-FENILACETOACETONITRILO (APAAN)
8. ANPP ou (1-FENETIL-N-FENILPIPERIDIN-4-AMINA)
9. DIIDROERGOTAMINA
10. DIIDROERGOMETRINA
11. EFEDRINA
12. ERGOMETRINA
13. ERGOTAMINA
14. ETAFEDRINA
15. ISOSAFROL
16. ÓLEO DE SASSAFRÁS
17. ÓLEO DA PIMENTA LONGA
18. PIPERIDINA
19. PIPERONAL
20. PSEUDOEFEDRINA
21. NPP ou (N-FENETIL-4-PIPERIDINONA)
22. SAFROL

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

2) ficam também sob controle as substâncias: mesilato de diidroergotamina, TARTARATO DE DIIDROERGOTAMINA, maleato de ergometrina, TARTARATO DE ERGOMETRINA E tartarato de ergotamina.

3) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º344/98 e 6/99, as formulações não medicamentosas, que contém as substâncias desta lista quando se destinarem a outros seguimentos industriais.

4) óleo de pimenta longa é obtido da extração das folhas e dos talos finos da Piper hispidinervum C.DC., planta nativa da Região Norte do Brasil.

5) ficam também sob controle todos os isômeros ópticos da substância APAAN, sempre que seja possível sua existência.

LISTA - D2

LISTA DE INSUMOS QUÍMICOS UTILIZADOS PARA FABRICAÇÃO E SÍNTESE DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitos a Controle do Ministério da Justiça)

1. ACETONA
2. ÁCIDO CLORÍDRICO
3. ÁCIDO SULFÚRICO
4. ANIDRIDO ACÉTICO
5. CLORETO DE ETILA
6. CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO
7. CLOROFÓRMIO
8. ÉTER ETÍLICO
9. METIL ETIL CETONA
10. PERMANGANATO DE POTÁSSIO
11. SULFATO DE SÓDIO
12. TOLUENO
13. TRICLOROETILENO

ADENDO:

1) os produtos e insumos químicos desta Lista estão sujeitos a controle da Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Decreto nº 4.262 de 10/06/2002 e Portaria MJ nº 1.274 de 25/08/2003.

2) o insumo químico ou substância CLOROFÓRMIO está proibido para uso em medicamentos.

3) quando os insumos desta lista forem utilizados para fins de fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, as empresas devem atender a legislação sanitária específica.

LISTA - E

LISTA DE PLANTAS PROSCRITAS QUE PODEM ORIGINAR SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICAS

1. Cannabis sativa L..
2. Claviceps paspali Stevens & Hall.
3. Datura suaveolens Willd.
4. Erythroxylum coca Lam.
5. Lophophora williamsii Coult.
6. Papaver Somniferum L..
7. Prestonia amazonica J. F. Macbr.
8. Salvia Divinorum

ADENDO:

1) ficam proibidas a importação, a exportação, o comércio, a manipulação e o uso das plantas enumeradas acima.

2) ficam também sob controle, todas as substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima, bem como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias.

3) a planta Lophophora williamsii Coult. é comumente conhecida como cacto peyote.

4) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99, a importação de semente de dormideira (Papaver Somniferum L.) quando, comprovadamente, for utilizada com finalidade alimentícia, devendo, portanto, atender legislação sanitária específica.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância papaverina, bem como as formulações que a contenham, desde que estas não possuam outras substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

7) fica permitida, excepcionalmente, a importação de produtos que possuam as substâncias canabidiol e/ou tetrahidrocannabinol (THC), quando realizada por pessoa física, para uso próprio, para tratamento de saúde, mediante prescrição médica, aplicando-se os mesmos requisitos estabelecidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 6 de maio de 2015.

8) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação derivados de Cannabis sativa, em concentração de no máximo 30 mg de tetrahidrocannabinol (THC) por mililitro e 30 mg de canabidiol por mililitro, desde que sejam atendidas as exigências desta Resolução.

LISTA - F

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROSCRITO NO BRASIL

LISTA F1 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1. | 3-METILFENTANILA | ou | *N*-(3-METIL-1-(FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA |
| 2. | 3-METILTIOFENTANILA | ou | *N*-[3-METIL-1-[2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA |
| 3. | ACETIL-*ALFA*-METILFENTANILA | ou | *N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]ACETANILIDA |
| 4. | ACETILFENTANIL | ou | N-[1-(2-FENILETIL)-4-PIPERIDIL]-N-FENILACETAMIDA |
| 5. | ACETORFINA | ou | 3-*O*-ACETILTETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA |
| 6. | AH-7921 | ou | 3,4-DICLORO-N-{[1-(DIMETILAMINO)CICLO-HEXIL] METIL}BENZAMIDA |
| 7. | *ALFA*-METILFENTANILA | ou | *N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA |
| 8. | *ALFA*-METILTIOFENTANILA | ou | *N*-[1-[1-METIL-2-(2-TIENIl)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA |
| 9. | *BETA*-HIDROXI-3-METILFENTANILA | ou | *N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-3-METIL-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA |
| 10. | BETA-HIDROXIFENTANILA | ou | *N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA |
| 11. | BUTIRFENTANIL | ou | BUTIRIL FENTANIL; N-(1-FENETILPIPERIDIN-4-IL)-N-FENILBUTIRAMIDA |
| 12. | CETOBEMIDONA | ou | 4-*META*-HIDROXIFENIL-1-METIL-4-PROPIONILPIPERIDINA |
| 13. | COCAÍNA | ou | ÉSTER METÍLICO DA BENZOILECGONINA |
| 14. | DESOMORFINA | ou | DIIDRODEOXIMORFINA |
| 15. | DIIDROETORFINA | ou | 7,8-DIIDRO-7-*ALFA*-[1-(R)-HIDROXI-1-METILBUTIL]-6,14-*ENDO*-ETANOTETRAHIDROORIPAVINA |
| 16. | ECGONINA | ou | (-)-3-HIDROXITROPANO-2-CARBOXILATO |
| 17. | ETORFINA | ou | TETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA |
| 18. | HEROÍNA | ou | DIACETILMORFINA |
| 19. | MDPV | ou | 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-PENTANONA |
| 20. | MPPP | ou | 1-METIL-4-FENIL-4-PROPIONATO DE PIPERIDINA (ÉSTER) |
| 21. | MT-45 | ou | 1-CICLOHEXIL-4-(1,2-DIFENILETIL)PIPERAZINA |
| 22. | *PARA*-FLUOROFENTANILA | ou | 4'-FLUORO-*N*-(1-FENETIL-4-PIPERIDIL])PROPIONANILIDA |
| 23. | PEPAP | ou | 1-FENETIL-4-FENIL-4-ACETATO DE PIPERIDINA (ÉSTER) |
| 24. | TIOFENTANILA | ou | *N*-[1-[2-(TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA |
| 25. | U-47700 | ou | *3*,4-DICLORO-N-((1S,2S)-2-(DIMETILAMINO)CICLOHEXIL)-N-METILBENZAMIDA |

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1.todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.2.todos os ésteres e derivados da substância ECGONINA que sejam transformáveis em ECGONINA E COCAÍNA.

2) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LISTA F2 - SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS
a) SUBSTÂNCIAS

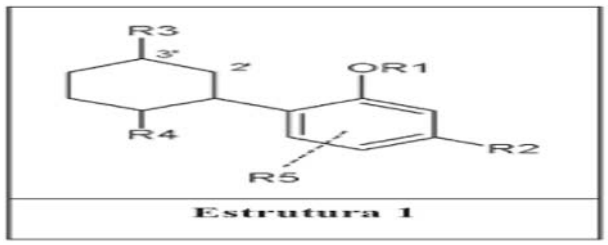
| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | (+) - LISÉRGIDA | ou | LSD; LSD-25; 9,10-DIDEHIDRO-*N*,*N*-DIETIL-6-METILERGOLINA-8*BETA*-CARBOXAMIDA |
| 2 | 2C-B | ou | 4-BROMO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 3 | 2C-C | ou | 4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 4 | 2C-D | ou | 4-METIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 5 | 2C-E | ou | 4-ETIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 6 | 2C-F | ou | 4-FLUOR-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 7 | 2C-I | ou | 4-IODO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 8 | 2C-T-2 | ou | 4-ETIL-TIO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA |
| 9 | 2C-T-7 | ou | 2,5-DIMETOXI-4-PROPILTIOFENILETILAMINA (2C-T-7) |
| 10 | 3-MMC | ou | 3-METILMETCATINONA; 2-(METILAMINO)-1-(3-METILFENIL)-1-PROPANONA |
| 11 | 4-AcO-DMT | ou | 4-ACETOXI-N, N-DIMETILTRIPTAMINA |
| 12 | 4-BROMOMETCATINONA | ou | 4-BMC; BREFEDRONA; 1-(4-BROMOFENIL)-2-(METILAMINO)PROPAN-1-ONA |
| 13 | 4-Cl-ALFA-PVP | ou | 1-(4-CLOROFENIL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)PENTAN-1-ONA |
| 14 | 4-CLOROMETCATINONA | ou | CLEFEDRONA; 4-CMC; 1-(4-CLOROFENIL)-2-(METILAMINO)PROPAN-1-ONA |
| 15 | 4-FA | ou | 4-FLUOROANFETAMINA; 1-(4-FLUOROFENIL) PROPAN-2-AMINA |
| 16 | 4-FLUOROMETCATINONA | ou | FLEFEDRONA; 4-FMC; 1-(4-FLUOROFENIL)-2-(METILAMINO)PROPAN-1-ONA |
| 17 | 4-MEAPP | ou | 2-(ETILAMINO)-1-(4-METILFENIL)-1-PENTANONA; 4-METIL-ALFA-ETILAMINOPENTIOFENONA; N-ETIL-4'-METILNORPENTEDRONA |
| 18 | 4-MEC | ou | 4- METILETILCATINONA;<br>2-(ETILAMINA)-1-(4-METILFENIL)-PROPAN-1-ONA |
| 19 | 4-METILAMINOREX | ou | (±)-*CIS*-2-AMINO-4-METIL-5-FENIL-2-OXAZOLINA |
| 20 | 4-MTA | ou | 4-METILTIOANFETAMINA |
| 21 | 4,4'- DMAR | ou | 4,4'- DIMETILAMINOREX; 4-METIL-5-(4-METILFENIL)-4,5-DIHIDRO-1,3-OXAZOL-2-AMINA |
| 22 | 5-APB | ou | 1-(BENZOFURAN-5-IL)PROPAN-2-AMINA |
| 23 | 5-APDB | ou | 1-(2,3-DIHIDROBENZOFURAN-5-IL)PROPAN-2-AMINA |
| 24 | 5-EAPB | ou | 1-(BENZOFURAN-5-IL)-N-ETILPROPAN-2-AMINA |
| 25 | 5-MAPDB | ou | 1-(2,3-DIHIDROBENZOFURAN-5-IL)-N-METILPROPAN-2-AMINA |
| 26 | 5F-AKB48 | ou | 5F-APINACA; N-(1-ADAMANTIL)-1-(5-FLUOROPENTIL)INDAZOL-3-CARBOXAMIDA |
| 27 | 5-IAI | ou | 2,3-DIHIDRO-5-IODO-1H-INDENO-2-AMINA |
| 28 | 5-MeO-AMT | ou | 5-METOXI-ALFA-METILTRIPTAMINA |
| 29 | 5-MeO-DIPT | ou | 5-METOXI-N,N-DIISOPROPILTRIPTAMINA |
| 30 | 5-MeO-DMT | ou | 5-METOXI-N,N-DIMETILTRIPTAMINA |
| 31 | 5-MeO-MIPT | ou | 5-METOXI-N,N-METIL ISOPROPILTRIPTAMINA |
| 32 | 25B-NBOMe | ou | 2-(4-BROMO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 33 | 25C-NBOMe | ou | 2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 34 | 25D-NBOMe | ou | 2-(4-METIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 35 | 25E-NBOMe | ou | 2-(4-ETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 36 | 25H-NBOMe | ou | 2-(2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 37 | 25I-NBF | ou | Cimbi-21; 2C-I-NBF; N-(2-FLUOROBENZIL)-2-(4-IODO-2,5-DIMETOXIFENIL)ETAN-1-AMINA |
| 38 | 25I-NBOH | ou | 2CI-NBOH; 2-({[2-(4-IODO-2,5-DIMETOXIFENIL)ETIL]AMINO}METIL)FENOL |
| 39 | 25I-NBOMe | ou | 2-(4-IODO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 40 | 25N-NBOMe | ou | 2-(4-NITRO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 41 | 25P-NBOMe | ou | 2-(4-PROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 42 | 25T2-NBOMe | ou | 2-(4-TIOETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 43 | 25T4-NBOMe | ou | 2-[4-(1-METIL-TIOETIL)-2,5-DIMETOXI-FENIL]-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 44 | 25T7-NBOMe | ou | 2-(4-TIOPROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA |
| 45 | 30C-NBOMe | ou | C30-NBOMe; 2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENIL)-N-(3,4,5-TRIMETOXIBENZIL)ETAN-1-AMINA |
| 46 | ALFA-EAPP | ou | ALFA-ETILAMINOPENTIOFENONA; 2-(ETILAMINO)-1-FENILPENTAN-1-ONA |
| 47 | ALFA-PVP | ou | 1-FENIL-2-(PIRROLIDIN-1-IL)PENTAN-1-ONA) |
| 48 | AKB48 | ou | APINACA; N-ADAMANTIL-1-PENTILINDAZOL-3-CARBOXAMIDA |
| 49 | AM-2201 | ou | (1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL- METANONA |
| 50 | AMT | ou | ALFA-METILTRIPTAMINA |
| 51 | BENZOFETAMINA | ou | *N*-BENZIL-*N*,*ALFA*-DIMETILFENETILAMINA |
| 52 | BETACETO-DMBDB | ou | DIBUTILONA; METILBUTILONA; bk-DMBDB; bk-MMBDB; 1- BENZO[D] [1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(DIMETILAMINO)BUTAN-1-ONA |
| 53 | BROLANFETAMINA | ou | DOB; (±)-4-BROMO-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA |
| 54 | BZP | ou | 1-BENZILPIPERAZINA |
| 55 | CATINONA | ou | (-)-(*S*)-2-AMINOPROPIOFENONA |
| 56 | DET | ou | 3-[2-(DIETILAMINO)ETIL]INDOL |
| 57 | DIIDRO-LSD | ou | (8b)-N,N-DIETIL-6-METIL-9,10-DIDEHIDRO-2,3-DIHIDROERGOLINA-8-CARBOXAMIDA |
| 58 | DIMETILONA | ou | bk-MDDMA; bk-DMBDP; 1-(BENZO[d][1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(DIMETILAMINO)PROPAN-1-ONA |
| 59 | DMA | ou | (±)-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA |
| 60 | DMAA | ou | 4-metilhexan-2-amina |
| 61 | DMHP | ou | 3-(1,2-DIMETILHEPTIL)-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B*,*D*]PIRANO-1-OL |
| 62 | DMT | ou | 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL] INDOL ; *N*,*N*-DIMETILTRIPTAMINA |
| 63 | DOC | ou | 4-CLORO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA |
| 64 | DOET | ou | (±)-4-ETIL-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA |
| 65 | DOI | ou | 4-IODO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA |
| 66 | EAM-2201 | ou | (1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-(4-ETIL-1-NAFTALENIL)-METANONA |
| 67 | ERGINA | ou | LSA (AMIDA DO ÁCIDO D-LISÉRGICO) |
| 68 | ETICICLIDINA | ou | PCE ; *N*-ETIL-1-FENILCICLOHEXILAMINA |
| 69 | ETILFENIDATO | ou | ACETATO DE ETIL-2-FENIL-2-(PIPERIDIN-2-IL) |
| 70 | ETILONA | ou | bk-MDEA; MDEC; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)-1-PROPANONA |
| 71 | ETRIPTAMINA | ou | 3-(2-AMINOBUTIL)INDOL |
| 72 | JWH-018 | ou | 1-NAFTALENIL-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-METANONA |
| 73 | JWH-071 | ou | (1-ETIL-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL-METANONA |
| 74 | JWH-072 | ou | (1-PROPILINDOL-3-IL)NAFTALEN-1-IL-METANONA |
| 75 | JWH-073 | ou | NAFTALEN-1-IL(1-BUTILINDOL-3-IL) METANONA |
| 76 | JWH-081 | ou | 4-METOXINAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA |
| 77 | JWH-098 | ou | (4-METOXI1-NAFTALENIL)(2-METIL-1- PENTIL-1H-INDOL-3-IL) METANONA |
| 78 | JWH-122 | ou | 4-METILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA |
| 79 | JWH-210 | ou | 4-ETILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA |
| 80 | JWH-250 | ou | 2-(2-METOXIFENIL)-1-(1-PENTIL-1-INDOL-3-IL) ETANONA |
| 81 | JWH-251 | ou | 2-(2-METILFENIL)-1-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) ETANONA |
| 82 | JWH-252 | ou | 1-(2-METIL-1-PENTILINDOL-3-IL)-2-(2-METILFENIL) ETANONA |
| 83 | JWH-253 | ou | 1-(2-METIL-1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-2-(3-METOXI-FENIL) ETANONA |
| 84 | MAM-2201 | ou | (1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)-METANONA |
| 85 | MAM-2201 N-(4-hidroxipentil) | ou | [1-(5-FLUORO-4-HIDROXIPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA |
| 86 | MAM-2201 N-(5-cloropentil) | ou | [1-(5-CLOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA |
| 87 | mCPP | ou | 1-(3-CLOROFENIL)PIPERAZINA |
| 88 | MDAI | ou | 5,6-METILENODIOXI-2-AMINOINDANO |
| 89 | MDE | ou | MDEA; N-ETIL MDA; (±)-*N*-ETIL-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENEDIOXI)FENETILAMINA |
| 90 | MDMA | ou | (±)-*N*,*ALFA*-DIMETIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA; 3,4 METILENODIOXIMETANFETAMINA |
| 91 | MECLOQUALONA | ou | 3-(*O*-CLOROFENIL)-2-METIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA |
| 92 | MEFEDRONA | ou | 2-metilamino-1-(4-metilfenil)-propan-1-ona |
| 93 | MESCALINA | ou | 3,4,5-TRIMETOXIFENETILAMINA |
| 94 | METANFETAMINA | | |
| 95 | METAQUALONA | ou | 2-METIL-3-*O*-TOLIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA |
| 96 | METCATINONA | ou | 2-(METILAMINO)-1-FENILPROPAN-1-ONA |
| 97 | METILONA | ou | βk-MDMA; MDMC; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)-1- PROPANONA |
| 98 | METIOPROPAMINA | ou | N-METIL-1-TIOFEN-2-ILPROPAN-2-AMINA |
| 99 | MMDA | ou | 5-METOXI-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA |
| 100 | MXE | ou | METOXETAMINA; 2-(ETILAMINO)-2-(3-METOXIFENIL)-CICLOHEXANONA |
| 101 | N-ACETIL-3,4-MDMC | ou | N-ACETIL-3,4-METILENODIOXIMETCATINONA; N-ACETILMETILONA; N-[2-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-1-METIL-2-OXOETIL]-N-METIL-ACETAMIDA |
| 102 | N-ETILCATINONA | ou | 2-(ETILAMINA)-1-FENILPROPAN-1-ONA |
| 103 | N-ETILHEXEDRONA | ou | 2-(ETILAMINO)-1-FENILHEXAN-1-ONA; HEXEN; NEH |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 104 | N-ETILPENTILONA | ou | EFILONA; 1-(BENZO[d][1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)PENTAN-1-ONA |
| 105 | PARAHEXILA | ou | 3-HEXIL-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B*,*D*]PIRANO-1-OL |
| 106 | PENTEDRONA | ou | 2-(METILAMINO)-1-FENIL-PENTAN-1-ONA |
| 107 | PENTILONA | ou | bk-MBDP; βk-MBDP; bk-METIL-K; 1-(BENZO[d][1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)PENTAN-1-ONA |
| 108 | PMA | ou | *P*-METOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA |
| 109 | PMMA | ou | PARA-METOXIMETANFETAMINA; [1-(4-METOXIFENIL)PROPANO-2-IL](METIL)AZANO] |
| 110 | PSILOCIBINA | ou | FOSFATO DIIDROGENADO DE 3-[2-(DIMETILAMINOETIL)]INDOL-4-ILO |
| 111 | PSILOCINA | ou | PSILOTSINA ; 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL]INDOL-4-OL |
| 112 | ROLICICLIDINA | ou | PHP; PCPY ; 1-(1-FENILCICLOHEXIL)PIRROLIDINA |
| 113 | SALVINORINA A | ou | Metil (2S,4aR,6aR,7R,9S,10aS,10bR)-9-acetoxi-2-(3-furil)-6a,10b-dimetil-4,10-dioxododecahidro-2H-benzo[f]isocromeno-7-carboxilato |
| 114 | STP | ou | DOM ; 2,5-DIMETOXI-*ALFA*,4-DIMETILFENETILAMINA |
| 115 | TENAMFETAMINA | ou | MDA; *ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA |
| 116 | TENOCICLIDINA | ou | TCP ; 1-[1-(2-TIENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA |
| 117 | TETRAHIDROCANNABINOL | ou | THC |
| 118 | TH-PVP | ou | 2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-(5,6,7,8-TETRAHIDRONAFTALEN-2-IL)PENTAN-1-ONA |
| 119 | TMA | ou | (±)-3,4,5-TRIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA |
| 120 | TFMPP | ou | 1-(3-TRIFLUORMETILFENIL)PIPERAZINA |
| 121 | UR-144 | ou | (1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) (2,2,3,3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA |
| 122 | XLR-11 | ou | 5F-UR-144; [1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](2,2,3,3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA |
| 123 | ZIPEPROL | ou | *ALFA*-(*ALFA*-METOXIBENZIL)-4-(*BETA*-METOXIFENETIL)-1-PIPERAZINAETANOL |

b) CLASSES ESTRUTURAIS DOS CANABINOIDES SINTÉTICOS - Ficam também sob controle desta Lista as substâncias canabimiméticas que se enquadram nas seguintes classes estruturais:
1. Qualquer substância que apresente uma estrutura 2-(ciclohexil)fenol (estrutura 1):
1.1. Com substituição na posição 1 do anel benzênico por um grupo (-OR1) hidroxil, alcoxi (éter) ou carboxialquil (éster);
1.2. Substituída na posição 5 (-R2) do anel benzênico em qualquer extensão;
1.3. Substituída ou não nas posições 3' (-R3) e/ou 6' (-R4) em qualquer extensão no anel ciclo-hexil;
1.4. Que apresente ou não uma insaturação entre as posições 2' e 3' do anel ciclohexil substituinte;
1.5. Substituída ou não no anel benzênico em qualquer extensão (-R5).



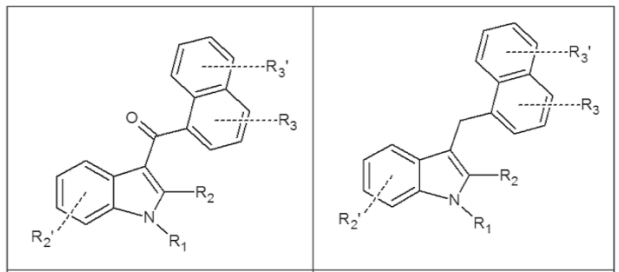
Estrutura 1

2. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 2) ou naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metano (estrutura 3):

2.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

2.2. Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

2.3. Se ou não substituído no anel naftoil ou no anel naftil em qualquer extensão (-R3 e -R3').

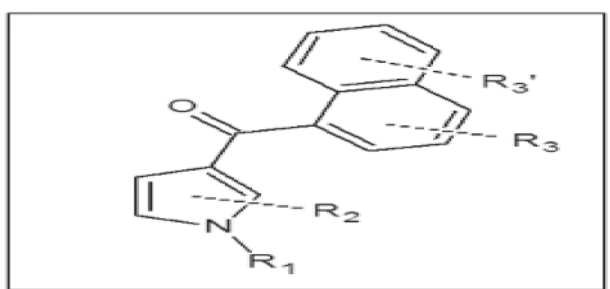

Estrutura 2 | Estrutura 3

3. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-pirrol-3-il)metanona (estrutura 4):

3.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel pirrol (-R1);

3.2. Substituída ou não no anel pirrol em qualquer extensão (-R2);

3.3. Substituída ou não no anel naftoil em qualquer extensão (-R3 e -R3').

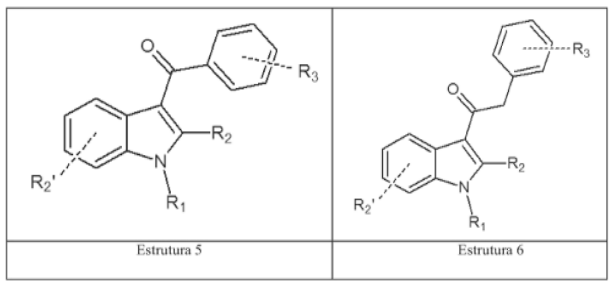

Estrutura 4

4. Qualquer substância que apresente uma estrutura fenil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 5) ou fenil(1H-indol-3-il)etanona (estrutura 6):

4.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

4.2. Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

4.3. Se ou não substituído no anel fenil em qualquer extensão (-R3).

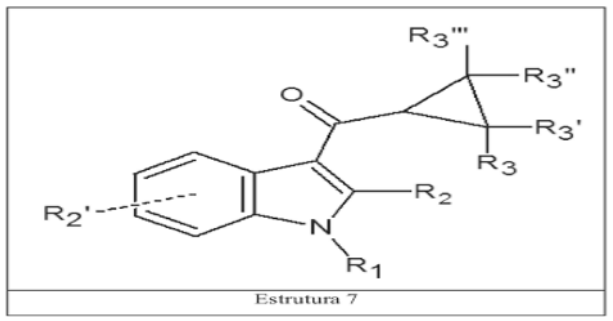

Estrutura 5 | Estrutura 6

5. Qualquer substância que apresente uma estrutura ciclopropil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 7):

5.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

5.2. Substituída ou não no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

5.3. Substituída ou não no anel ciclopropil em qualquer extensão (-R3, -R3', -R3" e -R3'").

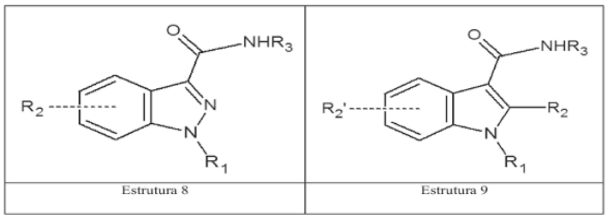

Estrutura 7

6. Qualquer substância que apresente uma estrutura 1H-indazol-3-carboxamida (estrutura 8) ou 1H-indol-3-carboxamida (estrutura 9):

6.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indazol ou indol (-R1);

6.2. Substituída ou não no anel indazol (-R2) ou indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

6.3. Substituída ou não no grupo carboxamida em qualquer extensão (-R3).

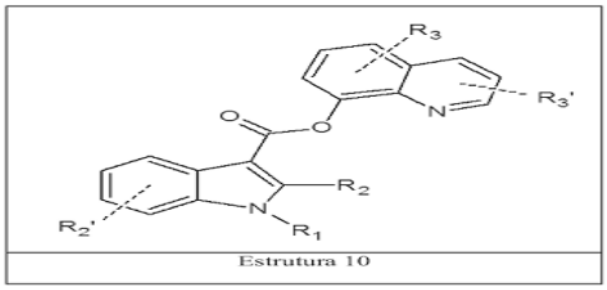

Estrutura 8 | Estrutura 9

7. Qualquer substância que apresente uma estrutura quinolin-8-il(1H-indol-3-il)carboxilato (estrutura 10):

7.1. Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

7.2. Substituída ou não no anel indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

7.3. Substituída ou não no anel quinolil em qualquer extensão (-R3 e -R3').


Estrutura 10

c) CLASSE ESTRUTURAL DAS CATINONAS SINTÉTICAS - Ficam também sob controle desta Lista as catinonas sintéticas que se enquadram na seguinte classe estrutural:

1. Qualquer substância que apresente uma estrutura 2-aminopropan-1-ona (estrutura 11):

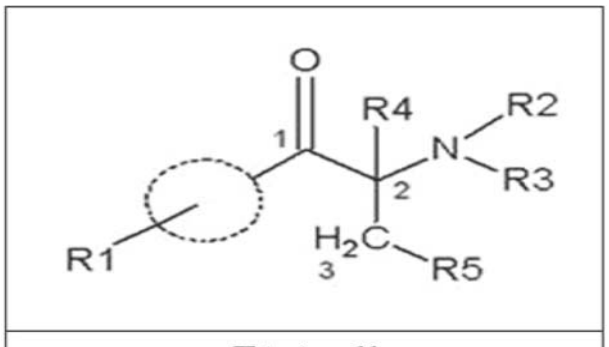
1.1. Substituída no átomo de carbono da carbonila (posição 1) por qualquer monociclo ou sistema de anéis policíclicos fundidos;

1.2. Substituída ou não por um ou mais substituintes no monociclo ou sistema de anéis policíclicos fundidos (-R1), em qualquer extensão, por grupos alquil, alcóxi, haloalquil, haleto ou hidróxi;

1.3. Substituída ou não no átomo de nitrogênio (-R2 e -R3) por um ou dois grupos alquil, aril ou alquil-aril ou por inclusão do átomo de nitrogênio em uma estrutura cíclica;

1.4. Substituída ou não na posição 2 (-R4) por um grupo metil.

1.5. Substituída ou não na posição 3 (-R5) por um grupo alquil.


Estrutura 11

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. sempre que seja possível a sua existência, todos os sais e isômeros das substâncias desta Lista.

1.2. os seguintes isômeros e suas variantes estereoquímicas da substância TETRAHIDROCANNABINOL:

7,8,9,10-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(9R,10aR)-8,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,9R,10aR)-6a,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

6a,7,8,9-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,8,9,10,10a-hexahidro-6,6-dimetil-9-metileno-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero fentermina que está relacionado na Lista "B2" deste Regulamento.

3) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na Lista "C1" deste Regulamento.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância ropivacaína.

5) excetua-se dos controles referentes a esta Lista a substância milnaciprana, que está relacionada na lista "C1" deste Regulamento.

6) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação a substância tetrahidrocannabinol (THC), desde que sejam atendidas as exigências a serem regulamentadas previamente à concessão do registro.

7) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros das substâncias classificadas no item "b" ou no item "c", desde que esses isômeros não se enquadrem em nenhuma das classes estruturais descritas nos referidos itens e nem sejam isômeros de substâncias descritas nominalmente no item "a" desta Lista.

8) excetuam-se dos controles referentes aos itens "b" e "c" quaisquer substâncias que estejam descritas nominalmente nas listas deste Regulamento.

9) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero metazocina, que está relacionado na Lista "A1" deste Regulamento.

10) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância mepivacaína.

11) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero fendimetrazina, que está relacionado na Lista "B2" deste regulamento.

12) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância DEET (N,N-dietil-3-metilbenzamida).

13) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero pentazocina, que está relacionado na Lista "B1" deste Regulamento.

14) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste Regulamento.

15) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista as substâncias componentes de medicamentos registrados na Anvisa que se enquadrem no item "b" ou no item "c", bem como os medicamentos que as contenham.

LISTA F3 - SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS

1. FENILPROPANOLAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

LISTA F4 - OUTRAS SUBSTÂNCIAS

1. DEXFENFLURAMINA
2. DINITROFENOL
3. ESTRICNINA
4. ETRETINATO
5. FENFLURAMINA
6. LINDANO
7. TERFENADINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) fica autorizado o uso de LINDANO como padrão analítico para fins laboratoriais ou monitoramento de resíduos ambientais, conforme legislação específica.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

## RESOLUÇÃO - RDC N° 176, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a RDC n. 61 de 3 de fevereiro de 2016, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 53, inciso V e § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016, e conforme decisão da Diretoria Colegiada em Reunião Ordinária Nº CD_DN 430/2017, de 13 de setembro de 2017, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Alterar o § 6º do art. 4º do Capítulo I do Título II do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Art. 4º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária terá a seguinte estrutura organizacional:

.....

§ 6º À Diretoria de Autorização e Registro Sanitários são subordinadas as seguintes Unidades Administrativas:

.....

II - Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos:

a) Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Medicamentos e Produtos Biológicos;

b) Coordenação da Farmacopeia;

c) Coordenação de Propriedade Intelectual;

d) Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia:

1. Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos;

2. Coordenação de Equivalência Terapêutica; e

3. Coordenação de Inovação Incremental.

e) Gerência de Avaliação de Tecnologia de Registro de Medicamentos Sintéticos:

1. Coordenação de Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos; e

2. Coordenação de Registro de Medicamentos de Menor Complexidade, Bula e Rotulagem.

f) Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos:

1. Coordenação de Pós-Registro de Medicamentos de Menor Complexidade.

g) Gerência de Medicamentos Específicos, Fitoterápicos, Dinamizados, Notificados e Gases Medicinais; e

h) Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos.

III - Gerência-Geral de Toxicologia:

a) Coordenação de Instrução e Análise de Recursos em Toxicologia;

b) Coordenação de Processos Simplificados;

c) Gerência de Avaliação de Segurança Toxicológica;

d) Gerência de Produtos Equivalentes; e

e) Gerência de Monitoramento e Avaliação do Risco:

1. Coordenação de Pós-Registro e Avaliação do Risco; e

2. Coordenação de Reavaliação.

IV - Gerência de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos;

V - Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco e Produtos para Saúde;

VI - Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde:

.....

VII - Gerência-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco: e

.....

VIII - Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes:

a) Coordenação de Cosméticos; e

b) Coordenação de Saneantes.

....."(NR)

Art. 2º Alterar os arts. 91, 97 a 100, 102 a 115, 120 e 120-J do Capítulo I, do Título VII, do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS DAS DIRETORIAS E UNIDADES EXECUTIVAS

CAPÍTULO I

DA DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

.....

Art. 91. São competências da Diretoria de Autorização e Registro Sanitários:

I - formular diretrizes e definir estratégias para registro ou isenção de registro de produtos e bens sujeitos à vigilância sanitária, incluindo produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, no âmbito de suas competências;

II - conceder, alterar e cancelar registro de produtos submetidos à vigilância sanitária, incluindo produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, no âmbito de suas competências;

III - conceder anuência prévia de pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, de acordo com a Lei 9.279, de 1996;

IV - conceder anuência em processos de ensaios clínicos para fins de registro;

V - aprovar e assegurar a ações necessárias ao fortalecimento da Farmacopeia Brasileira;

VI - assegurar as ações sanitárias na área de sangue, células, tecidos e órgãos, respeitadas as competências do Ministério da Saúde;

VII - aprovar atos relacionados a avaliação, monitoramento e reavaliação da segurança toxicológica de agrotóxicos seus componentes, afins e preservativos de madeira;

VIII - apoiar as ações relacionadas à Política Nacional de Sangue e Hemoderivados e à Política Nacional de Transplantes afetas à Anvisa; e

IX - supervisionar os processos de trabalho das áreas subordinadas à Diretoria.

.....

Seção II

Da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos

Art. 97. São competências da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos:

I - coordenar e supervisionar as unidades organizacionais responsáveis pela regulação de insumos farmacêuticos ativos, medicamentos, de produtos biológicos, ações e atividades da Comissão da Farmacopeia Brasileira e as atividades de anuência prévia nos pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos;

II - propor ações voltadas para o aprimoramento do processo de regulação de insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e produtos biológicos;

III - propor ações voltadas para a garantia da qualidade, segurança e eficácia dos insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e produtos biológicos;

IV - planejar e supervisionar as atividades técnicas relativas ao registro e pós-registro de insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e produtos biológicos;

V - articular, propor e adotar medidas, em conjunto com as áreas competentes, para a garantia da qualidade dos insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e produtos biológicos;

VI - assistir, apoiar e coordenar a implementação de ações relacionadas às cooperações internacionais afetas à regulação de insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e pesquisas clínicas envolvendo seres humanos;

VII - planejar, coordenar, orientar e fomentar as atividades técnicas e operacionais relativas a insumos farmacêuticos ativos, medicamentos, produtos biológicos e pesquisas clínicas em medicamentos que envolvam seres humanos;

VIII - prestar assistência técnica, inclusive frente às denúncias de irregularidades e de falta de qualidade, nos assuntos relacionados à suas competências para as demais unidades organizacionais da Anvisa;

IX - cooperar na participação em ações de fiscalização e inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a insumos farmacêuticos ativos, medicamentos e produtos biológicos;

X - propor a concessão ou indeferimento de registro, renovação e pós-registro dos medicamentos novos, inovadores, inovações incrementais, genéricos, similares, específicos, fitoterápicos, dinamizados, gases medicinais, notificados, produtos biológicos, radioisótopos para uso diagnóstico in vivo e radiofármacos e produtos radioativos, utilizados em diagnósticos e terapia;

XI - coordenar as atividades referentes à concessão de registro, renovação e pós-registro de insumo farmacêutico ativo;

XII - apoiar o desenvolvimento de sistema de informações, em articulação com áreas afins;

XIII - apoiar os atos de coordenação, monitoramento, controle e supervisão, necessárias ao cumprimento das normas legais e regulamentares pertinentes à vigilância sanitária

XIV - coordenar e realizar as atividades referentes à eleição ou exclusão do medicamento referência da lista da Anvisa;

XV - planejar, coordenar, orientar e fomentar as atividades técnicas e operacionais relacionadas à pesquisa clínica envolvendo medicamentos e produtos biológicos;

XVI - promover a realização de inspeção para fins de verificação da conformidade com o registro para medicamentos e produtos biológicos;

XVII - aprovar a proposição e revisão de regulamentos sobre assuntos de sua competência e submeter para o Diretor relator da matéria; e

XVIII - coordenar as atividades referentes à habilitação e certificação de centros de equivalência farmacêutica e bioequivalência, anuência em pesquisa clínica de medicamentos e produtos biológicos e inspeções em boas práticas clínicas.

Subseção I

Da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Medicamentos e

Produtos Biológicos

Art. 98. São competências da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Medicamentos e Produtos Biológicos:

I - instruir e analisar, quanto ao juízo de admissibilidade e de mérito, os recursos administrativos submetidos contra decisões no âmbito da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos;

II - manifestar-se, mediante emissão de pareceres fundamentados quanto aos fatos e razões contidos nos recursos administrativos e submetê-los à deliberação das autoridades competentes;

III - subsidiar a Diretoria Colegiada com as informações necessárias ao julgamento dos recursos em última instância;

IV - organizar e sistematizar as decisões referentes a recursos de assuntos de competência desta Gerência-Geral dirigidos à Diretoria Colegiada;

V - contribuir para a elaboração de Súmulas da Diretoria Colegiada; e

VI - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subseção II

Da Coordenação da Farmacopeia

Art. 99. São competências da Coordenação da Farmacopeia:

I - coordenar, promover e subsidiar as ações da Comissão da Farmacopeia Brasileira;

II - promover e praticar todos os atos de gestão necessários às atividades dos Comitês Técnicos Temáticos da Comissão da Farmacopeia Brasileira;

III - promover a publicação das decisões e atos normativos emanados da Comissão da Farmacopeia Brasileira;

IV - formular e propor a adoção de diretrizes e procedimentos relativos aos produtos de responsabilidade da Comissão da Farmacopeia Brasileira, na forma de seu Regimento Interno;

V - cooperar nas ações de vigilância sanitária no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e com outras instituições intra e intersetoriais que tenham por foco o controle sanitário de medicamentos e outros produtos sujeitos à vigilância sanitária; e

VI - subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento da Farmacopeia Brasileira.

Subseção III

Da Coordenação de Propriedade Intelectual

Art. 100. São competências da Coordenação de Propriedade Intelectual:

I - manifestar-se sobre a anuência prévia de pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, depositados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com Lei 9.279, de 1996;

II - emitir notas técnicas, pareceres e outros documentos analíticos para dar suporte técnico à avaliação, formulação e implementação de políticas de propriedade intelectual no campo de atuação da Anvisa;

III - contribuir para a implementação da política nacional de acesso a medicamentos, expressa nas ações desenvolvidas por meio do Programa Nacional de Assistência Farmacêutica e Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS; e

IV - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

.....

Subseção V

Da Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia

Art. 102. São competências da Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo referente à avaliação de segurança e eficácia das petições de registro, renovação de registro e pós-registro de medicamentos;

II - gerenciar estratégias para o registro de medicamos novos, inovadores e inovações incrementais;

III - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

IV - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os questionamentos de eficácia e segurança de medicamentos;

V - participar de inspeções relacionadas a estudos de eficácia e segurança dos medicamentos sob sua competência;

VI - prestar assistência às atividades da gerência geral e demais unidades organizacionais da Anvisa no que se refere à avaliação de eficácia e segurança de medicamentos;

VII - coordenar e realizar as atividades referentes à eleição ou exclusão do medicamento referência da lista da Anvisa;

VIII - prestar assistência técnica frente às irregularidades e denúncias no que se refere à comprovação de eficácia e segurança para medicamentos e o seu impacto no medicamento registrado, e

IX - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Subseção VI

Da Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos

Art. 103. São competências da Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos:

I - avaliar processos e petições relacionados a pesquisas clínicas de medicamentos e produtos biológicos e emitir parecer técnico com vistas a propor a concessão de anuência ou não anuência para o início de pesquisas clínicas no Brasil;

II - propor e realizar reuniões de harmonização de procedimentos técnicos e operacionais;

III - coordenar e realizar inspeções para comprovação do cumprimento de boas práticas clínicas em pesquisas clínicas envolvendo medicamentos e produtos biológicos;

IV - participar de inspeções de boas práticas clínicas com outras autoridades regulatórias;

V - manifestar-se quanto às solicitações referentes ao programa de acesso expandido de medicamentos e programa de uso compassivo de medicamentos;

VI - prestar assistência técnica frente às irregularidades, denúncias, segurança e eficácia no que se refere à pesquisa clínica de medicamentos e produtos biológicos;

VII - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições;

VIII - propor a anuência em pesquisa clínica para medicamentos e produtos biológicos por meio da emissão do Comunicado Especial - CE; e

IX - interagir com instituições de ciência e tecnologia, de biossegurança, governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, órgãos afins do Ministério da Saúde e demais órgãos da Administração Federal, Estaduais e Municipais para desenvolvimento de atividades relativas a pesquisas clínicas envolvendo medicamentos e produtos biológicos.

Subseção VII

Da Coordenação de Equivalência Terapêutica

Art. 104. São competências da Coordenação de Equivalência Terapêutica:

I - avaliar protocolos e estudos de biodisponibilidade relativa, bioequivalência e bioisenção para fins de registro, renovação de registro e pós-registro de medicamentos;

II - avaliar estudos farmacocinéticos de medicamento biológicos;

III - avaliar estudos de interação farmacocinética;

IV - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência para os Centros de Bioequivalência e da habilitação de Centros de Equivalência Farmacêutica;

V - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

VI - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência;

VII - monitorar a participação de voluntários na fase clínica referente aos estudos farmacodinâmicos e de bioequivalência/biodisponibilidade;

VIII - gerenciar o Sistema de Informações de Estudos de Equivalência Farmacêutica e Bioequivalência;

IX - realizar atividades de inspeção sanitária em Centros de Bioequivalência e Equivalência Farmacêutica para fins de monitoramento periódico, irregularidades, denúncias e desvios de qualidade relacionados à condução dos estudos por eles desenvolvidos; e

X - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Subseção VIII

Da Gerência de Avaliação de Tecnologia de Registro de Medicamentos Sintéticos

Art. 105. São competências da Gerência de Avaliação de Tecnologia de Registro de Medicamentos Sintéticos:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo sobre tecnologia farmacêutica para as petições de registro de medicamentos novos, inovadores e inovações incrementais, genéricos e similares;

II - avaliar dossiês de tecnologia farmacêutica para fins de concessão de registro de nova forma farmacêutica, nova concentração de medicamentos novos, inovadores, inovações incrementais, genéricos e similares;

III - realizar auditorias de registro para comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos relacionados ao dossiê de tecnologia farmacêutica dos medicamentos novos, inovadores, inovações incrementais, genéricos e similares;

IV - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

V - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência;

VI - dar assistência às ações de inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a medicamentos sintéticos;

VII - prestar assistência técnica frente às irregularidades, denúncias, falta de qualidade no que se refere à tecnologia farmacêutica e qualidade de medicamentos novos, inovadores, inovações incrementais, genéricos e similares; e

VIII - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Subseção IX

Da Coordenação de Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos

Art. 106. São competências da Coordenação de Registro de Insumos Farmacêuticos Ativo:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de concessão de registro, renovação de registro e pós-registro de insumo farmacêutico ativo;

II - realizar os procedimentos para renovação automática e para declaração de caducidade do registro do insumo farmacêutico ativo;

III - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

IV - dar assistência às ações de fiscalização e inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a medicamentos, em parceria com outras unidades organizacionais da Anvisa;

V - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência; e

VI - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Subseção X

Da Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos

Art. 107. São competências da Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de concessão de pós-registro e renovação de registro de medicamentos novos, inovadores, genéricos e similares;

II - realizar os procedimentos para fins de renovação automática e de declaração de caducidade dos pós-registro de medicamentos novos, inovadores, genéricos e similares;

III - realizar auditorias de pós-registro para comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos relacionados ao dossiê de tecnologia farmacêutica dos medicamentos novos, inovadores, inovações incrementais, genéricos e similares;

IV - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

V - dar assistência às ações de fiscalização e inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a medicamentos novos, inovadores, genéricos e similares;

VI - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre tecnologia farmacêutica de medicamentos registrados que tiveram modificações e renovados na categoria regulatória de novo, inovador, genérico e similar;

VII - prestar assistência técnica frente às irregularidades, denúncias, falta de qualidade no que se refere à tecnologia farmacêutica e qualidade de medicamentos sintéticos;

VIII - propor a suspensão e cancelamento do registro de medicamentos novos, inovadores, genéricos e similares;

IX - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência; e

X - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Subseção XI

Da Gerência de Medicamentos Específicos, Fitoterápicos, Dinamizados, Notificados e Gases Medicinais

Art. 108. São competências da Gerência de Medicamentos Específicos, Fitoterápicos, Dinamizados, Notificados e Gases Medicinais:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de concessão de registros, renovação de registros e pós-registros de medicamentos específicos, fitoterápicos, dinamizados e gases medicinais;

II - realizar os procedimentos de renovação automática do registro e de declaração de caducidade do registro dos medicamentos específicos, fitoterápicos, dinamizados e gases medicinais;

III - avaliar as solicitações de habilitação de empresas e acompanhar as notificações de fitoterápicos, medicamentos dinamizados, gases medicinais e medicamentos de notificação simplificada para fins de manutenção e de novas concessões;

IV - realizar auditorias de registro e pós-registro para comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos relacionados aos medicamentos específicos, fitoterápicos, dinamizados e gases medicinais;

V - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

VI - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência;

VII - dar assistência às ações de fiscalização e inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a medicamentos específicos, fitoterápicos, dinamizados, de notificação simplificada e gases medicinais; e

VIII - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

Seção III

Da Gerência-Geral de Toxicologia

Art. 109. São competências da Gerência-Geral de Toxicologia:

I - coordenar e supervisionar as unidades organizacionais responsáveis pela regulação de agrotóxicos seus componentes e afins e preservativos de madeira;

II - propor ações voltadas para o aprimoramento do processo de gestão;

III - propor ações voltadas para o aprimoramento do processo de regulação de agrotóxicos seus componentes, afins e preservativos de madeira;

IV - gerenciar, monitorar e favorecer o cumprimento das metas institucionais abrangidas pela área;

V - articular com os demais órgãos de governo a adoção de medidas voltadas para a melhoria do processo de registro de agrotóxicos seus componentes, afins e preservativos de madeira;

VI - propor ações voltadas para a segurança de agrotóxicos seus componentes, afins e preservativos de madeira;

VII - assistir, apoiar e implementar ações relacionadas às cooperações, convenções Internacionais afetas à regulação de agrotóxicos seus componentes, afins e preservativos de madeira;

VIII - emitir pareceres técnicos referentes às substâncias tóxicas;

IX - propor a reavaliação de ingredientes ativos utilizados em agrotóxicos, componentes e afins;

X - coordenar ações de informação, divulgação e esclarecimento que favoreçam a prevenção de agravos e doenças relacionados a agrotóxicos, componentes, afins, preservativos de madeira e substâncias tóxicas;

XI - acompanhar as ações intersetoriais dentro de sua área de competência;

XII - propor atos normativos a serem editados pela Anvisa, relativos aos produtos de sua competência;

XIII - auxiliar na elaboração de normas, padrões e procedimentos, em conjunto com a área competente, relativos aos produtos saneantes abrangidos pela Lei nº 7.802, de 1989; e

XIV - acompanhar as ações de fiscalização de agrotóxicos, componentes e afins, exceto às relacionadas a propaganda e publicidade.

Subseção I

Da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos em Toxicologia

Art. 110. São competências da Coordenação de Instrução e Análise de Recursos em Toxicologia:

I - coordenar as atividades da comissão de análise de recursos no âmbito da Gerência Geral;

II - gerenciar as filas de análise das petições de recursos no âmbito da Gerência Geral;

III - instruir e analisar, quanto ao juízo de admissibilidade e de mérito, os recursos administrativos submetidos contra decisões no âmbito da Gerência Geral;

IV - manifestar-se, mediante pareceres fundamentados quanto aos fatos e razões contidos nos recursos administrativos, e submetê-los à deliberação das autoridades competentes;

V - subsidiar a Diretoria Colegiada com as informações necessárias ao julgamento dos recursos em última instância;

VI - aprimorar os procedimentos de análise, instrução e julgamento dos recursos administrativos no âmbito da Gerência Geral;

VII - contribuir para a uniformização de entendimentos técnicos da Gerência Geral;

VIII - viabilizar a organização e sistematização das decisões referentes a recursos dirigidos à Diretoria Colegiada para servirem de paradigma para solução de casos análogos; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - contribuir para a elaboração de súmulas da Diretoria Colegiada.

Subseção II

Da Gerência de Avaliação de Segurança Toxicológica

Art. 111. São competências da Gerência de Avaliação de Segurança Toxicológica:

I - gerenciar as atividades de avaliação toxicológica para fins de registro de agrotóxico, componentes e afins com base em ingredientes ativos novos;

II - gerenciar as atividades de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos biológicos, bioquímicos, semioquímicos, fitossanitários para agricultura orgânica, produtos não agrícolas e de preservativos de madeira;

III - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo nos processos referentes ao registro de agrotóxico novo e seu respectivo produto técnico, produtos biológicos, bioquímicos, semioquímicos fitossanitários para agricultura orgânica, produtos não agrícolas e preservativo de madeira;

IV - propor monografia de ingredientes ativos referentes aos assuntos técnicos de sua competência;

V - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes aos assuntos técnicos sob sua responsabilidade;

VI - gerenciar, monitorar e favorecer o cumprimento das metas estabelecidas; e

VII - coordenar e realizar as atividades referentes à eleição ou exclusão do produto técnico de referência da lista da Anvisa.

Subseção III

Da Gerência de Produtos Equivalentes

Art. 112. São competências da Gerência de Produtos Equivalentes:

I - gerenciar as atividades de avaliação toxicológica para fins de registro de agrotóxicos, componentes e afins com base em produtos técnicos equivalentes;

II - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo nos processos referentes ao registro de agrotóxicos seus componentes e afins com base em produtos técnicos equivalentes;

III - propor alteração de monografia de ingredientes ativos;

IV - participar da decisão conjunta referente à equivalência de produtos técnicos com os órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxicos;

V - coordenar as atividades relacionadas a avaliação de produtos técnicos equivalentes em acordo com os órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxicos;

VI - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes aos assuntos técnicos sob sua responsabilidade; e

VII - gerenciar, monitorar e favorecer o cumprimento das metas estabelecidas.

Subseção IV

Da Gerência de Monitoramento e Avalição do Risco

Art. 113. São competências da Gerência de Monitoramento e Avalição do Risco:

I - gerenciar as atividades de avaliação toxicológica para fins de pós- registro de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira;

II - avaliar alertas toxicológicos, adotando procedimentos para realização de reavaliação de ingredientes ativos, em conformidade com evidências científicas e legislação específica;

III - gerenciar as atividades do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos;

IV - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes aos assuntos técnicos sob sua responsabilidade;

V - gerenciar, monitorar e favorecer o cumprimento das metas estabelecidas;

VI - capacitar os servidores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para realização da atividade de fiscalização relacionada a agrotóxicos, componentes e afins, de forma articulada com a áreas competentes;

VII - coordenar as ações de fiscalização em agrotóxicos, componentes e afins no âmbito da competência da Anvisa; e

VIII - promover e articular com os demais níveis do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e outros órgãos afins a participação em diligências objetivando apurar a falsificação, a fraude e a adulteração de agrotóxicos, componentes e afins.

Subseção V

Da Coordenação de Pós-Registro e Avaliação do Risco

Art. 114. São competências da Coordenação de Pós-Registro e Avaliação do Risco:

I - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo referente as petições de estudos de resíduos para fins de registro e pós-registro de agrotóxicos, seus componentes e afins;

II - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo referente as petições de avalição de risco dietético e ocupacional de agrotóxicos, seus componentes e afins;

III - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo referente as petições de alteração pós-registro de agrotóxicos, seus componentes, afins e preservativos de madeira.

IV - elaborar e propor alteração de monografia de ingredientes ativos de agrotóxicos;

V - coordenar as atividades referentes à publicação da base de dados de estudos de resíduos de agrotóxicos;

VI - realizar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA); e

VII - coordenar as ações que viabilizem o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos por meio de articulação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Subseção VI

Da Coordenação de Reavaliação

Art. 115. São competências da Coordenação de Reavaliação:

I - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo nos processos referentes a reavaliação toxicológica de ingredientes ativos utilizados nos produtos sob responsabilidade da Gerência-Geral;

II - formular, propor a adoção de diretrizes e procedimentos relativos a previsibilidade da reavaliação toxicológica; e

III - propor alteração de monografia de ingredientes ativos.

.....

Seção VII

Da Gerência de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos

Art. 120. São competências da Gerência de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos:

I - propor ações voltadas para o aprimoramento do processo de regulação de sangue, tecidos, células e órgãos para fins terapêuticos;

II - propor e revisar regulamentos técnicos regulatórios em sangue, tecidos, células e órgãos e submeter ao Diretor relator da matéria, respeitadas as competências do Ministério da Saúde;

III - propor e executar ações e medidas, em conjunto com unidades organizacionais da Anvisa, para garantia de qualidade e segurança dos produtos do sangue, tecidos, células e órgãos para fins terapêuticos;

IV - prestar assistência técnica às demais unidades organizacionais da Anvisa frente às denúncias de irregularidades e de desvios de qualidade em sangue, tecidos, células e órgãos para fins terapêuticos;

V - propor e coordenar as atividades referentes à concessão, dispensa, cancelamento, caducidade, renovação ou indeferimento de registro e pós-registro dos produtos de terapias avançadas;

VI - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de concessão de registro e pós-registro de produtos de terapias avançadas;

VII - conceder a anuência em pesquisa clínica para produtos de terapias avançadas;

VIII - realizar inspeções para comprovação do cumprimento de boas práticas clínicas;

IX - realizar inspeção para fins de verificação da conformidade com o registro para produtos de terapias avançadas;

X - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de certificação de boas práticas na área de sangue, tecidos, células e órgãos com finalidade terapêutica;

XI - articular-se com os níveis estadual, distrital e municipal, para implementar os mecanismos de fiscalização em sangue, tecidos, células e órgãos para verificar o cumprimento de normas sanitárias, respeitada a legislação pertinente;

XII - apoiar e realizar ações de fiscalização na área de sangue, tecidos, células e órgãos de forma suplementar ou complementar à atuação de estados, municípios e Distrito Federal, respeitadas as competências do Ministério da Saúde;

XIII - apoiar e realizar ações de inspeção em sangue, tecidos, células e órgãos de forma suplementar ou complementar à atuação de estados, municípios e Distrito Federal;

XIV - instaurar processo administrativo para apuração de infrações à legislação sanitária federal, referentes a estabelecimentos que executem atividades na área de sangue, tecidos, células e órgãos;

XV - cooperar, coordenar e participar, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, das atividades de capacitação de inspetores em sangue, tecidos, células e órgãos;

XVI - articular-se com entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para adoção dos elementos do sistema de gestão da qualidade relativos às atividades de inspeção e fiscalização sanitária em sangue, tecidos, células e órgãos;

XVII - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre a importação e a exportação de sangue, tecidos, células e órgãos para fins terapêuticos;

XVIII - autorizar a atividade de transporte interestadual de sangue e componentes no âmbito da hemoterapia;

XIX - coletar, tratar e avaliar os dados relacionados à área de sangue, células, tecidos e órgãos com vistas ao gerenciamento do risco sanitário em conjunto com unidades organizacionais da Anvisa, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e outras instituições;

XX - promover meios necessários para implementar a fiscalização de propaganda e publicidade de sangue, tecidos, células e órgãos para fins terapêuticos;

XXI - assistir, apoiar e coordenar ações relacionadas às cooperações e outras relações internacionais afetas à regulação de sangue, tecidos, células e órgãos;

XXII - fomentar estudos, pesquisas e produção de conhecimento relacionados a regulação em sangue, tecidos, células e órgãos em parceria com unidades organizacionais afins; e

XXIII - planejar, coordenar, orientar e fomentar as atividades técnicas e operacionais relativas ao processo regulatório em sangue, tecidos, células, órgãos.

.....

Seção XI

Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes

Art. 120-J. São competências da Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes:

I - coordenar e supervisionar as unidades organizacionais responsáveis pela regulação dos produtos cosméticos e saneantes;

II - propor ações voltadas para o aprimoramento do processo de regulação e simplificação das regulamentações sempre que possível;

III - propor ações voltadas para a garantia da qualidade, segurança e eficácia dos cosméticos e saneantes; e

IV - planejar e supervisionar as atividades técnicas relativas ao registro e pós-registro.

....."(NR)

Art. 3º Incluir os arts. 104-A, 106-A, 107-A, 108-A, 110-A, 120-M,120-N no Capítulo I do Título VII do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016.

CAPÍTULO I

DA DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

Art. 91. São competências da Diretoria de Autorização e Registro Sanitários:

.....

Subseção VII-A

Da Coordenação de Inovação Incremental

Art. 104-A. São competências da Coordenação de Inovação Incremental:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo referente à avaliação de segurança e eficácia das petições de registro, renovação de registro e pós-registro de medicamentos inovadores e inovações incrementais;

II - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

III - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os questionamentos de eficácia e segurança de medicamentos inovadores e inovações incrementais;

IV - participar de inspeções relacionadas a estudos de eficácia e segurança dos medicamentos inovadores e inovações incrementais;

V - prestar assistência às atividades da gerência e demais unidades organizacionais da Anvisa no que se refere à avaliação de eficácia e segurança de medicamentos inovadores e inovações incrementais;

VI - prestar assistência técnica frente às irregularidades e denúncias no que se refere à comprovação de eficácia e segurança para medicamentos inovadores e inovações incrementais; e

VII - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

.....

Subseção IX-A

Da Coordenação de Registro de Medicamentos de Menor Complexidade, Bula e Rotulagem

Art. 106-A. São competências da Coordenação de Registro de Medicamentos de Menor Complexidade, Bula e Rotulagem:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo sobre o registro de medicamentos cujas petições são classificadas como menor complexidade;

II - avaliar petições de procedimento simplificado de registro de medicamentos genéricos, similares, específicos, fitoterápicos e biológicos;

III - manifestar-se sobre os processos de análise de nome comercial, rotulagem para fins de registro e pós-registro de medicamentos;

IV - realizar o monitoramento de medicamentos quanto aos nomes comerciais, bulas e rotulagem;

V - realizar auditorias de registro para comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos relacionados ao dossiê de tecnologia farmacêutica dos medicamentos cujas petições são classificadas como menor complexidade;

VI - prestar assistência técnica frente às irregularidades, denúncias, falta de qualidade no que se refere à tecnologia farmacêutica e qualidade de medicamentos cujas petições são classificadas como menor complexidade e petições de procedimento simplificado;

VII - prestar assistência técnica frente às irregularidades e denúncias, no que se refere à bula, rotulagem e nome comercial;

VIII - prestar assistência às ações de inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a medicamentos sintéticos, cujas petições são classificadas como menor complexidade e petições de procedimento simplificado;

IX - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

X - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência; e

XI - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos sob sua responsabilidade.

Subseção X-A

Da Coordenação de Pós-Registro de Medicamentos de Menor Complexidade

Art. 107-A. São competências da Coordenação de Pós-Registro de Medicamento de Menor Complexidade:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo sobre as petições de pós-registro de medicamentos cujas petições são classificadas como menor complexidade;

II - realizar auditorias de pós-registro para comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos relacionados ao dossiê de tecnologia farmacêutica dos medicamentos cujas petições são classificadas como menor complexidade;

III - prestar assistência técnica frente às irregularidades, denúncias, falta de qualidade no que se refere à tecnologia farmacêutica e qualidade de medicamentos cujas petições são classificadas como menor complexidade;

IV - prestar assistência às ações de inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a medicamentos sintéticos, cujas petições são classificadas como menor complexidade;

V - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

VI - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência; e

VII - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos sob sua responsabilidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subseção XII

Da Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos

Art. 108-A. São competências da Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos:

I - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de registro, renovação e pós-registro de produtos biológicos;

II - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nas petições de registro, renovação e pós-registro dos radioisótopos para uso diagnóstico in vivo e radiofármacos e produtos radioativos, utilizados em diagnósticos e terapia;

III - realizar os procedimentos para fins de renovação automática e para declaração de caducidade do registro dos produtos biológicos e radiofármacos;

IV - dar assistência às ações de fiscalização e inspeções de boas práticas de fabricação relacionadas a produtos biológicos e radiofármacos;

V - realizar auditorias de registro e pós-registro para comprovação do cumprimento dos requisitos técnicos relacionados aos produtos biológicos, radioisótopos para uso diagnóstico in vivo, radiofármacos e produtos radioativos, utilizados em diagnósticos e terapia;

VI - harmonizar procedimentos técnicos e operacionais;

VII - participar de inspeções relacionadas a produtos biológicos, em parceria com outras unidades organizacionais da Anvisa;

VIII - participar de inspeções relacionadas a radioisótopos para uso diagnóstico in vivo e radiofármacos e produtos radioativos, utilizados em diagnósticos e terapia, em parceria como outras unidades organizacionais da Anvisa;

IX - manifestar-se, de forma circunstanciada e conclusiva, sobre os assuntos de sua competência;

X - avaliar as solicitações de autorização pré-embarque dos produtos biológicos; e

XI - gerenciar as filas de análise das petições dos assuntos referentes às suas atribuições.

.....

Subseção I-A

Da Coordenação de Processos Simplificados

Art. 110-A. São competências da Coordenação de Processos Simplificados:

I - coordenar as atividades de avaliação referentes ao procedimento simplificado de avalição toxicológica para fins de registro e pós-registro de agrotóxico, componentes, afins e preservativos de madeira;

II - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo para as petições procedimento simplificado de avalição toxicológica para fins de registro e pós-registro de agrotóxico, componentes, afins e preservativos de madeira;

III - coordenar as atividades referentes à triagem documental das petições de competência da Gerência Geral;

IV - elaborar parecer circunstanciado e conclusivo na etapa de triagem para as petições de competência da Gerência Geral;

V - coordenar e realizar as atividades referentes ao Registro Especial Temporário (RET); e

VI - coordenar e realizar as atividades referentes ao Sistema de Informações de Componentes (SIC).

.....

Subseção I

Da Coordenação de Cosméticos

Art. 120-M. São competências da Coordenação de Cosméticos:

I - propor, participar, apoiar, analisar e acompanhar no âmbito de sua competência, a edição de regulamentos para as atividades relativas aos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes e também aquelas relativas a matérias primas, rotulagem e inovações tecnológicas destes produtos;

II - analisar e emitir parecer circunstanciado e conclusivo nos processos referentes ao registro de produtos listados no inciso I, tendo em vista a identidade, qualidade, finalidade, atividade, segurança, preservação e estabilidade em todo o seu ciclo de vida;

III - propor e implementar a dispensa de registro de produtos, apresentando alternativas eficazes para gerenciamento do risco que tragam ganhos de eficiência;

IV - manifestar-se sobre as petições da área de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

V - propor e apoiar a elaboração de normas e de procedimentos relativos à matéria-prima e produto acabado em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

VI - propor e apoiar a elaboração de normas e de procedimentos que visem identificar e avaliar perigos e gravidade dos riscos consequentes à coleta, tratamento, industrialização, preparação e uso de matéria prima em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

VII - estabelecer critérios que garantam o controle e avaliação de riscos e seus pontos críticos na área de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

VIII - coordenar tecnicamente e atuar em grupos de trabalho de organismos e instituições nacionais e internacionais, relacionados à regulamentação de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

IX - articular-se com órgãos afins da administração federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando à cooperação mútua e a integração de atividades, com o objetivo de exercer o efetivo cumprimento DA legislação sanitária em sua área de competência;

X - fomentar e realizar estudos, pesquisas e produção de conhecimento relacionados a produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

XI - coordenar a elaboração e disponibilização à sociedade de material técnico-científico sobre temas de interesse da saúde pública, relacionados a de higiene pessoal, cosméticos e perfumes;

XII - verificar o cumprimento das normas no processo de regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes por meio de registro, notificação e cadastro eletrônico; e

XIII - coordenar a Câmara Técnica de Cosméticos.

Subseção II

Da Coordenação de Saneantes

Art. 120-N. São competências da Coordenação de Saneantes:

I - propor, participar, apoiar, analisar e acompanhar a elaboração de regulamentos para as atividades relativas aos saneantes e também àquelas relativas a matérias primas, rotulagem e inovações tecnológicas destes produtos;

II - emitir parecer circunstanciado e conclusivo nos processos referentes ao registro de produtos listados no inciso I, tendo em vista a identidade, qualidade, finalidade, atividade, segurança, preservação e estabilidade em todo seu ciclo de vida;

III - propor e implementar a dispensa de registro de produtos oferecendo alternativas eficazes para gerenciamento do risco que tragam ganhos de eficiência;

IV - manifestar-se sobre as petições da área de saneantes;

V - propor e elaborar normas e padrões relativos à matéria prima e produto acabado em saneantes;

VI - propor e elaborar normas e procedimentos que visem identificar e avaliar perigos e gravidade dos riscos consequentes à coleta, tratamento, industrialização, preparação e uso de matéria-prima em produtos saneantes;

VII - propor e apoiar a elaboração de normas sobre limites de concentração de substâncias utilizadas em produtos saneantes;

VIII - identificar e regular outros produtos e serviços de interesse para controle de risco à saúde na área de saneantes;

IX - exercer demais atos de coordenação, controle e supervisão necessários ao cumprimento da legislação pertinente à vigilância sanitária na área de saneantes;

X - fomentar e realizar estudos, pesquisas e produção de conhecimento relacionado a saneantes;

XI - avaliar e propor autorização de produtos saneantes biológicos, inclusive os geneticamente modificados, e subsidiar a fiscalização, atividades e projetos a eles relacionados;

XII - propor cooperação técnica e parcerias com órgãos e entidades Federais, Estaduais e Municipais, com vistas à manutenção da regularidade e qualidade dos saneantes em comercialização;

XIII - propor a concessão, indeferimento, alteração, reavaliação, retificação ou cancelamento da autorização de uso de ingrediente ativo destinado à desinfestação de ambientes domiciliares, públicos ou coletivos e no uso em campanhas de saúde pública;

XIV - verificar o cumprimento das normas no processo de regularização de produtos por meio de registro, notificação e cadastro eletrônico; e

XV - coordenar a Câmara Técnica de Saneantes.

Art. 4º Revogar os arts. 101, 116, 118, 120-L do Capítulo I, do Título VII, do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 5º O Anexo II e III da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, passam a vigorar com as alterações dispostas no Anexo desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

(Anexo II da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016)

Anexo II

Quadro de Cargos aprovado pela lei de criação da Agência

| upo | Função | Nível | Valor R$ | Situação Lei 9986/2000 | | Situação Anterior | | Situação Nova | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Qd. | Valor R$ | Qd. | Valor R$ | Qd. | Valor R$ |
| upo I | Direção | CD I | 15.925,04 | 1 | 15.925,04 | 1 | 15.925,04 | 1 | 15.925,04 |
| | | CD II | 15.128,79 | 4 | 60.515,16 | 4 | 60.515,16 | 4 | 60.515,16 |
| | Executiva | CGE I | 14.332,53 | 5 | 71.662,65 | 7 | 100.327,71 | 7 | 100.327,71 |
| | | CGE II | 12.740,03 | 21 | 267.540,63 | 19 | 242.060,57 | 19 | 242.060,57 |
| | | CGE III | 11.943,77 | 48 | 573.300,96 | - | 0,00 | 0 | 0,00 |
| | | CGE IV | 7.962,51 | 0 | 0,00 | 44 | 350.350,44 | 43 | 342.387,93 |
| | Assessoria | CA I | 12.740,03 | 0 | 0,00 | 6 | 76.440,18 | 6 | 76.440,18 |
| | | CA II | 11.943,77 | 5 | 59.718,85 | 10 | 119.437,70 | 10 | 119.437,70 |
| | | CA III | 3.325,16 | 0 | 0,00 | 2 | 6.650,32 | 2 | 6.650,32 |
| | Assistência | CAS I | 2.515,37 | 0 | 0,00 | - | 0,00 | 0 | 0,00 |
| | | CAS II | 2.179,99 | 4 | 8.719,96 | 4 | 8.719,96 | 4 | 8.719,96 |
| | Subtotal G-I | | | 88 | 1.057.383,25 | 97 | 980.427,08 | 96 | 972.464,57 |
| upo II | Técnica | CCT V | 3.027,76 | 42 | 127.165,92 | 67 | 202.859,92 | 69 | 208.915,44 |
| | | CCT IV | 2.212,56 | 58 | 128.328,48 | 69 | 152.666,64 | 70 | 154.879,20 |
| | | CCT III | 1.122,69 | 67 | 75.220,23 | 64 | 71.852,16 | 66 | 74.097,54 |
| | | CCT II | 989,72 | 80 | 79.177,60 | 68 | 67.300,96 | 66 | 65.321,52 |
| | | CCT I | 876,35 | 152 | 133.205,20 | 137 | 120.059,95 | 137 | 120.059,95 |
| | Subtotal G-II | | | 399 | 543.097,43 | 405 | 614.739,63 | 408 | 623.273,65 |
| Total | | | | 487 | 1.600.480,68 | 502 | 1.595.166,71 | 504 | 1.595.738,22 |

....."(NR)

(Anexo III da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016)

"Anexo III

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

| ORGÃO/UNIDADE | | SIGLAS | QUANTIDADE | DENOMINAÇÃO | CARGO |
|---|---|---|---|---|---|

.....

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 7. | Diretoria de Autorização e Registro Sanitários | DIARE | 1 | Diretor Adjunto | CGE I |
| | | | 2 | Assessor | CA II |
| | | | 5 | Assessor | CCT IV |

.....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 7.2 | Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos | GGMED | 1 | Gerente-Geral | CGE II |
| | | | 2 | Assessor | CCT IV |
| | | | 2 | Assistente | CCT III |
| 7.2.1 | Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Medicamentos e Produtos Biológicos | COREC | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.2.2 | Coordenação da Farmacopeia | COFAR | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.2.3 | Coordenação de Propriedade Intelectual | COOPI | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.2.4 | Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia | GESEF | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.2.4.1 | Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos | COPEC | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.2.4.2 | Coordenação de Equivalência Terapêutica | CETER | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.2.4.3 | Coordenação de Inovação Incremental | COINC | 1 | Coordenador | CCT IV |
| 7.2.5 | Gerência de Avaliação de Tecnologia de Registro de Medicamentos Sintéticos | GRMED | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 2 | Assistente | CCT II |
| 7.2.5.1 | Coordenação de Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos | COIFA | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.2.5.2 | Coordenação de Registro de Medicamento de Menor Complexidade, Bula e Rotulagem | CRMEC | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.2.6 | Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos | GEPRE | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 2 | Assistente | CCT II |
| 7.2.6.1 | Coordenação de Pós-Registro de Medicamentos de Menor Complexidade | CPMEC | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.2.7 | Gerência de Medicamentos Específicos, Fitoterápicos, Dinamizados, Notificados e Gases Medicinais | GMESP | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 2 | Assistente | CCT II |
| 7.2.8 | Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos | GPBIO | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 2 | Assistente | CCT II |
| 7.3 | Gerência-Geral de Toxicologia | GGTOX | 1 | Gerente-Geral | CGE II |
| | | | 2 | Assessor | CCT IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.3.1 | Coordenação de Instrução e Análise de Recursos em Toxicologia | COART | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.3.2 | Coordenação de Processos Simplificados | COPSI | 1 | Coordenador | CCT IV |
| 7.3.3 | Gerência de Avaliação de Segurança Toxicológica | GEAST | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.3.4 | Gerência de Produtos Equivalentes | GPREQ | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.3.5 | Gerência de Monitoramento e Avaliação do Risco | GEMAR | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.3.5.1 | Coordenação de Pós-Registro e Avaliação do Risco | COARI | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT II |
| 7.3.5.2 | Coordenação de Reavaliação | CREAV | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.4 | Gerência de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos | GSTCO | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 2 | Assistente | CCT II |
| 7.5 | Coordenação de Instrução e Análise de Recursos de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco e Produtos para Saúde | CRTPS | 1 | Coordenador | CCT V |
| | | | 1 | Assistente | CCT III |
| 7.6 | Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde | GGTPS | 1 | Gerente-Geral | CGE II |
| | | | 2 | Assessor | CCT IV |
| 7.6.1 | Coordenação de Pesquisa Clínica em Produtos para a Saúde | CPPRO | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.6.2 | Gerência de Tecnologia em Equipamentos | GQUIP | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT I |
| 7.6.3 | Gerência de Produtos para Diagnósticos In-Vitro | GEVIT | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT I |
| 7.6.4 | Gerência de Tecnologia de Materiais de Uso em Saúde | GEMAT | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT I |
| 7.6.5 | Coordenação de Materiais Implantáveis em Ortopedia | CMIOR | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.7 | Gerência-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco | GGTAB | 1 | Gerente-Geral | CGE II |
| | | | 1 | Assessor | CCT IV |
| 7.7.1 | Coordenação de Processos de Controle de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco | CCTAB | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.8 | Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes | GHCOS | 1 | Gerente | CGE IV |
| | | | 1 | Assistente | CCT III |
| 7.8.1 | Coordenação de Cosméticos | CCOSM | 1 | Coordenador | CCT V |
| 7.8.2 | Coordenação de Saneantes | COSAN | 1 | Coordenador | CCT V |

."(NR)

**CONSULTA PÚBLICA N° 395, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 5 de setembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão do ingrediente ativo B54 - BENZOATO DE EMAMECTINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.498056/2013-05
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para inclusão do ingrediente ativo B54 - BENZOATO DE EMAMECTINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**CONSULTA PÚBLICA N° 396, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 5 de setembro de 2017 e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da modalidade de emprego (aplicação) pré-emergência da cultura da soja, na monografia do ingrediente ativo D25 - DIUROM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.320499/2012-19
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo D25 - DIUROM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003..
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**RETIFICAÇÃO**

Nas matérias da Diretoria Colegiada publicadas no DOU nº 179, de 18-9-2017, Seção 1, pág. 46, nas respectivas identificações, onde se lê: "RESOLUÇÃO N° 173, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017", leia-se: "RESOLUÇÃO - RDC N° 173, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017"; e onde se lê: "RESOLUÇÃO N° 174, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017, leia-se: "RESOLUÇÃO - RDC N° 174, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017".

(p/Coejo)

## DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
## GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução RE nº 2.419, de 13 de setembro de 2017, publicada no DOU nº 179, de 18 de setembro de 2017, Seção 1, página 51, Suplemento, pág. 44,
Onde se lê:
Empresa: BELLAVANA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO
E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LTDA
CNPJ: 04.901.277/0001-46
Marca: REYES PREMIERE (cigarro com filtro)
Processo: 25351.287873/2017-21
Expediente: 0983912/17-7
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Motivação: Em cumprimento ao disposto no Inciso II, Art 23, da RDC nº 90/2007.
Leia-se:
Empresa: BELLAVANA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO
E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LTDA
CNPJ: 04.901.277/0001-46
Marca: REYES PREMIERE (cigarro com filtro)
Embalagem: maço
Processo: 25351.287873/2017-21
Expediente: 0983912/17-7
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Motivação: Em cumprimento ao disposto no Inciso II, Art 23, da
RDC nº 90/2007.

## DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS
## GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS
## COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS EM SÃO PAULO

**DESPACHO DA COORDENADORA**
Em 15 de setembro de 2017

Nº 78 - A Coordenadora substituta de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de São Paulo - CVPAF-SP, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Portaria nº 1.171, de 02 de junho de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: NILTON CARLOS RUBIO DA SILVA CNPJ/CPF: 029.109.496-13
25759.850150/2016-78 - AIS:1227911/16-1 - GGPAF1/ANVISA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 05.439.635/0001-03
25759.027162/2015-59 - AIS:0040558/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 ( QUARENTA MIL REAIS )
AUTUADO: CARLOS EDUARDO DA CUNHA GODOY - ME CNPJ/CPF: 10.367.360/0001-80
25759.017898/2015-41 - AIS:0027279/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: CRISTÁLIA PRODS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. CNPJ/CPF: 44.734.671/0001-51
25759.145208/2015-85 - AIS:0209967/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 ( VINTE MIL REAIS )
AUTUADO: CRISTÁLIA PRODS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. CNPJ/CPF: 44.734.671/0001-51
25759.054559/2015-37 - AIS:0080978/15-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: D.M.L LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA CNPJ/CPF: 02.226.117/0001-13
25759.261128/2007-91 - AIS:334591/07-2 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: ENCANTHEE IMPORT.DE ALIMENTOS E ACES., COM. E SERVICOS LTDA. CNPJ/CPF: 11.480.330/0001-48
25759.704842/2014-12 - AIS:1039230/14-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: JULIANO &TEIXEIRA COM. DE ALIMENTOS LTDA -ME CNPJ/CPF: 17.572.266/0001-01
25759.082085/2014-41 - AIS:0112089/14-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ/CPF: 17.159.229/0001-76
25759.753275/2014-44 - AIS:1108423/14-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LSI ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A CNPJ/CPF: 58.034.315/0001-30
25759.470711/2014-16 - AIS:0655413/14-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 ( VINTE MIL REAIS )
AUTUADO: MOBIL SAÚDE COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 14.727.893/0001-86
25767.260010/2015-49 - AIS:0374604/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: PROPOSTA E SOLUÇÃO ESTUDOS MERCADOLÓGICOS LTDA - ME CNPJ/CPF: 08.429.009/0001-24
25759.010357/2015-07 - AIS:0015657/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: RODOVISA CARGAS ESPECIAIS E SERVIÇOS EIRELI - EPP CNPJ/CPF: 16.844.459/0001-01
25759.145262/2015-21 - AIS:0210044/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 ( QUATRO MIL REAIS )
AUTUADO: THREE LINKS TRADING COMERCIO IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.784.207/0001-06
25759.033174/2015-10 - AIS:0049518/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: VALIM SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI CNPJ/CPF: 85.460.897/0001-99
25767.147658/2012-30 - AIS:0212805/12-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.072.393/0039-06
25759.470734/2014-21 - AIS:0655469/14-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 ( QUARENTA MIL REAIS )
AUTUADO: JOANA D ARC DE FATIMA BENTO CNPJ/CPF: 067.084.326-17
25759.663110/2014-07 - AIS:0980191/14-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: PAULO RODRIGO FERREIRA LIMA CNPJ/CPF: 041.502.475-79
25759.787620/2014-27 - AIS:1160069/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: LOURDES BASSETI MIRANDA CNPJ/CPF: 853.786.157-04
25759.364137/2015-45 - AIS:0525030/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: MAURICIO DAS NEVES OLIVEIRA CNPJ/CPF: 032.580.715-94
25759.787674/2014-22 - AIS:1160116/14-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

TEREZA CRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA FRANCO

## DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
## GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
## COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

**RETIFICAÇÃO**

No Despacho do Coordenador nº 69 , de 09 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União n° 153, de 10 de agosto de 2017, Seção 1 pág. 53:
Onde se lê:
AUTUADO: FARMAVIA LEOFAR LTDA CNPJ/CPF: 33.875.758/0001-22
25351.626419/2012-16 - AIS:0899721/12-7 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNIT I VA
Leia-se:
AUTUADO: FARMAVIA LEOFAR LTDA CNPJ/CPF: 33.875.758/0001-22
25351.626419/2012-16 - AIS:0899721/12-7 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

**PORTARIA Nº 1.428, DE 31 DE AGOSTO DE 2017**

Atualiza a habilitação do Hospital Santo Antônio - Blumenau/SC, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 08/SAS/MS, de 1999, que habilita o Hospital Santo Antônio como referência hospitalar em atendimento terciário à Gestacao de Alto Risco;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, que, em conformidade com a Rede Cegonha, institui as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco; define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco; define os critérios para a implantação e habilitação da Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP);

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos Redes no SCNES;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do respectivo Estado, aprovado pela Resolução CIB/ nº 314/2013;

Considerando a Portaria nº 1.781/GM/MS, de 26 de agosto de 2013, que aprova Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Santa Catarina e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implementação - Bloco de Atenção da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSM/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do Estabelecimento de Saúde a seguir descrito como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo 2 (Cod. Habilitação 14.14):

| | |
|---|---|
| Município | Blumenau |
| Estabelecimento de Saúde | Hospital Santo Antônio |
| CNES | 2558254 |
| Nível de Referência | Tipo 2 |
| Código da Habilitação | 14.14 |

Parágrafo único: O estabelecimento de Saúde poderá ser submetido à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Os recursos financeiros para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, do seguinte Programa de Trabalho, 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.449, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017**

Exclui a adesão ao PROSUS, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR, com sede em Registro (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando o Parecer Técnico nº 45-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.036236/2016-81/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Fica excluída da adesão ao PROSUS, a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro - APAMIR, CNPJ nº 55.856.710/0001-00, com sede em Registro (SP).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.472, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017**

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Leandro Bezerra de Menezes, com sede em Juazeiro do Norte (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 77-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.212201/2015-73, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Leandro Bezerra de Menezes, CNPJ nº 06.746.713/0001-85, com sede em Juazeiro do Norte (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de julho de 2016 à 28 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.473, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017**

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 85-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.200618/2014-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz, CNPJ nº 60.552.098/0001-11, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.475, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017**

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro para Assistência Integral em Cardiologia, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 86-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.186085/2016-19, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Centro para Assistência Integral em Cardiologia, CNPJ nº 06.060.432/0001-74, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.477, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Atualiza a habilitação do estabelecimento de Saúde como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo II.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Deliberação CIB nº 1.872, de 26 de março de 2012, que aprovou o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013 que, em conformidade com a Rede Cegonha, institui as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco; define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco; define os critérios para a implantação e habilitação da Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP);

Considerando a Portaria nº 889/GM/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos Redes no SCNES; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSM/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do estabelecimento de Saúde a seguir descrito como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo II (Cod. Habilitação 14.14):

| | |
|---|---|
| Município | Recife / PE |
| Estabelecimento de Saúde | IMIP |
| CNES | 0000434 |
| Nível de Referência | Tipo II |
| Código da Habilitação | 14.14 |
| Nº de leitos GAR | 73 |

§ 1º O estabelecimento deverá ajustar os leitos de cuidado intermediário neonatais no CNES, conforme a disponibilização atual de 32 leitos de UCINCO e 22 leitos de UCINCA. Considerando Declaração de compromisso da gestão assinada em 27 de novembro de 2016, o IMIP terá de cumprir essa exigência até novembro de 2017.

§ 2º O IMIP poderá ser submetido à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos mencionados nas Portarias e nesse parecer técnico, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Os recursos financeiros para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, do seguinte Programa de Trabalho - 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.478, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do GACC - Grupo de Assistência à Criança com Câncer, com sede em São José dos Campos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 84-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.421827/2017-31, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do GACC - Grupo de Assistência à Criança com Câncer, CNPJ nº 01.146.603/0001-69, com sede em São José dos Campos (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 08 de fevereiro de 2018 à 07 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.479, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Habilita o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo do Hospital Geral Pirajussara Taboão da Serra, com sede em Taboão da Serra (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional- UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

| Proposta SAIPS: 17.020 | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| CNES: 2079828 | Hospital Geral Pirajussara Taboão da Serra - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - Taboão da Serra/SP | |
| Leito: 28.02 UCINCo | | 02 |

Art. 2º Os efeitos financeiros de que trata o artigo 1º estão contemplados na Portaria nº 1.500/GM/MS, de 12 de julho de 2012, que aprova Etapa II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implementação.

Art. 3º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.480, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, da Casa de Caridade e Assistência à Maternidade e à Infância de Itanhandu Dr. Rubens Nilo, com sede em Itanhandu (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista na Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 118/2017-SEI-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.185989/2016-19, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade e Assistência à Maternidade e à Infância de Itanhandu Dr. Rubens Nilo, CNPJ nº 21.204.276/0001-61, com sede em Itanhandu (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 515/SAS/MS, de 10 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 49, de 13 de dezembro de 2017, seção 1, página 46.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.481, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Desafio Cristão Nova Vida DCNOVI, com sede em Franca (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 68-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.158660/2016-85/MS, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação de serviços ao sus de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, do Desafio Cristão Nova Vida DCNOVI, CNPJ nº 54.924.774/0001-38, com sede em Franca (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.482, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Ágape, com sede em Fortaleza (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 29-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000. 157371/2013-16, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Ágape, CNPJ nº 09.049.114/0001-09, com sede em Fortaleza (CE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.483, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Atualiza a habilitação do Hospital e Maternidade Leonor Mendes de Barros como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo II.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 753/SAS/MS, de 1º de novembro de 2011, que habilita o Hospital e Maternidade Leonor Mendes de Barros como integrante do Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Gestante de Alto Risco;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos Redes no SCNES;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, que Institui as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco e define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco, incluída a Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), em conformidade com a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 1.668/GM/MS, de 05 de agosto de 2014, que aprova a Etapa X do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSMu/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do Estabelecimento de Saúde a seguir descrito como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo II (Cod. Habilitação 14.14):

Estado de São Paulo:

| Município | São Paulo-SP |
|---|---|
| Estabelecimento de Saúde | Hospital e Maternidade Leonor Mendes de Barros |
| CNES | 2077701 |
| Nível de Referência | Tipo 2 |
| Código da Habilitação | 14.14 |
| Nº de leitos GAR | 15 |

Parágrafo Único. O estabelecimento de Saúde poderá ser submetido à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Os recursos financeiros para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, do seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.484, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Revoga o art. 1º da Portaria nº 1.233/SAS/MS, de 18 de julho de 2017, que desabilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e habilita Unidades Especializada em DRC com TRS Diálise.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.233/SAS/MS, de 18 de julho de 2017, que desabilita Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e habilita Unidades Especializada em DRC com TRS Diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio das Resoluções CIB n° 11 de 25 de abril de 2017;

Considerando que, conforme consta no Ofício n.º 373/2017/DGE/SEMS, as unidades habilitadas estão se adequando, buscando aquisição de novas máquinas de hemodiálise e ampliando o espaço físico para posteriormente absorver a demanda total do Hospital Evangélico; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica revogado o art. 1º da Portaria n.º 1.233/SAS/MS, de 18 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 149, de 04 de agosto de 2017, seção 1, página 24.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.487, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Rio Grande do Sul.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Gab nº 436, de 18 de agosto de 2017, e Resolução CIB/RS nº 362, 363, 364, 365 e 366/17, de 18 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob Gestão Estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob Gestão dos Municípios, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 2.754.374.823,28, assim distribuído:

| Destino | Valor Anual | Detalhamento |
|---|---|---|
| Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES | 779.109.389,87 | Anexo I |
| Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS | 1.798.719.345,18 | Anexo II |
| Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde | 176.546.088,23 | Anexo III |

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 5.200.800,00 do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 52.107.768,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0043 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

| PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais) | |
|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS | VALOR |
| Limites Referentes aos recursos programados na SES | 2.894.619,05 |
| Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual | 811.756.424,33 |
| Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES | 0,00 |
| Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-) | 35.541.653,51 |
| VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | 779.109.389,87 |

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

| IBGE | Município | Assistência Ambulatorial e Hospitalar | | Incentivos permanentes de custeio * | Ajustes | Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES | Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual | Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde | Valores recebidos de outras UFs | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprio | Referenciado | | | | | | | |
| 430003 | ACEGUA | 216.864,97 | 50.009,44 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 266.874,41 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430005 | AGUA SANTA | 38.546,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.546,28 |
| 430010 | AGUDO | 350.000,00 | 190.000,00 | 630.645,83 | 0,00 | 0,00 | 1.013.145,83 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430020 | AJURICABA | 348.275,98 | 74.411,13 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 360.795,01 | 0,00 | 0,00 | 151.892,10 |
| 430030 | ALECRIM | 285.616,83 | 56.838,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 285.168,71 | 0,00 | 0,00 | 57.286,80 |
| 430040 | ALEGRETE | 11.391.387,22 | 1.639.761,51 | 6.489.075,67 | 0,00 | 0,00 | 12.437.050,12 | 0,00 | 0,00 | 7.083.174,28 |
| 430045 | ALEGRIA | 130.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430047 | ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL | 22.921,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.921,56 |
| 430050 | ALPESTRE | 604.100,01 | 79.655,74 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 719.161,75 | 0,00 | 0,00 | 54.594,00 |
| 430055 | ALTO ALEGRE | 20.081,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.081,16 |
| 430057 | ALTO FELIZ | 6.187,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.187,91 |
| 430060 | ALVORADA | 8.316.494,30 | 4.394.603,05 | 5.083.912,88 | 0,00 | 0,00 | 15.763.755,22 | 0,00 | 0,00 | 2.031.255,00 |
| 430063 | AMARAL FERRADOR | 70.000,00 | 13.000,00 | 26.814,49 | 0,00 | 0,00 | 109.814,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430064 | AMETISTA DO SUL | 414.785,65 | 40.191,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 401.679,35 | 0,00 | 0,00 | 53.298,00 |
| 430066 | ANDRE DA ROCHA | 11.427,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.427,12 |
| 430070 | ANTA GORDA | 58.000,00 | 33.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430080 | ANTONIO PRADO | 880.946,77 | 405.940,23 | 609.783,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.896.670,25 |
| 430085 | ARAMBARE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430087 | ARARICA | 25.372,63 | 6.448,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.821,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430090 | ARATIBA | 400.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430100 | ARROIO DO MEIO | 320.000,00 | 394.493,00 | 643.515,50 | 0,00 | 0,00 | 1.358.008,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430105 | ARROIO DO SAL | 300.000,00 | 100.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430107 | ARROIO DO PADRE | 2.025,40 | 513,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.539,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430110 | ARROIO DOS RATOS | 390.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 470.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430120 | ARROIO DO TIGRE | 340.000,00 | 100.000,00 | 533.570,89 | 0,00 | 0,00 | 816.070,89 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430130 | ARROIO GRANDE | 1.251.260,89 | 180.439,40 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 1.431.700,29 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430140 | ARVOREZINHA | 498.449,69 | 108.333,34 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 518.261,73 | 0,00 | 0,00 | 246.021,30 |
| 430150 | AUGUSTO PESTANA | 1.298.196,66 | 147.421,26 | 1.593.293,82 | 0,00 | 0,00 | 1.778.911,74 | 0,00 | 0,00 | 1.260.000,00 |
| 430155 | AUREA | 62.759,83 | 17.306,87 | 41.690,91 | 0,00 | 0,00 | 121.757,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430160 | BAGE | 15.151.605,67 | 10.876.819,67 | 11.139.402,80 | 0,00 | 0,00 | 30.153.105,14 | 0,00 | 0,00 | 7.014.723,00 |
| 430163 | BALNEARIO PINHAL | 331.324,37 | 84.223,99 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 415.548,36 | 0,00 | 0,00 | 619.500,00 |
| 430165 | BARAO | 50.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430170 | BARAO DE COTEGIPE | 58.482,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58.482,00 |
| 430175 | BARAO DO TRIUNFO | 193,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 193,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430180 | BARRACAO | 169.994,63 | 42.490,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 205.246,56 | 0,00 | 0,00 | 7.238,70 |
| 430185 | BARRA DO GUARITA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430187 | BARRA DO QUARAI | 23.451,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.451,72 |
| 430190 | BARRA DO RIBEIRO | 50.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430192 | BARRA DO RIO AZUL | 887,10 | 225,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.112,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430195 | BARRA FUNDA | 17.550,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.550,00 |
| 430200 | BARROS CASSAL | 90.739,98 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 248.239,98 |
| 430205 | BENJAMIN CONSTANT DO SUL | 5.380,45 | 1.369,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.749,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430210 | BENTO GONCALVES | 15.527.283,73 | 8.241.363,19 | 11.893.085,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.661.732,06 |
| 430215 | BOA VISTA DAS MISSOES | 17.909,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.909,64 |
| 430220 | BOA VISTA DO BURICA | 230.000,00 | 70.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430222 | BOA VISTA DO CADEADO | 221.939,55 | 130.345,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 352.285,00 |
| 430223 | BOA VISTA DO INCRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430225 | BOA VISTA DO SUL | 5.079,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.079,26 |
| 430230 | BOM JESUS | 974.904,11 | 70.285,50 | 44.604,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.089.793,61 |
| 430235 | BOM PRINCIPIO | 2.294.026,24 | 313.683,91 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.765.210,15 |
| 430237 | BOM PROGRESSO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430240 | BOM RETIRO DO SUL | 489.479,27 | 127.100,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 539.614,97 | 0,00 | 0,00 | 76.965,12 |
| 430245 | BOQUEIRAO DO LEAO | 394.506,54 | 157.277,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 551.783,64 |
| 430250 | BOSSOROCA | 45.223,41 | 12.265,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.489,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430258 | BOZANO | 423,08 | 109,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 532,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430260 | BRAGA | 127.504,21 | 28.177,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 129.599,88 | 0,00 | 0,00 | 26.082,00 |
| 430265 | BROCHIER | 138.510,73 | 15.982,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 147.971,52 | 0,00 | 0,00 | 6.521,40 |
| 430270 | BUTIA | 1.068.296,41 | 108.892,45 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.018.068,85 | 0,00 | 0,00 | 498.780,00 |
| 430280 | CACAPAVA DO SUL | 1.491.158,17 | 372.658,33 | 1.576.737,42 | 0,00 | 0,00 | 2.943.393,92 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430290 | CACEQUI | 1.276.452,78 | 254.399,44 | 609.299,82 | 0,00 | 0,00 | 1.788.658,26 | 0,00 | 0,00 | 351.493,77 |
| 430300 | CACHOEIRA DO SUL | 9.380.030,42 | 5.880.932,48 | 3.918.021,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.178.984,61 |
| 430310 | CACHOEIRINHA | 9.326.682,25 | 3.146.046,83 | 3.621.467,15 | 0,00 | 0,00 | 15.341.661,23 | 0,00 | 0,00 | 752.535,00 |
| 430320 | CACIQUE DOBLE | 292.714,11 | 31.458,44 | 30.420,00 | 0,00 | 0,00 | 309.982,07 | 0,00 | 0,00 | 44.610,48 |
| 430330 | CAIBATE | 220.000,00 | 46.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 266.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430340 | CAICARA | 331.681,57 | 25.834,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 321.444,11 | 0,00 | 0,00 | 36.072,00 |
| 430350 | CAMAQUA | 6.914.927,42 | 1.874.981,34 | 295.560,00 | 0,00 | 0,00 | 8.588.308,76 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430355 | CAMARGO | 24.114,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.114,60 |
| 430360 | CAMBARA DO SUL | 110.000,00 | 84.000,00 | 364.791,96 | 0,00 | 0,00 | 311.291,96 | 0,00 | 0,00 | 247.500,00 |
| 430367 | CAMPESTRE DA SERRA | 5.120,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.120,60 |
| 430370 | CAMPINA DAS MISSOES | 220.000,00 | 32.000,00 | 290.561,16 | 0,00 | 0,00 | 542.561,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430380 | CAMPINAS DO SUL | 170.000,00 | 56.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 226.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430390 | CAMPO BOM | 5.177.183,45 | 1.190.141,28 | 2.242.966,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.610.290,81 |
| 430400 | CAMPO NOVO | 80.000,00 | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 103.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430410 | CAMPOS BORGES | 110.098,08 | 20.870,18 | 38.792,20 | 0,00 | 0,00 | 134.278,14 | 0,00 | 0,00 | 35.482,32 |
| 430420 | CANDELARIA | 2.810.011,87 | 1.493.318,73 | 1.175.598,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.478.928,94 |
| 430430 | CANDIDO GODOI | 307.733,03 | 76.828,22 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 329.261,65 | 0,00 | 0,00 | 212.799,60 |
| 430435 | CANDIOTA | 44.828,57 | 11.399,45 | 247.500,00 | 0,00 | 0,00 | 146.228,02 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430440 | CANELA | 4.513.134,45 | 111.970,85 | 1.660.131,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.285.236,86 |
| 430450 | CANGUCU | 6.996.741,77 | 2.239.389,66 | 1.212.120,00 | 0,00 | 0,00 | 9.236.131,43 | 0,00 | 0,00 | 1.212.120,00 |
| 430460 | CANOAS | 68.659.162,50 | 48.822.914,88 | 25.670.279,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 143.152.357,29 |
| 430461 | CANUDOS DO VALE | 60.000,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 430462 | CAPAO BONITO DO SUL | 2.302,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.302,20 |
| 430463 | CAPAO DA CANOA | 7.774.344,86 | 1.833.715,47 | 3.746.312,74 | 0,00 | 0,00 | 11.795.213,06 | 0,00 | 0,00 | 1.559.160,00 |
| 430465 | CAPAO DO CIPO | 92.275,30 | 608,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 92.883,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430466 | CAPAO DO LEAO | 225.197,96 | 57.304,07 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 282.502,03 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430467 | CAPIVARI DO SUL | 37.939,09 | 9.652,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 47.591,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430468 | CAPELA DE SANTANA | 32.661,76 | 8.314,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.976,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430469 | CAPITAO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 430470 | CARAZINHO | 5.916.393,18 | 2.086.108,22 | 2.780.067,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.782.569,30 |
| 430471 | CARAA | 7.009,58 | 1.779,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.789,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430480 | CARLOS BARBOSA | 839.862,88 | 247.540,24 | 541.191,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.628.594,53 |
| 430485 | CARLOS GOMES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430490 | CASCA | 855.460,52 | 146.431,94 | 250.514,58 | 0,00 | 0,00 | 1.163.115,52 | 0,00 | 0,00 | 89.291,52 |
| 430495 | CASEIROS | 28.125,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.125,54 |
| 430500 | CATUIPE | 67.878,03 | 17.420,90 | 79.542,00 | 0,00 | 0,00 | 164.840,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430510 | CAXIAS DO SUL | 56.340.326,95 | 26.148.899,37 | 21.328.773,11 | 0,00 | 0,00 | 905.509,35 | 0,00 | 0,00 | 102.912.490,08 |
| 430511 | CENTENARIO | 28.617,55 | 7.284,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.902,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430512 | CERRITO | 374,83 | 95,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 470,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430513 | CERRO BRANCO | 35.000,00 | 20.000,00 | 31.781,62 | 0,00 | 0,00 | 86.781,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430515 | CERRO GRANDE | 20.410,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.410,20 |
| 430517 | CERRO GRANDE DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430520 | CERRO LARGO | 300.000,00 | 110.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 410.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430530 | CHAPADA | 275.195,86 | 65.035,32 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 260.486,50 | 0,00 | 0,00 | 237.244,68 |
| 430535 | CHARQUEADAS | 1.752.502,93 | 239.958,45 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 1.584.461,38 | 0,00 | 0,00 | 905.160,00 |
| 430537 | CHARRUA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430540 | CHIAPETA | 50.000,00 | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430543 | CHUI | 6.726,03 | 1.712,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.438,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430544 | CHUVISCA | 1.846,72 | 468,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.315,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430545 | CIDREIRA | 200.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430550 | CIRIACO | 448.970,04 | 78.357,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 481.480,92 | 0,00 | 0,00 | 45.846,90 |
| 430558 | COLINAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430560 | COLORADO | 45.505,97 | 11.571,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.077,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430570 | CONDOR | 320.212,68 | 67.529,57 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 330.749,75 | 0,00 | 0,00 | 146.992,50 |
| 430580 | CONSTANTINA | 441.520,82 | 115.761,13 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 463.537,95 | 0,00 | 0,00 | 251.244,00 |
| 430583 | COQUEIRO BAIXO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430585 | COQUEIROS DO SUL | 24.217,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.217,38 |
| 430587 | CORONEL BARROS | 50.343,61 | 12.644,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.059,65 | 0,00 | 0,00 | 17.928,00 |
| 430590 | CORONEL BICACO | 337.040,48 | 72.557,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 344.310,38 | 0,00 | 0,00 | 65.287,80 |
| 430593 | CORONEL PILAR | 3.120,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.120,52 |
| 430595 | COTIPORA | 9.011,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.011,72 |
| 430597 | COXILHA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430600 | CRISSIUMAL | 1.261.152,31 | 185.376,93 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.435.765,23 | 0,00 | 0,00 | 440.424,00 |
| 430605 | CRISTAL | 150.239,85 | 40.062,89 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 190.302,74 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430607 | CRISTAL DO SUL | 20.520,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.520,00 |
| 430610 | CRUZ ALTA | 10.944.136,85 | 4.269.265,44 | 4.596.517,82 | 0,00 | 0,00 | 14.663.573,52 | 0,00 | 0,00 | 5.146.346,59 |
| 430613 | CRUZALTENSE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430620 | CRUZEIRO DO SUL | 536.134,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 536.134,92 |
| 430630 | DAVID CANABARRO | 269.576,26 | 58.393,06 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 321.526,22 | 0,00 | 0,00 | 163.943,10 |
| 430632 | DERRUBADAS | 94.134,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 94.134,60 |
| 430635 | DEZESSEIS DE NOVEMBRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430637 | DILERMANDO DE AGUIAR | 5.453,15 | 1.465,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.918,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430640 | DOIS IRMAOS | 1.431.482,23 | 226.944,96 | 848.318,24 | 0,00 | 0,00 | 2.009.585,43 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430642 | DOIS IRMAOS DAS MISSOES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430645 | DOIS LAJEADOS | 60.000,00 | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430650 | DOM FELICIANO | 340.000,00 | 60.000,00 | 247.500,00 | 0,00 | 0,00 | 490.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430655 | DOM PEDRO DE ALCANTARA | 11.798,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.798,76 |
| 430660 | DOM PEDRITO | 3.087.130,55 | 440.799,77 | 1.572.395,71 | 0,00 | 0,00 | 4.603.166,02 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430670 | DONA FRANCISCA | 66.875,67 | 16.610,07 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 83.485,74 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430673 | DOUTOR MAURICIO CARDOSO | 50.000,00 | 20.000,00 | 26.452,01 | 0,00 | 0,00 | 96.452,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430675 | DOUTOR RICARDO | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 430676 | ELDORADO DO SUL | 40.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430680 | ENCANTADO | 3.947.323,41 | 360.281,55 | 773.292,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.080.897,19 |
| 430690 | ENCRUZILHADA DO SUL | 1.066.563,67 | 272.643,02 | 1.031.392,83 | 0,00 | 0,00 | 1.873.439,52 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430692 | ENGENHO VELHO | 64.305,25 | 16.143,97 | 43.836,08 | 0,00 | 0,00 | 124.285,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430693 | ENTRE-IJUIS | 92.306,18 | 23.919,08 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 116.225,26 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430695 | ENTRE RIOS DO SUL | 69.969,98 | 17.810,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 87.780,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430697 | EREBANGO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430700 | ERECHIM | 17.836.283,24 | 7.857.381,35 | 1.510.695,00 | 0,00 | 0,00 | 25.693.664,59 | 0,00 | 0,00 | 1.510.695,00 |
| 430705 | ERNESTINA | 30.017,16 | 839,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 839,26 | 0,00 | 0,00 | 30.017,16 |
| 430710 | HERVAL | 70.000,00 | 27.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430720 | ERVAL GRANDE | 40.898,88 | 167.760,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 167.760,00 | 0,00 | 0,00 | 198.398,88 |
| 430730 | ERVAL SECO | 515.097,15 | 70.867,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 515.386,41 | 0,00 | 0,00 | 70.578,00 |
| 430740 | ESMERALDA | 29.917,31 | 12.472,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.389,70 |
| 430745 | ESPERANCA DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430750 | ESPUMOSO | 1.643.587,46 | 269.681,36 | 786.987,18 | 0,00 | 0,00 | 2.311.104,83 | 0,00 | 0,00 | 389.151,18 |
| 430755 | ESTACAO | 60.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430760 | ESTANCIA VELHA | 2.658.992,04 | 308.748,30 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 2.295.740,34 | 0,00 | 0,00 | 1.011.660,00 |
| 430770 | ESTEIO | 12.165.912,84 | 1.029.278,64 | 2.433.858,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.629.050,44 |
| 430780 | ESTRELA | 3.858.454,79 | 1.818.168,41 | 3.198.579,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.875.202,56 |
| 430781 | ESTRELA VELHA | 12.182,71 | 4.925,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.108,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430783 | EUGENIO DE CASTRO | 48.647,41 | 12.164,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.812,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430786 | FAGUNDES VARELA | 7.094,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.094,01 |
| 430790 | FARROUPILHA | 5.965.075,17 | 1.437.040,71 | 2.440.831,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.842.947,72 |
| 430800 | FAXINAL DO SOTURNO | 1.669.603,57 | 1.200.130,73 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 2.821.404,30 | 0,00 | 0,00 | 205.830,00 |
| 430805 | FAXINALZINHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430807 | FAZENDA VILANOVA | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 430810 | FELIZ | 508.852,14 | 343.520,34 | 426.785,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.279.157,75 |
| 430820 | FLORES DA CUNHA | 1.296.843,38 | 91.206,79 | 844.486,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.232.536,84 |
| 430825 | FLORIANO PEIXOTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430830 | FONTOURA XAVIER | 466.327,14 | 99.501,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 462.675,93 | 0,00 | 0,00 | 103.152,42 |
| 430840 | FORMIGUEIRO | 74.000,00 | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 96.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430843 | FORQUETINHA | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 430845 | FORTALEZA DOS VALOS | 50.000,00 | 30.000,00 | 34.053,59 | 0,00 | 0,00 | 114.053,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430850 | FREDERICO WESTPHALEN | 2.194.496,47 | 329.557,25 | 1.576.336,64 | 0,00 | 0,00 | 3.603.230,37 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430860 | GARIBALDI | 1.580.251,66 | 194.431,39 | 685.425,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.460.108,49 |
| 430865 | GARRUCHOS | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 430870 | GAURAMA | 70.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430880 | GENERAL CAMARA | 12.006,00 | 1.043,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.043,54 | 0,00 | 0,00 | 12.006,00 |
| 430885 | GENTIL | 2.223,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.223,90 |
| 430890 | GETULIO VARGAS | 240.000,00 | 340.000,00 | 874.545,07 | 0,00 | 0,00 | 1.198.045,07 | 0,00 | 0,00 | 256.500,00 |
| 430900 | GIRUA | 5.173.461,32 | 1.345.898,57 | 928.894,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.448.254,17 |
| 430905 | GLORINHA | 8.825,74 | 2.245,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.071,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430910 | GRAMADO | 4.217.735,06 | 932.729,88 | 743.212,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.893.676,99 |
| 430912 | GRAMADO DOS LOUREIROS | 0,00 | 508,79 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.508,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430915 | GRAMADO XAVIER | 5.569,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.569,20 |
| 430920 | GRAVATAI | 29.527.386,07 | 4.373.445,24 | 6.663.171,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.564.003,27 |
| 430925 | GUABIJU | 69.820,31 | 27.401,95 | 33.680,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 130.902,66 |
| 430930 | GUAIBA | 4.969.044,83 | 1.569.375,32 | 1.493.895,00 | 0,00 | 0,00 | 6.538.420,14 | 0,00 | 0,00 | 1.493.895,00 |
| 430940 | GUAPORE | 2.397.003,76 | 219.146,36 | 721.487,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.337.637,81 |
| 430950 | GUARANI DAS MISSOES | 237.000,00 | 100.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 337.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 430955 | HARMONIA | 3.468,43 | 881,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.349,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430957 | HERVEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430960 | HORIZONTINA | 914.121,38 | 228.419,10 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 1.142.540,48 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 430965 | HULHA NEGRA | 80.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 430970 | HUMAITA | 252.897,40 | 55.562,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 273.090,16 | 0,00 | 0,00 | 35.370,00 |
| 430975 | IBARAMA | 612,39 | 2.045,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.657,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 430980 | IBIACA | 285.731,06 | 40.348,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 283.892,07 | 0,00 | 0,00 | 42.187,86 |
| 430990 | IBIRAIARAS | 226.048,33 | 35.924,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 194.301,67 | 0,00 | 0,00 | 67.671,36 |
| 430995 | IBIRAPUITA | 37.056,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.056,24 |
| 431000 | IBIRUBA | 885.299,05 | 194.861,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 800.284,36 | 0,00 | 0,00 | 279.876,06 |
| 431010 | IGREJINHA | 1.690.394,93 | 433.545,74 | 1.367.092,09 | 0,00 | 0,00 | 3.151.372,77 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 431020 | IJUI | 14.159.830,40 | 7.622.401,26 | 9.965.206,26 | 0,00 | 0,00 | 28.328.442,92 | 0,00 | 0,00 | 3.418.995,00 |
| 431030 | ILOPOLIS | 182.679,84 | 103.377,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 286.057,44 |
| 431033 | IMBE | 200.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431036 | IMIGRANTE | 56.461,76 | 15.814,08 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162.275,84 |
| 431040 | INDEPENDENCIA | 55.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431041 | INHACORA | 48.461,24 | 12.126,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.587,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431043 | IPE | 12.456,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.456,16 |
| 431046 | IPIRANGA DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431050 | IRAI | 1.564.207,91 | 168.838,10 | 400.619,81 | 0,00 | 0,00 | 2.076.857,82 | 0,00 | 0,00 | 56.808,00 |
| 431053 | ITAARA | 3.638,30 | 959,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.598,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431055 | ITACURUBI | 896,33 | 227,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.123,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431057 | ITAPUCA | 16.470,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.470,00 |
| 431060 | ITAQUI | 1.537.908,87 | 291.092,55 | 1.933.981,62 | 0,00 | 0,00 | 2.353.028,92 | 0,00 | 0,00 | 1.409.954,12 |
| 431065 | ITATI | 49.142,03 | 12.290,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.432,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431070 | ITATIBA DO SUL | 50.000,00 | 12.000,00 | 40.687,26 | 0,00 | 0,00 | 102.687,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431075 | IVORA | 50.000,00 | 13.000,00 | 37.230,23 | 0,00 | 0,00 | 100.230,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431080 | IVOTI | 1.356.197,16 | 209.864,90 | 1.133.303,52 | 0,00 | 0,00 | 2.350.345,59 | 0,00 | 0,00 | 349.020,00 |
| 431085 | JABOTICABA | 387.986,95 | 58.758,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 412.333,56 | 0,00 | 0,00 | 34.411,68 |
| 431087 | JACUIZINHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431090 | JACUTINGA | 150.000,00 | 40.000,00 | 28.198,92 | 0,00 | 0,00 | 218.198,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431100 | JAGUARAO | 2.778.544,47 | 504.581,97 | 1.086.149,79 | 0,00 | 0,00 | 3.872.116,23 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431110 | JAGUARI | 300.000,00 | 150.000,00 | 378.353,11 | 0,00 | 0,00 | 670.853,11 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431112 | JAQUIRANA | 138.025,43 | 0,00 | 33.619,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 171.644,51 |
| 431113 | JARI | 143,25 | 37,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431115 | JOIA | 363.559,32 | 40.395,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 403.954,80 |
| 431120 | JULIO DE CASTILHOS | 1.340.659,74 | 343.249,70 | 1.113.648,84 | 0,00 | 0,00 | 2.159.296,28 | 0,00 | 0,00 | 638.262,00 |
| 431123 | LAGOA BONITA DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431125 | LAGOAO | 123.837,42 | 33.273,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.591,86 | 0,00 | 0,00 | 59.518,98 |
| 431127 | LAGOA DOS TRES CANTOS | 2.145,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.145,60 |
| 431130 | LAGOA VERMELHA | 210.000,00 | 170.000,00 | 932.631,74 | 0,00 | 0,00 | 1.155.131,74 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431140 | LAJEADO | 8.805.024,54 | 27.166.293,02 | 5.015.563,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.986.881,04 |
| 431142 | LAJEADO DO BUGRE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431150 | LAVRAS DO SUL | 200.000,00 | 50.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431160 | LIBERATO SALZANO | 24.743,66 | 6.295,33 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.269,00 | 0,00 | 0,00 | 130.770,00 |
| 431162 | LINDOLFO COLLOR | 24.790,73 | 6.305,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.096,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431164 | LINHA NOVA | 4.956,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.956,94 |
| 431170 | MACHADINHO | 286.929,00 | 43.488,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 286.867,71 | 0,00 | 0,00 | 43.549,56 |
| 431171 | MACAMBARA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431173 | MAMPITUBA | 70.175,29 | 17.547,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 87.722,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431175 | MANOEL VIANA | 9.782,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.782,10 |
| 431177 | MAQUINE | 381,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 381,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431179 | MARATA | 12.758,64 | 3.233,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.496,80 | 0,00 | 0,00 | 3.495,60 |
| 431180 | MARAU | 2.842.822,73 | 736.468,08 | 1.499.459,94 | 0,00 | 0,00 | 4.126.945,55 | 0,00 | 0,00 | 951.805,20 |
| 431190 | MARCELINO RAMOS | 115.872,00 | 308.280,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 388.404,00 | 0,00 | 0,00 | 193.248,00 |
| 431198 | MARIANA PIMENTEL | 1.758,14 | 446,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.204,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431200 | MARIANO MORO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431205 | MARQUES DE SOUZA | 373.426,68 | 423.655,05 | 377.837,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.174.918,94 |
| 431210 | MATA | 103.000,00 | 61.137,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 164.137,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431213 | MATO CASTELHANO | 6.353,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.353,10 |
| 431215 | MATO LEITAO | 34.806,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.806,60 |
| 431217 | MATO QUEIMADO | 48.841,73 | 12.213,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.055,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431220 | MAXIMILIANO DE ALMEIDA | 390.051,22 | 43.843,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 394.018,23 | 0,00 | 0,00 | 39.876,48 |
| 431225 | MINAS DO LEAO | 66.272,92 | 16.859,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.132,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431230 | MIRAGUAI | 41.317,20 | 32,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32,04 | 0,00 | 0,00 | 41.317,20 |
| 431235 | MONTAURI | 2.067,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.067,30 |
| 431237 | MONTE ALEGRE DOS CAMPOS | 2.736,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.736,36 |
| 431238 | MONTE BELO DO SUL | 20.354,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.354,76 |
| 431240 | MONTENEGRO | 12.585.558,83 | 4.277.534,12 | 4.343.169,26 | 0,00 | 0,00 | 19.476.102,20 | 0,00 | 0,00 | 1.730.160,00 |
| 431242 | MORMACO | 24.146,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.146,28 |
| 431244 | MORRINHOS DO SUL | 3.994,21 | 1.016,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.011,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431245 | MORRO REDONDO | 80.000,00 | 30.000,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 431247 | MORRO REUTER | 10.547,59 | 2.680,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.228,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431250 | MOSTARDAS | 200.000,00 | 80.000,00 | 45.281,72 | 0,00 | 0,00 | 325.281,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431260 | MUCUM | 289.792,44 | 31.465,80 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 411.258,24 |
| 431261 | MUITOS CAPOES | 6.464,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.464,28 |
| 431262 | MULITERNO | 2.543,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.543,40 |
| 431265 | NAO-ME-TOQUE | 150.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431267 | NICOLAU VERGUEIRO | 2.302,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.302,20 |
| 431270 | NONOAI | 380.000,00 | 260.000,00 | 594.091,40 | 0,00 | 0,00 | 1.076.591,40 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431275 | NOVA ALVORADA | 88.517,34 | 15.630,52 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 136.042,30 | 0,00 | 0,00 | 28.105,56 |
| 431280 | NOVA ARACA | 33.118,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.118,83 |
| 431290 | NOVA BASSANO | 325.086,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 325.086,34 |
| 431295 | NOVA BOA VISTA | 13.878,00 | 623,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 623,92 | 0,00 | 0,00 | 13.878,00 |
| 431300 | NOVA BRESCIA | 230.925,48 | 53.016,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 283.941,96 |
| 431301 | NOVA CANDELARIA | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431303 | NOVA ESPERANCA DO SUL | 50.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431306 | NOVA HARTZ | 50.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431308 | NOVA PADUA | 5.686,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.686,58 |
| 431310 | NOVA PALMA | 648.209,77 | 163.902,99 | 956.759,16 | 0,00 | 0,00 | 1.219.366,42 | 0,00 | 0,00 | 549.505,51 |
| 431320 | NOVA PETROPOLIS | 1.469.434,86 | 190.190,86 | 549.421,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.209.047,39 |
| 431330 | NOVA PRATA | 1.343.126,27 | 1.112.209,40 | 752.060,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.207.396,00 |
| 431333 | NOVA RAMADA | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431335 | NOVA ROMA DO SUL | 9.564,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.564,12 |
| 431337 | NOVA SANTA RITA | 234.450,61 | 21.393,69 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 77.752,30 | 0,00 | 0,00 | 517.752,00 |
| 431339 | NOVO CABRAIS | 500,09 | 141,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 641,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431340 | NOVO HAMBURGO | 41.517.988,70 | 10.750.827,74 | 4.128.462,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.397.278,97 |
| 431342 | NOVO MACHADO | 48.423,63 | 12.107,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.531,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431344 | NOVO TIRADENTES | 16.362,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.362,00 |
| 431346 | NOVO XINGU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431349 | NOVO BARREIRO | 34.263,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.263,00 |
| 431350 | OSORIO | 4.899.710,99 | 845.452,12 | 2.933.948,32 | 0,00 | 0,00 | 6.890.880,55 | 0,00 | 0,00 | 1.788.230,88 |
| 431360 | PAIM FILHO | 494.352,91 | 76.467,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 529.241,12 | 0,00 | 0,00 | 41.578,92 |
| 431365 | PALMARES DO SUL | 310.000,00 | 100.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 410.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431370 | PALMEIRA DAS MISSOES | 2.672.529,38 | 642.107,82 | 2.236.732,30 | 0,00 | 0,00 | 3.706.899,00 | 0,00 | 0,00 | 1.844.470,50 |
| 431380 | PALMITINHO | 926.519,15 | 94.218,25 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 970.301,40 | 0,00 | 0,00 | 207.936,00 |
| 431390 | PANAMBI | 2.971.591,01 | 742.897,75 | 677.995,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.392.484,17 |
| 431395 | PANTANO GRANDE | 83.466,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.466,00 |
| 431400 | PARAI | 401.835,63 | 15.575,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 417.411,35 |
| 431402 | PARAISO DO SUL | 102.518,19 | 50.670,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 153.189,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431403 | PARECI NOVO | 2.020,42 | 509,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.529,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431405 | PAROBE | 1.927.842,01 | 581.435,03 | 2.922.085,01 | 0,00 | 0,00 | 4.491.702,06 | 0,00 | 0,00 | 939.660,00 |
| 431406 | PASSA SETE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431407 | PASSO DO SOBRADO | 44.874,00 | 24.192,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69.066,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 431410 | PASSO FUNDO | 65.386.221,24 | 45.579.670,19 | 34.030.070,33 | 0,00 | 0,00 | 141.634.506,76 | 0,00 | 0,00 | 3.361.455,00 |
| 431413 | PAULO BENTO | 713,73 | 204,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 918,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431415 | PAVERAMA | 50.037,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.037,12 |
| 431417 | PEDRAS ALTAS | 11.740,02 | 1.687,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.427,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431420 | PEDRO OSORIO | 240.000,00 | 100.000,00 | 156.389,28 | 0,00 | 0,00 | 496.389,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431430 | PEJUCARA | 40.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431440 | PELOTAS | 65.717.534,20 | 42.673.052,55 | 36.775.825,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.218.920,66 | 0,00 | 133.947.491,42 |
| 431442 | PICADA CAFE | 146.177,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 146.177,51 |
| 431445 | PINHAL | 18.360,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.360,00 |
| 431446 | PINHAL DA SERRA | 6.000,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,12 |
| 431447 | PINHAL GRANDE | 65.137,84 | 41.370,26 | 18.471,49 | 0,00 | 0,00 | 124.979,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431449 | PINHEIRINHO DO VALE | 39.736,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.736,80 |
| 431450 | PINHEIRO MACHADO | 1.630.363,82 | 209.759,39 | 587.160,00 | 0,00 | 0,00 | 1.432.123,21 | 0,00 | 0,00 | 995.160,00 |
| 431455 | PIRAPO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431460 | PIRATINI | 4.087.177,17 | 848.386,21 | 1.424.195,35 | 0,00 | 0,00 | 5.862.598,73 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431470 | PLANALTO | 911.761,06 | 110.390,85 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 842.688,30 | 0,00 | 0,00 | 336.963,60 |
| 431475 | POCO DAS ANTAS | 3.260,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.260,39 |
| 431477 | PONTAO | 33.625,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.625,26 |
| 431478 | PONTE PRETA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431480 | PORTAO | 500.000,00 | 130.000,00 | 408.756,86 | 0,00 | 0,00 | 1.038.756,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431490 | PORTO ALEGRE | 441.200.404,58 | 296.941.528,60 | 148.607.337,29 | 0,00 | 0,00 | 3.124.800,00 | 129.785.514,06 | 0,00 | 753.838.956,41 |
| 431500 | PORTO LUCENA | 80.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431505 | PORTO MAUA | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 431507 | PORTO VERA CRUZ | 90.127,51 | 32,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.159,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431510 | PORTO XAVIER | 982.166,31 | 117.745,56 | 404.347,16 | 0,00 | 0,00 | 759.333,14 | 0,00 | 0,00 | 744.925,89 |
| 431513 | POUSO NOVO | 2.465,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.465,10 |
| 431514 | PRESIDENTE LUCENA | 668,05 | 169,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 837,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431515 | PROGRESSO | 602.420,00 | 154.139,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 756.559,08 |
| 431517 | PROTASIO ALVES | 12.490,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.490,73 |
| 431520 | PUTINGA | 121.851,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 121.851,72 |
| 431530 | QUARAI | 1.425.896,71 | 0,00 | 999.542,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.425.439,56 |
| 431531 | QUATRO IRMAOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431532 | QUEVEDOS | 6.630,73 | 1.778,21 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 98.408,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431535 | QUINZE DE NOVEMBRO | 50.000,00 | 12.000,00 | 43.388,84 | 0,00 | 0,00 | 105.388,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431540 | REDENTORA | 160.000,00 | 48.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 208.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431545 | RELVADO | 15.887,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.887,17 |
| 431550 | RESTINGA SECA | 1.031.608,66 | 14.170,41 | 306.490,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.352.269,95 |
| 431555 | RIO DOS INDIOS | 11,17 | 2,83 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.014,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431560 | RIO GRANDE | 24.960.011,65 | 17.413.880,06 | 16.348.188,57 | 0,00 | 0,00 | 56.674.625,29 | 0,00 | 0,00 | 2.047.455,00 |
| 431570 | RIO PARDO | 3.616.288,93 | 2.391.634,78 | 556.685,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.564.609,25 |
| 431575 | RIOZINHO | 41.594,57 | 20.438,75 | 40.623,46 | 0,00 | 0,00 | 102.656,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431580 | ROCA SALES | 115.000,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 179.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431590 | RODEIO BONITO | 1.941.790,60 | 244.565,08 | 937.400,44 | 0,00 | 0,00 | 2.924.352,11 | 0,00 | 0,00 | 199.404,00 |
| 431595 | ROLADOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431600 | ROLANTE | 529.198,84 | 135.597,66 | 620.628,01 | 0,00 | 0,00 | 893.551,34 | 0,00 | 0,00 | 391.873,17 |
| 431610 | RONDA ALTA | 1.265.741,51 | 262.593,08 | 397.506,79 | 0,00 | 0,00 | 1.693.497,37 | 0,00 | 0,00 | 232.344,00 |
| 431620 | RONDINHA | 40.000,00 | 24.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431630 | ROQUE GONZALES | 120.000,00 | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 168.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431640 | ROSARIO DO SUL | 4.003.870,06 | 540.410,00 | 2.461.214,99 | 0,00 | 0,00 | 5.893.654,99 | 0,00 | 0,00 | 1.111.840,06 |
| 431642 | SAGRADA FAMILIA | 22.149,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.149,00 |
| 431643 | SALDANHA MARINHO | 45.000,00 | 12.000,00 | 40.373,71 | 0,00 | 0,00 | 97.373,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431645 | SALTO DO JACUI | 65.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431647 | SALVADOR DAS MISSOES | 3.295,77 | 885,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.180,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431650 | SALVADOR DO SUL | 260.379,48 | 65.161,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 315.837,31 | 0,00 | 0,00 | 9.703,80 |
| 431660 | SANANDUVA | 1.131.704,03 | 289.271,69 | 364.304,29 | 0,00 | 0,00 | 1.482.224,81 | 0,00 | 0,00 | 303.055,20 |
| 431670 | SANTA BARBARA DO SUL | 160.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431673 | SANTA CECILIA DO SUL | 10.395,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.395,90 |
| 431675 | SANTA CLARA DO SUL | 101.322,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.322,50 |
| 431680 | SANTA CRUZ DO SUL | 27.814.259,82 | 11.362.236,75 | 11.018.687,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.195.183,62 |
| 431690 | SANTA MARIA | 20.820.517,72 | 13.628.814,23 | 21.406.028,57 | 0,00 | 0,00 | 46.665.145,52 | 0,00 | 0,00 | 9.190.215,00 |
| 431695 | SANTA MARIA DO HERVAL | 24.296,61 | 6.144,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.441,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431697 | SANTA MARGARIDA DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431700 | SANTANA DA BOA VISTA | 220.000,00 | 80.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431710 | SANTANA DO LIVRAMENTO | 10.920.748,79 | 79.906,56 | 2.114.656,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.115.311,61 |
| 431720 | SANTA ROSA | 19.238.731,07 | 11.103.750,48 | 9.525.656,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.868.137,81 |
| 431725 | SANTA TEREZA | 14.132,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.132,38 |
| 431730 | SANTA VITORIA DO PALMAR | 1.804.108,07 | 279.807,33 | 885.985,26 | 0,00 | 0,00 | 2.415.365,66 | 0,00 | 0,00 | 554.535,00 |
| 431740 | SANTIAGO | 6.889.389,55 | 2.856.689,81 | 3.360.877,56 | 0,00 | 0,00 | 11.472.895,06 | 0,00 | 0,00 | 1.634.061,86 |
| 431750 | SANTO ANGELO | 8.285.595,15 | 3.046.603,47 | 7.476.360,70 | 0,00 | 0,00 | 16.770.704,32 | 0,00 | 0,00 | 2.037.855,00 |
| 431755 | SANTO ANTONIO DO PALMA | 2.941,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.941,20 |
| 431760 | SANTO ANTONIO DA PATRULHA | 4.437.585,99 | 735.371,77 | 286.608,00 | 0,00 | 0,00 | 4.962.405,76 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431770 | SANTO ANTONIO DAS MISSOES | 220.000,00 | 68.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 288.000,00 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431775 | SANTO ANTONIO DO PLANALTO | 2.700,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.700,00 |
| 431780 | SANTO AUGUSTO | 1.485.304,56 | 357.934,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.692.335,34 | 0,00 | 0,00 | 150.903,55 |
| 431790 | SANTO CRISTO | 1.434.709,32 | 211.612,89 | 723.616,78 | 0,00 | 0,00 | 2.192.868,49 | 0,00 | 0,00 | 177.070,50 |
| 431795 | SANTO EXPEDITO DO SUL | 35.220,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.220,06 |
| 431800 | SAO BORJA | 9.004.675,49 | 1.227.773,93 | 4.385.251,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.617.700,89 |
| 431805 | SAO DOMINGOS DO SUL | 157.745,16 | 41.836,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 195.525,70 | 0,00 | 0,00 | 4.056,30 |
| 431810 | SAO FRANCISCO DE ASSIS | 1.722.680,84 | 363.318,45 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 2.085.999,29 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431820 | SAO FRANCISCO DE PAULA | 738.113,23 | 164.267,57 | 416.520,00 | 0,00 | 0,00 | 821.740,81 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431830 | SAO GABRIEL | 4.650.514,20 | 1.947.418,07 | 2.352.088,66 | 0,00 | 0,00 | 7.691.869,15 | 0,00 | 0,00 | 1.258.151,79 |
| 431840 | SAO JERONIMO | 2.493.082,29 | 353.380,80 | 1.617.448,51 | 0,00 | 0,00 | 4.124.251,60 | 0,00 | 0,00 | 339.659,99 |
| 431842 | SAO JOAO DA URTIGA | 48.048,01 | 12.013,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.244,99 | 0,00 | 0,00 | 38.816,64 |
| 431843 | SAO JOAO DO POLESINE | 1.686,49 | 448,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.134,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431844 | SAO JORGE | 22.439,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.439,25 |
| 431845 | SAO JOSE DAS MISSOES | 1.195,86 | 307,11 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 91.502,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431846 | SAO JOSE DO HERVAL | 117.148,07 | 22.502,70 | 109.826,06 | 0,00 | 0,00 | 130.345,63 | 0,00 | 0,00 | 119.131,20 |
| 431848 | SAO JOSE DO HORTENCIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431849 | SAO JOSE DO INHACORA | 37.761,55 | 8.963,80 | 39.216,95 | 0,00 | 0,00 | 83.001,10 | 0,00 | 0,00 | 2.941,20 |
| 431850 | SAO JOSE DO NORTE | 2.510.913,68 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.668.413,68 |
| 431860 | SAO JOSE DO OURO | 467.614,13 | 124.472,11 | 481.843,45 | 0,00 | 0,00 | 858.403,46 | 0,00 | 0,00 | 215.526,24 |
| 431861 | SAO JOSE DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431862 | SAO JOSE DOS AUSENTES | 32.721,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.721,53 |
| 431870 | SAO LEOPOLDO | 17.177.624,84 | 11.028.703,36 | 6.064.104,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.270.432,19 |
| 431880 | SAO LOURENCO DO SUL | 6.332.472,57 | 869.675,81 | 3.834.813,96 | 0,00 | 0,00 | 8.325.442,33 | 0,00 | 0,00 | 2.711.520,00 |
| 431890 | SAO LUIZ GONZAGA | 3.612.748,57 | 920.359,39 | 2.670.549,24 | 0,00 | 0,00 | 6.052.962,20 | 0,00 | 0,00 | 1.150.695,00 |
| 431900 | SAO MARCOS | 1.407.926,50 | 46.363,47 | 575.395,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.029.685,94 |
| 431910 | SAO MARTINHO | 243.371,56 | 120.930,25 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 257.403,71 | 0,00 | 0,00 | 196.898,10 |
| 431912 | SAO MARTINHO DA SERRA | 1.466,06 | 393,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.859,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431915 | SAO MIGUEL DAS MISSOES | 150.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431920 | SAO NICOLAU | 12.949,58 | 3.296,51 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 16.246,09 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 431930 | SAO PAULO DAS MISSOES | 80.000,00 | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431935 | SAO PEDRO DA SERRA | 12.721,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.947,96 | 0,00 | 0,00 | 4.773,60 |
| 431936 | SAO PEDRO DAS MISSOES | 264,86 | 67,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 332,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431937 | SAO PEDRO DO BUTIA | 9.468,59 | 2.410,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.878,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431940 | SAO PEDRO DO SUL | 1.660.947,90 | 440.818,39 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 2.101.766,29 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431950 | SAO SEBASTIAO DO CAI | 1.653.157,73 | 216.778,90 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 1.869.936,63 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 431960 | SAO SEPE | 1.668.045,64 | 416.179,96 | 1.145.612,28 | 0,00 | 0,00 | 2.574.277,88 | 0,00 | 0,00 | 655.560,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 431970 | SAO VALENTIM | 60.133,66 | 15.304,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.438,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431971 | SAO VALENTIM DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431973 | SAO VALERIO DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 431975 | SAO VENDELINO | 3.825,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.825,77 |
| 431980 | SAO VICENTE DO SUL | 316.326,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 254.550,00 | 0,00 | 0,00 | 61.776,00 |
| 431990 | SAPIRANGA | 7.758.064,10 | 1.869.534,52 | 5.254.512,62 | 0,00 | 0,00 | 11.776.689,64 | 0,00 | 0,00 | 3.105.421,60 |
| 432000 | SAPUCAIA DO SUL | 22.379.020,47 | 1.435.762,74 | 1.195.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.010.283,21 |
| 432010 | SARANDI | 1.110.658,50 | 285.011,26 | 627.304,52 | 0,00 | 0,00 | 1.704.662,28 | 0,00 | 0,00 | 318.312,00 |
| 432020 | SEBERI | 869.675,45 | 85.195,87 | 822.571,35 | 0,00 | 0,00 | 1.079.264,67 | 0,00 | 0,00 | 698.178,00 |
| 432023 | SEDE NOVA | 4.056,30 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 94.056,30 |
| 432026 | SEGREDO | 140.000,00 | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432030 | SELBACH | 140.000,00 | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432032 | SENADOR SALGADO FILHO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432035 | SENTINELA DO SUL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432040 | SERAFINA CORREA | 925.529,86 | 231.382,48 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.314.412,33 |
| 432045 | SERIO | 128.399,43 | 0,00 | 51.600,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| 432050 | SERTAO | 763.423,31 | 102.468,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 809.893,84 | 0,00 | 0,00 | 55.997,64 |
| 432055 | SERTAO SANTANA | 44.218,04 | 11.254,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.472,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432057 | SETE DE SETEMBRO | 48.639,57 | 12.162,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.802,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432060 | SEVERIANO DE ALMEIDA | 441.737,36 | 66.653,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 465.245,19 | 0,00 | 0,00 | 43.146,00 |
| 432065 | SILVEIRA MARTINS | 1.318,44 | 329,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.648,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432067 | SINIMBU | 453.643,56 | 51.572,76 | 369.081,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 874.297,68 |
| 432070 | SOBRADINHO | 800.000,00 | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 960.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432080 | SOLEDADE | 3.681.291,27 | 679.211,58 | 1.072.615,65 | 0,00 | 0,00 | 4.772.543,81 | 0,00 | 0,00 | 660.574,68 |
| 432085 | TABAI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432090 | TAPEJARA | 1.748.061,34 | 273.036,74 | 1.430.709,72 | 0,00 | 0,00 | 2.954.647,81 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 432100 | TAPERA | 461.906,48 | 123.248,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 535.569,82 | 0,00 | 0,00 | 49.585,56 |
| 432110 | TAPES | 400.000,00 | 80.000,00 | 292.142,64 | 0,00 | 0,00 | 614.642,64 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 432120 | TAQUARA | 6.960.474,66 | 2.639.752,24 | 1.560.696,00 | 0,00 | 0,00 | 8.998.642,89 | 0,00 | 0,00 | 2.162.280,00 |
| 432130 | TAQUARI | 888.430,46 | 2.001.611,76 | 247.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.137.542,22 |
| 432132 | TAQUARUCU DO SUL | 85.000,00 | 14.000,00 | 32.765,71 | 0,00 | 0,00 | 131.765,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432135 | TAVARES | 175.506,44 | 44.582,79 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 220.089,23 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 432140 | TENENTE PORTELA | 4.830.832,87 | 802.337,51 | 1.932.691,88 | 0,00 | 0,00 | 6.930.102,26 | 0,00 | 0,00 | 635.760,00 |
| 432143 | TERRA DE AREIA | 198.150,57 | 50.432,65 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 248.583,22 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 432145 | TEUTONIA | 2.625.039,16 | 2.348.609,78 | 1.451.828,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.425.477,88 |
| 432146 | TIO HUGO | 23.521,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.521,50 |
| 432147 | TIRADENTES DO SUL | 45.252,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.252,00 |
| 432149 | TOROPI | 7.875,90 | 2.108,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.984,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432150 | TORRES | 7.519.328,71 | 1.251.523,73 | 3.404.310,85 | 0,00 | 0,00 | 11.132.003,28 | 0,00 | 0,00 | 1.043.160,00 |
| 432160 | TRAMANDAI | 30.523.222,45 | 7.388.335,03 | 4.516.200,59 | 0,00 | 0,00 | 38.627.223,08 | 0,00 | 0,00 | 3.800.535,00 |
| 432162 | TRAVESSEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432163 | TRES ARROIOS | 176.696,82 | 24.435,12 | 30.508,55 | 0,00 | 0,00 | 211.336,50 | 0,00 | 0,00 | 20.304,00 |
| 432166 | TRES CACHOEIRAS | 110.842,58 | 28.206,64 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 139.049,22 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 432170 | TRES COROAS | 708.225,35 | 180.415,82 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 888.641,18 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 432180 | TRES DE MAIO | 4.042.984,99 | 993.691,05 | 2.580.548,77 | 0,00 | 0,00 | 7.120.064,82 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 432183 | TRES FORQUILHAS | 7.075,72 | 1.793,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.868,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432185 | TRES PALMEIRAS | 31.536,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.536,00 |
| 432190 | TRES PASSOS | 5.453.202,24 | 1.284.264,54 | 1.913.461,24 | 0,00 | 0,00 | 7.941.062,02 | 0,00 | 0,00 | 709.866,00 |
| 432195 | TRINDADE DO SUL | 242.971,25 | 47.349,44 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 240.000,00 | 0,00 | 0,00 | 207.820,69 |
| 432200 | TRIUNFO | 1.465.384,15 | 227.634,93 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 1.693.019,08 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 432210 | TUCUNDUVA | 107.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 177.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432215 | TUNAS | 41.169,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.169,06 |
| 432218 | TUPANCI DO SUL | 2.067,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.067,30 |
| 432220 | TUPANCIRETA | 1.195.131,24 | 189.967,59 | 767.482,55 | 0,00 | 0,00 | 1.655.421,38 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |
| 432225 | TUPANDI | 13.405,43 | 3.407,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.813,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432230 | TUPARENDI | 139.808,71 | 113.738,68 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 253.547,39 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| 432232 | TURUCU | 71.885,29 | 18.293,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.178,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432234 | UBIRETAMA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432235 | UNIAO DA SERRA | 3.472,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.472,59 |
| 432237 | UNISTALDA | 1.769,11 | 463,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.232,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432240 | URUGUAIANA | 15.708.922,14 | 5.669.934,42 | 3.058.036,83 | 0,00 | 0,00 | 19.804.780,43 | 0,00 | 0,00 | 4.632.112,96 |
| 432250 | VACARIA | 6.157.022,75 | 2.332.344,47 | 2.400.927,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.890.294,39 |
| 432252 | VALE VERDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432253 | VALE DO SOL | 390.168,79 | 73.561,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 366.616,80 | 0,00 | 0,00 | 97.113,60 |
| 432254 | VALE REAL | 21.004,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.004,30 |
| 432255 | VANINI | 2.784,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.784,60 |
| 432260 | VENANCIO AIRES | 6.935.713,59 | 2.761.637,04 | 3.119.493,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.816.843,69 |
| 432270 | VERA CRUZ | 1.602.666,00 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 952.835,04 | 0,00 | 0,00 | 807.330,96 |
| 432280 | VERANOPOLIS | 1.790.951,90 | 763.620,31 | 764.579,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.319.151,34 |
| 432285 | VESPASIANO CORREA | 17.560,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.560,57 |
| 432290 | VIADUTOS | 300.000,00 | 60.000,00 | 107.768,60 | 0,00 | 0,00 | 467.768,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432300 | VIAMAO | 11.084.573,08 | 9.003.853,21 | 8.281.199,78 | 0,00 | 0,00 | 23.555.136,08 | 0,00 | 0,00 | 4.814.490,00 |
| 432310 | VICENTE DUTRA | 205.645,44 | 23.106,74 | 29.023,35 | 0,00 | 0,00 | 220.731,53 | 0,00 | 0,00 | 37.044,00 |
| 432320 | VICTOR GRAEFF | 52.764,04 | 13.683,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62.391,60 | 0,00 | 0,00 | 4.056,30 |
| 432330 | VILA FLORES | 19.835,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.835,88 |
| 432335 | VILA LANGARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432340 | VILA MARIA | 182.190,75 | 17.070,90 | 28.572,79 | 0,00 | 0,00 | 192.470,56 | 0,00 | 0,00 | 35.363,88 |
| 432345 | VILA NOVA DO SUL | 8.883,60 | 2.379,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 101.262,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432350 | VISTA ALEGRE | 20.412,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.412,00 |
| 432360 | VISTA ALEGRE DO PRATA | 973,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 973,11 |
| 432370 | VISTA GAUCHA | 100.000,00 | 10.000,00 | 11.722,01 | 0,00 | 0,00 | 121.722,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 432375 | VITORIA DAS MISSOES | 4.463,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.463,00 |
| 432377 | WESTFALIA | 7.159,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.159,34 |
| 432380 | XANGRI-LA | 200.463,53 | 70.000,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 270.463,53 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 |
| TOTAL FUNDO MUNICIPAL | | | | | | | | | | 1.798.719.345,18 |

## ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

| Gestão | Cód.IBGE - Nome do Município | Nome da Unidade | Código CNES | Número do Contrato | Data de Publicação do Extrato do Contrato | Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Municipal | 431440 - PELOTAS | Hospital da Fundação de Apoio Universitário | 2252694 | 22 | 05-01-2005 | 11.218.920,66 |
| Municipal | 431490 - PORTO ALEGRE | Hospital Nossa Sra. Conceição de Porto Alegre | 2237571 | 329 | 04-03-2005 | 54.358.862,88 |
| Municipal | 431490 - PORTO ALEGRE | Hospital de Clinicas de Porto Alegre | 2237601 | 2353 | 26-10-2004 | 51.208.448,58 |
| Municipal | 431490 - PORTO ALEGRE | Hospital Femina de Porto Alegre | 2265052 | 328 | 04-03-2005 | 10.659.844,32 |
| Municipal | 431490 - PORTO ALEGRE | Hospital Cristo Redentor de Porto Alegre | 2265060 | 327 | 04-03-2005 | 13.558.358,28 |
| Estadual | 431560 - RIO GRANDE | Hosp.Univesitário Dr. Miguel Corrêa Jr. | 2707675 | 65 | 01-01-2005 | 10.349.330,94 |
| Estadual | 431690 - SANTA MARIA | Hospital Universitário de Santa Maria | 2244306 | 23 | 05-01-2005 | 25.192.322,57 |
| TOTAL | | | | | | 176.546.088,23 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 1.488, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

Remaneja recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, do Grupo Terapia Renal Substitutiva - TRS, cobrados na APAC, sejam financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC;

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 10 de maio de 2016, que estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia;

Considerando a Portaria nº 1.830/GM/MS, de 11 de outubro de 2016, que estabelece recurso a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste de Procedimentos da Terapia Renal Substitutiva;

Considerando a Portaria nº 35/GM/MS, de 6 de janeiro de 2017, que estabelece recurso a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste de Procedimentos da Terapia Renal Substitutiva; e

Considerando o Ofício nº 323, de 25 de agosto de 2017, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso do limite financeiro anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, no montante anual de R$ 2.894.416,72 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos) da Gestão Estadual Saúde de Minas Gerais para o Município de Diamantina, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde de Diamantina (IBGE 312160), até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2017.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 1.490, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec. nº. 324/2017, de 28 de agosto de 2017 e a Deliberação CIB/MG nº. 2.538, de 30 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob Gestão Estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob Gestão dos Municípios, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Minas Gerais, referente ao Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 4.319.839.206,29, assim distribuídos:

| Destino | Valor Anual | Detalhamento |
|---|---|---|
| Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES | 832.133.585,53 | Anexo I |
| Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS | 3.324.121.653,44 | Anexo II |
| Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde | 163.583.967,32 | Anexo III |

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 18.235.800,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 79.451.001,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

| PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais) | |
|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS | VALOR |
| Limites Referentes aos recursos programados na SES | 68.952.870,48 |
| Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual | 753.321.084,37 |
| Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES | 9.859.630,68 |
| Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-) | 0,00 |
| VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | 832.133.585,53 |

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

| PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais) | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IBGE | Município | Assistência Ambulatorial e Hospitalar | | Incentivos permanentes de custeio * | Ajustes | Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES | Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual | Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde | Valores recebidos de outras UFs | Total |
| | | Próprio | Referenciado | | | | | | | |
| 310010 | ABADIA DOS DOURADOS | 213.832,18 | 3.663,27 | 235.521,80 | 0,00 | 0,00 | 363.017,25 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310020 | ABAETE | 682.385,91 | 111.122,77 | 336.606,60 | 0,00 | 0,00 | 1.130.115,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310030 | ABRE CAMPO | 386.288,29 | 1.566.148,43 | 2.102.595,09 | 0,00 | 0,00 | 3.625.371,81 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 310040 | ACAIACA | 6.931,34 | 119,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.051,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310050 | ACUCENA | 96.072,04 | 767,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 96.839,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310060 | AGUA BOA | 637.191,71 | 33.867,31 | 60.000,00 | 136,51 | 0,00 | 671.195,53 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 310070 | AGUA COMPRIDA | 7.650,78 | 180,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.831,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310080 | AGUANIL | 11.610,27 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.611,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310090 | AGUAS FORMOSAS | 834.658,22 | 841.254,01 | 1.944.598,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.620.511,08 |
| 310100 | AGUAS VERMELHAS | 581.783,78 | 89.332,90 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.010.776,68 |
| 310110 | AIMORES | 906.201,57 | 162.751,77 | 841.152,76 | 0,00 | 0,00 | 1.570.446,10 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 310120 | AIURUOCA | 298.460,13 | 574.962,79 | 247.500,00 | 2.800,06 | 0,00 | 1.033.722,98 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310130 | ALAGOA | 66.944,44 | 2.399,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69.343,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310140 | ALBERTINA | 5.718,09 | 86,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.804,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310150 | ALEM PARAIBA | 1.553.638,96 | 1.502.072,71 | 4.154.227,83 | 18.502,86 | 0,00 | 6.641.232,32 | 0,00 | 0,00 | 587.210,04 |
| 310160 | ALFENAS | 4.510.001,41 | 38.588.049,93 | 20.837.437,53 | 606.837,80 | 0,00 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 63.922.826,67 |
| 310163 | ALFREDO VASCONCELOS | 16.031,09 | 255,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.286,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310170 | ALMENARA | 1.933.994,82 | 1.333.806,52 | 1.714.856,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.982.657,88 |
| 310180 | ALPERCATA | 7.858,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.858,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310190 | ALPINOPOLIS | 686.469,54 | 72.681,00 | 339.660,00 | 0,72 | 0,00 | 759.151,26 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 310200 | ALTEROSA | 363.985,95 | 5.120,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 369.106,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310205 | ALTO CAPARAO | 40.530,53 | 376,75 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 40.907,28 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310210 | ALTO RIO DOCE | 301.600,20 | 4.025,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 305.625,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310220 | ALVARENGA | 16.552,08 | 342,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.894,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310230 | ALVINOPOLIS | 496.365,97 | 48.001,77 | 333.231,79 | 0,00 | 0,00 | 877.599,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310240 | ALVORADA DE MINAS | 15.113,71 | 716,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.830,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310250 | AMPARO DO SERRA | 7.803,78 | 38,36 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.842,14 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310260 | ANDRADAS | 1.407.085,03 | 884.256,22 | 1.367.214,31 | 0,00 | 0,00 | 2.958.895,56 | 0,00 | 0,00 | 699.660,00 |
| 310270 | CACHOEIRA DE PAJEU | 261.135,70 | 17.739,64 | 489.460,73 | 0,00 | 0,00 | 338.676,07 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 310280 | ANDRELANDIA | 409.466,33 | 119.639,58 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 686.605,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 310285 | ANGELANDIA | 74.421,86 | 493,92 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 74.915,78 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310290 | ANTONIO CARLOS | 236.324,68 | 6.344,89 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 332.669,57 |
| 310300 | ANTONIO DIAS | 28.618,06 | 1.466,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.084,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310310 | ANTONIO PRADO DE MINAS | 3.908,79 | 173,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.082,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310320 | ARACAI | 2.753,15 | 192,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.946,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310330 | ARACITABA | 9.194,35 | 3.516,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.710,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310340 | ARACUAI | 1.813.403,73 | 1.760.643,08 | 2.881.416,96 | 2.327,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.457.791,16 |
| 310350 | ARAGUARI | 5.303.587,37 | 4.251.072,43 | 4.509.855,12 | 117.710,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.182.225,65 |
| 310360 | ARANTINA | 5.861,99 | 181,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.043,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310370 | ARAPONGA | 34.008,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.008,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310375 | ARAPORA | 226.640,69 | 104,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 226.744,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310380 | ARAPUA | 30.184,77 | 23,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.208,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310390 | ARAUJOS | 101.847,04 | 344.526,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 446.373,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310400 | ARAXA | 5.269.168,40 | 5.402.776,82 | 4.995.558,57 | 134.378,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.801.882,43 |
| 310410 | ARCEBURGO | 124.321,27 | 331,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 124.652,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310420 | ARCOS | 1.208.789,90 | 20.598,56 | 857.220,36 | 0,37 | 0,00 | 1.656.949,19 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 310430 | AREADO | 340.761,94 | 15,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 340.777,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310440 | ARGIRITA | 7.005,18 | 2,22 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.007,40 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 310445 | ARICANDUVA | 46.079,40 | 374,02 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 46.453,42 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310450 | ARINOS | 619.195,16 | 73.058,48 | 187.562,49 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 879.816,50 |
| 310460 | ASTOLFO DUTRA | 92.789,12 | 7.809,69 | 587.160,00 | 0,00 | 0,00 | 258.098,81 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 310470 | ATALEIA | 442.335,77 | 124.482,61 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 566.818,38 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310480 | AUGUSTO DE LIMA | 41.923,87 | 328,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.252,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310490 | BAEPENDI | 754.568,89 | 1.506.499,31 | 2.285.436,62 | 2.358,88 | 0,00 | 4.548.863,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310500 | BALDIM | 60.963,77 | 958,32 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 61.922,09 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 310510 | BAMBUI | 1.045.220,82 | 429.386,40 | 3.201.487,98 | 0,00 | 0,00 | 4.336.435,20 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 310520 | BANDEIRA | 56.107,41 | 90,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.198,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310530 | BANDEIRA DO SUL | 72.541,67 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 72.542,93 |
| 310540 | BARAO DE COCAIS | 1.130.044,04 | 23.749,81 | 429.360,00 | 10,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.583.164,41 |
| 310550 | BARAO DE MONTE ALTO | 59.938,04 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 59.938,04 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310560 | BARBACENA | 7.860.092,45 | 31.799.702,63 | 23.020.478,56 | 991.159,78 | 8.186.942,44 | 19.285,00 | 0,00 | 0,00 | 55.465.205,98 |
| 310570 | BARRA LONGA | 17.483,92 | 487,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.971,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310590 | BARROSO | 804.523,84 | 273.025,80 | 890.566,59 | 0,37 | 0,00 | 1.968.116,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310600 | BELA VISTA DE MINAS | 72.081,43 | 1.411,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.492,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310610 | BELMIRO BRAGA | 6.044,06 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.044,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310620 | BELO HORIZONTE | 167.299.789,22 | 484.363.169,82 | 520.583.117,30 | 16.164.786,08 | 0,00 | 1.526.673,98 | 61.993.964,04 | 0,00 | 1.124.890.224,40 |
| 310630 | BELO ORIENTE | 549.726,05 | 28.401,48 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 917.787,53 |
| 310640 | BELO VALE | 214.462,02 | 60.230,28 | 224.642,64 | 0,00 | 0,00 | 409.334,94 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310650 | BERILO | 537.206,94 | 108.194,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 645.401,27 |
| 310660 | BERTOPOLIS | 5.171,35 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.271,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310665 | BERIZAL | 37.714,27 | 533,88 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 188.248,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310670 | BETIM | 23.354.660,07 | 20.172.541,40 | 35.048.441,65 | 428.568,06 | 0,00 | 2.963.532,00 | 0,00 | 0,00 | 76.040.679,18 |
| 310680 | BIAS FORTES | 23.911,65 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.912,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310690 | BICAS | 423.963,25 | 309.152,61 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 890.615,86 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 310700 | BIQUINHAS | 28.197,25 | 40,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.238,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310710 | BOA ESPERANCA | 1.634.634,37 | 36.129,26 | 1.378.546,91 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 2.891.810,54 |
| 310720 | BOCAINA DE MINAS | 40.672,63 | 447,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.119,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310730 | BOCAIUVA | 1.713.927,16 | 632.051,61 | 1.236.305,28 | 0,00 | 0,00 | 2.765.264,05 | 0,00 | 0,00 | 817.020,00 |
| 310740 | BOM DESPACHO | 2.051.621,23 | 355.951,96 | 2.396.084,89 | 49,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.803.707,16 |
| 310750 | BOM JARDIM DE MINAS | 195.786,75 | 144.759,00 | 157.500,00 | 6,30 | 0,00 | 498.052,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310760 | BOM JESUS DA PENHA | 64.003,94 | 5.572,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69.576,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310770 | BOM JESUS DO AMPARO | 26.425,45 | 363,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.789,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310780 | BOM JESUS DO GALHO | 536.658,96 | 521.776,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.058.435,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310790 | BOM REPOUSO | 111.854,14 | 818,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.672,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310800 | BOM SUCESSO | 567.656,77 | 234.730,95 | 803.801,27 | 0,37 | 0,00 | 1.266.529,36 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 310810 | BONFIM | 58.301,23 | 4.381,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62.682,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310820 | BONFINOPOLIS DE MINAS | 79.737,91 | 4.026,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.764,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310825 | BONITO DE MINAS | 34.048,01 | 1.709,25 | 240.000,00 | 0,00 | 0,00 | 185.757,26 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310830 | BORDA DA MATA | 201.367,92 | 19.194,34 | 304.103,76 | 0,00 | 0,00 | 524.666,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310840 | BOTELHOS | 358.187,24 | 8.475,42 | 96.000,00 | 0,00 | 0,00 | 462.662,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310850 | BOTUMIRIM | 39.561,96 | 398,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.960,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310855 | BRASILANDIA DE MINAS | 162.329,46 | 3,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162.333,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310860 | BRASILIA DE MINAS | 1.563.923,13 | 4.577.962,61 | 8.095.383,84 | 162.426,70 | 0,00 | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.919.696,28 |
| 310870 | BRAS PIRES | 25.890,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.890,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310880 | BRAUNAS | 41.827,21 | 1.306,70 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 43.133,91 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310890 | BRASOPOLIS | 313.844,16 | 347,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 314.191,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310900 | BRUMADINHO | 1.174.697,51 | 154.524,71 | 2.767.866,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.097.088,27 |
| 310910 | BUENO BRANDAO | 324.695,47 | 36.727,73 | 201.963,96 | 0,00 | 0,00 | 563.387,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310920 | BUENOPOLIS | 82.631,01 | 985,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.616,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310925 | BUGRE | 14.022,30 | 300,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14.322,30 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 310930 | BURITIS | 918.775,46 | 150.665,68 | 546.020,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.615.461,63 |
| 310940 | BURITIZEIRO | 513.143,71 | 13.091,97 | 566.100,00 | 0,37 | 0,00 | 526.236,05 | 0,00 | 0,00 | 566.100,00 |
| 310945 | CABECEIRA GRANDE | 54.874,53 | 539,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.414,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310950 | CABO VERDE | 431.124,55 | 78.085,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 509.209,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310960 | CACHOEIRA DA PRATA | 33.286,66 | 1.344,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.631,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310970 | CACHOEIRA DE MINAS | 22.328,19 | 1.315,71 | 234.518,12 | 0,00 | 0,00 | 258.162,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310980 | CACHOEIRA DOURADA | 37.271,51 | 766,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.037,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 310990 | CAETANOPOLIS | 284.299,83 | 435.577,38 | 201.963,96 | 0,00 | 0,00 | 921.841,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311000 | CAETE | 1.389.143,61 | 188.687,63 | 2.851.733,38 | 0,00 | 0,00 | 4.089.904,62 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311010 | CAIANA | 48.777,12 | 33,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.810,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311020 | CAJURI | 9.460,64 | 1,59 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.462,23 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311030 | CALDAS | 510.733,46 | 28.604,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 539.338,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311040 | CAMACHO | 27.296,58 | 140,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.437,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311050 | CAMANDUCAIA | 736.276,50 | 102.799,09 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 839.075,59 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311060 | CAMBUI | 1.116.185,69 | 997.070,51 | 1.325.200,83 | 0,37 | 0,00 | 3.098.797,40 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311070 | CAMBUQUIRA | 410.641,59 | 33.078,00 | 172.975,15 | 8,69 | 0,00 | 616.703,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311080 | CAMPANARIO | 8.418,21 | 543,65 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.961,86 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 311090 | CAMPANHA | 474.103,20 | 40.678,61 | 547.544,23 | 0,00 | 0,00 | 722.666,04 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311100 | CAMPESTRE | 863.293,87 | 57.007,32 | 98.895,79 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.019.197,35 |
| 311110 | CAMPINA VERDE | 794.652,79 | 2.126,73 | 303.052,75 | 0,00 | 0,00 | 1.099.832,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311115 | CAMPO AZUL | 7.975,76 | 521,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.497,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311120 | CAMPO BELO | 2.565.021,23 | 2.268.020,97 | 6.115.590,92 | 119.093,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.067.726,17 |
| 311130 | CAMPO DO MEIO | 268.933,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 268.933,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311140 | CAMPO FLORIDO | 27.625,19 | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.835,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311150 | CAMPOS ALTOS | 411.008,89 | 10.318,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 421.327,18 |
| 311160 | CAMPOS GERAIS | 1.023.550,98 | 151.005,38 | 1.245.868,79 | 0,00 | 0,00 | 2.080.765,15 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311170 | CANAA | 15.462,82 | 24,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.487,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311180 | CANAPOLIS | 399.844,26 | 49.328,40 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 449.172,66 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311190 | CANA VERDE | 23.828,09 | 1,89 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 23.829,98 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311200 | CANDEIAS | 405.143,81 | 8.814,08 | 632.040,56 | 0,00 | 0,00 | 616.338,45 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 311205 | CANTAGALO | 4.442,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.442,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311210 | CAPARAO | 41.384,76 | 415,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.799,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311220 | CAPELA NOVA | 34.282,08 | 720,40 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 35.002,48 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311230 | CAPELINHA | 1.583.244,01 | 346.686,02 | 744.542,64 | 0,37 | 0,00 | 2.274.813,04 | 0,00 | 0,00 | 399.660,00 |
| 311240 | CAPETINGA | 126.119,97 | 997,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 127.117,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311250 | CAPIM BRANCO | 83.430,26 | 4.848,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.278,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311260 | CAPINOPOLIS | 474.044,31 | 25.699,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 499.744,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311265 | CAPITAO ANDRADE | 5.785,98 | 475,28 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.261,26 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 311270 | CAPITAO ENEAS | 237.814,67 | 2.471,45 | 489.660,00 | 0,00 | 0,00 | 390.286,12 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311280 | CAPITOLIO | 222.249,51 | 994,96 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 223.244,47 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311290 | CAPUTIRA | 92.051,29 | 3.434,99 | 0,00 | 129,15 | 0,00 | 95.615,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311300 | CARAI | 815.794,76 | 12.828,53 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.258.283,29 |
| 311310 | CARANAIBA | 26.122,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.122,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311320 | CARANDAI | 765.346,85 | 197.543,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 962.889,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311330 | CARANGOLA | 1.864.360,06 | 9.923.577,98 | 16.289.986,35 | 91.147,04 | 0,00 | 26.726.491,43 | 0,00 | 0,00 | 1.442.580,00 |
| 311340 | CARATINGA | 3.958.303,89 | 6.353.720,41 | 4.557.427,70 | 227.174,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.096.626,17 |
| 311350 | CARBONITA | 201.157,41 | 60,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 201.217,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311360 | CAREACU | 149.348,16 | 36.962,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 186.310,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311370 | CARLOS CHAGAS | 789.586,44 | 46.577,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 836.164,11 |
| 311380 | CARMESIA | 9.045,04 | 77,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.122,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311390 | CARMO DA CACHOEIRA | 340.448,76 | 8.828,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 349.277,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311400 | CARMO DA MATA | 115.395,76 | 205,99 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 115.601,75 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311410 | CARMO DE MINAS | 362.070,79 | 26.034,55 | 266.120,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 654.226,31 |
| 311420 | CARMO DO CAJURU | 189.191,59 | 12.850,65 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 202.042,24 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311430 | CARMO DO PARANAIBA | 1.305.245,59 | 152.051,06 | 2.453.998,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.911.294,97 |
| 311440 | CARMO DO RIO CLARO | 729.079,43 | 36.672,69 | 353.815,63 | 12,86 | 0,00 | 1.119.580,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311450 | CARMOPOLIS DE MINAS | 349.585,72 | 24.115,66 | 60.000,00 | 0,37 | 0,00 | 373.701,75 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 311455 | CARNEIRINHO | 132.473,34 | 8.661,89 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 141.135,23 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311460 | CARRANCAS | 102.589,50 | 9.718,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.307,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311470 | CARVALHOPOLIS | 3.940,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.940,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311480 | CARVALHOS | 57.565,62 | 3.583,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.148,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311490 | CASA GRANDE | 3.913,01 | 150,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.063,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311500 | CASCALHO RICO | 6.797,36 | 85,36 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.882,72 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311510 | CASSIA | 778.589,91 | 633.233,60 | 1.325.274,06 | 34,95 | 0,00 | 2.307.472,52 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 311520 | CONCEICAO DA BARRA DE MINAS | 31.497,29 | 770,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.267,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311530 | CATAGUASES | 3.801.546,51 | 4.235.797,74 | 5.642.349,82 | 141.316,53 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 13.663.510,60 |
| 311535 | CATAS ALTAS | 58.187,92 | 1.415,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 59.603,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311540 | CATAS ALTAS DA NORUEGA | 20.843,22 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.343,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311545 | CATUJI | 28.333,12 | 415,80 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 28.748,92 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311547 | CATUTI | 10.522,51 | 1.038,83 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.561,34 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311550 | CAXAMBU | 897.917,54 | 75.573,56 | 713.423,22 | 115,92 | 0,00 | 1.687.030,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311560 | CEDRO DO ABAETE | 6.195,94 | 69,13 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.265,07 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 311570 | CENTRAL DE MINAS | 211.294,17 | 112.211,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 323.505,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311580 | CENTRALINA | 174.635,57 | 1.390,63 | 186.000,00 | 0,00 | 0,00 | 272.026,20 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311590 | CHACARA | 15.928,68 | 13,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.942,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311600 | CHALE | 45.021,43 | 26,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.048,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311610 | CHAPADA DO NORTE | 186.276,82 | 1.194,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.470,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311615 | CHAPADA GAUCHA | 261.161,89 | 10.450,78 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 361.612,67 |
| 311620 | CHIADOR | 17.184,25 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.184,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311630 | CIPOTANEA | 158.456,32 | 928,74 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 159.385,06 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 311640 | CLARAVAL | 81.742,03 | 1.465,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.207,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311650 | CLARO DOS POCOES | 23.619,82 | 635,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.255,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311660 | CLAUDIO | 960.329,60 | 65.871,46 | 881.190,96 | 0,37 | 0,00 | 1.567.732,39 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 311670 | COIMBRA | 24.812,05 | 698,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.510,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311680 | COLUNA | 382.059,67 | 80.167,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 462.226,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311690 | COMENDADOR GOMES | 6.511,64 | 170,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.682,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311700 | COMERCINHO | 61.509,50 | 4.342,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.852,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311710 | CONCEICAO DA APARECIDA | 320.354,47 | 59,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 320.413,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311720 | CONCEICAO DAS PEDRAS | 21.508,32 | 2,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.510,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311730 | CONCEICAO DAS ALAGOAS | 863.863,62 | 163.655,63 | 47.750,00 | 7,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.075.276,54 |
| 311740 | CONCEICAO DE IPANEMA | 48.143,67 | 15.648,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 63.792,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311750 | CONCEICAO DO MATO DENTRO | 322.329,38 | 29.426,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 351.755,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311760 | CONCEICAO DO PARA | 26.270,44 | 407,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.677,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311770 | CONCEICAO DO RIO VERDE | 425.509,80 | 68,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 425.577,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311780 | CONCEICAO DOS OUROS | 78.269,74 | 4.238,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82.508,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311783 | CONEGO MARINHO | 13.000,78 | 4,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.004,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311787 | CONFINS | 32.263,32 | 538,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.801,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311790 | CONGONHAL | 83.981,28 | 59,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 84.040,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311800 | CONGONHAS | 2.158.262,84 | 327.495,26 | 3.836.868,78 | 0,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.322.627,63 |
| 311810 | CONGONHAS DO NORTE | 30.103,64 | 325,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.428,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311820 | CONQUISTA | 121.763,75 | 652,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122.416,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311830 | CONSELHEIRO LAFAIETE | 5.814.183,26 | 4.489.795,37 | 7.580.277,48 | 205.887,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.090.143,94 |
| 311840 | CONSELHEIRO PENA | 911.201,49 | 96.415,52 | 339.660,00 | 220,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.347.497,38 |
| 311850 | CONSOLACAO | 1.783,42 | 2,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.785,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311860 | CONTAGEM | 26.154.707,20 | 12.439.156,82 | 36.096.011,49 | 752.928,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.442.804,03 |
| 311870 | COQUEIRAL | 147.523,70 | 14.819,77 | 260.125,62 | 0,00 | 0,00 | 422.469,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311880 | CORACAO DE JESUS | 1.165.947,06 | 1.002.419,12 | 700.860,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.719.226,18 |
| 311890 | CORDISBURGO | 29.149,95 | 3.780,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.930,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311900 | CORDISLANDIA | 9.807,29 | 156,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.963,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311910 | CORINTO | 318.741,07 | 9.713,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 328.454,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311920 | COROACI | 66.457,44 | 14.844,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 81.301,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311930 | COROMANDEL | 1.158.215,12 | 31.090,37 | 639.976,02 | 18,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.829.300,46 |
| 311940 | CORONEL FABRICIANO | 3.437.686,53 | 1.994.597,20 | 4.171.329,59 | 12.143,19 | 0,00 | 240.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.375.756,51 |
| 311950 | CORONEL MURTA | 87.873,46 | 2.372,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.245,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311960 | CORONEL PACHECO | 1.884,11 | 226,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.110,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311970 | CORONEL XAVIER CHAVES | 27.439,49 | 43,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.482,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311980 | CORREGO DANTA | 38.216,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.216,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311990 | CORREGO DO BOM JESUS | 7.063,65 | 376,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.440,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 311995 | CORREGO FUNDO | 72.772,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 72.772,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312000 | CORREGO NOVO | 5.967,36 | 3,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.971,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312010 | COUTO DE MAGALHAES DE MINAS | 33.023,65 | 4,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.028,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312015 | CRISOLITA | 9.769,27 | 101,38 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.870,65 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312020 | CRISTAIS | 366.357,60 | 20.103,17 | 550.396,64 | 0,00 | 0,00 | 846.857,41 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312030 | CRISTALIA | 38.881,44 | 910,17 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 189.791,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312040 | CRISTIANO OTONI | 18.246,16 | 408,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.654,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312050 | CRISTINA | 457.949,59 | 28.994,68 | 96.000,00 | 0,00 | 0,00 | 582.944,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312060 | CRUCILANDIA | 37.437,18 | 2.978,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.416,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312070 | CRUZEIRO DA FORTALEZA | 15.727,21 | 29,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.757,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312080 | CRUZILIA | 695.509,58 | 126.936,19 | 882.175,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.704.621,76 |
| 312083 | CUPARAQUE | 34.582,72 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 34.582,72 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312087 | CURRAL DE DENTRO | 68.505,73 | 1.341,27 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 69.847,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312090 | CURVELO | 3.605.775,80 | 5.223.006,42 | 4.925.474,88 | 156.842,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.911.099,50 |
| 312100 | DATAS | 33.562,38 | 252,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.815,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312110 | DELFIM MOREIRA | 14.735,35 | 40,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.775,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312120 | DELFINOPOLIS | 235.408,50 | 4.997,27 | 247.500,00 | 0,00 | 0,00 | 397.905,77 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312125 | DELTA | 83.513,09 | 3.593,33 | 0,00 | 6,30 | 0,00 | 87.112,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312130 | DESCOBERTO | 10.650,20 | 3.805,96 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14.456,16 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312140 | DESTERRO DE ENTRE RIOS | 62.304,59 | 32,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62.337,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312150 | DESTERRO DO MELO | 27.123,31 | 214,19 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.337,50 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312160 | DIAMANTINA | 2.377.222,98 | 15.874.136,45 | 15.474.629,21 | 361.128,56 | 0,00 | 63.400,00 | 0,00 | 0,00 | 34.023.717,20 |
| 312170 | DIOGO DE VASCONCELOS | 14.499,48 | 4,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.503,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312180 | DIONISIO | 73.654,82 | 602,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74.257,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312190 | DIVINESIA | 14.948,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.948,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312200 | DIVINO | 744.168,69 | 302.883,98 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.047.052,67 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 312210 | DIVINO DAS LARANJEIRAS | 133.349,92 | 81,78 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 133.431,70 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312220 | DIVINOLANDIA DE MINAS | 62.885,20 | 254,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 63.139,66 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 312230 | DIVINOPOLIS | 11.428.661,25 | 34.668.287,29 | 17.777.723,62 | 1.496.496,56 | 0,00 | 512,05 | 0,00 | 0,00 | 65.370.656,67 |
| 312235 | DIVISA ALEGRE | 53.294,34 | 411,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.706,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312240 | DIVISA NOVA | 29.937,45 | 50,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.987,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312245 | DIVISOPOLIS | 255.153,92 | 639,31 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 255.793,23 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 312247 | DOM BOSCO | 35.208,44 | 109,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.318,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312250 | DOM CAVATI | 10.632,00 | 381,46 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.013,46 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312260 | DOM JOAQUIM | 126.406,44 | 2.810,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 129.217,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312270 | DOM SILVERIO | 138.029,72 | 70.149,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 208.179,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312280 | DOM VICOSO | 29.429,33 | 606,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.035,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312290 | DONA EUZEBIA | 15.374,38 | 1.259,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.633,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312300 | DORES DE CAMPOS | 101.417,38 | 631,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 102.048,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312310 | DORES DE GUANHAES | 31.265,21 | 412,73 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 31.677,94 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312320 | DORES DO INDAIA | 427.685,71 | 60.069,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 487.755,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312330 | DORES DO TURVO | 32.509,77 | 20,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.529,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312340 | DORESOPOLIS | 8.015,16 | 2,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.017,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312350 | DOURADOQUARA | 18.709,88 | 52,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.762,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312352 | DURANDE | 13.844,31 | 1,89 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.846,20 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312360 | ELOI MENDES | 951.899,09 | 292.513,76 | 453.926,88 | 27,91 | 0,00 | 1.358.707,64 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 312370 | ENGENHEIRO CALDAS | 97.478,37 | 64.334,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 161.813,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312380 | ENGENHEIRO NAVARRO | 66.242,72 | 585,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.827,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312385 | ENTRE FOLHAS | 14.631,21 | 855,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.486,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312390 | ENTRE RIOS DE MINAS | 534.379,92 | 252.640,41 | 431.722,68 | 15,75 | 0,00 | 1.218.758,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312400 | ERVALIA | 564.879,58 | 29.629,41 | 1.182.362,64 | 0,00 | 0,00 | 886.651,63 | 0,00 | 0,00 | 890.220,00 |
| 312410 | ESMERALDAS | 1.649.918,61 | 22.056,12 | 458.460,00 | 0,00 | 0,00 | 1.671.974,73 | 0,00 | 0,00 | 458.460,00 |
| 312420 | ESPERA FELIZ | 686.890,17 | 96.741,07 | 1.201.799,93 | 0,00 | 0,00 | 1.555.771,17 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 312430 | ESPINOSA | 1.398.664,12 | 57.264,83 | 157.500,00 | 0,37 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.455.929,32 |
| 312440 | ESPIRITO SANTO DO DOURADO | 14.320,53 | 341,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.661,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312450 | ESTIVA | 188.005,82 | 16,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 188.021,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312460 | ESTRELA DALVA | 31.348,52 | 1.309,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.657,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312470 | ESTRELA DO INDAIA | 130.503,40 | 28.476,16 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 158.979,56 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312480 | ESTRELA DO SUL | 84.696,06 | 406,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 85.102,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312490 | EUGENOPOLIS | 394.336,67 | 26.548,54 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 420.885,21 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 312500 | EWBANK DA CAMARA | 4.885,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.885,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312510 | EXTREMA | 1.035.925,40 | 1.513.588,06 | 1.190.402,88 | 98.186,11 | 0,00 | 3.438.442,45 | 0,00 | 0,00 | 399.660,00 |
| 312520 | FAMA | 2.644,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.644,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312530 | FARIA LEMOS | 17.250,34 | 548,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.798,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312540 | FELICIO DOS SANTOS | 33.705,92 | 409,63 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 34.115,55 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312550 | SAO GONCALO DO RIO PRETO | 32.892,35 | 152,33 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 33.044,68 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312560 | FELISBURGO | 257.594,23 | 276.413,27 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 534.007,50 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312570 | FELIXLANDIA | 152.491,76 | 6.101,86 | 491.792,43 | 0,00 | 0,00 | 310.726,05 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 312580 | FERNANDES TOURINHO | 4.236,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.236,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312590 | FERROS | 271.440,48 | 26.778,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 298.218,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312595 | FERVEDOURO | 224.969,15 | 9.079,86 | 247.500,00 | 0,00 | 0,00 | 391.549,01 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312600 | FLORESTAL | 64.839,79 | 1.135,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.975,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312610 | FORMIGA | 2.533.216,01 | 7.361.317,98 | 2.453.905,47 | 201.126,20 | 0,00 | 11.967.730,66 | 0,00 | 0,00 | 581.835,00 |
| 312620 | FORMOSO | 76.460,33 | 6,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76.466,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312630 | FORTALEZA DE MINAS | 60.409,37 | 1.689,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62.098,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312640 | FORTUNA DE MINAS | 4.430,21 | 1,59 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.431,80 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 312650 | FRANCISCO BADARO | 102.309,75 | 1.484,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 103.793,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312660 | FRANCISCO DUMONT | 11.183,74 | 654,32 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 161.838,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312670 | FRANCISCO SA | 1.199.025,25 | 564.066,39 | 2.259.660,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.872.751,64 |
| 312675 | FRANCISCOPOLIS | 41.876,59 | 304,77 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 42.181,36 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312680 | FREI GASPAR | 24.847,61 | 674,81 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.522,42 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312690 | FREI INOCENCIO | 289.247,31 | 29.514,61 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 378.761,92 |
| 312695 | FREI LAGONEGRO | 5.570,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.570,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312700 | FRONTEIRA | 219.657,51 | 1.167,51 | 0,00 | 16,17 | 0,00 | 220.841,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312705 | FRONTEIRA DOS VALES | 5.382,20 | 26,91 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.409,11 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312707 | FRUTA DE LEITE | 39.886,98 | 396,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.283,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312710 | FRUTAL | 2.332.322,06 | 1.219.035,16 | 885.320,08 | 71,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.436.749,00 |
| 312720 | FUNILANDIA | 15.993,09 | 595,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.588,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312730 | GALILEIA | 96.421,72 | 15.209,71 | 0,00 | 9,45 | 0,00 | 111.640,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312733 | GAMELEIRAS | 19.499,06 | 721,59 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 170.220,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312735 | GLAUCILANDIA | 5.055,37 | 2,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.057,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312737 | GOIABEIRA | 15.364,20 | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.364,20 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 312738 | GOIANA | 7.531,86 | 1,26 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 165.033,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312740 | GONCALVES | 7.980,00 | 16,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.996,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312750 | GONZAGA | 40.650,83 | 115,90 | 60.650,04 | 0,00 | 0,00 | 40.766,73 | 0,00 | 0,00 | 60.650,04 |
| 312760 | GOUVEA | 385.065,34 | 87.319,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 472.385,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312770 | GOVERNADOR VALADARES | 15.336.046,83 | 66.875.960,40 | 15.335.795,07 | 1.593.920,36 | 0,00 | 242.550,00 | 0,00 | 0,00 | 98.899.172,66 |
| 312780 | GRAO MOGOL | 453.043,06 | 221.566,10 | 1.146.571,39 | 0,00 | 0,00 | 1.323.120,55 | 0,00 | 0,00 | 498.060,00 |
| 312790 | GRUPIARA | 11.368,53 | 2,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.370,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312800 | GUANHAES | 1.398.100,99 | 1.747.833,02 | 1.161.899,34 | 5,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.307.839,17 |
| 312810 | GUAPE | 453.574,91 | 946,84 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 612.021,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312820 | GUARACIABA | 284.850,32 | 57.219,09 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 342.069,41 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 312825 | GUARACIAMA | 9.168,95 | 337,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.506,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312830 | GUARANESIA | 584.065,54 | 26.348,92 | 395.971,96 | 0,00 | 0,00 | 1.006.386,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312840 | GUARANI | 315.158,15 | 64.502,04 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 379.660,19 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 312850 | GUARARA | 7.703,31 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.704,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312860 | GUARDA-MOR | 189.706,91 | 23.025,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 212.732,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312870 | GUAXUPE | 2.120.437,98 | 1.914.038,07 | 3.143.514,62 | 125.368,95 | 0,00 | 6.963.699,62 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 312880 | GUIDOVAL | 59.438,99 | 2.069,25 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 61.508,24 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312890 | GUIMARANIA | 80.062,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.062,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312900 | GUIRICEMA | 94.368,48 | 5.975,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.344,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312910 | GURINHATA | 163.449,88 | 454,08 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 163.903,96 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312920 | HELIODORA | 53.502,70 | 196,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.699,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312930 | IAPU | 110.351,91 | 24.302,42 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 134.654,33 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312940 | IBERTIOGA | 208.534,85 | 180.232,38 | 421.876,72 | 7,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 810.650,98 |
| 312950 | IBIA | 891.535,49 | 40.748,12 | 482.303,82 | 0,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.414.587,81 |
| 312960 | IBIAI | 4.588,07 | 1.009,58 | 240.000,00 | 0,00 | 0,00 | 155.597,65 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312965 | IBIRACATU | 18.301,45 | 391,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.692,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 312970 | IBIRACI | 308.846,02 | 973,02 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 309.819,04 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 312980 | IBIRITE | 4.309.818,77 | 796.125,74 | 8.360.312,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.466.257,15 |
| 312990 | IBITIURA DE MINAS | 2.244,78 | 3,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.247,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313000 | IBITURUNA | 3.573,78 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.574,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313005 | ICARAI DE MINAS | 34.386,61 | 6.000,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.387,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313010 | IGARAPE | 443.556,03 | 10.178,20 | 2.379.660,00 | 0,00 | 0,00 | 453.734,23 | 0,00 | 0,00 | 2.379.660,00 |
| 313020 | IGARATINGA | 37.522,45 | 615,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.138,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313030 | IGUATAMA | 215.819,34 | 49.875,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 265.694,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313040 | IJACI | 6.778,89 | 431,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.210,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313050 | ILICINEA | 325.503,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 325.503,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313055 | IMBE DE MINAS | 19.294,30 | 12,36 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 19.306,66 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313060 | INCONFIDENTES | 20.801,46 | 456,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.257,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313065 | INDAIABIRA | 67.927,27 | 542,67 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 68.469,94 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 313070 | INDIANOPOLIS | 47.713,07 | 479,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.193,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313080 | INGAI | 12.315,09 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.315,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313090 | INHAPIM | 654.868,11 | 532.851,08 | 498.633,80 | 0,84 | 0,00 | 1.346.693,83 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 313100 | INHAUMA | 39.468,73 | 9.343,96 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 48.812,69 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 313110 | INIMUTABA | 73.063,74 | 6,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.070,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313115 | IPABA | 136.766,99 | 1.642,29 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 478.069,28 |
| 313120 | IPANEMA | 634.625,77 | 105.541,66 | 961.993,87 | 21,86 | 0,00 | 1.272.523,16 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 313130 | IPATINGA | 14.426.676,46 | 42.599.830,33 | 36.073.228,06 | 1.709.640,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 94.809.375,57 |
| 313140 | IPIACU | 56.716,13 | 2.732,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 59.448,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313150 | IPUIUNA | 115.506,66 | 210,54 | 96.000,00 | 0,00 | 0,00 | 211.717,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313160 | IRAI DE MINAS | 66.577,42 | 848,46 | 172.257,32 | 0,00 | 0,00 | 239.683,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313170 | ITABIRA | 5.314.937,00 | 9.657.855,41 | 7.548.989,33 | 152.941,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.674.723,70 |
| 313180 | ITABIRINHA DE MANTENA | 409.275,29 | 66.010,78 | 477.360,00 | 0,00 | 0,00 | 475.286,07 | 0,00 | 0,00 | 477.360,00 |
| 313190 | ITABIRITO | 1.637.889,03 | 155.951,44 | 7.036.377,37 | 3.650,04 | 0,00 | 5.778.247,88 | 0,00 | 0,00 | 3.055.620,00 |
| 313200 | ITACAMBIRA | 18.112,35 | 4.074,33 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 172.186,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313210 | ITACARAMBI | 679.603,97 | 459.278,28 | 334.800,00 | 0,38 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.323.682,63 |
| 313220 | ITAGUARA | 326.206,87 | 160.544,31 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 486.751,18 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 313230 | ITAIPE | 324.495,66 | 2.161,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 326.656,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313240 | ITAJUBA | 5.251.316,67 | 14.029.531,07 | 11.234.163,71 | 388.267,08 | 0,00 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 30.283.778,53 |
| 313250 | ITAMARANDIBA | 1.466.739,02 | 147.576,53 | 1.634.665,14 | 0,00 | 0,00 | 2.819.320,69 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 313260 | ITAMARATI DE MINAS | 12.029,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.029,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313270 | ITAMBACURI | 1.052.136,87 | 1.216.205,30 | 1.875.418,91 | 0,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.143.761,46 |
| 313280 | ITAMBE DO MATO DENTRO | 14.180,73 | 187,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.368,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313290 | ITAMOGI | 349.343,07 | 14.822,06 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 364.165,13 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313300 | ITAMONTE | 603.374,29 | 79.564,39 | 574.260,00 | 0,00 | 0,00 | 778.938,68 | 0,00 | 0,00 | 478.260,00 |
| 313310 | ITANHANDU | 754.555,73 | 1.405.040,87 | 1.026.072,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.185.668,98 |
| 313320 | ITANHOMI | 412.178,52 | 156.822,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 569.000,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313330 | ITAOBIM | 915.176,08 | 804.640,90 | 2.644.407,51 | 95.390,46 | 0,00 | 2.777.034,95 | 0,00 | 0,00 | 1.682.580,00 |
| 313340 | ITAPAGIPE | 138.390,25 | 2.280,29 | 90.000,00 | 29,18 | 0,00 | 140.699,72 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313350 | ITAPECERICA | 607.818,52 | 21.211,05 | 249.770,05 | 0,00 | 0,00 | 878.799,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313360 | ITAPEVA | 66.814,19 | 730,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.544,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313370 | ITATIAIUCU | 94.119,86 | 560,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 94.679,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313375 | ITAU DE MINAS | 408.556,55 | 3.309,31 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 411.865,86 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313380 | ITAUNA | 3.700.102,27 | 2.280.743,84 | 5.220.681,01 | 148.407,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.349.934,54 |
| 313390 | ITAVERAVA | 19.545,17 | 510,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.055,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313400 | ITINGA | 111.712,42 | 2.080,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 113.792,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313410 | ITUETA | 38.589,83 | 345,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.934,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313420 | ITUIUTABA | 5.048.271,93 | 2.925.688,61 | 2.935.820,49 | 159.956,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.069.737,62 |
| 313430 | ITUMIRIM | 19.982,02 | 451,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.433,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313440 | ITURAMA | 1.492.141,53 | 614.093,59 | 574.832,04 | 75,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.681.142,64 |
| 313450 | ITUTINGA | 7.433,87 | 317,42 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.751,29 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313460 | JABOTICATUBAS | 354.374,16 | 12.411,23 | 51.102,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 417.888,30 |
| 313470 | JACINTO | 529.280,73 | 484.775,60 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.014.056,33 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 313480 | JACUI | 148.828,13 | 918,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 149.746,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313490 | JACUTINGA | 775.162,25 | 27.005,83 | 479.453,72 | 0,00 | 0,00 | 1.143.021,80 | 0,00 | 0,00 | 138.600,00 |
| 313500 | JAGUARACU | 19.949,38 | 67,58 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 20.016,96 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 313505 | JAIBA | 831.200,10 | 92.817,52 | 1.059.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.074.017,62 | 0,00 | 0,00 | 909.660,00 |
| 313507 | JAMPRUCA | 5.812,41 | 19,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.831,59 |
| 313510 | JANAUBA | 3.480.330,76 | 6.242.197,30 | 14.239.128,62 | 190.587,46 | 0,00 | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 23.672.244,14 |
| 313520 | JANUARIA | 2.983.853,68 | 549.996,30 | 2.254.601,18 | 2.488,28 | 0,00 | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.310.939,44 |
| 313530 | JAPARAIBA | 17.316,04 | 255,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.571,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313535 | JAPONVAR | 61.123,61 | 1.793,72 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 62.917,33 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 313540 | JECEABA | 166.610,45 | 392,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 167.003,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313545 | JENIPAPO DE MINAS | 67.134,39 | 281,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.416,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313550 | JEQUERI | 102.981,59 | 11.442,91 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 114.424,50 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313560 | JEQUITAI | 75.558,30 | 1.257,72 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 76.816,02 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 313570 | JEQUITIBA | 30.489,58 | 96,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.585,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313580 | JEQUITINHONHA | 1.190.919,42 | 214.091,48 | 2.387.585,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.792.596,03 |
| 313590 | JESUANIA | 51.435,62 | 51.385,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 102.821,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313600 | JOAIMA | 579.052,46 | 42.964,81 | 406.981,32 | 0,37 | 0,00 | 689.338,96 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 313610 | JOANESIA | 42.168,83 | 347,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.515,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313620 | JOAO MONLEVADE | 3.845.805,50 | 2.958.946,61 | 3.474.910,11 | 193.886,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.473.548,75 |
| 313630 | JOAO PINHEIRO | 1.942.585,06 | 532.038,57 | 339.660,00 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.814.284,00 |
| 313640 | JOAQUIM FELICIO | 39.511,45 | 14,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.525,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313650 | JORDANIA | 285.304,95 | 1.158,53 | 86.342,81 | 0,00 | 0,00 | 312.806,29 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 313652 | JOSE GONCALVES DE MINAS | 45.417,54 | 153,26 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.570,80 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313655 | JOSE RAYDAN | 5.977,54 | 1.036,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.014,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313657 | JOSENOPOLIS | 27.509,94 | 4,44 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.514,38 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313660 | NOVA UNIAO | 49.768,51 | 2.144,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 51.913,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313665 | JUATUBA | 290.537,87 | 3.372,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 293.910,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313670 | JUIZ DE FORA | 37.668.507,77 | 96.649.936,93 | 89.999.052,47 | 2.671.381,21 | 0,00 | 3.549.871,95 | 8.292.047,76 | 0,00 | 215.146.958,67 |
| 313680 | JURAMENTO | 43.390,42 | 2.535,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.925,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313690 | JURUAIA | 319.678,78 | 2.567,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 322.246,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313695 | JUVENILIA | 27.605,39 | 293,35 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.898,74 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313700 | LADAINHA | 430.414,58 | 1.411,26 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 431.825,84 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313710 | LAGAMAR | 123.950,66 | 1.721,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.672,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313720 | LAGOA DA PRATA | 1.780.544,51 | 2.062.174,32 | 3.486.165,79 | 0,75 | 0,00 | 4.737.719,01 | 0,00 | 0,00 | 2.591.166,36 |
| 313730 | LAGOA DOS PATOS | 6.653,16 | 247,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.901,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313740 | LAGOA DOURADA | 123.911,20 | 962,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 124.873,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313750 | LAGOA FORMOSA | 521.089,23 | 157.820,73 | 419.120,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.098.030,60 |
| 313753 | LAGOA GRANDE | 109.394,55 | 466,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 109.860,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313760 | LAGOA SANTA | 1.495.691,32 | 190.100,38 | 1.778.712,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.464.504,01 |
| 313770 | LAJINHA | 565.221,93 | 46.563,86 | 339.660,00 | 1,59 | 0,00 | 611.787,38 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 313780 | LAMBARI | 647.487,83 | 108.039,27 | 475.993,29 | 48,18 | 0,00 | 1.231.568,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313790 | LAMIM | 31.940,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.940,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313800 | LARANJAL | 208.134,21 | 575,46 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 366.209,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313810 | LASSANCE | 58.948,26 | 1.162,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.111,12 |
| 313820 | LAVRAS | 4.816.019,36 | 11.588.240,97 | 8.353.357,93 | 169.112,46 | 0,00 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 24.307.230,72 |
| 313830 | LEANDRO FERREIRA | 6.112,08 | 77,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.189,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313835 | LEME DO PRADO | 49.417,11 | 1.293,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.710,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313840 | LEOPOLDINA | 2.231.537,54 | 4.130.725,74 | 3.886.663,57 | 114.483,52 | 0,00 | 10.244.610,37 | 0,00 | 0,00 | 118.800,00 |
| 313850 | LIBERDADE | 16.597,65 | 21.351,48 | 155.809,48 | 0,00 | 0,00 | 193.758,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313860 | LIMA DUARTE | 535.993,81 | 164.511,79 | 959.160,00 | 0,00 | 0,00 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 1.040.165,60 |
| 313862 | LIMEIRA DO OESTE | 61.159,82 | 91,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.250,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313865 | LONTRA | 45.802,44 | 866,65 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 46.669,09 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 313867 | LUISBURGO | 16.007,28 | 394,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.401,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313868 | LUISLANDIA | 31.117,29 | 25.318,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.435,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313870 | LUMINARIAS | 24.731,40 | 396,65 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 182.628,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313880 | LUZ | 674.046,32 | 75.708,26 | 342.218,89 | 0,37 | 0,00 | 1.091.973,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313890 | MACHACALIS | 223.141,28 | 349.947,09 | 522.086,37 | 0,00 | 0,00 | 665.514,74 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 313900 | MACHADO | 1.653.407,13 | 225.224,99 | 781.171,55 | 28,02 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 2.502.331,69 |
| 313910 | MADRE DE DEUS DE MINAS | 5.748,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.748,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313920 | MALACACHETA | 727.744,36 | 453.421,31 | 401.709,96 | 0,00 | 0,00 | 1.181.165,67 | 0,00 | 0,00 | 401.709,96 |
| 313925 | MAMONAS | 76.910,49 | 1.647,07 | 61.700,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 140.257,60 |
| 313930 | MANGA | 802.323,89 | 504.176,07 | 489.660,00 | 0,37 | 0,00 | 1.456.500,33 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 313940 | MANHUACU | 4.060.933,06 | 10.374.646,36 | 8.023.503,79 | 263.241,92 | 0,00 | 5,63 | 0,00 | 0,00 | 22.722.319,50 |
| 313950 | MANHUMIRIM | 555.143,86 | 2.295.220,32 | 2.264.633,06 | 1.865,41 | 0,00 | 4.687.202,65 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 313960 | MANTENA | 1.181.874,90 | 907.738,58 | 2.576.370,02 | 1.516,77 | 0,00 | 4.667.500,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313970 | MARAVILHAS | 61.911,24 | 11.234,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.145,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313980 | MAR DE ESPANHA | 282.849,41 | 115.016,43 | 236.301,21 | 0,00 | 0,00 | 634.167,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 313990 | MARIA DA FE | 293.654,96 | 1.128,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 294.783,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314000 | MARIANA | 1.996.654,89 | 712.691,64 | 2.521.059,44 | 104.773,61 | 0,00 | 4.838.019,58 | 0,00 | 0,00 | 497.160,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 314010 | MARILAC | 5.069,99 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.069,99 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314015 | MARIO CAMPOS | 31.394,09 | 35,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.430,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314020 | MARIPA DE MINAS | 13.290,66 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.291,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314030 | MARLIERIA | 30.352,58 | 290,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.643,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314040 | MARMELOPOLIS | 2.690,65 | 16,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.707,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314050 | MARTINHO CAMPOS | 366.424,40 | 7.861,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 374.286,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314053 | MARTINS SOARES | 14.924,21 | 162,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.086,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314055 | MATA VERDE | 129.000,99 | 2.284,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 131.285,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314060 | MATERLANDIA | 32.298,96 | 843,80 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 33.142,76 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314070 | MATEUS LEME | 844.189,11 | 370.166,87 | 3.759.918,35 | 0,37 | 0,00 | 2.934.274,70 | 0,00 | 0,00 | 2.040.000,00 |
| 314080 | MATIAS BARBOSA | 146.416,77 | 63.138,03 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 367.054,80 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314085 | MATIAS CARDOSO | 135.647,17 | 879,59 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 136.526,76 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 314090 | MATIPO | 546.036,20 | 23.097,54 | 535.700,12 | 0,00 | 0,00 | 719.273,86 | 0,00 | 0,00 | 385.560,00 |
| 314100 | MATO VERDE | 214.052,71 | 964,06 | 240.000,00 | 0,00 | 0,00 | 365.016,77 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314110 | MATOZINHOS | 1.203.461,34 | 167.655,13 | 747.773,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.118.889,51 |
| 314120 | MATUTINA | 53.850,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.850,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314130 | MEDEIROS | 24.181,57 | 29,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.211,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314140 | MEDINA | 842.330,68 | 274.828,79 | 834.539,67 | 0,36 | 0,00 | 1.612.039,50 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314150 | MENDES PIMENTEL | 248.754,07 | 75.307,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 324.061,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314160 | MERCES | 353.445,83 | 1.337,64 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 354.783,47 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314170 | MESQUITA | 50.179,10 | 518,62 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.697,72 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314180 | MINAS NOVAS | 1.332.797,62 | 424.632,54 | 1.608.733,82 | 0,37 | 0,00 | 2.841.704,35 | 0,00 | 0,00 | 524.460,00 |
| 314190 | MINDURI | 51.365,33 | 419,04 | 96.000,00 | 0,36 | 0,00 | 147.784,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314200 | MIRABELA | 546.231,22 | 503.132,44 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.049.363,66 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314210 | MIRADOURO | 135.427,67 | 17.230,01 | 214.026,99 | 0,00 | 0,00 | 366.684,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314220 | MIRAI | 513.657,45 | 133.646,73 | 532.795,63 | 0,00 | 0,00 | 1.180.099,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314225 | MIRAVANIA | 22.161,69 | 303,81 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 172.465,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314230 | MOEDA | 52.724,06 | 2.980,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.704,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314240 | MOEMA | 196.438,25 | 87.607,69 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.045,94 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314250 | MONJOLOS | 14.799,03 | 41,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.840,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314260 | MONSENHOR PAULO | 148.314,94 | 8.543,66 | 153.637,68 | 0,00 | 0,00 | 310.496,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314270 | MONTALVANIA | 556.688,60 | 257.768,45 | 150.000,00 | 0,37 | 0,00 | 964.457,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314280 | MONTE ALEGRE DE MINAS | 487.321,19 | 62.201,69 | 249.387,65 | 0,37 | 0,00 | 708.910,90 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314290 | MONTE AZUL | 822.097,74 | 892.958,89 | 1.527.834,55 | 0,37 | 0,00 | 2.674.631,55 | 0,00 | 0,00 | 568.260,00 |
| 314300 | MONTE BELO | 313.431,72 | 53,02 | 96.000,00 | 0,00 | 0,00 | 409.484,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314310 | MONTE CARMELO | 2.176.337,97 | 693.463,06 | 1.412.505,32 | 0,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.282.306,73 |
| 314315 | MONTE FORMOSO | 74.765,70 | 347,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.112,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314320 | MONTE SANTO DE MINAS | 835.300,35 | 38.351,61 | 640.061,12 | 0,37 | 0,00 | 1.174.053,45 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314330 | MONTES CLAROS | 23.114.783,71 | 78.904.404,43 | 49.311.006,44 | 3.069.934,10 | 0,00 | 138.336.023,65 | 0,00 | 0,00 | 16.064.105,03 |
| 314340 | MONTE SIAO | 207.959,00 | 34.821,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 242.780,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314345 | MONTEZUMA | 90.861,36 | 561,14 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 241.422,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314350 | MORADA NOVA DE MINAS | 208.949,30 | 4.585,65 | 340.118,16 | 0,00 | 0,00 | 463.653,11 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314360 | MORRO DA GARCA | 21.378,27 | 2.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.778,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314370 | MORRO DO PILAR | 27.289,67 | 4.336,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.625,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314380 | MUNHOZ | 15.220,53 | 397,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.617,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314390 | MURIAE | 5.772.334,69 | 45.686.521,86 | 17.032.534,01 | 1.616.806,59 | 0,00 | 69.115.002,15 | 0,00 | 0,00 | 993.195,00 |
| 314400 | MUTUM | 1.065.651,91 | 122.725,47 | 835.287,17 | 38,72 | 0,00 | 1.534.043,27 | 0,00 | 0,00 | 489.660,00 |
| 314410 | MUZAMBINHO | 751.685,36 | 221.343,47 | 586.870,90 | 0,00 | 0,00 | 1.559.899,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314420 | NACIP RAYDAN | 12.857,81 | 633,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.491,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314430 | NANUQUE | 1.882.758,66 | 400.835,09 | 0,00 | 0,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.283.594,50 |
| 314435 | NAQUE | 15.914,39 | 568,48 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.482,87 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314437 | NATALANDIA | 23.271,39 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.272,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314440 | NATERCIA | 56.256,15 | 447,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.703,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314450 | NAZARENO | 160.335,70 | 7.312,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 167.648,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314460 | NEPOMUCENO | 732.459,79 | 10.074,42 | 450.477,35 | 0,00 | 0,00 | 1.193.011,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314465 | NINHEIRA | 169.911,95 | 1.902,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 171.814,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314467 | NOVA BELEM | 30.335,32 | 53,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.388,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314470 | NOVA ERA | 527.480,70 | 41.889,10 | 286.016,85 | 0,00 | 0,00 | 855.386,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314480 | NOVA LIMA | 2.519.456,97 | 1.345.795,34 | 9.390.677,77 | 104.474,17 | 0,00 | 9.423.609,25 | 0,00 | 0,00 | 3.936.795,00 |
| 314490 | NOVA MODICA | 7.603,84 | 1,26 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.605,10 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314500 | NOVA PONTE | 281.037,88 | 24,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 281.062,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314505 | NOVA PORTEIRINHA | 48.355,63 | 2.760,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 51.115,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314510 | NOVA RESENDE | 389.529,92 | 747,29 | 497.160,00 | 0,00 | 0,00 | 547.777,21 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314520 | NOVA SERRANA | 2.418.847,49 | 33.413,18 | 3.328.395,00 | 0,75 | 0,00 | 2.452.261,42 | 0,00 | 0,00 | 3.328.395,00 |
| 314530 | NOVO CRUZEIRO | 989.997,00 | 96.713,60 | 941.990,03 | 0,00 | 0,00 | 1.599.040,63 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 314535 | NOVO ORIENTE DE MINAS | 46.070,57 | 154,35 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 46.224,92 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 314537 | NOVORIZONTE | 8.722,52 | 342,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.064,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314540 | OLARIA | 5.269,84 | 150,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.420,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314545 | OLHOS-D'AGUA | 10.136,09 | 531,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.667,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314550 | OLIMPIO NORONHA | 14.767,58 | 393,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.161,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314560 | OLIVEIRA | 1.278.679,01 | 2.017.467,69 | 3.204.936,34 | 0,00 | 0,00 | 4.298.063,04 | 0,00 | 0,00 | 2.203.020,00 |
| 314570 | OLIVEIRA FORTES | 16.451,58 | 150,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.602,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314580 | ONCA DE PITANGUI | 8.536,48 | 15,20 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.551,68 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314585 | ORATORIOS | 12.361,21 | 285,88 | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 12.647,09 | 0,00 | 0,00 | 0,04 |
| 314587 | ORIZANIA | 15.208,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.208,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314590 | OURO BRANCO | 1.284.735,39 | 17.608,58 | 599.950,00 | 407,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.902.701,69 |
| 314600 | OURO FINO | 1.051.373,11 | 742.816,35 | 1.587.458,67 | 0,00 | 0,00 | 3.381.648,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314610 | OURO PRETO | 2.980.147,64 | 1.656.985,87 | 6.281.578,04 | 34,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.918.746,50 |
| 314620 | OURO VERDE DE MINAS | 51.777,32 | 3.032,78 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 54.810,10 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314625 | PADRE CARVALHO | 46.834,62 | 630,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 47.464,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314630 | PADRE PARAISO | 834.650,10 | 396.403,78 | 1.085.032,86 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.316.087,11 |
| 314640 | PAINEIRAS | 53.103,94 | 355,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.459,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314650 | PAINS | 159.833,86 | 645,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160.478,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314655 | PAI PEDRO | 6.849,00 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.849,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314660 | PAIVA | 8.821,16 | 160,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.981,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314670 | PALMA | 202.947,25 | 4.852,84 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 207.800,09 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 314675 | PALMOPOLIS | 75.212,91 | 8.493,87 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 83.706,78 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314690 | PAPAGAIOS | 172.192,22 | 6.034,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 178.226,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314700 | PARACATU | 3.846.355,94 | 1.354.230,33 | 689.525,25 | 62.068,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.952.179,73 |
| 314710 | PARA DE MINAS | 4.413.969,83 | 4.058.129,14 | 6.131.137,56 | 144.186,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.747.423,20 |
| 314720 | PARAGUACU | 615.572,33 | 3.443,80 | 96.000,00 | 12,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 715.028,99 |
| 314730 | PARAISOPOLIS | 591.020,87 | 221.018,33 | 368.897,40 | 0,00 | 0,00 | 1.180.936,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314740 | PARAOPEBA | 193.685,59 | 28.981,00 | 0,00 | 2,55 | 0,00 | 222.669,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314750 | PASSABEM | 30.562,17 | 17.456,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.018,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314760 | PASSA QUATRO | 641.366,84 | 3.914,34 | 445.917,21 | 0,00 | 0,00 | 751.538,39 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314770 | PASSA TEMPO | 244.427,43 | 2.906,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 247.333,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314780 | PASSA VINTE | 15.387,16 | 1.322,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.709,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314790 | PASSOS | 6.371.736,70 | 35.836.568,56 | 21.719.590,06 | 970.145,17 | 0,00 | 59.540.445,49 | 0,00 | 0,00 | 5.357.595,00 |
| 314795 | PATIS | 8.526,43 | 345,35 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.871,78 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 314800 | PATOS DE MINAS | 9.123.908,02 | 25.154.653,66 | 13.376.537,96 | 929.666,61 | 0,00 | 111,74 | 0,00 | 0,00 | 48.584.654,51 |
| 314810 | PATROCINIO | 4.420.021,90 | 4.684.959,93 | 7.024.707,35 | 102.759,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.232.449,03 |
| 314820 | PATROCINIO DO MURIAE | 49.256,21 | 101,26 | 276.300,00 | 0,00 | 0,00 | 206.857,47 | 0,00 | 0,00 | 118.800,00 |
| 314830 | PAULA CANDIDO | 82.613,38 | 1.220,45 | 83.750,04 | 0,00 | 0,00 | 83.833,83 | 0,00 | 0,00 | 83.750,04 |
| 314840 | PAULISTAS | 5.665,38 | 20,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.685,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314850 | PAVAO | 126.699,22 | 1.733,62 | 61.250,04 | 0,00 | 0,00 | 128.432,84 | 0,00 | 0,00 | 61.250,04 |
| 314860 | PECANHA | 667.467,34 | 501.562,59 | 741.327,40 | 0,00 | 0,00 | 1.570.697,33 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314870 | PEDRA AZUL | 1.217.831,70 | 340.176,44 | 1.054.606,93 | 0,37 | 0,00 | 2.272.955,44 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314875 | PEDRA BONITA | 54.761,97 | 1,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 54.763,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 314880 | PEDRA DO ANTA | 10.859,10 | 1,66 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 10.860,76 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 314890 | PEDRA DO INDAIA | 28.190,97 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.192,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314900 | PEDRA DOURADA | 9.264,25 | 164,57 | 67.599,96 | 0,00 | 0,00 | 9.428,82 | 0,00 | 0,00 | 67.599,96 |
| 314910 | PEDRALVA | 156.654,39 | 1.442,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 158.097,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314915 | PEDRAS DE MARIA DA CRUZ | 51.331,78 | 970,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52.302,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314920 | PEDRINOPOLIS | 24.986,86 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.988,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314930 | PEDRO LEOPOLDO | 2.273.511,87 | 705.673,64 | 1.670.762,81 | 8,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.649.956,36 |
| 314940 | PEDRO TEIXEIRA | 3.322,95 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.323,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314950 | PEQUERI | 8.347,16 | 150,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.497,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314960 | PEQUI | 34.860,74 | 4.691,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.551,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314970 | PERDIGAO | 87.310,45 | 1.263,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.573,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 314980 | PERDIZES | 487.668,41 | 53.375,77 | 99.000,00 | 15,75 | 0,00 | 541.059,93 | 0,00 | 0,00 | 99.000,00 |
| 314990 | PERDOES | 884.895,28 | 74.848,51 | 911.772,25 | 54,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.871.570,82 |
| 314995 | PERIQUITO | 7.719,84 | 609,47 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.329,31 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315000 | PESCADOR | 18.669,90 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.669,90 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315010 | PIAU | 6.145,64 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.146,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315015 | PIEDADE DE CARATINGA | 16.268,37 | 28,31 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.296,68 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315020 | PIEDADE DE PONTE NOVA | 25.391,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.391,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315030 | PIEDADE DO RIO GRANDE | 105.678,09 | 24,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.702,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315040 | PIEDADE DOS GERAIS | 27.627,93 | 302,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.930,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315050 | PIMENTA | 164.999,22 | 124,05 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 165.123,27 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315053 | PINGO D'AGUA | 31.787,01 | 445,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.232,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315057 | PINTOPOLIS | 20.000,18 | 615,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.615,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315060 | PIRACEMA | 48.911,73 | 0,00 | 82.850,04 | 0,00 | 0,00 | 48.911,73 | 0,00 | 0,00 | 82.850,04 |
| 315070 | PIRAJUBA | 21.880,95 | 269,67 | 0,00 | 12,33 | 0,00 | 22.162,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315080 | PIRANGA | 631.663,10 | 54.598,44 | 339.660,00 | 0,37 | 0,00 | 686.261,91 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315090 | PIRANGUCU | 9.966,12 | 71,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.037,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315100 | PIRANGUINHO | 11.563,49 | 94,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.658,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315110 | PIRAPETINGA | 463.204,50 | 15.623,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 478.827,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315120 | PIRAPORA | 2.366.068,60 | 4.577.361,51 | 8.118.667,79 | 86.103,44 | 0,00 | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14.668.201,34 |
| 315130 | PIRAUBA | 96.312,87 | 2.473,11 | 268.490,54 | 0,00 | 0,00 | 367.276,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315140 | PITANGUI | 864.987,78 | 224.836,91 | 859.312,01 | 0,00 | 0,00 | 1.609.476,70 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315150 | PIUMHI | 1.478.328,93 | 2.622.556,27 | 3.950.066,14 | 73,93 | 0,00 | 6.904.030,23 | 0,00 | 0,00 | 1.146.995,04 |
| 315160 | PLANURA | 118.000,97 | 9.440,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 127.441,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315170 | POCO FUNDO | 611.522,44 | 90.621,14 | 118.800,00 | 0,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 820.944,32 |
| 315180 | POCOS DE CALDAS | 8.811.599,79 | 30.698.949,60 | 22.924.768,25 | 1.422.777,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 63.858.095,43 |
| 315190 | POCRANE | 223.146,35 | 3.025,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 226.171,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315200 | POMPEU | 911.631,43 | 127.863,40 | 608.945,28 | 0,37 | 0,00 | 1.308.780,48 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315210 | PONTE NOVA | 3.324.386,82 | 20.812.477,23 | 6.623.619,69 | 825.486,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.585.970,33 |
| 315213 | PONTO CHIQUE | 11.593,74 | 440,27 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 162.034,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315217 | PONTO DOS VOLANTES | 81.426,37 | 3.113,90 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 84.540,27 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 315220 | PORTEIRINHA | 1.569.185,17 | 507.088,31 | 1.286.793,33 | 6,19 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.213.073,00 |
| 315230 | PORTO FIRME | 33.258,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.258,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315240 | POTE | 484.718,18 | 2.990,52 | 496.981,32 | 0,00 | 0,00 | 555.030,02 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 315250 | POUSO ALEGRE | 7.787.752,73 | 33.464.471,09 | 19.723.680,52 | 1.025.162,24 | 0,00 | 1.081.132,85 | 0,00 | 0,00 | 60.919.933,73 |
| 315260 | POUSO ALTO | 243.865,15 | 39.446,90 | 269.285,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 552.597,33 |
| 315270 | PRADOS | 218.590,69 | 57.756,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 276.347,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315280 | PRATA | 949.160,31 | 128,42 | 278.320,61 | 0,37 | 0,00 | 1.137.609,71 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315290 | PRATAPOLIS | 196.009,03 | 9.585,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 205.594,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315300 | PRATINHA | 18.232,27 | 1.391,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.624,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315310 | PRESIDENTE BERNARDES | 104.414,46 | 5.508,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 109.922,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315320 | PRESIDENTE JUSCELINO | 33.321,41 | 54,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.376,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315330 | PRESIDENTE KUBITSCHEK | 13.099,55 | 102,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.201,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315340 | PRESIDENTE OLEGARIO | 449.468,72 | 25.968,24 | 472.520,88 | 0,00 | 0,00 | 608.297,84 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315350 | ALTO JEQUITIBA | 92.507,65 | 275,05 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 92.782,70 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 315360 | PRUDENTE DE MORAIS | 66.385,58 | 50,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.435,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315370 | QUARTEL GERAL | 7.966,52 | 893,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.859,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315380 | QUELUZITA | 3.491,82 | 316,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.808,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315390 | RAPOSOS | 236.289,49 | 16.380,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 252.670,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315400 | RAUL SOARES | 957.150,53 | 187.293,43 | 621.785,30 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.766.229,63 |
| 315410 | RECREIO | 345.473,15 | 47.648,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 393.121,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315415 | REDUTO | 15.786,58 | 454,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.241,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315420 | RESENDE COSTA | 458.807,41 | 256.528,64 | 375.115,32 | 0,00 | 0,00 | 1.090.451,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315430 | RESPLENDOR | 671.974,69 | 1.562.165,10 | 1.628.753,67 | 2,91 | 0,00 | 3.523.236,37 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315440 | RESSAQUINHA | 9.805,91 | 177,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.983,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315445 | RIACHINHO | 88.891,09 | 163,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 89.054,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315450 | RIACHO DOS MACHADOS | 76.328,89 | 640,31 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 76.969,20 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315460 | RIBEIRAO DAS NEVES | 10.342.662,72 | 274.766,69 | 26.079.155,00 | 6.730,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.703.314,71 |
| 315470 | RIBEIRAO VERMELHO | 56.441,51 | 10.634,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.075,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315480 | RIO ACIMA | 114.996,44 | 2.240,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 117.237,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315490 | RIO CASCA | 408.406,06 | 161.678,95 | 96.000,00 | 0,00 | 0,00 | 666.085,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315500 | RIO DOCE | 5.867,51 | 105,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.972,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315510 | RIO DO PRADO | 55.240,70 | 1.239,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.480,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315520 | RIO ESPERA | 152.524,06 | 7.207,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 159.731,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315530 | RIO MANSO | 56.433,30 | 7.189,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 63.623,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315540 | RIO NOVO | 125.102,18 | 27.629,15 | 561.129,16 | 0,00 | 0,00 | 300.300,41 | 0,00 | 0,00 | 413.560,08 |
| 315550 | RIO PARANAIBA | 252.099,89 | 3.853,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 255.952,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315560 | RIO PARDO DE MINAS | 1.113.647,23 | 190.874,73 | 498.600,00 | 0,00 | 0,00 | 1.454.521,96 | 0,00 | 0,00 | 348.600,00 |
| 315570 | RIO PIRACICABA | 354.845,30 | 22.783,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 377.629,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315580 | RIO POMBA | 624.774,25 | 461.504,67 | 1.712.017,84 | 0,00 | 0,00 | 2.368.636,76 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 315590 | RIO PRETO | 189.508,97 | 24.344,09 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 371.353,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315600 | RIO VERMELHO | 512.182,18 | 23.451,32 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 535.633,50 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315610 | RITAPOLIS | 44.008,42 | 1.388,56 | 344.408,40 | 6,30 | 0,00 | 389.811,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315620 | ROCHEDO DE MINAS | 4.518,48 | 881,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.399,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315630 | RODEIRO | 27.032,66 | 0,00 | 61.989,96 | 0,00 | 0,00 | 27.032,66 | 0,00 | 0,00 | 61.989,96 |
| 315640 | ROMARIA | 20.603,55 | 6.743,01 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.346,56 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315645 | ROSARIO DA LIMEIRA | 36.935,96 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 36.935,96 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315650 | RUBELITA | 74.708,13 | 34,86 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 164.742,99 |
| 315660 | RUBIM | 343.102,83 | 88.077,30 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 431.180,13 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 315670 | SABARA | 3.295.492,24 | 1.190.497,16 | 10.548.880,83 | 0,00 | 1.672.688,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.362.181,99 |
| 315680 | SABINOPOLIS | 505.334,49 | 295.231,60 | 0,00 | 0,37 | 0,00 | 800.566,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315690 | SACRAMENTO | 935.483,86 | 66.750,96 | 774.423,41 | 37,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.776.695,73 |
| 315700 | SALINAS | 1.772.727,14 | 1.622.469,00 | 1.907.583,96 | 106.962,73 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.259.742,83 |
| 315710 | SALTO DA DIVISA | 194.373,32 | 4.660,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 199.033,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315720 | SANTA BARBARA | 1.203.277,36 | 123.566,18 | 756.803,02 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.083.646,93 |
| 315725 | SANTA BARBARA DO LESTE | 1.317,04 | 162,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.479,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315727 | SANTA BARBARA DO MONTE VERDE | 1.952,99 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.953,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315730 | SANTA BARBARA DO TUGURIO | 22.473,60 | 736,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.210,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315733 | SANTA CRUZ DE MINAS | 87.840,74 | 7.161,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.002,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315737 | SANTA CRUZ DE SALINAS | 39.625,34 | 162,75 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 39.788,09 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315740 | SANTA CRUZ DO ESCALVADO | 13.363,54 | 78,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.442,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315750 | SANTA EFIGENIA DE MINAS | 4.935,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.935,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315760 | SANTA FE DE MINAS | 28.420,71 | 991,16 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 179.411,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315765 | SANTA HELENA DE MINAS | 8.973,20 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.973,20 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315770 | SANTA JULIANA | 327.030,68 | 11.294,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 338.324,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315780 | SANTA LUZIA | 6.372.826,52 | 1.450.953,60 | 13.074.470,30 | 3,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.898.254,06 |
| 315790 | SANTA MARGARIDA | 526.761,12 | 238.737,94 | 429.660,00 | 0,24 | 0,00 | 765.499,30 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 315800 | SANTA MARIA DE ITABIRA | 188.981,51 | 21.409,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210.390,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 315810 | SANTA MARIA DO SALTO | 36.723,37 | 199,29 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 36.922,66 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315820 | SANTA MARIA DO SUACUI | 623.717,80 | 671.422,48 | 1.029.017,06 | 0,00 | 0,00 | 1.984.497,34 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 315830 | SANTANA DA VARGEM | 15.509,49 | 2.160,22 | 221.853,54 | 0,00 | 0,00 | 239.523,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315840 | SANTANA DE CATAGUASES | 10.899,42 | 3,18 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.902,60 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315850 | SANTANA DE PIRAPAMA | 13.043,33 | 36,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.079,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315860 | SANTANA DO DESERTO | 21.945,79 | 2.312,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.258,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315870 | SANTANA DO GARAMBEU | 17.064,00 | 173,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.237,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315880 | SANTANA DO JACARE | 2.473,25 | 1,26 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.474,51 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315890 | SANTANA DO MANHUACU | 25.201,40 | 173,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.374,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315895 | SANTANA DO PARAISO | 247.463,17 | 3.716,10 | 158.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 409.579,27 |
| 315900 | SANTANA DO RIACHO | 5.116,90 | 118,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.235,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315910 | SANTANA DOS MONTES | 9.098,43 | 103,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.201,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315920 | SANTA RITA DE CALDAS | 34.853,29 | 145,80 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 192.499,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315930 | SANTA RITA DE JACUTINGA | 168.723,36 | 22.097,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 190.821,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315935 | SANTA RITA DE MINAS | 18.771,35 | 60,58 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.831,93 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315940 | SANTA RITA DO IBITIPOCA | 8.929,55 | 56,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.985,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315950 | SANTA RITA DO ITUETO | 21.848,85 | 752,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.601,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315960 | SANTA RITA DO SAPUCAI | 940.352,39 | 771.849,50 | 2.039.479,04 | 0,37 | 0,00 | 3.352.021,30 | 0,00 | 0,00 | 399.660,00 |
| 315970 | SANTA ROSA DA SERRA | 31.973,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.973,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 315980 | SANTA VITORIA | 634.611,67 | 3.394,99 | 336.131,59 | 0,00 | 0,00 | 884.138,25 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 315990 | SANTO ANTONIO DO AMPARO | 779.170,06 | 2.534.261,51 | 1.494.762,28 | 0,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.808.194,22 |
| 316000 | SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO | 4.304,06 | 3.021,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.325,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316010 | SANTO ANTONIO DO GRAMA | 7.375,56 | 204,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.580,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316020 | SANTO ANTONIO DO ITAMBE | 27.777,78 | 84,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.862,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316030 | SANTO ANTONIO DO JACINTO | 171.809,13 | 5.109,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 176.918,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316040 | SANTO ANTONIO DO MONTE | 967.677,77 | 435.896,10 | 2.825.837,08 | 7.637,60 | 0,00 | 1.767.388,55 | 0,00 | 0,00 | 2.469.660,00 |
| 316045 | SANTO ANTONIO DO RETIRO | 59.556,80 | 637,73 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.194,53 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316050 | SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO | 9.729,42 | 105,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.835,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316060 | SANTO HIPOLITO | 15.664,46 | 356,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.020,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316070 | SANTOS DUMONT | 2.120.967,91 | 1.430.463,21 | 2.601.300,29 | 0,00 | 0,00 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 5.533.231,41 |
| 316080 | SAO BENTO ABADE | 18.546,04 | 11,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.557,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316090 | SAO BRAS DO SUACUI | 23.106,46 | 374,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.480,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316095 | SAO DOMINGOS DAS DORES | 11.918,31 | 1.846,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.764,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316100 | SAO DOMINGOS DO PRATA | 535.567,50 | 116.819,14 | 742.178,79 | 1,46 | 0,00 | 1.054.906,89 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316105 | SAO FELIX DE MINAS | 4.068,84 | 858,07 | 928.260,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 933.186,91 |
| 316110 | SAO FRANCISCO | 2.178.535,94 | 314.387,12 | 489.660,00 | 0,75 | 0,00 | 2.642.923,81 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316120 | SAO FRANCISCO DE PAULA | 13.129,10 | 70,11 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.199,21 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316130 | SAO FRANCISCO DE SALES | 44.372,25 | 647,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.019,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316140 | SAO FRANCISCO DO GLORIA | 29.738,89 | 174,61 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 29.913,50 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316150 | SAO GERALDO | 66.745,79 | 658,80 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 67.404,59 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 316160 | SAO GERALDO DA PIEDADE | 5.352,22 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.352,22 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316165 | SAO GERALDO DO BAIXIO | 3.772,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.772,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316170 | SAO GONCALO DO ABAETE | 10.764,00 | 38,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.802,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316180 | SAO GONCALO DO PARA | 129.737,55 | 134,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 129.871,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316190 | SAO GONCALO DO RIO ABAIXO | 108.023,37 | 1.287,26 | 339.600,00 | 0,00 | 0,00 | 109.310,63 | 0,00 | 0,00 | 339.600,00 |
| 316200 | SAO GONCALO DO SAPUCAI | 850.567,46 | 139.534,51 | 902.240,38 | 0,00 | 0,00 | 1.832.342,35 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 316210 | SAO GOTARDO | 1.159.847,35 | 306.158,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.466.005,70 |
| 316220 | SAO JOAO BATISTA DO GLORIA | 220.686,51 | 5.343,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 226.029,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316225 | SAO JOAO DA LAGOA | 19.124,46 | 324,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.448,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316230 | SAO JOAO DA MATA | 25,43 | 109,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 135,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316240 | SAO JOAO DA PONTE | 974.109,57 | 343.216,68 | 549.660,00 | 0,37 | 0,00 | 1.467.326,62 | 0,00 | 0,00 | 399.660,00 |
| 316245 | SAO JOAO DAS MISSOES | 120.319,72 | 834,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 121.153,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316250 | SAO JOAO DEL REI | 4.683.230,99 | 8.711.846,26 | 11.800.110,49 | 280.828,22 | 0,00 | 171,66 | 0,00 | 0,00 | 25.475.844,30 |
| 316255 | SAO JOAO DO MANHUACU | 77.656,62 | 780,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 78.437,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316257 | SAO JOAO DO MANTENINHA | 60.886,34 | 5.657,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.543,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316260 | SAO JOAO DO ORIENTE | 71.828,24 | 371,11 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 72.199,35 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316265 | SAO JOAO DO PACUI | 7.431,83 | 377,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.809,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316270 | SAO JOAO DO PARAISO | 746.062,06 | 236.751,47 | 746.205,21 | 0,37 | 0,00 | 1.709.219,11 | 0,00 | 0,00 | 19.800,00 |
| 316280 | SAO JOAO EVANGELISTA | 616.432,45 | 565.883,21 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 1.182.315,66 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316290 | SAO JOAO NEPOMUCENO | 1.098.585,79 | 440.651,07 | 1.289.951,68 | 0,00 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 2.671.688,54 |
| 316292 | SAO JOAQUIM DE BICAS | 671.690,69 | 7.888,81 | 1.629.660,00 | 0,00 | 0,00 | 679.579,50 | 0,00 | 0,00 | 1.629.660,00 |
| 316294 | SAO JOSE DA BARRA | 125.205,11 | 3.263,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 128.468,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316295 | SAO JOSE DA LAPA | 280.753,20 | 8.746,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 289.499,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316300 | SAO JOSE DA SAFIRA | 5.269,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.269,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316310 | SAO JOSE DA VARGINHA | 30.080,33 | 423,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.503,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316320 | SAO JOSE DO ALEGRE | 7.541,73 | 70,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.612,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316330 | SAO JOSE DO DIVINO | 31.665,84 | 142,40 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 31.808,24 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 316340 | SAO JOSE DO GOIABAL | 40.307,90 | 559,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.867,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316350 | SAO JOSE DO JACURI | 12.048,48 | 4.607,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.656,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316360 | SAO JOSE DO MANTIMENTO | 18.254,04 | 138,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.392,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316370 | SAO LOURENCO | 2.275.737,59 | 7.944.995,85 | 12.635.488,84 | 171.879,84 | 0,00 | 619.500,00 | 0,00 | 0,00 | 22.408.602,12 |
| 316380 | SAO MIGUEL DO ANTA | 43.374,01 | 5,40 | 429.660,00 | 0,00 | 0,00 | 43.379,41 | 0,00 | 0,00 | 429.660,00 |
| 316390 | SAO PEDRO DA UNIAO | 88.424,70 | 1,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 88.425,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316400 | SAO PEDRO DOS FERROS | 87.213,03 | 10.744,11 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 97.957,14 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 316410 | SAO PEDRO DO SUACUI | 59.987,61 | 4.396,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.383,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316420 | SAO ROMAO | 187.834,20 | 26.166,04 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 364.000,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316430 | SAO ROQUE DE MINAS | 123.228,26 | 13.537,03 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 294.265,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316440 | SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA | 4.863,55 | 56,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.919,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316443 | SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE | 28.800,19 | 27,14 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 28.827,33 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316447 | SAO SEBASTIAO DO ANTA | 13.162,74 | 52,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.214,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316450 | SAO SEBASTIAO DO MARANHAO | 77.282,43 | 1.607,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 78.890,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316460 | SAO SEBASTIAO DO OESTE | 62.505,33 | 109,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62.614,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316470 | SAO SEBASTIAO DO PARAISO | 3.724.303,55 | 13.485.699,30 | 12.627.178,12 | 601.023,71 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 30.280.704,68 |
| 316480 | SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO | 10.743,71 | 606,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.349,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316490 | SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE | 20.947,75 | 461,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.409,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316500 | SAO TIAGO | 323.935,59 | 173,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 324.109,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316510 | SAO TOMAS DE AQUINO | 128.644,87 | 2.348,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 130.993,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316520 | SAO TOME DAS LETRAS | 25.921,48 | 6,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.928,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316530 | SAO VICENTE DE MINAS | 220.057,66 | 2.366,76 | 763.658,76 | 0,00 | 0,00 | 646.423,18 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316540 | SAPUCAI-MIRIM | 11.541,59 | 2.787,33 | 108.300,84 | 0,00 | 0,00 | 122.629,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316550 | SARDOA | 41.912,77 | 92.897,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 134.810,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316553 | SARZEDO | 256.195,24 | 14.080,49 | 958.260,00 | 0,00 | 0,00 | 270.275,73 | 0,00 | 0,00 | 958.260,00 |
| 316555 | SETUBINHA | 55.630,87 | 536,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 56.167,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316556 | SEM-PEIXE | 19.156,53 | 49,40 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 19.205,93 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316557 | SENADOR AMARAL | 12.681,14 | 414,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.095,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316560 | SENADOR CORTES | 3.958,37 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.959,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316570 | SENADOR FIRMINO | 149.731,19 | 39.748,23 | 664.385,18 | 0,00 | 0,00 | 514.204,60 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316580 | SENADOR JOSE BENTO | 7.021,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.021,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316590 | SENADOR MODESTINO GONCALVES | 35.569,70 | 5.177,87 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 40.747,57 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316600 | SENHORA DE OLIVEIRA | 19.530,25 | 282,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.812,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316610 | SENHORA DO PORTO | 4.197,53 | 67,84 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.265,37 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316620 | SENHORA DOS REMEDIOS | 37.906,30 | 967,28 | 0,00 | 12,60 | 0,00 | 38.886,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316630 | SERICITA | 60.052,11 | 541,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.593,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316640 | SERITINGA | 11.824,09 | 152,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.976,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316650 | SERRA AZUL DE MINAS | 38.391,50 | 78,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.469,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316660 | SERRA DA SAUDADE | 5.342,11 | 245,07 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.587,18 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316670 | SERRA DOS AIMORES | 18.486,44 | 799,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.286,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316680 | SERRA DO SALITRE | 107.673,57 | 8.666,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.340,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 316690 | SERRANIA | 164.167,64 | 19,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 164.186,85 |
| 316695 | SERRANOPOLIS DE MINAS | 5.520,82 | 539,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.060,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316700 | SERRANOS | 18.673,80 | 15,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.689,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316710 | SERRO | 783.608,72 | 511.581,27 | 684.621,48 | 0,37 | 0,00 | 1.979.811,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316720 | SETE LAGOAS | 11.411.096,03 | 16.834.390,74 | 21.086.204,56 | 742.072,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.073.764,15 |
| 316730 | SILVEIRANIA | 18.736,22 | 153,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.890,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316740 | SILVIANOPOLIS | 10.777,10 | 1.365,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.142,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316750 | SIMAO PEREIRA | 5.395,60 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.396,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316760 | SIMONESIA | 133.178,14 | 3.645,91 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 136.824,05 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316770 | SOBRALIA | 6.986,59 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.986,59 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316780 | SOLEDADE DE MINAS | 13.287,43 | 235,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.523,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316790 | TABULEIRO | 2.115,83 | 16,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.132,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316800 | TAIOBEIRAS | 1.446.360,34 | 3.993.705,72 | 5.827.487,89 | 5.514,99 | 0,00 | 480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.793.068,94 |
| 316805 | TAPARUBA | 16.937,27 | 0,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.937,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316810 | TAPIRA | 33.046,17 | 15,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.062,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316820 | TAPIRAI | 3.762,98 | 37,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.800,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316830 | TAQUARACU DE MINAS | 13.266,04 | 519,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.785,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316840 | TARUMIRIM | 343.743,15 | 285.535,81 | 403.303,83 | 0,00 | 0,00 | 1.032.582,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316850 | TEIXEIRAS | 145.568,05 | 2.659,40 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 148.227,45 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316860 | TEOFILO OTONI | 9.452.355,65 | 29.677.802,95 | 23.586.059,22 | 1.398.635,46 | 0,00 | 225.435,00 | 0,00 | 0,00 | 63.889.418,28 |
| 316870 | TIMOTEO | 3.447.808,37 | 3.338.593,77 | 2.804.693,26 | 23,39 | 0,00 | 9.289.918,79 | 0,00 | 0,00 | 301.200,00 |
| 316880 | TIRADENTES | 50.546,55 | 1.200,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 51.747,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316890 | TIROS | 138.587,30 | 569,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 139.157,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316900 | TOCANTINS | 120.427,52 | 1.516,39 | 293.482,94 | 0,00 | 0,00 | 325.426,85 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316905 | TOCOS DO MOJI | 9.713,43 | 304,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.017,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316910 | TOLEDO | 39.656,26 | 435,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.091,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316920 | TOMBOS | 380.785,14 | 6.081,69 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 726.526,83 |
| 316930 | TRES CORACOES | 3.739.615,05 | 3.255.455,55 | 6.844.410,42 | 131.932,96 | 0,00 | 12.833.018,98 | 0,00 | 0,00 | 1.138.395,00 |
| 316935 | TRES MARIAS | 1.127.119,71 | 105.550,93 | 1.001.769,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.234.440,53 |
| 316940 | TRES PONTAS | 2.575.550,58 | 4.425.785,53 | 4.266.187,22 | 3.463,68 | 0,00 | 157.500,00 | 0,00 | 0,00 | 11.113.487,01 |
| 316950 | TUMIRITINGA | 7.151,28 | 139,42 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 7.290,70 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 316960 | TUPACIGUARA | 239.724,09 | 2.311,94 | 782.198,45 | 0,37 | 0,00 | 486.574,85 | 0,00 | 0,00 | 537.660,00 |
| 316970 | TURMALINA | 707.395,91 | 704.971,54 | 1.208.686,42 | 0,37 | 0,00 | 2.281.394,24 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 316980 | TURVOLANDIA | 13.956,15 | 343,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.299,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 316990 | UBA | 6.118.703,66 | 11.579.476,53 | 20.722.773,73 | 240.905,29 | 0,00 | 36.396.424,21 | 0,00 | 0,00 | 2.265.435,00 |
| 317000 | UBAI | 45.523,95 | 11.789,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.313,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317005 | UBAPORANGA | 31.512,25 | 2.812,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.324,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317010 | UBERABA | 19.312.889,36 | 49.768.254,88 | 57.432.781,29 | 1.721.102,74 | 0,00 | 552.484,42 | 33.321.191,47 | 0,00 | 94.361.352,38 |
| 317020 | UBERLANDIA | 42.014.089,47 | 87.812.783,19 | 90.914.184,45 | 3.420.164,45 | 0,00 | 240.000,00 | 59.976.764,05 | 0,00 | 163.944.457,51 |
| 317030 | UMBURATIBA | 2.809,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.809,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317040 | UNAI | 3.271.692,00 | 1.308.087,95 | 2.059.863,76 | 142.141,16 | 0,00 | 6.442.124,87 | 0,00 | 0,00 | 339.660,00 |
| 317043 | UNIAO DE MINAS | 150.094,82 | 83.534,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 233.629,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317047 | URUANA DE MINAS | 40.371,29 | 2.814,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 43.186,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317050 | URUCANIA | 81.038,99 | 1.058,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82.097,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317052 | URUCUIA | 448.387,59 | 207.919,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 656.307,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317057 | VARGEM ALEGRE | 16.471,83 | 3.168,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.640,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317060 | VARGEM BONITA | 13.752,21 | 363,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.115,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317065 | VARGEM GRANDE DO RIO PARDO | 35.180,53 | 1.345,63 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 36.526,16 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 317070 | VARGINHA | 5.849.527,38 | 36.634.466,86 | 18.388.300,71 | 1.769.023,85 | 0,00 | 54.589.123,80 | 0,00 | 0,00 | 8.052.195,00 |
| 317075 | VARJAO DE MINAS | 49.093,10 | 1,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 49.094,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317080 | VARZEA DA PALMA | 1.007.075,11 | 137.493,85 | 1.085.820,00 | 0,37 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.080.389,33 |
| 317090 | VARZELANDIA | 427.352,09 | 23.509,05 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 600.861,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317100 | VAZANTE | 615.157,45 | 39.667,60 | 339.660,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 994.485,05 |
| 317103 | VERDELANDIA | 91.972,00 | 1.200,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.172,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317107 | VEREDINHA | 78.285,83 | 494,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 78.780,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317110 | VERISSIMO | 29.114,83 | 108,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.223,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317115 | VERMELHO NOVO | 11.643,17 | 4,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.647,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317120 | VESPASIANO | 3.768.349,39 | 766.729,00 | 8.943.104,96 | 4,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.478.188,08 |
| 317130 | VICOSA | 4.580.505,18 | 7.517.071,12 | 8.994.458,50 | 157.773,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.249.808,16 |
| 317140 | VIEIRAS | 30.945,09 | 306,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.251,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317150 | MATHIAS LOBATO | 6.456,63 | 1.308,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.764,63 |
| 317160 | VIRGEM DA LAPA | 584.149,40 | 50.778,34 | 496.981,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.131.909,06 |
| 317170 | VIRGINIA | 273.411,98 | 1.363,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 274.775,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317180 | VIRGINOPOLIS | 244.291,20 | 210.997,50 | 267.781,77 | 0,00 | 0,00 | 723.070,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317190 | VIRGOLANDIA | 22.777,23 | 127,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.904,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317200 | VISCONDE DO RIO BRANCO | 1.795.521,81 | 2.491.853,01 | 3.066.976,43 | 0,00 | 0,00 | 6.898.291,25 | 0,00 | 0,00 | 456.060,00 |
| 317210 | VOLTA GRANDE | 91.185,81 | 4.605,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.791,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 317220 | WENCESLAU BRAZ | 2.050,09 | 15,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.065,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL FUNDO MUNICIPAL | | | | | | | | | | 3.324.121.653,44 |

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

| PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão | Cód.IBGE - Nome do Município | Nome da Unidade | Código CNES | Número do Contrato | Data de Publicação do Extrato do Contrato | Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde |
| MUNICIPAL | 310620 - BELO HORIZONTE | HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG | 27049 | 066 | 04-02-2010 | 61.993.964,04 |
| MUNICIPAL | 313670 - JUIZ DE FORA | HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF | 2218798 | 394 | 15-07-2009 | 8.292.047,76 |
| MUNICIPAL | 317010 - UBERABA | HOSP. ESC. FAC. MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO | 2206595 | 100 | 15-07-2011 | 33.321.191,47 |
| MUNICIPAL | 317020 - UBERLANDIA | HOSPITAL DAS CLINICAS DE UBERLANDIA | 2146355 | 059 | 31-03-2011 | 59.976.764,05 |
| TOTAL | | | | | | 163.583.967,32 |

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

| PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DO PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cód.IBGE - Nome do Município | Nome da Unidade | Código CNES | Número do Termo | Data de Publicação do Extrato do Termo | Fundo para o qual serão realizadas as transferências | Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde |
| 310560 - BARBACENA | HOSPITAL REGIONAL DE BARBACENA DR JOSE AMERICO | 3698548 | 00503961 | 16-08-2017 | FES | 6.621.034,80 |
| 310560 - BARBACENA | CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE BARBACENA | 2098946 | 000000 | 01-04-2017 | FES | 1.565.907,64 |
| 315670 - SABARA | Hospital Cristiano Machado | 2115662 | 000000 | 09-07-2017 | FES | 1.672.688,24 |
| TOTAL | | | | | | 9.859.630,68 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 1.491, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado do Espírito Santo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, por meio do Ofício SESA/CIB/SUS-ES/Nº 025/2017, de 25 de agosto de 2017 e as Resoluções CIB Nº 129 de 07 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob Gestão Estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria e sob Gestão dos Municípios, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado do Espírito Santo, referente ao Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 767.926.448,37 assim distribuído:

| Destino | Valor Anual | Detalhamento |
|---|---|---|
| Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES | 494.382.904,58 | Anexo I |
| Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS | 232.746.445,75 | Anexo II |
| Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde | 40.797.098,04 | Anexo III |

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 1.663.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 9.009.594,00.

§ 3º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0032 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

| PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais) | |
|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS | **VALOR** |
| Limites Referentes aos recursos programados na SES | 206.148.501,45 |
| Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual | 327.136.905,49 |
| Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES | 1.894.595,68 |
| Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-) | 40.797.098,04 |
| VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | **494.382.904,58** |

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO -

| IBGE | Município | Assistência Ambulatorial e Hospitalar | | Incentivos permanentes de custeio * | Ajustes | Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES | Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual | Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde | Valores recebidos de outras UFs | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprio | Referenciado | | | | | | | |
| 320010 | AFONSO CLAUDIO | 1.614.983,50 | 17.411,37 | 584.652,52 | 1.797.540,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.014.587,88 |
| 320013 | AGUIA BRANCA | 390.601,19 | 0,00 | 0,00 | 90.000,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 480.601,27 |
| 320016 | AGUA DOCE DO NORTE | 440.694,17 | 135,17 | 0,00 | 27.847,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 468.677,24 |
| 320020 | ALEGRE | 1.736.058,31 | 62.219,55 | 628.124,52 | 346.100,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.772.502,98 |
| 320030 | ALFREDO CHAVES | 501.874,20 | 0,00 | 0,00 | 19.257,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 521.131,84 |
| 320035 | ALTO RIO NOVO | 161.176,87 | 0,00 | 0,00 | 56.285,31 | 0,00 | 161.176,87 | 0,00 | 0,00 | 56.285,31 |
| 320040 | ANCHIETA | 1.467.788,55 | 150.297,96 | 732.816,74 | 124.312,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.475.215,67 |
| 320050 | APIACA | 239.585,21 | 0,00 | 0,00 | 40.708,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 280.294,19 |
| 320060 | ARACRUZ | 5.324.457,71 | 162.411,74 | 2.676.130,86 | 3.365.086,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.528.087,03 |
| 320070 | ATILIO VIVACQUA | 425.328,65 | 0,00 | 0,00 | 21.137,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 446.465,95 |
| 320080 | BAIXO GUANDU | 1.467.790,31 | 68.377,79 | 0,00 | 378.233,69 | 0,00 | 1.183.697,43 | 0,00 | 0,00 | 730.704,36 |
| 320090 | BARRA DE SAO FRANCISCO | 2.340.238,48 | 541.867,75 | 0,00 | 24.291,40 | 1.545.114,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.361.282,81 |
| 320100 | BOA ESPERANCA | 681.931,50 | 10.036,62 | 0,00 | 33.661,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 725.629,22 |
| 320110 | BOM JESUS DO NORTE | 306.618,47 | 1,26 | 0,00 | 15.588,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 322.208,39 |
| 320115 | BREJETUBA | 401.210,71 | 0,00 | 0,00 | 266.823,01 | 0,00 | 668.033,66 | 0,00 | 0,00 | 0,06 |
| 320120 | CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM | 22.831.621,21 | 26.934.610,75 | 16.316.274,36 | 2.353.608,91 | 0,00 | 67.208.241,08 | 0,00 | 0,00 | 1.227.874,15 |
| 320130 | CARIACICA | 16.755.562,60 | 6.314.858,00 | 0,00 | 37.062,32 | 0,00 | 17.179.736,68 | 0,00 | 0,00 | 5.927.746,24 |
| 320140 | CASTELO | 1.938.238,16 | 43.810,14 | 1.188.443,60 | 584.819,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.755.311,74 |
| 320150 | COLATINA | 8.743.194,66 | 9.100.792,45 | 4.228.197,40 | 22.680.349,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 44.752.534,00 |
| 320160 | CONCEICAO DA BARRA | 893.439,19 | 0,00 | 0,00 | 64.641,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 958.080,93 |
| 320170 | CONCEICAO DO CASTELO | 528.343,75 | 824,99 | 0,00 | 14.372,56 | 0,00 | 529.168,74 | 0,00 | 0,00 | 14.372,56 |
| 320180 | DIVINO DE SAO LOURENCO | 85.088,94 | 8.769,40 | 0,00 | 137.975,46 | 0,00 | 191.833,36 | 0,00 | 0,00 | 40.000,44 |
| 320190 | DOMINGOS MARTINS | 1.785.085,49 | 389.675,88 | 634.316,52 | 5.878.252,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.687.329,90 |
| 320200 | DORES DO RIO PRETO | 129.684,66 | 0,00 | 0,00 | 122.201,69 | 0,00 | 238.178,31 | 0,00 | 0,00 | 13.708,04 |
| 320210 | ECOPORANGA | 1.212.732,11 | 17.525,23 | 0,00 | 33.718,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.263.975,82 |
| 320220 | FUNDAO | 408.739,23 | 0,00 | 0,00 | 0,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 408.739,69 |
| 320225 | GOVERNADOR LINDENBERG | 299.189,95 | 0,00 | 0,00 | 1.669,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.859,25 |
| 320230 | GUACUI | 1.770.329,69 | 752.716,73 | 1.266.856,32 | 490.767,32 | 0,00 | 3.703.140,57 | 0,00 | 0,00 | 577.529,49 |
| 320240 | GUARAPARI | 3.987.416,74 | 5.243,35 | 0,00 | 2.123.517,41 | 0,00 | 3.992.660,09 | 0,00 | 0,00 | 2.123.517,41 |
| 320245 | IBATIBA | 1.256.386,82 | 2.269,13 | 0,00 | 15.759,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.274.415,80 |
| 320250 | IBIRACU | 330.792,07 | 0,00 | 0,00 | 14.077,35 | 0,00 | 330.792,07 | 0,00 | 0,00 | 14.077,35 |
| 320255 | IBITIRAMA | 349.486,62 | 4.155,49 | 0,00 | 200.000,10 | 0,00 | 553.642,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 320260 | ICONHA | 454.494,94 | 12,60 | 0,00 | 11.411,04 | 0,00 | 182.531,46 | 0,00 | 0,00 | 283.387,12 |
| 320265 | IRUPI | 397.500,74 | 27,40 | 0,00 | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 487.528,14 |
| 320270 | ITAGUACU | 614.156,08 | 0,00 | 0,00 | 15.050,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 629.206,91 |
| 320280 | ITAPEMIRIM | 1.834.052,84 | 754.642,76 | 822.672,20 | 509.295,01 | 0,00 | 2.291.260,92 | 0,00 | 0,00 | 1.629.401,89 |
| 320290 | ITARANA | 420.608,30 | 0,00 | 59.660,70 | 10.597,14 | 0,00 | 96.136,57 | 0,00 | 0,00 | 394.729,57 |
| 320300 | IUNA | 1.315.503,46 | 124.783,87 | 768.076,41 | 112.952,90 | 0,00 | 2.214.328,14 | 0,00 | 0,00 | 106.988,50 |
| 320305 | JAGUARE | 1.110.336,50 | 0,00 | 0,00 | 24.324,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.134.660,62 |
| 320310 | JERONIMO MONTEIRO | 552.825,57 | 110.118,96 | 0,00 | 13.401,88 | 0,00 | 662.944,53 | 0,00 | 0,00 | 13.401,88 |
| 320313 | JOAO NEIVA | 1.085.009,25 | 30.863,98 | 202.795,09 | 246.833,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.565.502,18 |
| 320316 | LARANJA DA TERRA | 469.369,95 | 0,00 | 0,00 | 19.225,15 | 0,00 | 85.167,96 | 0,00 | 0,00 | 403.427,14 |
| 320320 | LINHARES | 12.631.973,05 | 6.803.116,03 | 2.128.014,82 | 8.751.718,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.314.822,54 |
| 320330 | MANTENOPOLIS | 532.633,53 | 609,20 | 0,00 | 37.344,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 570.587,52 |
| 320332 | MARATAIZES | 1.288.775,73 | 0,00 | 0,00 | 20.257,41 | 0,00 | 1.288.775,73 | 0,00 | 0,00 | 20.257,41 |
| 320334 | MARECHAL FLORIANO | 391.746,51 | 2.020,62 | 0,00 | 216.191,87 | 0,00 | 593.738,71 | 0,00 | 0,00 | 16.220,29 |
| 320335 | MARILANDIA | 419.669,23 | 0,00 | 0,00 | 111.217,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 530.886,68 |
| 320340 | MIMOSO DO SUL | 1.405.677,04 | 0,00 | 552.997,04 | 240.837,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.199.511,22 |
| 320350 | MONTANHA | 927.764,43 | 7.569,04 | 226.999,72 | 5.883,91 | 0,00 | 1.162.815,27 | 0,00 | 0,00 | 5.401,83 |
| 320360 | MUCURICI | 297.342,32 | 69.773,60 | 0,00 | 374.605,19 | 0,00 | 726.128,88 | 0,00 | 0,00 | 15.592,23 |
| 320370 | MUNIZ FREIRE | 768.180,70 | 56,52 | 156.684,82 | 12.895,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 937.817,56 |
| 320380 | MUQUI | 530.724,19 | 0,00 | 0,00 | 25.098,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 555.822,19 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 320390 | NOVA VENECIA | 2.658.985,72 | 1.564.542,57 | 1.097.297,27 | 1.910.525,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.231.351,20 |
| 320400 | PANCAS | 948.250,12 | 20.255,47 | 148.780,25 | 80.836,07 | 0,00 | 2.862,10 | 0,00 | 0,00 | 1.195.259,81 |
| 320405 | PEDRO CANARIO | 1.068.111,88 | 19.135,63 | 287.832,04 | 286.310,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.661.389,85 |
| 320410 | PINHEIROS | 1.170.414,76 | 8.811,22 | 0,00 | 100.790,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.280.016,17 |
| 320420 | PIUMA | 702.810,64 | 0,00 | 0,00 | 8.266,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 711.076,65 |
| 320425 | PONTO BELO | 242.503,11 | 10,40 | 0,00 | 25.886,21 | 0,00 | 246.475,89 | 0,00 | 0,00 | 21.923,83 |
| 320430 | PRESIDENTE KENNEDY | 371.396,82 | 0,00 | 0,00 | 10.211,75 | 0,00 | 371.396,82 | 0,00 | 0,00 | 10.211,75 |
| 320435 | RIO BANANAL | 741.063,78 | 0,00 | 0,00 | 21.860,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 762.924,12 |
| 320440 | RIO NOVO DO SUL | 240.529,20 | 0,00 | 0,00 | 29.851,97 | 0,00 | 240.529,20 | 0,00 | 0,00 | 29.851,97 |
| 320450 | SANTA LEOPOLDINA | 464.185,03 | 28.913,57 | 0,00 | 20.426,08 | 0,00 | 490.284,63 | 0,00 | 0,00 | 23.240,05 |
| 320455 | SANTA MARIA DE JETIBA | 1.838.417,62 | 86.235,41 | 568.440,61 | 1.124.864,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.617.958,58 |
| 320460 | SANTA TERESA | 1.465.530,00 | 1.209.091,31 | 1.477.019,83 | 2.485.567,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.637.208,19 |
| 320465 | SAO DOMINGOS DO NORTE | 246.877,49 | 0,00 | 0,00 | 316.387,92 | 0,00 | 459.001,25 | 0,00 | 0,00 | 104.264,16 |
| 320470 | SAO GABRIEL DA PALHA | 1.788.240,27 | 50.021,20 | 0,00 | 21.893,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.860.154,74 |
| 320480 | SAO JOSE DO CALCADO | 706.095,80 | 188.443,73 | 99.000,00 | 22.623,82 | 349.480,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 666.682,49 |
| 320490 | SAO MATEUS | 8.031.922,20 | 3.578.752,79 | 910.468,86 | 401.731,53 | 0,00 | 12.431.142,85 | 0,00 | 0,00 | 491.732,53 |
| 320495 | SAO ROQUE DO CANAA | 461.237,54 | 0,00 | 0,00 | 18.629,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 479.867,49 |
| 320500 | SERRA | 29.712.330,35 | 5.462.444,57 | 99.000,00 | 9.474.905,58 | 0,00 | 18.115.569,98 | 0,00 | 0,00 | 26.633.110,52 |
| 320501 | SOORETAMA | 520.589,04 | 0,00 | 0,00 | 28.995,71 | 0,00 | 520.589,04 | 0,00 | 0,00 | 28.995,71 |
| 320503 | VARGEM ALTA | 1.091.382,40 | 3.703,36 | 0,00 | 78.603,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.173.688,95 |
| 320506 | VENDA NOVA DO IMIGRANTE | 1.325.228,01 | 364.169,12 | 376.716,55 | 1.592.352,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.658.465,98 |
| 320510 | VIANA | 2.483.961,59 | 1.500,00 | 0,00 | 127.101,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.612.563,19 |
| 320515 | VILA PAVAO | 133.145,72 | 0,00 | 0,00 | 33.937,68 | 0,00 | 141.730,27 | 0,00 | 0,00 | 25.353,13 |
| 320517 | VILA VALERIO | 446.557,84 | 0,00 | 0,00 | 21.389,02 | 0,00 | 446.557,84 | 0,00 | 0,00 | 21.389,02 |
| 320520 | VILA VELHA | 35.035.753,49 | 25.458.210,95 | 5.366.275,64 | 532.373,37 | 0,00 | 56.108.631,16 | 0,00 | 0,00 | 10.283.982,29 |
| 320530 | VITORIA | 47.186.484,22 | 89.601.584,83 | 13.994.939,36 | 3.719.879,76 | 0,00 | 132.318.005,22 | 0,00 | 0,00 | 22.184.882,95 |
| TOTAL FUNDO MUNICIPAL | | | | | | | | | | 232.746.445,75 |

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO -

| PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Gestão | Cód.IBGE - Nome do Município | Nome da Unidade | Código CNES | Número do Contrato | Data de Publicação do Extrato do Contrato | Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde |
| Estadual | 320530 - VITORIA | HOSPITAL DAS CLÍNICAS-HUCAM | 4044916 | 0012/2013 | 17-10-2013 | 40.797.098,04 |
| TOTAL | | | | | | 40.797.098,04 |

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO -

| PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cód.IBGE - Nome do Município | Nome da Unidade | Código CNES | Número do Termo | Data de Publicação do Extrato do Termo | Fundo para o qual serão realizadas as transferências | Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde |
| 320090 - BARRA DE SAO FRANCISCO | HOSPITAL DOUTORA RITA DE CASSIA - HDRC | 2445956 | 01/2016 | 21-12-2016 | FES | 1.545.114,82 |
| 320480 - SAO JOSE DO CALCADO | HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ | 2547317 | 01/2016TA | 16-12-2016 | FES | 349.480,86 |
| TOTAL | | | | | | 1.894.595,68 |

**PORTARIA Nº 1.493, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº. 40, de 28/08/2017, e da Deliberação CIB nº. 044 de 25/08/2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão Estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos Municípios, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 8.618.179.347,04, assim distribuído:

| Destino | Valor Anual | Detalhamento |
|---|---|---|
| Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES | 3.823.111.629,26 | Anexo I |
| Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS | 4.795.067.717,78 | Anexo II |

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 39.824.400,00e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 218.732.079,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento do recurso por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10° parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDOANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

| ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS | VALOR |
|---|---|
| Limites Referentes aos recursos programados na SES | 90.439.594,79 |
| Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual | 3.732.672.034,47 |
| Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES | 0,00 |
| Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-) | 0,00 |
| VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | 3.823.111.629,26 |

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

| IBGE | Município | Assistência Ambulatorial e Hospitalar | | Incentivos permanentes de custeio * | Ajustes | Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES | Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual | Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde | Valores recebidos de outras UFs | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprio | Referenciado | | | | | | | |
| 350010 | ADAMANTINA | 4.021.413,32 | 1.400.253,86 | 1.840.228,26 | 2.167.710,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.429.606,38 |
| 350020 | ADOLFO | 72.676,58 | 4,29 | 0,00 | 92.522,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.202,91 |
| 350030 | AGUAI | 1.798.929,59 | 719,24 | 157.500,00 | -1.032.279,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 924.869,66 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 350040 | AGUAS DA PRATA | 149.805,48 | 14.340,00 | 0,00 | -12.217,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 151.927,86 |
| 350050 | AGUAS DE LINDOIA | 782.100,93 | 149.194,91 | 460.269,48 | 405.245,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.796.811,01 |
| 350055 | AGUAS DE SANTA BARBARA | 79.006,43 | 0,00 | -90.000,00 | 94.883,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 83.889,61 |
| 350060 | AGUAS DE SAO PEDRO | 61.396,50 | 380,20 | 0,00 | 2.349,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.126,03 |
| 350070 | AGUDOS | 1.381.137,05 | 703.684,42 | 1.218.269,99 | 939.050,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.242.142,03 |
| 350075 | ALAMBARI | 9.663,24 | 450,00 | 263.025,00 | 94.589,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 367.727,95 |
| 350080 | ALFREDO MARCONDES | 20.685,38 | 0,00 | 0,00 | 2.711,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.396,45 |
| 350090 | ALTAIR | 32.128,72 | 0,00 | 157.500,00 | 94.484,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 284.112,94 |
| 350100 | ALTINOPOLIS | 1.076.952,77 | 62.614,02 | 855.380,45 | 688.452,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.683.399,54 |
| 350110 | ALTO ALEGRE | 186.598,29 | 0,00 | -90.000,00 | 8.990,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.588,90 |
| 350115 | ALUMINIO | 294.858,03 | 4.766,97 | 0,00 | 10.234,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 309.859,98 |
| 350120 | ALVARES FLORENCE | 17.829,20 | 0,00 | 0,00 | 14.187,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.016,54 |
| 350130 | ALVARES MACHADO | 716.532,75 | 55.874,16 | 0,00 | 783.905,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.556.312,59 |
| 350140 | ALVARO DE CARVALHO | 5.565,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.565,66 |
| 350150 | ALVINLANDIA | 1.210,68 | 0,00 | 0,00 | 90.727,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.937,88 |
| 350160 | AMERICANA | 10.780.575,98 | 2.020.232,62 | 1.219.997,05 | 6.642.193,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.662.999,04 |
| 350170 | AMERICO BRASILIENSE | 704.891,94 | 715.469,21 | 357.850,00 | 2.953.866,36 | 0,00 | 2.951.775,46 | 0,00 | 0,00 | 1.780.302,05 |
| 350180 | AMERICO DE CAMPOS | 73.424,35 | 0,00 | 0,00 | 8.719,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82.143,71 |
| 350190 | AMPARO | 4.476.795,90 | 3.792.938,82 | 2.429.671,19 | 4.047.664,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.747.070,34 |
| 350200 | ANALANDIA | 50.299,43 | 0,00 | 0,00 | 4.317,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 54.617,10 |
| 350210 | ANDRADINA | 2.421.840,39 | 617.471,46 | 1.539.034,17 | 3.214.329,20 | 0,00 | 6.300.862,67 | 0,00 | 0,00 | 1.491.812,55 |
| 350220 | ANGATUBA | 1.358.639,97 | 206.211,27 | 263.025,00 | 543.499,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.371.376,10 |
| 350230 | ANHEMBI | 22.533,96 | 0,00 | 173.025,00 | 94.194,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 289.753,11 |
| 350240 | ANHUMAS | 20.466,65 | 0,00 | 0,00 | 2.562,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.029,51 |
| 350250 | APARECIDA | 2.151.751,91 | 1.222.993,37 | 2.327.850,48 | 1.167.135,95 | 0,00 | 5.289.273,02 | 0,00 | 0,00 | 1.580.458,69 |
| 350260 | APARECIDA D'OESTE | 169.223,49 | 5.243,72 | 157.500,00 | 39.351,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 371.318,21 |
| 350270 | APIAI | 1.255.132,32 | 616.397,09 | 1.464.391,38 | 527.156,64 | 0,00 | 12.552,96 | 0,00 | 0,00 | 3.850.524,47 |
| 350275 | ARACARIGUAMA | 190.720,63 | 0,00 | 157.500,00 | 15.307,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 363.527,71 |
| 350280 | ARACATUBA | 17.430.617,34 | 11.343.505,60 | 12.015.509,68 | 18.357.241,67 | 0,00 | 39.859.626,39 | 0,00 | 0,00 | 19.287.247,90 |
| 350290 | ARACOIABA DA SERRA | 394.313,66 | 0,00 | 339.660,00 | 14.928,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 748.902,52 |
| 350300 | ARAMINA | 82.352,41 | 0,00 | 0,00 | 13.635,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.988,37 |
| 350310 | ARANDU | 299.281,62 | 4.361,86 | 0,00 | 14.130,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 317.773,98 |
| 350315 | ARAPEI | 32.285,02 | 0,00 | 157.500,00 | 1.380,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 191.165,46 |
| 350320 | ARARAQUARA | 13.895.230,67 | 7.373.300,61 | 12.205.987,62 | 27.525.323,44 | 0,00 | 3.744.794,69 | 0,00 | 0,00 | 57.255.047,65 |
| 350330 | ARARAS | 10.581.640,47 | 11.381.165,85 | 7.601.962,64 | 5.198.009,79 | 0,00 | 9.995.789,26 | 0,00 | 0,00 | 24.766.989,49 |
| 350335 | ARCO-IRIS | 13.355,81 | 0,00 | 0,00 | 510,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.866,77 |
| 350340 | AREALVA | 283.429,33 | 16.341,02 | 263.025,00 | 9.595,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 572.390,85 |
| 350350 | AREIAS | 33.080,81 | 24.204,59 | 0,00 | 7.562,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.847,72 |
| 350360 | AREIOPOLIS | 102.081,25 | 0,00 | 263.025,00 | 3.022,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 368.128,93 |
| 350370 | ARIRANHA | 197.196,38 | 2.022,38 | 158.400,00 | 110.276,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 467.895,68 |
| 350380 | ARTUR NOGUEIRA | 771.424,68 | 0,00 | 0,00 | 403.490,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.174.914,99 |
| 350390 | ARUJA | 1.334.166,19 | 0,00 | 173.028,00 | 1.293.898,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.801.093,04 |
| 350395 | ASPASIA | 14.954,16 | 0,00 | 0,00 | 8.102,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.056,51 |
| 350400 | ASSIS | 7.829.716,52 | 4.655.471,82 | 5.249.050,60 | 8.196.180,46 | 0,00 | 8.227.343,16 | 0,00 | 0,00 | 17.703.076,24 |
| 350410 | ATIBAIA | 3.558.016,58 | 240.751,67 | 857.100,00 | 3.672.037,98 | 0,00 | 133.954,23 | 0,00 | 0,00 | 8.193.952,00 |
| 350420 | AURIFLAMA | 595.279,94 | 298.945,97 | 466.547,76 | 93.192,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.453.965,78 |
| 350430 | AVAI | 25.985,96 | 0,00 | 0,00 | 7.140,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.126,29 |
| 350440 | AVANHANDAVA | 288.683,07 | 0,00 | 0,00 | 25.233,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 313.916,34 |
| 350450 | AVARE | 5.517.175,97 | 3.416.728,58 | 5.963.713,19 | 5.655.353,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.552.971,22 |
| 350460 | BADY BASSITT | 134.231,15 | 0,00 | 0,00 | 98.221,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 232.452,98 |
| 350470 | BALBINOS | 48,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48,30 |
| 350480 | BALSAMO | 46.349,98 | 0,00 | 0,00 | 20.066,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.416,17 |
| 350490 | BANANAL | 1.092.486,06 | 63.814,85 | 0,00 | 115.055,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.271.356,12 |
| 350500 | BARAO DE ANTONINA | 25.725,74 | 1.654,05 | 0,00 | 4.251,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.631,54 |
| 350510 | BARBOSA | 28.781,04 | 0,00 | 0,00 | 3.785,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.566,65 |
| 350520 | BARIRI | 1.507.715,73 | 212.874,20 | 939.392,51 | 535.781,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.195.764,39 |
| 350530 | BARRA BONITA | 1.094.726,94 | 443.848,79 | 1.038.003,90 | 587.384,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.163.964,41 |
| 350535 | BARRA DO CHAPEU | 6.169,30 | 582,40 | 0,00 | 1.489,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.241,63 |
| 350540 | BARRA DO TURVO | 77.979,36 | 0,00 | 0,00 | 1.445,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79.424,52 |
| 350550 | BARRETOS | 17.318.131,16 | 54.217.001,84 | 25.217.664,96 | 69.861.852,35 | 0,00 | 129.414.473,13 | 0,00 | 0,00 | 37.200.177,18 |
| 350560 | BARRINHA | 1.144.127,10 | 0,00 | 263.028,00 | 527.596,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.934.751,12 |
| 350570 | BARUERI | 14.670.831,70 | 945.525,70 | 0,00 | 12.587.925,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.204.282,42 |
| 350580 | BASTOS | 1.231.938,72 | 23.361,93 | 518.157,60 | 338.516,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.111.975,12 |
| 350590 | BATATAIS | 3.665.086,31 | 672.521,16 | 3.315.651,33 | 10.771.659,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.424.918,49 |
| 350600 | BAURU | 30.936.065,51 | 23.885.662,56 | 21.425.449,78 | 68.152.240,72 | 0,00 | 107.337.423,06 | 0,00 | 0,00 | 37.061.995,51 |
| 350610 | BEBEDOURO | 4.205.127,99 | 1.225.218,24 | 2.460.000,00 | 1.901.205,10 | 0,00 | 91.682,58 | 0,00 | 0,00 | 9.699.868,75 |
| 350620 | BENTO DE ABREU | 5.627,76 | 0,00 | 0,00 | 61.901,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.529,16 |
| 350630 | BERNARDINO DE CAMPOS | 536.526,48 | 151.004,22 | 157.500,00 | 37.945,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 882.976,30 |
| 350635 | BERTIOGA | 2.385.116,25 | 19.544,32 | 315.000,00 | 311.304,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.030.965,53 |
| 350640 | BILAC | 278.218,31 | 98.525,51 | 0,00 | 183.965,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 560.709,78 |
| 350650 | BIRIGUI | 4.500.645,97 | 1.534.660,54 | 1.335.874,11 | 126.318,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.497.498,63 |
| 350660 | BIRITIBA-MIRIM | 1.309.223,22 | 0,00 | 263.028,00 | 496.659,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.068.910,56 |
| 350670 | BOA ESPERANCA DO SUL | 682.087,99 | 15.059,25 | 97.500,00 | 36.221,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 830.869,20 |
| 350680 | BOCAINA | 382.222,99 | 169,19 | 7.500,00 | 23.064,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 412.956,59 |
| 350690 | BOFETE | 17.894,84 | 0,00 | 0,00 | 21.249,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.144,01 |
| 350700 | BOITUVA | 1.714.002,79 | 304.714,26 | 605.675,10 | 256.259,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.880.652,13 |
| 350710 | BOM JESUS DOS PERDOES | 520.533,21 | 0,00 | 157.500,00 | 24.908,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 702.941,38 |
| 350715 | BOM SUCESSO DE ITARARE | 3.971,77 | 0,00 | 0,00 | 3.684,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.655,77 |
| 350720 | BORA | 8.158,98 | 140,70 | 0,00 | 625,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.924,80 |
| 350730 | BORACEIA | 19.491,60 | 0,00 | 0,00 | 60.970,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 80.461,78 |
| 350740 | BORBOREMA | 653.671,98 | 4.036,58 | 0,00 | 134.242,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 791.951,24 |
| 350745 | BOREBI | 3.103,38 | 0,00 | 0,00 | 39.350,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.454,26 |
| 350750 | BOTUCATU | 25.216.901,99 | 33.964.557,19 | 6.566.735,77 | 21.796.174,20 | 0,00 | 80.609.538,37 | 0,00 | 0,00 | 6.934.830,78 |
| 350760 | BRAGANCA PAULISTA | 13.909.258,06 | 9.999.966,79 | 13.878.896,18 | 9.394.154,96 | 0,00 | 30.520.410,57 | 0,00 | 0,00 | 16.661.865,42 |
| 350770 | BRAUNA | 4.439,26 | 0,00 | 0,00 | 14.435,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.874,30 |
| 350775 | BREJO ALEGRE | 5.427,59 | 0,00 | 0,00 | 1.700,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.127,90 |
| 350780 | BRODOSQUI | 458.329,60 | 0,00 | 263.028,00 | 126.915,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 848.272,73 |
| 350790 | BROTAS | 738.280,59 | 5.993,96 | 0,00 | 57.342,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 801.616,93 |
| 350800 | BURI | 901.685,95 | 37.117,29 | 0,00 | -36.706,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 902.096,70 |
| 350810 | BURITAMA | 755.219,37 | 1.202.115,48 | 118.800,00 | 555.841,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.631.975,90 |
| 350820 | BURITIZAL | 22.239,80 | 0,00 | 0,00 | 122.511,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 144.750,98 |
| 350830 | CABRALIA PAULISTA | 6.204,84 | 0,00 | 0,00 | 90.229,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 96.434,07 |
| 350840 | CABREUVA | 1.223.494,46 | 15.656,46 | 0,00 | 710.401,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.949.552,91 |
| 350850 | CACAPAVA | 4.834.811,64 | 315.847,54 | 4.066.162,73 | 1.458.783,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.675.605,49 |
| 350860 | CACHOEIRA PAULISTA | 1.613.857,25 | 43.710,12 | 158.400,00 | 215.630,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.031.597,62 |
| 350870 | CACONDE | 968.089,84 | 846.889,65 | 1.071.260,33 | 134.944,78 | 0,00 | 2.719.133,12 | 0,00 | 0,00 | 302.051,48 |
| 350880 | CAFELANDIA | 829.631,34 | 223.582,72 | 758.717,55 | 162.281,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.974.213,06 |
| 350890 | CAIABU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.082,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.082,94 |
| 350900 | CAIEIRAS | 3.029.610,97 | 48.141,59 | 0,00 | 1.367.104,84 | 0,00 | 1.154.077,44 | 0,00 | 0,00 | 3.290.779,96 |
| 350910 | CAIUA | 382,39 | 0,00 | 0,00 | 90.889,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.272,16 |
| 350920 | CAJAMAR | 5.505.715,53 | 228.306,54 | 0,00 | 1.479.425,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.213.447,61 |
| 350925 | CAJATI | 952.816,52 | 0,00 | 0,00 | 455.618,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.408.434,55 |
| 350930 | CAJOBI | 554.932,95 | 43.240,33 | 157.500,00 | 75.573,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 831.246,54 |
| 350940 | CAJURU | 1.874.499,91 | 170.727,74 | 1.040.554,12 | 1.012.228,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.098.009,77 |
| 350945 | CAMPINA DO MONTE ALEGRE | 11.528,61 | 0,00 | 0,00 | 5.239,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.768,04 |
| 350950 | CAMPINAS | 125.753.406,17 | 71.991.514,09 | 52.421.318,46 | 184.605.601,69 | 0,00 | 173.175.075,09 | 0,00 | 0,00 | 261.596.765,32 |
| 350960 | CAMPO LIMPO PAULISTA | 2.585.294,05 | 178.212,89 | 0,00 | 1.825.688,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.589.195,41 |
| 350970 | CAMPOS DO JORDAO | 2.654.179,91 | 5.433.997,56 | 2.927.643,50 | -893.613,62 | 0,00 | 6.076.486,44 | 0,00 | 0,00 | 4.045.720,91 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 350980 | CAMPOS NOVOS PAULISTA | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 | 3.937,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.937,87 |
| 350990 | CANANEIA | 293.577,89 | 0,00 | 0,00 | 14.467,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 308.045,15 |
| 350995 | CANAS | 2.470,21 | 0,00 | 0,00 | 333,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.803,69 |
| 351000 | CANDIDO MOTA | 1.876.245,34 | 20.735,07 | 0,00 | 514.008,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.410.988,83 |
| 351010 | CANDIDO RODRIGUES | 71.568,13 | 2.710,60 | 0,00 | 695,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74.974,07 |
| 351015 | CANITAR | 1.204,59 | 0,00 | 0,00 | 99.478,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100.682,61 |
| 351020 | CAPAO BONITO | 2.519.104,62 | 247.815,38 | 1.106.134,99 | 739.471,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.612.526,98 |
| 351030 | CAPELA DO ALTO | 257.243,80 | 0,00 | 249.660,00 | 203.294,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 710.198,32 |
| 351040 | CAPIVARI | 2.819.785,54 | 686.319,71 | 1.320.322,39 | 1.312.235,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.138.663,37 |
| 351050 | CARAGUATATUBA | 4.930.421,25 | 845.149,49 | 5.017.758,77 | 7.605.480,08 | 0,00 | 856.083,79 | 0,00 | 0,00 | 17.542.725,80 |
| 351060 | CARAPICUIBA | 14.042.082,93 | 2.689.533,56 | 907.200,00 | 15.191.014,09 | 0,00 | 24.850.273,20 | 0,00 | 0,00 | 7.979.557,38 |
| 351070 | CARDOSO | 919.183,44 | 374.975,44 | 157.500,00 | 60.355,83 | 0,00 | 1.174.310,41 | 0,00 | 0,00 | 337.704,30 |
| 351080 | CASA BRANCA | 4.770.746,30 | 2.437.693,73 | 1.150.128,42 | 2.154.160,75 | 0,00 | 7.313.753,15 | 0,00 | 0,00 | 3.198.976,05 |
| 351090 | CASSIA DOS COQUEIROS | 22.069,70 | 0,00 | 0,00 | 2.285,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.354,89 |
| 351100 | CASTILHO | 862.773,05 | 30.619,67 | 374.818,26 | -160.867,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.107.343,66 |
| 351110 | CATANDUVA | 17.522.524,37 | 15.803.777,57 | 15.545.097,71 | 16.085.058,53 | 0,00 | 54.424.542,42 | 0,00 | 0,00 | 10.531.915,76 |
| 351120 | CATIGUA | 67.638,87 | 0,00 | 0,00 | 92.765,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160.403,88 |
| 351130 | CEDRAL | 63.809,16 | 0,00 | 426.000,00 | 88.395,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 578.204,64 |
| 351140 | CERQUEIRA CESAR | 721.073,07 | 498.356,04 | 765.124,47 | 88.400,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.072.954,55 |
| 351150 | CERQUILHO | 1.618.264,89 | 2.428,32 | 1.491.601,62 | 362.218,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.474.513,54 |
| 351160 | CESARIO LANGE | 704.213,77 | 30.385,43 | 0,00 | 22.565,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 757.164,40 |
| 351170 | CHARQUEADA | 642.607,76 | 71.121,97 | 0,00 | -34.876,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 678.853,73 |
| 351190 | CLEMENTINA | 211.510,77 | 0,00 | 0,00 | 208.771,06 | 0,00 | 371.198,52 | 0,00 | 0,00 | 49.083,31 |
| 351200 | COLINA | 901.949,53 | 768,10 | 157.500,00 | 63.601,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.123.818,96 |
| 351210 | COLOMBIA | 177.749,62 | 1.877,51 | 157.500,00 | 23.095,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 360.222,33 |
| 351220 | CONCHAL | 1.542.463,23 | 23.340,42 | 1.286.279,09 | 73.339,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.925.422,22 |
| 351230 | CONCHAS | 887.970,25 | 208.816,37 | 0,00 | -45.375,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.051.411,51 |
| 351240 | CORDEIROPOLIS | 693.350,64 | 5.392,68 | 356.678,00 | 744.529,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.799.950,82 |
| 351250 | COROADOS | 1.520,40 | 0,00 | 0,00 | 90.836,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 92.357,07 |
| 351260 | CORONEL MACEDO | 81.279,86 | 6.003,98 | 0,00 | 5.113,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 92.397,82 |
| 351270 | CORUMBATAI | 47.215,49 | 0,00 | 263.025,00 | 2.435,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 312.675,67 |
| 351280 | COSMOPOLIS | 2.535.629,54 | 30.420,67 | 429.348,03 | 2.871.878,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.867.277,16 |
| 351290 | COSMORAMA | 104.531,00 | 0,00 | 0,00 | 11.020,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 115.551,24 |
| 351300 | COTIA | 9.042.387,05 | 2.777.384,86 | 832.860,00 | 5.876.017,57 | 0,00 | 12.262.412,94 | 0,00 | 0,00 | 6.266.236,54 |
| 351310 | CRAVINHOS | 597.366,67 | 10.332,53 | 263.028,00 | 17.838,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 888.565,91 |
| 351320 | CRISTAIS PAULISTA | 39.558,96 | 0,00 | 0,00 | 104.827,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 144.386,13 |
| 351330 | CRUZALIA | 34.791,65 | 0,00 | 0,00 | 961,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.753,46 |
| 351340 | CRUZEIRO | 4.913.822,18 | 851.034,84 | 3.232.217,97 | 1.786.777,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.783.852,22 |
| 351350 | CUBATAO | 10.221.577,37 | 122.613,22 | 1.937.100,00 | 4.407.258,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.688.549,47 |
| 351360 | CUNHA | 961.259,87 | 4.784,10 | 912.043,78 | 727.310,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.605.398,40 |
| 351370 | DESCALVADO | 875.235,49 | 969,71 | 138.600,00 | 203.540,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.218.345,25 |
| 351380 | DIADEMA | 32.260.099,38 | 8.999.185,00 | 4.007.450,00 | 19.807.010,11 | 0,00 | 18.168.256,79 | 0,00 | 0,00 | 46.905.487,70 |
| 351385 | DIRCE REIS | 3.000,24 | 0,00 | 0,00 | 5.949,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.949,62 |
| 351390 | DIVINOLANDIA | 2.258.787,31 | 4.967.822,28 | 5.975.446,33 | 5.190.779,09 | 0,00 | 18.296.041,25 | 0,00 | 0,00 | 96.793,76 |
| 351400 | DOBRADA | 16.210,44 | 0,00 | 0,00 | 1.042,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.252,87 |
| 351410 | DOIS CORREGOS | 1.186.468,86 | 10.400,97 | 743.138,82 | 679.728,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.619.736,76 |
| 351420 | DOLCINOPOLIS | 6.078,43 | 0,00 | 0,00 | 7.096,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.174,91 |
| 351430 | DOURADO | 308.016,33 | 993,74 | 0,00 | 110.701,65 | 0,00 | 191.566,12 | 0,00 | 0,00 | 228.145,60 |
| 351440 | DRACENA | 2.843.554,48 | 1.465.146,74 | 2.088.532,08 | 2.572.232,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.969.465,59 |
| 351450 | DUARTINA | 991.903,14 | 225.696,77 | 937.305,48 | 264.538,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.419.444,10 |
| 351460 | DUMONT | 300.736,20 | 0,00 | 263.028,00 | 3.536,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 567.300,97 |
| 351470 | ECHAPORA | 123.091,29 | 22.891,31 | 0,00 | 4.970,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.952,73 |
| 351480 | ELDORADO | 391.460,19 | 0,00 | 0,00 | 11.688,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 403.148,91 |
| 351490 | ELIAS FAUSTO | 476.367,89 | 730,20 | 0,00 | 101.330,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 578.428,88 |
| 351492 | ELISIARIO | 20.667,18 | 0,00 | 0,00 | 93.846,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 114.514,01 |
| 351495 | EMBAUBA | 8.608,30 | 0,00 | 0,00 | 61.970,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.579,21 |
| 351500 | EMBU DAS ARTES | 7.259.749,68 | 46.389,16 | 5.433.516,00 | 2.891.680,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.631.335,48 |
| 351510 | EMBU-GUACU | 1.490.647,62 | 0,00 | 684.456,00 | 1.183.362,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.358.466,02 |
| 351512 | EMILIANOPOLIS | 11.766,00 | 0,00 | 0,00 | 4.023,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.789,81 |
| 351515 | ENGENHEIRO COELHO | 73.805,70 | 0,00 | 0,00 | 106.649,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.454,76 |
| 351518 | ESPIRITO SANTO DO PINHAL | 4.104.461,10 | 2.155.774,29 | 2.337.401,03 | 2.165.551,39 | 0,00 | 5.004.792,61 | 0,00 | 0,00 | 5.758.395,20 |
| 351519 | ESPIRITO SANTO DO TURVO | 929,89 | 0,00 | 0,00 | 2.481,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.411,43 |
| 351520 | ESTRELA D'OESTE | 466.273,68 | 140.440,65 | 0,00 | 24.864,25 | 0,00 | 61.396,09 | 0,00 | 0,00 | 570.182,49 |
| 351530 | ESTRELA DO NORTE | 10.140,41 | 0,00 | 0,00 | 13.155,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.296,03 |
| 351535 | EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA | 262.511,63 | 0,00 | 0,00 | 21.915,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 284.427,53 |
| 351540 | FARTURA | 975.971,83 | 44.009,06 | 263.028,00 | 54.932,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.337.941,46 |
| 351550 | FERNANDOPOLIS | 5.420.533,63 | 2.081.965,55 | 8.643.435,85 | 4.617.227,14 | 0,00 | 15.830.407,67 | 0,00 | 0,00 | 4.932.754,50 |
| 351560 | FERNANDO PRESTES | 52.378,30 | 0,00 | 99.000,00 | 96.222,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 247.600,96 |
| 351565 | FERNAO | 1.293,98 | 0,00 | 0,00 | 70.935,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 72.229,27 |
| 351570 | FERRAZ DE VASCONCELOS | 9.876.422,04 | 4.108.566,75 | 581.835,00 | 6.662.454,07 | 0,00 | 17.848.520,11 | 0,00 | 0,00 | 3.380.757,75 |
| 351580 | FLORA RICA | 487,76 | 0,00 | 0,00 | 1.666,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.153,90 |
| 351590 | FLOREAL | 2.868,84 | 0,00 | 0,00 | 31.843,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.712,30 |
| 351600 | FLORIDA PAULISTA | 569.886,55 | 8.909,36 | 0,00 | 262.578,73 | 0,00 | 582.943,37 | 0,00 | 0,00 | 258.431,27 |
| 351610 | FLORINIA | 77.601,70 | 0,00 | 0,00 | 1.430,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79.031,95 |
| 351620 | FRANCA | 31.301.745,02 | 9.179.449,52 | 18.499.330,44 | 18.987.517,70 | 0,00 | 58.521.813,16 | 0,00 | 0,00 | 19.446.229,52 |
| 351630 | FRANCISCO MORATO | 10.308.081,58 | 2.597.791,54 | 1.658.577,90 | 2.647.229,63 | 0,00 | 6.817.560,16 | 0,00 | 0,00 | 10.394.120,49 |
| 351640 | FRANCO DA ROCHA | 9.104.299,72 | 4.997.649,38 | 757.035,00 | 6.877.190,03 | 0,00 | 14.851.807,71 | 0,00 | 0,00 | 6.884.366,42 |
| 351650 | GABRIEL MONTEIRO | 5.773,36 | 0,00 | 0,00 | 2.743,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.517,03 |
| 351660 | GALIA | 355.608,90 | 54.414,21 | 0,00 | 63.915,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 473.938,23 |
| 351670 | GARCA | 5.764.190,42 | 299.719,34 | 1.082.448,31 | 3.688.930,23 | 0,00 | 2.802.432,26 | 0,00 | 0,00 | 8.032.856,04 |
| 351680 | GASTAO VIDIGAL | 33.038,20 | 0,00 | 0,00 | 7.778,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.816,59 |
| 351685 | GAVIAO PEIXOTO | 35.594,54 | 881,49 | 0,00 | 768,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.244,50 |
| 351690 | GENERAL SALGADO | 472.279,56 | 42.682,58 | 99.000,00 | 35.794,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 649.756,73 |
| 351700 | GETULINA | 405.429,83 | 2.055,26 | 0,00 | 67.347,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 474.832,66 |
| 351710 | GLICERIO | 66.958,82 | 0,00 | 0,00 | 3.376,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.335,65 |
| 351720 | GUAICARA | 5.456,07 | 0,00 | 0,00 | 65.979,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 71.435,60 |
| 351730 | GUAIMBE | 110.309,27 | 0,00 | 0,00 | 91.184,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 201.494,15 |
| 351740 | GUAIRA | 1.658.085,11 | 8.168,55 | 892.431,27 | 729.359,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.288.044,05 |
| 351750 | GUAPIACU | 281.069,86 | 0,00 | 90.000,00 | 559.439,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 930.509,77 |
| 351760 | GUAPIARA | 864.245,44 | 70.080,86 | 165.000,00 | 132.724,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.232.050,61 |
| 351770 | GUARA | 1.050.146,59 | 0,00 | 217.800,00 | 548.319,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.816.265,88 |
| 351780 | GUARACAI | 345.916,93 | 1.680,81 | 0,00 | 71.906,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 419.503,89 |
| 351790 | GUARACI | 220.772,69 | 0,00 | 157.500,00 | 62.624,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 440.897,26 |
| 351800 | GUARANI D'OESTE | 32.830,93 | 0,00 | 0,00 | 3.662,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.492,95 |
| 351810 | GUARANTA | 213.537,59 | 0,00 | 0,00 | -146.755,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66.781,81 |
| 351820 | GUARARAPES | 1.419.562,83 | 74.970,31 | 718.073,34 | 62.816,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.275.422,85 |
| 351830 | GUARAREMA | 1.054.210,06 | 10.369,51 | 1.408.011,14 | 73.295,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.545.885,81 |
| 351840 | GUARATINGUETA | 9.923.124,69 | 3.357.825,75 | 6.291.826,87 | 5.911.646,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.484.424,27 |
| 351850 | GUAREI | 210.321,00 | 23,08 | 263.025,00 | 23.238,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 496.607,79 |
| 351860 | GUARIBA | 1.652.298,73 | 671.866,63 | 1.551.770,29 | -234.741,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.641.193,67 |
| 351870 | GUARUJA | 19.985.325,98 | 1.500.411,94 | 11.038.272,21 | 18.597.842,59 | 0,00 | 1.817.221,12 | 0,00 | 0,00 | 49.304.631,60 |
| 351880 | GUARULHOS | 93.827.414,38 | 7.084.611,27 | 32.370.540,94 | 48.755.539,17 | 0,00 | 60.087.328,93 | 0,00 | 0,00 | 121.950.776,83 |
| 351885 | GUATAPARA | 52.441,85 | 1.147,07 | 157.500,00 | 5.428,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 216.517,73 |
| 351890 | GUZOLANDIA | 9.505,08 | 0,00 | 0,00 | 3.445,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.950,43 |
| 351900 | HERCULANDIA | 426.131,27 | 1.697,76 | 444.000,42 | 229.580,53 | 0,00 | 837.227,04 | 0,00 | 0,00 | 264.182,94 |
| 351905 | HOLAMBRA | 269.238,39 | 0,00 | 0,00 | 10.028,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 279.266,80 |
| 351907 | HORTOLANDIA | 8.367.552,16 | 121.761,59 | 2.509.200,00 | 8.928.796,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.927.310,52 |
| 351910 | IACANGA | 300.224,55 | 6.597,61 | 263.028,00 | 17.185,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 587.035,85 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 351920 | IACRI | 338.992,31 | 323,95 | 57.100,05 | -72.556,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 323.859,53 |
| 351925 | IARAS | 17.063,40 | 11.526,46 | 0,00 | 9.303,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.893,71 |
| 351930 | IBATE | 1.302.295,63 | 12.628,05 | 0,00 | 106.292,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.421.216,09 |
| 351940 | IBIRA | 335.293,16 | 3.354,76 | 263.025,00 | 18.325,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 619.998,90 |
| 351950 | IBIRAREMA | 82.279,07 | 0,00 | 0,00 | 91.901,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 174.180,19 |
| 351960 | IBITINGA | 3.009.763,98 | 218.940,71 | 1.835.296,70 | 648.245,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.712.247,09 |
| 351970 | IBIUNA | 3.350.083,75 | 7.973,55 | 554.535,00 | 264.976,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.177.568,70 |
| 351980 | ICEM | 147.949,89 | 0,00 | 173.028,00 | 97.299,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 418.277,28 |
| 351990 | IEPE | 412.329,96 | 683.468,29 | 0,00 | -401.294,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 694.503,80 |
| 352000 | IGARACU DO TIETE | 820.667,56 | 15.872,04 | 198.000,00 | 112.652,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.147.192,20 |
| 352010 | IGARAPAVA | 1.389.393,72 | 3.364,64 | 547.547,04 | 264.342,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.204.647,90 |
| 352020 | IGARATA | 55.163,07 | 426,36 | 0,00 | 17.452,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.041,72 |
| 352030 | IGUAPE | 811.116,75 | 2.900,18 | 339.660,00 | 40.763,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.194.440,41 |
| 352040 | ILHABELA | 1.334.407,43 | 70.499,13 | 157.500,00 | 417.467,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.979.874,43 |
| 352042 | ILHA COMPRIDA | 200.637,28 | 6.951,66 | 0,00 | 63.804,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 271.393,22 |
| 352044 | ILHA SOLTEIRA | 1.462.408,19 | 753.586,10 | 1.345.134,68 | 255.296,86 | 0,00 | 3.117.581,44 | 0,00 | 0,00 | 698.844,39 |
| 352050 | INDAIATUBA | 11.076.986,93 | 1.987.594,09 | 3.465.025,03 | 15.679.768,23 | 0,00 | 144.956,28 | 0,00 | 0,00 | 32.064.418,00 |
| 352060 | INDIANA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.807,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.807,59 |
| 352070 | INDIAPORA | 357.850,47 | 56.215,81 | 0,00 | -91.629,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 322.436,52 |
| 352080 | INUBIA PAULISTA | 43.462,77 | 783,40 | -90.000,00 | 94.675,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.921,86 |
| 352090 | IPAUCU | 718.559,70 | 10.219,39 | 558.157,95 | 136.729,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.423.666,75 |
| 352100 | IPERO | 69.588,83 | 0,00 | 217.500,00 | 599.212,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 886.301,55 |
| 352110 | IPEUNA | 56.730,32 | 5.915,57 | 173.025,00 | 94.438,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 330.109,71 |
| 352115 | IPIGUA | 16.820,40 | 0,00 | 0,00 | 61.376,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 78.197,13 |
| 352120 | IPORANGA | 35.958,36 | 0,00 | 0,00 | 3.351,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.310,11 |
| 352130 | IPUA | 627.441,47 | 400,46 | 158.400,00 | 1.508.598,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.294.840,65 |
| 352140 | IRACEMAPOLIS | 185.455,18 | 1.434,53 | 7.500,00 | 113.797,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 308.187,55 |
| 352150 | IRAPUA | 78.518,37 | 0,00 | 0,00 | 104.903,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 183.421,37 |
| 352160 | IRAPURU | 16.178,94 | 0,00 | 0,00 | 4.865,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.044,70 |
| 352170 | ITABERA | 717.141,22 | 99.602,29 | 0,00 | 48.164,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 864.907,73 |
| 352180 | ITAI | 990.374,09 | 35.079,32 | 263.028,00 | 86.260,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.374.742,39 |
| 352190 | ITAJOBI | 528.617,38 | 48.487,07 | 0,00 | 134.661,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 711.765,88 |
| 352200 | ITAJU | 23.800,94 | 0,00 | 0,00 | 3.319,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.120,71 |
| 352210 | ITANHAEM | 5.009.811,43 | 8.882,67 | 3.969.594,00 | 2.638.838,59 | 0,00 | 2.591.215,91 | 0,00 | 0,00 | 9.035.910,78 |
| 352215 | ITAOCA | 3.893,90 | 0,00 | 0,00 | 918,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.811,90 |
| 352220 | ITAPECERICA DA SERRA | 11.693.564,41 | 8.656.008,20 | 1.165.080,00 | 14.536.467,61 | 0,00 | 25.631.473,16 | 0,00 | 0,00 | 10.419.647,06 |
| 352230 | ITAPETININGA | 7.312.748,89 | 2.878.821,42 | 2.183.874,00 | 4.006.638,29 | 0,00 | 2.010.054,04 | 0,00 | 0,00 | 14.372.028,56 |
| 352240 | ITAPEVA | 6.469.249,47 | 4.042.684,59 | 7.688.040,54 | 6.276.155,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.476.129,96 |
| 352250 | ITAPEVI | 10.814.377,06 | 6.358.868,51 | 2.093.700,00 | 4.923.336,57 | 0,00 | 15.107.842,84 | 0,00 | 0,00 | 9.082.439,30 |
| 352260 | ITAPIRA | 8.557.624,10 | 4.892.140,47 | 966.366,40 | 3.007.656,70 | 0,00 | 7.600.345,28 | 0,00 | 0,00 | 9.823.442,39 |
| 352265 | ITAPIRAPUA PAULISTA | 2.336,33 | 0,00 | 263.028,00 | 3.198,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 268.562,41 |
| 352270 | ITAPOLIS | 2.343.213,61 | 156.423,79 | 922.228,30 | 1.040.575,60 | 0,00 | 60.024,36 | 0,00 | 0,00 | 4.402.416,94 |
| 352280 | ITAPORANGA | 792.328,25 | 196.239,23 | 263.028,00 | 87.011,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.338.606,60 |
| 352290 | ITAPUI | 603.502,12 | 0,00 | 67.500,00 | 113.166,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 784.168,90 |
| 352300 | ITAPURA | 26.776,02 | 0,00 | 0,00 | 545,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.321,40 |
| 352310 | ITAQUAQUECETUBA | 11.337.558,25 | 2.821.715,94 | 3.696.000,00 | 5.350.441,57 | 0,00 | 16.287.797,17 | 0,00 | 0,00 | 6.917.918,59 |
| 352320 | ITARARE | 2.652.656,30 | 159.488,92 | 1.684.953,26 | 847.805,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.344.904,19 |
| 352330 | ITARIRI | 224.033,09 | 0,00 | 105.528,00 | 70.197,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 399.758,90 |
| 352340 | ITATIBA | 5.475.290,28 | 282.660,88 | 1.512.606,88 | 4.157.964,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.428.522,34 |
| 352350 | ITATINGA | 497.836,21 | 418,58 | 0,00 | 27.813,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 526.068,32 |
| 352360 | ITIRAPINA | 569.483,33 | 290,12 | 263.025,00 | -59.268,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 773.529,68 |
| 352370 | ITIRAPUA | 23.411,40 | 0,00 | 0,00 | 843,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.254,45 |
| 352380 | ITOBI | 64.216,63 | 1.570,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65.787,13 |
| 352390 | ITU | 13.067.175,16 | 1.787.374,94 | 6.776.277,60 | 4.102.329,33 | 0,00 | 21.657.918,70 | 0,00 | 0,00 | 4.075.238,33 |
| 352400 | ITUPEVA | 1.487.694,75 | 196.173,63 | 0,00 | 1.442.535,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.126.403,67 |
| 352410 | ITUVERAVA | 2.861.807,91 | 792.947,47 | 3.589.318,89 | 2.357.583,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.601.657,61 |
| 352420 | JABORANDI | 244.273,22 | 0,00 | 157.500,00 | 110.838,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 512.611,54 |
| 352430 | JABOTICABAL | 2.982.062,30 | 873.413,77 | 2.797.116,86 | 3.448.801,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.101.394,91 |
| 352440 | JACAREI | 14.484.873,86 | 1.870.533,52 | 9.067.041,68 | 15.296.636,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.719.085,96 |
| 352450 | JACI | 3.793.598,76 | 291.963,92 | 2.091.547,08 | 145.017,13 | 0,00 | 6.228.457,54 | 0,00 | 0,00 | 93.669,35 |
| 352460 | JACUPIRANGA | 511.330,61 | 0,00 | 0,00 | 13.089,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 524.419,76 |
| 352470 | JAGUARIUNA | 2.391.907,91 | 40.774,67 | 478.260,00 | 2.179.257,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.090.199,63 |
| 352480 | JALES | 3.179.203,85 | 2.653.922,73 | 4.607.029,95 | 14.491.159,94 | 0,00 | 20.336.044,63 | 0,00 | 0,00 | 4.595.271,84 |
| 352490 | JAMBEIRO | 1.600,26 | 0,00 | 157.500,00 | 3,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 159.103,26 |
| 352500 | JANDIRA | 6.545.289,27 | 57.424,06 | 163.300,00 | 944.184,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.710.197,56 |
| 352510 | JARDINOPOLIS | 775.973,25 | 456,31 | 263.028,00 | 726.081,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.765.539,41 |
| 352520 | JARINU | 331.089,65 | 0,00 | 0,00 | 11.437,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 342.527,63 |
| 352530 | JAU | 15.531.722,28 | 41.529.249,64 | 15.064.805,16 | 31.334.615,36 | 0,00 | 67.257.383,44 | 0,00 | 0,00 | 36.203.009,00 |
| 352540 | JERIQUARA | 12.430,77 | 0,00 | -90.000,00 | 92.626,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.056,78 |
| 352550 | JOANOPOLIS | 371.816,68 | 0,00 | 157.500,00 | -90.405,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 438.911,26 |
| 352560 | JOAO RAMALHO | 16.659,85 | 0,00 | 0,00 | 3.072,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.732,84 |
| 352570 | JOSE BONIFACIO | 1.468.467,60 | 281.339,07 | 790.376,59 | 311.130,72 | 0,00 | 2.151.674,75 | 0,00 | 0,00 | 699.639,23 |
| 352580 | JULIO MESQUITA | 31.395,79 | 0,00 | 0,00 | 479,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.875,14 |
| 352585 | JUMIRIM | 3.231,72 | 0,00 | 0,00 | 10.570,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.802,20 |
| 352590 | JUNDIAI | 33.287.279,62 | 12.906.635,76 | 16.908.707,30 | 15.020.203,55 | 0,00 | 614.446,63 | 0,00 | 0,00 | 77.508.379,60 |
| 352600 | JUNQUEIROPOLIS | 839.025,42 | 316.716,12 | 528.276,76 | 636.470,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.320.488,39 |
| 352610 | JUQUIA | 925.441,03 | 2.050,66 | 0,00 | 128.862,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.056.354,35 |
| 352620 | JUQUITIBA | 651.898,70 | 0,00 | 526.056,00 | 394.336,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.572.291,54 |
| 352630 | LAGOINHA | 94.484,76 | 0,00 | 0,00 | 2.635,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.120,74 |
| 352640 | LARANJAL PAULISTA | 1.375.370,66 | 12.640,25 | 602.926,56 | 567.265,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.558.203,29 |
| 352650 | LAVINIA | 33.872,17 | 0,00 | 0,00 | 4.460,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.332,64 |
| 352660 | LAVRINHAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 352670 | LEME | 5.270.568,11 | 272.420,52 | 3.351.533,06 | 4.238.495,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.133.017,01 |
| 352680 | LENCOIS PAULISTA | 3.035.272,41 | 136.955,73 | 3.732.412,79 | 840.076,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.744.717,41 |
| 352690 | LIMEIRA | 26.469.958,11 | 6.441.447,63 | 14.747.144,20 | 13.443.227,71 | 0,00 | 897.201,51 | 0,00 | 0,00 | 60.204.576,14 |
| 352700 | LINDOIA | 278.837,29 | 1.573.654,78 | 168.200,00 | 962.369,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.983.061,96 |
| 352710 | LINS | 4.405.900,96 | 6.145.912,49 | 2.490.232,56 | 7.430.639,87 | 0,00 | 5.481.277,49 | 0,00 | 0,00 | 14.991.408,39 |
| 352720 | LORENA | 5.335.092,52 | 823.254,10 | 3.649.567,81 | 3.670.543,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.478.457,47 |
| 352725 | LOURDES | 12.521,27 | 1.357,13 | -74.150,00 | 75.380,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.108,52 |
| 352730 | LOUVEIRA | 1.321.848,46 | 318.541,04 | 339.660,00 | 76.556,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.056.606,42 |
| 352740 | LUCELIA | 945.257,78 | 49.265,94 | 889.582,96 | -1.063,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.883.043,29 |
| 352750 | LUCIANOPOLIS | 31.667,68 | 0,00 | 0,00 | 90.165,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 121.832,68 |
| 352760 | LUIS ANTONIO | 250.119,65 | 0,00 | 263.028,00 | 18.595,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 531.743,04 |
| 352770 | LUIZIANIA | 154.467,27 | 4.562,90 | 0,00 | 5.401,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 164.431,56 |
| 352780 | LUPERCIO | 105.760,89 | 117.529,85 | 0,00 | -27.056,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 196.233,83 |
| 352790 | LUTECIA | 22.979,54 | 0,00 | 0,00 | 668,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.647,58 |
| 352800 | MACATUBA | 985.837,24 | 6.766,15 | 99.000,00 | 400.678,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.492.282,15 |
| 352810 | MACAUBAL | 229.525,21 | 0,00 | 0,00 | 116.315,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 345.841,01 |
| 352820 | MACEDONIA | 13.929,61 | 0,00 | 0,00 | 750,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.680,30 |
| 352830 | MAGDA | 10.394,64 | 0,00 | 0,00 | 42.738,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.133,13 |
| 352840 | MAIRINQUE | 893.315,97 | 120.322,95 | 289.500,00 | 82.548,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.385.687,46 |
| 352850 | MAIRIPORA | 3.355.070,59 | 38.972,02 | 2.294.664,46 | 631.259,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.319.967,02 |
| 352860 | MANDURI | 9.792,03 | 6.341,17 | 0,00 | 7.380,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.513,25 |
| 352870 | MARABA PAULISTA | 112,95 | 0,00 | 0,00 | 1.005,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.117,95 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 352880 | MARACAI | 743.950,22 | 12.833,67 | 0,00 | 582.854,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.339.638,05 |
| 352885 | MARAPOAMA | 17.079,60 | 0,00 | 0,00 | 95.636,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.716,44 |
| 352890 | MARIAPOLIS | 25.036,32 | 13,18 | 0,00 | 92.291,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 117.341,32 |
| 352900 | MARILIA | 27.754.093,08 | 18.954.807,54 | 24.923.067,56 | 24.777.736,26 | 0,00 | 52.675.879,06 | 0,00 | 0,00 | 43.733.825,38 |
| 352910 | MARINOPOLIS | 13.536,98 | 0,00 | 0,00 | 4.857,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.394,51 |
| 352920 | MARTINOPOLIS | 1.379.727,62 | 325.908,34 | 781.160,98 | 1.273.825,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.760.622,89 |
| 352930 | MATAO | 4.240.617,96 | 468.435,17 | 4.567.109,22 | 7.281.871,74 | 0,00 | 15.239.831,44 | 0,00 | 0,00 | 1.318.202,65 |
| 352940 | MAUA | 18.539.293,25 | 936.346,41 | 6.184.487,32 | 58.513.974,59 | 0,00 | 127.323,68 | 0,00 | 0,00 | 84.046.777,89 |
| 352950 | MENDONCA | 12.619,23 | 0,00 | 263.025,00 | 103.229,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 378.873,78 |
| 352960 | MERIDIANO | 21.313,58 | 0,00 | 0,00 | 95.808,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 117.122,27 |
| 352965 | MESOPOLIS | 23.509,88 | 5,27 | 0,00 | 10.889,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.405,01 |
| 352970 | MIGUELOPOLIS | 881.325,63 | 0,00 | -98.000,00 | 143.927,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 927.253,10 |
| 352980 | MINEIROS DO TIETE | 83.247,70 | 0,00 | 0,00 | 3.748,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 86.995,72 |
| 352990 | MIRACATU | 678.575,05 | 0,00 | 0,00 | 20.597,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 699.172,95 |
| 353000 | MIRA ESTRELA | 13.416,67 | 0,00 | 0,00 | 2.594,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.010,78 |
| 353010 | MIRANDOPOLIS | 1.506.246,98 | 573.490,40 | 0,00 | 193.332,00 | 0,00 | 2.055.559,21 | 0,00 | 0,00 | 217.510,17 |
| 353020 | MIRANTE DO PARANAPANEMA | 441.488,20 | 0,00 | 0,00 | 15.497,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 456.985,33 |
| 353030 | MIRASSOL | 1.245.950,67 | 144.811,52 | 2.698.412,22 | 510.430,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.599.604,50 |
| 353040 | MIRASSOLANDIA | 16.072,81 | 0,00 | 0,00 | 3.269,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.341,81 |
| 353050 | MOCOCA | 4.276.551,25 | 388.241,05 | 2.375.303,88 | 7.591.621,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.631.717,68 |
| 353060 | MOGI DAS CRUZES | 28.240.082,50 | 19.252.610,92 | 16.510.722,02 | 53.275.305,50 | 0,00 | 40.553.436,53 | 0,00 | 0,00 | 76.725.284,41 |
| 353070 | MOJI-GUACU | 9.517.573,95 | 2.090.997,79 | 5.979.287,58 | 9.616.099,43 | 0,00 | 380,40 | 0,00 | 0,00 | 27.203.578,35 |
| 353080 | MOJI-MIRIM | 7.113.996,79 | 323.735,46 | 4.863.226,51 | 7.070.941,89 | 0,00 | 2.276.396,75 | 0,00 | 0,00 | 17.095.503,90 |
| 353090 | MOMBUCA | 45.477,36 | 0,00 | 0,00 | 95.049,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 140.526,93 |
| 353100 | MONCOES | 17.725,58 | 0,00 | 0,00 | 7.270,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.996,56 |
| 353110 | MONGAGUA | 2.510.280,79 | 12.823,12 | 1.188.708,00 | 28.540,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.740.352,81 |
| 353120 | MONTE ALEGRE DO SUL | 44.187,08 | 0,00 | 0,00 | 1.953,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 46.140,92 |
| 353130 | MONTE ALTO | 3.025.929,29 | 185.601,51 | 1.697.391,21 | 2.425.041,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.333.963,91 |
| 353140 | MONTE APRAZIVEL | 1.099.448,53 | 355.973,85 | 976.368,63 | 121.591,52 | 0,00 | 2.228.405,72 | 0,00 | 0,00 | 324.976,81 |
| 353150 | MONTE AZUL PAULISTA | 1.254.140,75 | 0,00 | 310.304,05 | 53.268,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.617.713,47 |
| 353160 | MONTE CASTELO | 3.916,51 | 0,00 | 0,00 | 1.225,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.142,17 |
| 353170 | MONTEIRO LOBATO | 4.674,58 | 0,00 | 0,00 | 1.832,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.507,53 |
| 353180 | MONTE MOR | 2.207.648,24 | 5.309,82 | 158.400,00 | 497.651,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.869.009,37 |
| 353190 | MORRO AGUDO | 1.369.575,75 | 699,73 | 2.049.860,00 | 343.201,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.763.336,96 |
| 353200 | MORUNGABA | 734.934,62 | 0,00 | 0,00 | 36.269,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 771.203,97 |
| 353205 | MOTUCA | 39.370,86 | 2.827,60 | 0,00 | 74.424,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.622,87 |
| 353210 | MURUTINGA DO SUL | 178.175,46 | 204,06 | 0,00 | -95.974,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82.404,56 |
| 353215 | NANTES | 16.500,17 | 0,00 | 0,00 | 1.215,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.716,13 |
| 353220 | NARANDIBA | 17.893,21 | 0,00 | 0,00 | 14.808,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.701,38 |
| 353230 | NATIVIDADE DA SERRA | 41.998,70 | 0,00 | 0,00 | 15,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.013,85 |
| 353240 | NAZARE PAULISTA | 614.177,36 | 0,00 | 157.500,00 | -121.989,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 649.688,09 |
| 353250 | NEVES PAULISTA | 377.751,64 | 385,22 | 263.028,00 | 114.614,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 755.779,56 |
| 353260 | NHANDEARA | 736.667,73 | 668.927,09 | 971.987,68 | 175.408,04 | 0,00 | 2.262.362,78 | 0,00 | 0,00 | 290.627,76 |
| 353270 | NIPOA | 5.535,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.535,84 |
| 353280 | NOVA ALIANCA | 18.788,95 | 0,00 | 0,00 | 103.347,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122.136,84 |
| 353282 | NOVA CAMPINA | 19.829,05 | 0,00 | -60.000,00 | 61.032,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.861,65 |
| 353284 | NOVA CANAA PAULISTA | 10.911,21 | 0,00 | 0,00 | 2.607,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.518,78 |
| 353286 | NOVA CASTILHO | 607,32 | 0,00 | 0,00 | 3.663,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.270,98 |
| 353290 | NOVA EUROPA | 272.627,62 | 6.614,52 | 0,00 | 78.432,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 357.674,96 |
| 353300 | NOVA GRANADA | 1.320.095,92 | 1.540.110,49 | 725.755,19 | 709.712,77 | 0,00 | 3.597.677,00 | 0,00 | 0,00 | 697.997,37 |
| 353310 | NOVA GUATAPORANGA | 5.185,95 | 0,00 | 0,00 | 560,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.746,38 |
| 353320 | NOVA INDEPENDENCIA | 17.648,92 | 0,00 | 0,00 | 2.458,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.107,10 |
| 353325 | NOVAIS | 43.637,45 | 0,00 | 0,00 | 91.507,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 135.144,63 |
| 353330 | NOVA LUZITANIA | 3.774,32 | 0,00 | 0,00 | 8.585,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.360,26 |
| 353340 | NOVA ODESSA | 1.918.483,29 | 1.562,91 | 118.800,00 | 250.145,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.288.991,37 |
| 353350 | NOVO HORIZONTE | 2.368.602,08 | 2.568,97 | 1.158.464,54 | 434.946,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.964.582,32 |
| 353360 | NUPORANGA | 138.570,28 | 0,00 | 0,00 | 16.700,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 155.270,87 |
| 353370 | OCAUCU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 63.672,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 63.672,08 |
| 353380 | OLEO | 21.401,77 | 9.175,59 | 0,00 | 6.030,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.607,69 |
| 353390 | OLIMPIA | 2.619.829,23 | 682.880,90 | 1.725.442,60 | 4.037.983,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.066.136,57 |
| 353400 | ONDA VERDE | 38.410,58 | 0,00 | 0,00 | 95.221,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 133.632,16 |
| 353410 | ORIENTE | 45.445,81 | 0,00 | 0,00 | 51.734,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.179,83 |
| 353420 | ORINDIUVA | 72.259,70 | 0,00 | 0,00 | 846.601,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 918.861,32 |
| 353430 | ORLANDIA | 2.078.231,83 | 47.930,76 | 1.076.141,64 | 1.183.349,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.385.653,32 |
| 353440 | OSASCO | 35.135.077,81 | 3.742.075,32 | 3.235.850,00 | 21.680.849,63 | 0,00 | 14.242.778,25 | 0,00 | 0,00 | 49.551.074,51 |
| 353450 | OSCAR BRESSANE | 13.808,40 | 0,00 | 0,00 | 91.425,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.233,43 |
| 353460 | OSVALDO CRUZ | 1.429.896,07 | 283.821,73 | 833.430,96 | 503.431,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.050.580,16 |
| 353470 | OURINHOS | 10.068.408,23 | 2.641.893,37 | 7.275.646,30 | 14.880.602,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.866.550,09 |
| 353475 | OUROESTE | 280.738,87 | 0,00 | 0,00 | 72.374,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 353.113,52 |
| 353480 | OURO VERDE | 50.577,31 | 0,00 | 0,00 | 4.119,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 54.696,60 |
| 353490 | PACAEMBU | 555.376,46 | 12.147,80 | 0,00 | 272.698,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 840.222,60 |
| 353500 | PALESTINA | 47.391,13 | 0,00 | 157.500,00 | 102.622,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 307.513,46 |
| 353510 | PALMARES PAULISTA | 25.877,07 | 0,00 | 0,00 | 62.026,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 87.903,67 |
| 353520 | PALMEIRA D'OESTE | 489.699,56 | 229.600,66 | 157.500,00 | 70.798,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 947.598,54 |
| 353530 | PALMITAL | 1.349.347,95 | 168.688,88 | 1.037.315,31 | 89.707,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.645.060,00 |
| 353540 | PANORAMA | 510.277,03 | 74.795,27 | 0,00 | 19.651,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 604.724,11 |
| 353550 | PARAGUACU PAULISTA | 3.088.827,72 | 230.957,84 | 2.069.994,42 | 1.611.094,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000.874,80 |
| 353560 | PARAIBUNA | 201.938,13 | 0,00 | 0,00 | 144.306,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 346.245,05 |
| 353570 | PARAISO | 60.550,50 | 0,00 | 0,00 | 93.426,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 153.977,02 |
| 353580 | PARANAPANEMA | 538.379,19 | 1.571,98 | 263.028,00 | 33.748,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 836.727,31 |
| 353590 | PARANAPUA | 3.267,00 | 0,00 | 0,00 | 15.036,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.303,94 |
| 353600 | PARAPUA | 469.069,74 | 224,03 | 0,00 | 177.027,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 646.321,76 |
| 353610 | PARDINHO | 102.086,62 | 0,00 | 263.025,00 | 1.854,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 366.966,07 |
| 353620 | PARIQUERA-ACU | 2.006.172,42 | 6.536.112,64 | 0,00 | 7.533.696,05 | 0,00 | 15.872.158,41 | 0,00 | 0,00 | 203.822,70 |
| 353625 | PARISI | 7.778,24 | 0,00 | 0,00 | 8.982,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.761,02 |
| 353630 | PATROCINIO PAULISTA | 686.680,00 | 124.615,51 | 157.500,00 | 59.271,61 | 0,00 | 739.145,03 | 0,00 | 0,00 | 288.922,09 |
| 353640 | PAULICEIA | 83,20 | 0,00 | -90.000,00 | 91.802,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.885,33 |
| 353650 | PAULINIA | 4.938.171,70 | 382.701,27 | 0,00 | 1.755.737,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.076.610,88 |
| 353657 | PAULISTANIA | 2.764,44 | 0,00 | 0,00 | 36.437,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.201,51 |
| 353660 | PAULO DE FARIA | 274.218,12 | 15.933,57 | 263.025,00 | -93.487,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 459.689,63 |
| 353670 | PEDERNEIRAS | 1.993.893,27 | 14.469,92 | 2.585.472,15 | 1.276.006,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.869.842,21 |
| 353680 | PEDRA BELA | 3.418,32 | 0,00 | 263.028,00 | 5.057,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 271.504,08 |
| 353690 | PEDRANOPOLIS | 6.307,73 | 0,00 | 0,00 | 1.426,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.734,19 |
| 353700 | PEDREGULHO | 783.553,49 | 168.977,88 | 569.033,75 | 1.725.390,93 | 0,00 | 2.937.858,52 | 0,00 | 0,00 | 309.097,53 |
| 353710 | PEDREIRA | 1.849.202,02 | 575.469,57 | 0,00 | -477.596,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.947.074,85 |
| 353715 | PEDRINHAS PAULISTA | 77.091,14 | 390,95 | 0,00 | 66.419,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 143.901,30 |
| 353720 | PEDRO DE TOLEDO | 207.346,44 | 0,00 | 263.028,00 | 8.232,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 478.606,79 |
| 353730 | PENAPOLIS | 4.620.719,94 | 2.184.577,75 | 2.791.546,93 | 3.830.777,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.427.622,17 |
| 353740 | PEREIRA BARRETO | 1.320.602,96 | 61.819,72 | 705.678,55 | 232.702,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.320.803,78 |
| 353750 | PEREIRAS | 40.274,89 | 0,00 | 0,00 | 92.453,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 132.728,20 |
| 353760 | PERUIBE | 4.081.094,55 | 25.129,89 | 1.215.258,00 | 1.773.645,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.095.127,46 |
| 353770 | PIACATU | 25.334,63 | 0,00 | 0,00 | 2.451,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.785,66 |
| 353780 | PIEDADE | 5.002.586,08 | 2.571.126,07 | 1.288.559,00 | 459.432,96 | 0,00 | 5.400.042,39 | 0,00 | 0,00 | 3.921.661,72 |
| 353790 | PILAR DO SUL | 1.174.864,93 | 3.959,54 | 864.387,89 | 357.288,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.400.500,54 |
| 353800 | PINDAMONHANGABA | 8.999.053,84 | 807.563,77 | 571.200,00 | 4.741.962,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.119.780,06 |
| 353810 | PINDORAMA | 202.612,75 | 0,00 | 0,00 | -34.885,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 167.727,22 |
| 353820 | PINHALZINHO | 152.908,96 | 0,00 | 263.028,00 | 5.828,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 421.765,78 |
| 353830 | PIQUEROBI | 9,51 | 0,00 | 0,00 | 630,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 639,51 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 353850 | PIQUETE | 347.771,39 | 0,00 | 263.025,00 | 13.093,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 623.890,05 |
| 353860 | PIRACAIA | 1.201.839,66 | 0,00 | 157.500,00 | -468.186,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 891.152,83 |
| 353870 | PIRACICABA | 33.151.995,02 | 9.198.312,26 | 16.112.852,35 | 18.993.428,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 77.456.587,84 |
| 353880 | PIRAJU | 1.627.259,24 | 450.560,16 | 1.219.156,30 | 262.424,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.559.400,56 |
| 353890 | PIRAJUI | 1.954.442,32 | 128.734,93 | 795.652,62 | 95.109,48 | 0,00 | 2.114.079,21 | 0,00 | 0,00 | 859.860,14 |
| 353900 | PIRANGI | 322.300,33 | 42.550,90 | 118.800,00 | 198.258,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 681.910,13 |
| 353910 | PIRAPORA DO BOM JESUS | 894.203,12 | 0,00 | 157.500,00 | 20.274,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.071.978,00 |
| 353920 | PIRAPOZINHO | 464.823,24 | 831.872,29 | 480.000,00 | 677.898,01 | 0,00 | 633.304,27 | 0,00 | 0,00 | 1.821.289,27 |
| 353930 | PIRASSUNUNGA | 2.950.923,64 | 25.326,44 | 1.971.485,04 | 2.928.326,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.876.061,52 |
| 353940 | PIRATININGA | 261.564,74 | 5.906,61 | 263.028,00 | 105.679,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 636.178,84 |
| 353950 | PITANGUEIRAS | 1.419.453,25 | 303,81 | 263.028,00 | 803.247,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.486.032,26 |
| 353960 | PLANALTO | 20.103,43 | 0,00 | 263.025,00 | 90.300,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 373.429,09 |
| 353970 | PLATINA | 20.813,20 | 0,00 | -61.200,00 | 61.683,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.296,80 |
| 353980 | POA | 3.394.062,94 | 0,00 | 211.200,00 | 1.030.139,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.635.402,84 |
| 353990 | POLONI | 47.148,84 | 0,00 | 0,00 | 91.498,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 138.647,29 |
| 354000 | POMPEIA | 1.017.736,42 | 165.485,32 | 62.900,00 | 954.877,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.200.999,56 |
| 354010 | PONGAI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.805,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.805,55 |
| 354020 | PONTAL | 1.717.946,23 | 0,00 | 263.028,00 | 787.994,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.768.968,57 |
| 354025 | PONTALINDA | 14.354,93 | 0,00 | 0,00 | 107.183,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 121.537,93 |
| 354030 | PONTES GESTAL | 65.018,69 | 0,00 | 0,00 | 9.515,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74.534,50 |
| 354040 | POPULINA | 297.384,59 | 34.382,07 | -90.000,00 | 106.338,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 348.105,12 |
| 354050 | PORANGABA | 11.892,95 | 0,00 | 0,00 | 91.178,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 103.071,47 |
| 354060 | PORTO FELIZ | 2.846.844,58 | 285.122,97 | 1.448.094,18 | 910.263,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.490.325,39 |
| 354070 | PORTO FERREIRA | 2.072.707,38 | 2.698,89 | 1.007.453,64 | 495.675,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.578.535,75 |
| 354075 | POTIM | 112.661,23 | 4.817,57 | 157.500,00 | 371.556,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 646.535,04 |
| 354080 | POTIRENDABA | 508.629,04 | 1.557,92 | 0,00 | 124.534,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 634.721,86 |
| 354085 | PRACINHA | 961,76 | 0,00 | 0,00 | 2.272,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.234,65 |
| 354090 | PRADOPOLIS | 485.276,80 | 0,00 | 263.028,00 | 611,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 748.916,24 |
| 354100 | PRAIA GRANDE | 22.544.194,54 | 510.047,63 | 1.714.764,00 | 10.238.074,76 | 0,00 | 101,51 | 0,00 | 0,00 | 35.006.979,42 |
| 354105 | PRATANIA | 15.274,20 | 0,00 | 0,00 | 32,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.306,65 |
| 354110 | PRESIDENTE ALVES | 16.420,32 | 0,00 | 0,00 | 502,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.923,26 |
| 354120 | PRESIDENTE BERNARDES | 796.905,95 | 224.964,28 | 427.943,04 | 94.665,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.544.478,71 |
| 354130 | PRESIDENTE EPITACIO | 2.591.596,60 | 222.285,94 | 1.326.629,19 | 249.378,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.389.889,76 |
| 354140 | PRESIDENTE PRUDENTE | 25.562.403,93 | 19.631.200,11 | 8.242.127,16 | 19.319.266,95 | 0,00 | 65.465.446,02 | 0,00 | 0,00 | 7.289.552,13 |
| 354150 | PRESIDENTE VENCESLAU | 2.104.477,23 | 705.560,99 | 1.260.195,55 | 1.570.604,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.640.838,23 |
| 354160 | PROMISSAO | 1.738.891,54 | 705.240,94 | 0,00 | 1.963.301,45 | 0,00 | 3.725.575,47 | 0,00 | 0,00 | 681.858,46 |
| 354165 | QUADRA | 1.786,64 | 0,00 | 263.025,00 | 1.014,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 265.825,94 |
| 354170 | QUATA | 152.270,13 | 0,00 | 0,00 | 95.726,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 247.996,94 |
| 354180 | QUEIROZ | 3.506,95 | 0,00 | 0,00 | 40,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.547,30 |
| 354190 | QUELUZ | 917.217,54 | 56.822,01 | 381.825,00 | 33.680,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.389.545,27 |
| 354200 | QUINTANA | 24.790,40 | 0,00 | 118.800,00 | 97.378,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240.968,50 |
| 354210 | RAFARD | 149.790,17 | 0,00 | 0,00 | 10.355,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 160.145,42 |
| 354220 | RANCHARIA | 2.144.905,91 | 1.202.828,34 | 1.775.437,68 | 1.621.333,26 | 0,00 | 5.401.547,90 | 0,00 | 0,00 | 1.342.957,29 |
| 354230 | REDENCAO DA SERRA | 18.583,32 | 0,00 | 0,00 | 1.479,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.062,62 |
| 354240 | REGENTE FEIJO | 697.366,16 | 194.033,53 | 0,00 | 124.356,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.015.755,86 |
| 354250 | REGINOPOLIS | 14.363,14 | 0,00 | 0,00 | 91.656,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 106.019,31 |
| 354260 | REGISTRO | 2.311.101,23 | 3.232.293,74 | 3.187.355,05 | 4.868.349,57 | 0,00 | 9.674.800,21 | 0,00 | 0,00 | 3.924.299,38 |
| 354270 | RESTINGA | 29.261,74 | 0,00 | 0,00 | 3.159,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.421,24 |
| 354280 | RIBEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 639,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 639,39 |
| 354290 | RIBEIRAO BONITO | 344.234,07 | 110.179,16 | 0,00 | 21.922,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 476.335,37 |
| 354300 | RIBEIRAO BRANCO | 932.027,77 | 38,39 | 0,00 | -80.639,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 851.426,87 |
| 354310 | RIBEIRAO CORRENTE | 45.641,08 | 0,00 | 0,00 | 44.687,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.328,21 |
| 354320 | RIBEIRAO DO SUL | 26.012,16 | 1.141,15 | 0,00 | 92.711,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 119.864,41 |
| 354323 | RIBEIRAO DOS INDIOS | 150,40 | 0,00 | 0,00 | 1.285,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.436,32 |
| 354325 | RIBEIRAO GRANDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.764,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.764,34 |
| 354330 | RIBEIRAO PIRES | 4.962.316,84 | 248.394,91 | 237.600,00 | 15.221.268,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.669.579,98 |
| 354340 | RIBEIRAO PRETO | 65.270.378,64 | 51.665.013,01 | 28.769.524,81 | 94.444.352,36 | 0,00 | 136.555.995,88 | 0,00 | 0,00 | 103.593.272,94 |
| 354350 | RIVERSUL | 47.558,60 | 0,00 | 0,00 | 1.406,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.964,75 |
| 354360 | RIFAINA | 62.837,00 | 0,00 | 158.400,00 | 91.028,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 312.265,71 |
| 354370 | RINCAO | 90.111,04 | 5.313,40 | 0,00 | 544,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.969,24 |
| 354380 | RINOPOLIS | 530.897,71 | 18.925,82 | 0,00 | 294.445,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 844.268,83 |
| 354390 | RIO CLARO | 9.362.792,98 | 4.034.139,28 | 6.573.408,06 | 13.297.668,06 | 0,00 | 3.216.331,14 | 0,00 | 0,00 | 30.051.677,24 |
| 354400 | RIO DAS PEDRAS | 960.212,21 | 54.907,53 | 424.320,01 | 544.414,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.983.854,08 |
| 354410 | RIO GRANDE DA SERRA | 417.009,74 | 0,00 | 1.200.000,00 | 1.949.165,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.566.175,67 |
| 354420 | RIOLANDIA | 360.829,02 | 3.299,46 | 0,00 | 25.802,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 389.930,88 |
| 354425 | ROSANA | 1.427.905,05 | 553.745,90 | 0,00 | 184.646,85 | 0,00 | 1.537.686,89 | 0,00 | 0,00 | 628.610,91 |
| 354430 | ROSEIRA | 57.585,31 | 1.001,83 | 0,00 | 6.398,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.985,36 |
| 354440 | RUBIACEA | 413,64 | 0,00 | 0,00 | 72.015,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 72.429,24 |
| 354450 | RUBINEIA | 43.424,00 | 0,00 | 0,00 | 61.119,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 104.543,87 |
| 354460 | SABINO | 676,40 | 0,00 | 0,00 | 1.826,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.503,11 |
| 354470 | SAGRES | 406,40 | 0,00 | 0,00 | 193,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 599,99 |
| 354480 | SALES | 53.769,80 | 0,00 | -90.000,00 | 108.717,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 72.486,98 |
| 354490 | SALES OLIVEIRA | 366.157,84 | 0,00 | 0,00 | 81.854,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 448.012,61 |
| 354500 | SALESOPOLIS | 1.258.369,39 | 2.569,43 | 263.028,00 | 41.132,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.565.099,41 |
| 354510 | SALMOURAO | 23.113,90 | 0,00 | 0,00 | 92.476,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 115.590,25 |
| 354515 | SALTINHO | 88.333,39 | 114,49 | 0,00 | 19.514,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 107.962,52 |
| 354520 | SALTO | 5.802.576,83 | 62.580,43 | 118.800,00 | 5.193.465,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.177.422,28 |
| 354530 | SALTO DE PIRAPORA | 6.122.880,69 | 6.379.150,48 | 548.017,45 | 327.129,52 | 0,00 | 9.442.194,41 | 0,00 | 0,00 | 3.934.983,73 |
| 354540 | SALTO GRANDE | 507.641,43 | 472.829,67 | 0,00 | 107.336,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.087.808,04 |
| 354550 | SANDOVALINA | 7.161,96 | 0,00 | 0,00 | 24.322,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.484,16 |
| 354560 | SANTA ADELIA | 406.866,00 | 7.081,69 | 0,00 | 134.917,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 548.865,35 |
| 354570 | SANTA ALBERTINA | 54.229,73 | 413,57 | 157.500,00 | 35.057,31 | 0,00 | 20.740,92 | 0,00 | 0,00 | 226.459,69 |
| 354580 | SANTA BARBARA D'OESTE | 6.981.529,10 | 243.394,79 | 3.993.107,69 | 6.605.335,63 | 0,00 | -17.904,55 | 0,00 | 0,00 | 17.841.271,76 |
| 354600 | SANTA BRANCA | 457.333,34 | 7.347,64 | 0,00 | -286.839,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 177.841,70 |
| 354610 | SANTA CLARA D'OESTE | 9.211,44 | 0,00 | 0,00 | 7.917,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.128,50 |
| 354620 | SANTA CRUZ DA CONCEICAO | 30.130,10 | 985,13 | 0,00 | 274,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.389,34 |
| 354625 | SANTA CRUZ DA ESPERANCA | 19.114,18 | 0,00 | 353.028,00 | 3.790,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 375.932,51 |
| 354630 | SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS | 1.255.887,59 | 16.934,81 | 1.233.781,99 | 252.531,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.759.136,29 |
| 354640 | SANTA CRUZ DO RIO PARDO | 2.898.608,01 | 290.454,67 | 2.180.114,01 | 5.980.666,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.349.842,86 |
| 354650 | SANTA ERNESTINA | 81.206,88 | 0,00 | 0,00 | 60.979,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 142.186,08 |
| 354660 | SANTA FE DO SUL | 2.013.103,96 | 1.050.362,51 | 1.202.183,31 | 3.612.747,14 | 0,00 | 355.016,66 | 0,00 | 0,00 | 7.523.380,26 |
| 354670 | SANTA GERTRUDES | 287.889,18 | 8.519,58 | 362.025,00 | 358.803,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.017.237,75 |
| 354680 | SANTA ISABEL | 3.876.156,95 | 794.227,44 | 3.260.586,60 | 2.342.842,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.273.813,32 |
| 354690 | SANTA LUCIA | 90.400,65 | 4.200,45 | -42.450,00 | 45.617,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.768,54 |
| 354700 | SANTA MARIA DA SERRA | 156.405,37 | 0,00 | 0,00 | 1.692,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 158.097,89 |
| 354710 | SANTA MERCEDES | 2.360,76 | 0,00 | 0,00 | 41,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.401,89 |
| 354720 | SANTANA DA PONTE PENSA | 14.999,76 | 0,00 | 0,00 | 7.497,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.497,44 |
| 354730 | SANTANA DE PARNAIBA | 3.198.542,13 | 24.536,78 | 1.665.220,00 | 2.208.004,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.096.303,22 |
| 354740 | SANTA RITA D'OESTE | 12.092,43 | 0,00 | 0,00 | 9.813,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.905,90 |
| 354750 | SANTA RITA DO PASSA QUATRO | 4.882.972,34 | 103.852,08 | 817.344,54 | 1.382.301,77 | 0,00 | 4.918.351,02 | 0,00 | 0,00 | 2.268.119,71 |
| 354760 | SANTA ROSA DE VITERBO | 667.917,77 | 357,08 | 263.028,00 | 40.659,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 971.961,89 |
| 354765 | SANTA SALETE | 20.550,55 | 0,00 | 0,00 | 7.911,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.462,15 |
| 354770 | SANTO ANASTACIO | 1.289.582,14 | 93.264,38 | 674.834,20 | 94.869,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.152.550,43 |
| 354780 | SANTO ANDRE | 40.042.934,26 | 12.317.129,84 | 10.631.782,83 | 62.258.702,77 | 0,00 | 35.147.092,29 | 0,00 | 0,00 | 90.103.457,41 |
| 354790 | SANTO ANTONIO DA ALEGRIA | 199.839,45 | 0,00 | 263.028,00 | 101.209,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 564.076,48 |
| 354800 | SANTO ANTONIO DE POSSE | 524.285,55 | 0,00 | 0,00 | 363.836,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 888.122,02 |
| 354805 | SANTO ANTONIO DO ARACANGUA | 2.728,30 | 0,00 | 0,00 | 93.178,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.906,67 |
| 354810 | SANTO ANTONIO DO JARDIM | 91.194,17 | 8.624,54 | 157.500,00 | 11.263,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 268.582,64 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 354820 | SANTO ANTONIO DO PINHAL | 17.812,20 | 0,00 | 0,00 | 130.481,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 148.293,74 |
| 354830 | SANTO EXPEDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.898,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.898,39 |
| 354840 | SANTOPOLIS DO AGUAPEI | 6.103,21 | 0,00 | 0,00 | 233.894,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 239.997,35 |
| 354850 | SANTOS | 49.477.295,80 | 21.329.251,80 | 28.890.612,28 | 46.058.664,07 | 0,00 | 24.447.899,27 | 0,00 | 0,00 | 121.307.924,68 |
| 354860 | SAO BENTO DO SAPUCAI | 516.623,18 | 234.760,62 | 482.447,34 | 161.237,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.395.068,38 |
| 354870 | SAO BERNARDO DO CAMPO | 37.661.455,39 | 2.942.808,24 | 21.776.560,73 | 193.450.641,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 255.831.465,54 |
| 354880 | SAO CAETANO DO SUL | 12.260.447,42 | 1.628.206,06 | 1.520.508,00 | 13.195.820,27 | 0,00 | 152.245,94 | 0,00 | 0,00 | 28.452.735,81 |
| 354890 | SAO CARLOS | 20.951.525,26 | 5.084.578,80 | 9.373.569,60 | 17.504.591,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52.914.265,65 |
| 354900 | SAO FRANCISCO | 10.028,61 | 0,00 | 0,00 | 103.792,35 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 113.820,96 |
| 354910 | SAO JOAO DA BOA VISTA | 5.337.503,39 | 1.783.377,45 | 5.279.703,90 | 6.828.750,30 | 0,00 | 1.092.496,78 | 0,00 | 0,00 | 18.136.838,26 |
| 354920 | SAO JOAO DAS DUAS PONTES | 10.364,07 | 0,00 | 0,00 | 1.428,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.792,77 |
| 354925 | SAO JOAO DE IRACEMA | 9.816,05 | 0,00 | 0,00 | 44.463,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 54.279,70 |
| 354930 | SAO JOAO DO PAU D'ALHO | 9.313,54 | 0,00 | 0,00 | 1.423,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.736,87 |
| 354940 | SAO JOAQUIM DA BARRA | 2.738.810,29 | 510.498,82 | 2.824.532,19 | 1.869.012,92 | 0,00 | 5.641.633,93 | 0,00 | 0,00 | 2.301.220,29 |
| 354950 | SAO JOSE DA BELA VISTA | 112.890,23 | 0,00 | 90.000,00 | 163.881,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 366.772,17 |
| 354960 | SAO JOSE DO BARREIRO | 314.567,33 | 0,00 | -90.000,00 | 96.486,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 321.053,64 |
| 354970 | SAO JOSE DO RIO PARDO | 3.429.405,25 | 729.662,40 | 2.376.935,46 | 2.406.594,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.942.597,71 |
| 354980 | SAO JOSE DO RIO PRETO | 54.798.587,47 | 53.216.797,05 | 58.022.856,13 | 79.349.882,48 | 0,00 | 152.287.889,98 | 0,00 | 0,00 | 93.100.233,15 |
| 354990 | SAO JOSE DOS CAMPOS | 55.938.716,14 | 7.255.001,80 | 13.808.024,54 | 40.190.373,50 | 0,00 | 15.632.580,69 | 0,00 | 0,00 | 101.559.535,29 |
| 354995 | SAO LOURENCO DA SERRA | 190.609,70 | 0,00 | 263.028,00 | 18.940,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 472.578,23 |
| 355000 | SAO LUIS DO PARAITINGA | 579.433,14 | 37.128,76 | 0,00 | 19.842,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 636.404,83 |
| 355010 | SAO MANUEL | 2.180.904,17 | 589.034,94 | 862.127,86 | 340.039,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.972.106,65 |
| 355020 | SAO MIGUEL ARCANJO | 393.128,38 | 165,66 | 0,00 | 1.137.291,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.530.585,76 |
| 355030 | SAO PAULO | 1.114.381.118,09 | 247.700.629,07 | 266.582.051,83 | 1.130.806.341,36 | 0,00 | 1.755.170.415,47 | 0,00 | 0,00 | 1.004.299.724,88 |
| 355040 | SAO PEDRO | 1.242.541,21 | 28.245,17 | 1.636.586,77 | 1.091.786,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.999.159,60 |
| 355050 | SAO PEDRO DO TURVO | 98.176,07 | 650,65 | 0,00 | 97.292,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 196.119,26 |
| 355060 | SAO ROQUE | 3.394.567,33 | 947.667,26 | 1.705.718,48 | 1.306.959,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.354.912,96 |
| 355070 | SAO SEBASTIAO | 4.639.081,26 | 405.086,90 | 3.230.169,52 | 1.167.697,19 | 0,00 | 41.687,83 | 0,00 | 0,00 | 9.400.347,04 |
| 355080 | SAO SEBASTIAO DA GRAMA | 938.744,83 | 3.299,51 | 407.496,90 | 120.686,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.470.228,02 |
| 355090 | SAO SIMAO | 752.931,82 | 3.333,59 | 530.588,16 | 139.147,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.426.000,89 |
| 355100 | SAO VICENTE | 17.939.313,95 | 19.947,58 | 1.811.750,00 | 8.883.827,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.654.838,96 |
| 355110 | SARAPUI | 7.495,44 | 0,00 | 263.025,00 | 139.127,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 409.647,51 |
| 355120 | SARUTAIA | 20.253,84 | 0,00 | 0,00 | 5.206,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.460,64 |
| 355130 | SEBASTIANOPOLIS DO SUL | 11.621,76 | 0,00 | 0,00 | 13.650,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.272,53 |
| 355140 | SERRA AZUL | 266.595,30 | 0,00 | 263.028,00 | 51.790,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 581.413,97 |
| 355150 | SERRANA | 1.611.060,48 | 93.267,65 | 256.978,00 | 1.623.806,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.585.112,97 |
| 355160 | SERRA NEGRA | 1.276.273,49 | 54.436,75 | 0,00 | 487.323,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.818.034,14 |
| 355170 | SERTAOZINHO | 5.517.502,45 | 855.878,27 | 6.312.197,52 | 4.020.009,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.705.587,54 |
| 355180 | SETE BARRAS | 204.498,07 | 0,00 | 0,00 | 7.097,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 211.596,04 |
| 355190 | SEVERINIA | 273.196,05 | 1.671,78 | 157.500,00 | 8.243,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 440.611,59 |
| 355200 | SILVEIRAS | 92.327,81 | 189,25 | 0,00 | 4.165,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 96.682,72 |
| 355210 | SOCORRO | 1.852.038,59 | 60.526,22 | 1.067.228,24 | 913.616,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.893.409,30 |
| 355220 | SOROCABA | 57.128.439,12 | 41.259.394,11 | 32.220.272,80 | 27.995.471,83 | 0,00 | 50.265.423,59 | 0,00 | 0,00 | 108.338.154,27 |
| 355230 | SUD MENNUCCI | 378.338,58 | 0,00 | 0,00 | 289.317,23 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 667.655,81 |
| 355240 | SUMARE | 13.030.802,00 | 7.803.472,93 | 4.153.250,84 | 10.208.811,18 | 0,00 | 23.110.157,36 | 0,00 | 0,00 | 12.086.179,59 |
| 355250 | SUZANO | 11.130.126,95 | 481.657,40 | 7.474.139,26 | 7.627.106,50 | 0,00 | 144.180,57 | 0,00 | 0,00 | 26.568.849,54 |
| 355255 | SUZANAPOLIS | 22.422,36 | 0,00 | 0,00 | 94.533,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.955,53 |
| 355260 | TABAPUA | 279.064,19 | 46.543,55 | 158.400,00 | 194.932,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 678.939,75 |
| 355270 | TABATINGA | 586.760,97 | 0,00 | 0,00 | 112.935,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 699.696,90 |
| 355280 | TABOAO DA SERRA | 16.458.066,26 | 10.498.666,38 | 1.642.200,00 | 16.800.404,00 | 0,00 | 30.221.466,91 | 0,00 | 0,00 | 15.177.869,73 |
| 355290 | TACIBA | 24.962,03 | 0,00 | 0,00 | 94.761,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 119.723,91 |
| 355300 | TAGUAI | 552.449,82 | 0,00 | 610.882,98 | 47.821,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.211.154,69 |
| 355310 | TAIACU | 99.091,94 | 0,00 | 0,00 | 94.911,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 194.003,33 |
| 355320 | TAIUVA | 117.314,01 | 0,00 | 0,00 | 91.072,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 208.386,98 |
| 355330 | TAMBAU | 869.758,11 | 575,37 | 502.233,19 | 109.485,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.482.052,36 |
| 355340 | TANABI | 921.198,33 | 1.075,95 | 828.000,90 | 92.855,70 | 0,00 | 1.443.407,32 | 0,00 | 0,00 | 399.723,56 |
| 355350 | TAPIRAI | 32.872,87 | 0,00 | 0,00 | 4.823,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 37.696,36 |
| 355360 | TAPIRATIBA | 703.574,19 | 3.343,72 | 339.660,00 | 167.497,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.214.075,48 |
| 355365 | TAQUARAL | 26.788,60 | 0,00 | 0,00 | 92.610,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 119.399,08 |
| 355370 | TAQUARITINGA | 3.551.752,06 | 644.253,30 | 3.053.768,96 | 4.570.577,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.820.352,30 |
| 355380 | TAQUARITUBA | 1.144.934,85 | 102.763,50 | 500.083,35 | 339.663,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.087.444,92 |
| 355385 | TAQUARIVAI | 4.361,16 | 0,00 | 0,00 | 1.616,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.977,30 |
| 355390 | TARABAI | 28.621,11 | 0,00 | 0,00 | 239.239,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 267.860,60 |
| 355395 | TARUMA | 288.899,46 | 484,80 | 263.028,00 | 520.429,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.072.841,68 |
| 355400 | TATUI | 6.525.964,85 | 545.108,93 | 3.982.890,93 | 2.091.728,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.145.692,75 |
| 355410 | TAUBATE | 23.200.639,52 | 17.630.652,89 | 4.804.338,96 | 21.806.776,53 | 0,00 | 57.550.968,02 | 0,00 | 0,00 | 9.891.439,88 |
| 355420 | TEJUPA | 8.893,80 | 0,00 | 0,00 | 5.175,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.069,48 |
| 355430 | TEODORO SAMPAIO | 1.969.487,84 | 172.353,16 | 586.345,38 | 85.782,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.813.968,71 |
| 355440 | TERRA ROXA | 266.650,81 | 0,00 | 0,00 | 74.405,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 341.056,48 |
| 355450 | TIETE | 1.964.761,29 | 98.375,72 | 1.257.600,77 | 283.768,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.604.506,62 |
| 355460 | TIMBURI | 600,00 | 0,00 | 157.500,00 | 40.221,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 198.321,54 |
| 355465 | TORRE DE PEDRA | 847,41 | 0,00 | 0,00 | 115,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 963,11 |
| 355470 | TORRINHA | 210.722,21 | 92,99 | 0,00 | 4.187,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 215.003,13 |
| 355475 | TRABIJU | 5.277,06 | 0,00 | 0,00 | 895,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.173,01 |
| 355480 | TREMEMBE | 1.184.260,48 | 163.085,46 | 0,00 | 91.391,94 | 0,00 | 320.373,68 | 0,00 | 0,00 | 1.118.364,20 |
| 355490 | TRES FRONTEIRAS | 21.050,84 | 0,00 | 0,00 | 17.272,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38.323,82 |
| 355495 | TUIUTI | 0,00 | 0,00 | 263.028,00 | 459,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 263.487,00 |
| 355500 | TUPA | 10.276.737,71 | 8.997.708,35 | 6.944.273,39 | 4.700.751,39 | 0,00 | 28.213.390,50 | 0,00 | 0,00 | 2.706.080,34 |
| 355510 | TUPI PAULISTA | 630.984,26 | 400.839,72 | 561.785,28 | 224.590,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.818.199,82 |
| 355520 | TURIUBA | 4.375,80 | 0,00 | 90.000,00 | 226,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 94.602,42 |
| 355530 | TURMALINA | 7.528,90 | 0,00 | 0,00 | 804,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.333,16 |
| 355535 | UBARANA | 43.693,13 | 0,00 | 0,00 | 64.681,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 108.374,61 |
| 355540 | UBATUBA | 3.842.463,28 | 107.513,18 | 2.763.457,90 | 853.552,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.566.986,41 |
| 355550 | UBIRAJARA | 11.023,90 | 0,00 | 0,00 | 39.932,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.956,37 |
| 355560 | UCHOA | 217.101,64 | 0,00 | -90.000,00 | 92.295,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 219.396,97 |
| 355570 | UNIAO PAULISTA | 13.593,48 | 0,00 | 0,00 | 91.748,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.341,74 |
| 355580 | URANIA | 402.570,42 | 11.283,99 | 335.700,00 | -52.237,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 697.316,84 |
| 355590 | URU | 4.085,26 | 0,00 | 0,00 | 23.466,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.551,85 |
| 355600 | URUPES | 584.215,92 | 112.469,62 | -90.000,00 | 49.132,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 655.818,47 |
| 355610 | VALENTIM GENTIL | 298.308,55 | 0,00 | 0,00 | 30.861,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 329.169,82 |
| 355620 | VALINHOS | 3.949.624,60 | 28.331,40 | 1.517.287,42 | 4.436.277,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.931.520,74 |
| 355630 | VALPARAISO | 699.185,81 | 18.330,03 | 118.800,00 | 366.153,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.202.469,77 |
| 355635 | VARGEM | 12.069,29 | 0,00 | 157.500,00 | 313,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 169.883,03 |
| 355640 | VARGEM GRANDE DO SUL | 1.865.067,45 | 24.302,42 | 928.431,49 | 388.567,79 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.206.369,15 |
| 355645 | VARGEM GRANDE PAULISTA | 1.117.196,03 | 0,00 | 157.500,00 | 345.081,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.619.777,86 |
| 355650 | VARZEA PAULISTA | 3.579.348,81 | 9.492,63 | 2.516.741,28 | 2.168.597,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.274.180,22 |
| 355660 | VERA CRUZ | 26.337,50 | 0,00 | -60.000,00 | 62.560,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.898,24 |
| 355670 | VINHEDO | 3.356.522,86 | 99.784,26 | 1.765.980,28 | 2.750.653,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.972.940,94 |
| 355680 | VIRADOURO | 735.686,69 | 404,30 | 158.400,00 | -11.755,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 882.735,45 |
| 355690 | VISTA ALEGRE DO ALTO | 196.804,95 | 0,00 | 0,00 | -22.274,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 174.530,62 |
| 355695 | VITORIA BRASIL | 4.385,66 | 0,00 | 0,00 | 6.949,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.335,55 |
| 355700 | VOTORANTIM | 5.272.948,93 | 177.508,37 | 585.185,28 | 2.398.491,84 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.434.134,42 |
| 355710 | VOTUPORANGA | 6.777.320,24 | 4.113.117,37 | 6.621.451,14 | 8.516.384,04 | 0,00 | 19.703.284,01 | 0,00 | 0,00 | 6.324.988,78 |
| 355715 | ZACARIAS | 10.271,16 | 0,00 | 0,00 | 91.134,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.405,79 |
| 355720 | CHAVANTES | 720.374,88 | 347.061,51 | 0,00 | 136.646,66 | 0,00 | 1.071.082,57 | 0,00 | 0,00 | 133.000,48 |
| 355730 | ESTIVA GERBI | 90.031,17 | 0,00 | 263.028,00 | 14.943,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 368.002,97 |
| TOTAL FUNDO MUNICIPAL | | | | | | | | | | 4.795.067.717,78 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RETIFICAÇÃO**

No art. 1º da Portaria nº 1.383/SAS/MS, de 23 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, de 1 de setembro de 2017, seção 1, página 141,

Onde se lê:

Art. 1º .....

| | |
|---|---|
| Procedimento | 06.04.77.003-0 - PARI CALCITOL -5.0 MCG (SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA COM 1 ML) |

Leia-se:

Art. 1º .....

| | |
|---|---|
| Procedimento | 06.04.77.003-0 - PARICALCITOL 5.0 MCG /ML (SOLUÇÃO INJETÁVEL-AMPOLA COM 1 ML) |

# Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

## GABINETE DO MINISTRO

**DESPACHO DO MINISTRO**
Em 15 de setembro de 2017

Processo nº 00190.004164/2015-19

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização e o Parecer nº 00178/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00480/2017 e nº 00486/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, como fundamentos deste ato para, nos termos do nos artigos 87, inciso IV, e § 3º c/c o art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666, de 1993, Declarar a Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública da empresa TOMÉ ENGENHARIA S.A. (CNPJ nº 11.245.802/0001-88), por ter efetuado pagamento a agentes públicos da Petrobrás S/A com finalidades ilícitas, bem como por ter participado esporadicamente de procedimentos licitatórios direcionados em conluio com outras empresas.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Substituto

# Ministério das Cidades

## SECRETARIA EXECUTIVA
## DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

**PORTARIA Nº 202, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.125159/2016-41, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica NOVA INSPECAO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 25.198.959/0001-04, situada no Município de Jacareí - SP, Rua Miguel Nunes Bicudo, nº 11, Cidade Nova Jacareí, CEP: 12.325-020 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

# Ministério de Minas e Energia

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

**DESPACHO DO DIRETOR-GERAL**
Em 15 de setembro de 2017

Nº 2.973 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002389/2017-70, decide por: (i) anular o Despacho nº 2.616, de 25 de agosto de 2017; (ii) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Celesc Distribuição S.A. em face do Despacho nº 2.369, de 7 de agosto de 2017, e não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, o efeito suspensivo pleiteado; e (iii) não conhecer do Agravo interposto pela Celesc Distribuição S.A. interposto em face do Despacho nº 2.616, de 25 de agosto de 2017, por perda de objeto.

ROMEU DONIZETE RUFINO

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Em 5 de setembro de 2017

Nº 2.830 - Processo nº 48500.004252/2014-15. Interessado: SPE Ventosolbras e Renobrax Geração de Energia Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO) 3.339, de 25 de agosto de 2014, referente à UFV Chateau Fort 1, localizada no município de São João do Piauí, no estado do Piauí, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.034282-3.01, a fim de contemplar as novas características técnicas: 47.300 kW de Potência Instalada e coordenadas geográficas, 8°22'1.14"S e 42° 8'26.63"O.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

Em 14 de setembro de 2017

Nº 2.955 Processo nº 48500.003060/2016-45. Interessado: Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. Decisão: Alterar o Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.313, de 1º de agosto de 2017, referente à EOL Caetité D, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada e do posicionamento dos aerogeradores.

Nº 2.956 Processo nº 48500.003034/2016-17. Interessado: Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. Decisão: Alterar o Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.314, de 1º de agosto de 2017, referente à EOL Caetité E, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada e do posicionamento dos aerogeradores.

Nº 2.957 Processo nº 48500.003057/2016-21. Interessado: Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. Decisão: Alterar o Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.315, de 1º de agosto de 2017, referente à EOL Caetité F, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada e do posicionamento dos aerogeradores.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

Em 15 de setembro de 2017

Nº 2.977 Processo nº 48500.007180/2013-79. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. e SOWITEC operation GmbH. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV São Francisco, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.031624-5.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, no estado do Pernambuco.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 18 de setembro de 2017

Nº 2.998 Processo nº 48100.001355/1997-39. Interessado: PCH Santa Rosa S.A Decisão: (i) alterar de 6.500 kW para 6.700 kW a potência instalada da PCH Santa Rosa, outorgada por meio da Resolução nº 751, de 18 de dezembro de 2002, CEG PCH.PH.SC.028844-6.01, localizada no rio Braço do Norte, no município de Santa Rosa de Lima, estado de Santa Catarina; (ii) alterar o Despacho nº 2.385, de 18 de julho de 2013, para contemplar novos parâmetros de Garantia Física.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Adjunta

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Em 18 de setembro de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 19 de setembro de 2017.

Nº 3.015. Processo nº 48500.000196/2017-84. Interessados: Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de São Vicente 13. Unidades Geradoras: UG1 a UG14, de 2.100 kW cada, totalizando 29.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.

Nº 3.016. Processo nº 48500.000074/2017-98. Interessados: ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A. Usina: EOL Cristalândia I. Unidades Geradoras: UG1 a UG8, de 2.000 kW cada uma, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Brumado e Dom Basílio, Estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.017. Processo nº 48500.005673/2013-74. Interessados: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Decisão: Liberar, por tempo determinado, a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 19 de setembro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. Usina: UTE Mauá 3. Unidade Geradora: UG1, de 189.550 kW. Localização: Município de Manaus, Estado do Amazonas.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
Em 14 de setembro de 2017

Nº 2.958. Processo nº: 48500.004188/2017-15. Interessados: Enel Distribuição Ceará - COELCE. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 2.034.264,59, (dois milhões, trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0039-0018/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
## DIRETORIA I
## SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

**AUTORIZAÇÃO Nº 599, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014803/2012-31, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 48.708.267/0461-56, com capacidade de produção de 1.050 m³/dia de etanol hidratado e 650 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Vista Alegre, Km 2,5, Zona Rural, Vista Alegre do Alto - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 260, de 06/03/2013, publicada no DOU de 07/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

**AUTORIZAÇÃO Nº 600, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017**

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 191, de 09 de setembro de 2013, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 30, de 06 de agosto de 2013, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.011111/2016-65, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de biodiesel da CARAMURU ALIMENTOS S.A., CNPJ nº 00.080.671/0026-68, com capacidade de produção de 285 m³/dia, localizada na Rua Ayrton Senna, nº 628, bairro Nova Prata - CEP 78.890-000, Sorriso - MT, respeitados os padrões ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 30/2013.

Art. 2º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

### DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 221/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

896.042/2017-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7327/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

896.043/2017-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7328/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

896.044/2017-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7329/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

896.045/2017-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7330/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

896.046/2017-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-ALVARÁ N°7331/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

896.047/2017-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-ALVARÁ N°7332/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

896.048/2017-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-ALVARÁ N°7333/2017-Destacado do DNPM 896.136/2016-ALVARÁ N°10.709/2016-Vencimento em 28/9/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA

### RETIFICAÇÃO

Nos DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL, na Relação nº 235/2017, publicada no DOU de 18-09-2017, Seção 1, p´g. 70, onde se lê: Relação nº 236/2017 - SEDE - DF. Leia-se: Relação nº 235/2017 - SEDE - DF

(p/Coejo)

## SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 175/2017

Ficam o(s) abaixo relacionado(s), ciente(s) de que julgou-se improcedente a defesa administrativa(s); interposto(s); foram julgados improcedentes, restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso Superintendente do DNPM/PA relativo ao(s) débito(s) (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº 7.990/89 e 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e 10.522/02), no prazo de dez dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIM, e ajuizamento de ação de execução.

Processo de Cobrança nº 950.360/2015.
Notificado: MINERAÇÃO BURITIRAMA S.A.
CNPJ: 27.121.672/0001-01.
NFLDP nº 109/2015 - DNPM/PA.
Valor: R$ 58.192,26 (Cinquenta e oito mil, cento e nove reais e vinte seis centavos).

Processo de Cobrança nº 950.460/2017.
Notificado: SERABI MINERAÇÃO S.A.
CNPJ: 04.207.303/0001-30.
NFLDP nº 259/2017 - DNPM/PA.
Valor: R$ 939,67 (Novecentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Processo de Cobrança nº 950.461/2017.
Notificado: SERABI MINERAÇÃO S.A.
CNPJ: 04.207.303/0001-30.
NFLDP nº 258/2017 - DNPM/PA.
Valor: R$ 37.392,11 (Trinta e sete mil, trezentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Processo de Cobrança nº 950.462/2017.
Notificado: SERABI MINERAÇÃO S.A.
CNPJ: 04.207.303/0001-30.
NFLDP nº 257/2017 - DNPM/PA.
Valor: R$ 139.451,44 (Cento e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Processo de Cobrança nº 950.463/2017.
Notificado: SERABI MINERAÇÃO S.A.
CNPJ: 04.207.303/0001-30.
NFLDP nº 256/2017 - DNPM/PA.
Valor: R$ 825.603,64 (Oitocentos e vinte cinco mil, seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos).

ADRIANA PANTOJA DOS SANTOS.
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 62/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Cal Chimelli Ltda - 920212/87 - Not.100/2017 - R$ 3.634,36

Colorminas Colorifício e Mineração s a - 826150/90 - Not.88/2017 - R$ 7.670,36

Construtora Pussoli S/a - 826449/91 - Not.91/2017 - R$ 7.268,73, 826449/91 - Not.92/2017 - R$ 6.912,45, 826449/91 - Not.93/2017 - R$ 7.670,36

Felippe Mascaro - 801983/76 - Not.89/2017 - R$ 7.268,73, 801983/76 - Not.90/2017 - R$ 7.670,36

Mina de Ferro Comercio de Pedras Ltda me - 6541/65 - Not.94/2017 - R$ 3.779,93

Mineração de Areia Martins Ltda - 826223/99 - Not.76/2017 - R$ 6.870,35

Mineração Gino Minas LTDA. - 817362/70 - Not.77/2017 - R$ 3.435,17, 555/44 - Not.75/2017 - R$ 3.435,17

Mineração São Judas LTDA. - 926234/02 - Not.97/2017 - R$ 3.634,36, 926208/02 - Not.98/2017 - R$ 3.634,36, 926039/93 - Not.99/2017 - R$ 3.634,36

Mineração Spréa LTDA. - 820179/84 - Not.74/2017 - R$ 3.435,17

Morro Branco Mineração Ltda - 803380/74 - Not.70/2017 - R$ 6.870,35, 803380/74 - Not.71/2017 - R$ 7.621,01, 803380/74 - Not.72/2017 - R$ 3.613,31

Porto de Areia Por do Sol LTDA. - 826295/99 - Not.82/2017 - R$ 4.026,73

Sociedade Paranaense de Mineração LTDA. - 4085/41 - Not.73/2017 - R$ 3.613,31

Somibrás Sociedade de Mineração Brasileia LTDA. - 820108/78 - Not.95/2017 - R$ 7.268,73, 820108/78 - Not.96/2017 - R$ 7.670,36

HUDSON CALEFE

## SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 77/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da

Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 986.494/2014 Notificado Caputi Materiais Para Construções Ltda CNPJ/CPF 05.559.356/0001-83
NFLDP nº 113/2014 alor: R$ 24.396,61

Processo de Cobrança nº 986.495/2014 Notificado Caputi Materiais Para Construções Ltda. CNPJ/CPF 05.559.356/0001-83
NFLDP nº 114/2014 Valor: R$ 2.306,50

Processo de Cobrança nº 986.496/2014 Notificado Caputi Materiais Para Construções Ltda.CNPJ/CPF 05.559.356/0001-83
NFLDP nº 110/2014 Valor: R$ 65.483,48

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 154/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

101 Industria de Artefato de Cimento Ltda me - 815587/16 - Not.235/2017 - R$ 3.343,75

Avelino Alvarez - 815610/16 - Not.237/2017 - R$ 1.737,51

Djc Construtora e Incorporadora Ltda - 815407/14 - Not.207/2017 - R$ 3.887,15

Forno Tunel Industria e Comercio Ltda Epp - 815610/15 - Not.221/2017 - R$ 3.552,46

Indugramar Ltda Epp - 815482/14 - Not.209/2017 - R$ 3.471,35

Marcia Sarubbi Lippmann - 815460/16 - Not.232/2017 - R$ 3.438,74

Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815561/14 - Not.211/2017 - R$ 3.879,18

Minas Minerais Industriais LTDA. - 815553/15 - Not.219/2017 - R$ 2.586,40, 815767/15 - Not.223/2017 - R$ 1.334,27, 815768/15 - Not.225/2017 - R$ 565,04, 815832/15 - Not.227/2017 - R$ 1.094,66, 815375/16 - Not.229/2017 - R$ 326,14

Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda me - 815473/15 - Not.215/2017 - R$ 3.543,93, 815527/15 - Not.217/2017 - R$ 3.241,86

Phoenix Comercio e Serviços Ltda me - 815435/16 - Not.239/2017 - R$ 159,63

Raquel da Silva Tormena - 815052/11 - Not.205/2017 - R$ 2.013,85, 815470/15 - Not.213/2017 - R$ 338,20

RELAÇÃO Nº 155/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

101 Industria de Artefato de Cimento Ltda me - 815587/16 - Not.236/2017 - R$ 3.628,52

Agua Mineral Serra do Tabuleiro Ltda - 815298/00 - Not.194/2017 - R$ 4.051,40

Avelino Alvarez - 815610/16 - Not.238/2017 - R$ 3.628,52

Avelino Dionisio Momm - fi - 815625/08 - Not.198/2017 - R$ 325,70, 815626/08 - Not.199/2017 - R$ 325,70

Calwer Mineração Ltda - 815157/00 - Not.201/2017 - R$ 354,70, 815157/00 - Not.202/2017 - R$ 3.546,74

Cdv Mineração e Transportes Rodoviários de Cargas LTDA. - 815334/14 - Not.193/2017 - R$ 4.123,27

Djc Construtora e Incorporadora Ltda - 815407/14 - Not.208/2017 - R$ 3.628,52

Forno Tunel Industria e Comercio Ltda Epp - 815610/15 - Not.222/2017 - R$ 3.628,52

Indugramar Ltda Epp - 815482/14 - Not.210/2017 - R$ 3.628,52

Indústria de Água Mineral Sul Brasil Ltda - 815323/04 - Not.200/2017 - R$ 3.456,22

Manjolinho Britas e Transportes Ltda - 815502/97 - Not.203/2017 - R$ 3.606,47, 815502/97 - Not.204/2017 - R$ 3.606,47

Marcia Sarubbi Lippmann - 815460/16 - Not.233/2017 - R$ 3.628,52

Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815561/14 - Not.212/2017 - R$ 3.628,52

Minas Minerais Industriais LTDA. - 815553/15 - Not.220/2017 - R$ 3.628,52, 815767/15 - Not.224/2017 - R$ 3.628,52, 815768/15 - Not.226/2017 - R$ 3.628,52, 815832/15 - Not.228/2017 - R$ 3.628,52, 815375/16 - Not.230/2017 - R$ 3.628,52

Mineração Zanatta Ltda - 815097/90 - Not.195/2017 - R$ 3.749,61

Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda me - 815473/15 - Not.216/2017 - R$ 3.628,52, 815527/15 - Not.218/2017 - R$ 3.628,52

mv Pedras e Materiais de Construção Ltda Epp - 815522/16 - Not.234/2017 - R$ 3.628,52

Phoenix Comercio e Serviços Ltda me - 815435/16 - Not.240/2017 - R$ 3.628,52

Raquel da Silva Tormena - 815470/15 - Not.214/2017 - R$ 3.628,52, 815052/11 - Not.206/2017 - R$ 3.628,52

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

## SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 79/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

878.076/2017-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

878.058/2014-ANTÔNIO MARCIO DE MENEZES-OF. N°418/2017

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

878.046/2000-AQUIMAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-OF. N°425/2017

Intima para apresentar documentos desmembramento de área-Prazo 90 dias(1102)

605.626/1976-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-OF. N°424/2017

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

872.278/1989-JAZIDA JABOTIANA LTDA- Licenciamento N°:04/1990 - Vencimento em 08/03/2020

878.064/2013-SERNAL CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E EXTRAÇÕES DE AREIA LTDA ME- Licenciamento N°:24/2014 - Vencimento em 04/09/2020

Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)

878.152/2007-MACEDO & REIS LTDA ME

878.113/2015-JUNIOR CONSTRUÇÕES INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Despacho publicado(756)

878.064/2013-SERNAL CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E EXTRAÇÕES DE AREIA LTDA ME-Determina cumprimento de exigência - prazo de 60 (sessenta) dias - Ofício nº 416/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

878.069/2017-MM MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 81/2017

Fase de Licenciamento

Despacho de retificação do Licenciamento(741)

878.056/2017-CAMPO SOLOS MINERAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI ME- Licenciamento N°147/2017-Onde se lê "...vencimento em 03/04/2018", leia-se " ...vencimento em 09/05/2022".

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Ministério do Desenvolvimento Social

## GABINETE DO MINISTRO

### DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 18 de setembro de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e de acordo com o parecer da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, que não reconsiderou o indeferimento proferido no processo nº 71000.098132/2014-15, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO FREI INOCÊNCIO
CNPJ: 07.715.739/0001-29
Município: PESCADOR/MG
Processo nº: 71000.098132/2014-15

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e de acordo com o parecer da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, que não reconsiderou o indeferimento proferido no processo nº 71000.056525/2013-71, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, MUSICAL E ARTÍSTICA SÃO VICENTE DE PAULO DE PIRAPORA
CNPJ: 11.011.915/0001-19
Município: PIRAPORA/MG
Processo nº: 71000.056525/2013-71

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: SOCIEDADE ESPÍRITA MARINA NUNES
CNPJ: 17.427.840/0001-38
Município: Belo Horizonte/MG
Processo nº: 71000.107458/2013-60 (1 volume)

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

## INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

### DESPACHO DO DIRETOR
Em 15 de setembro de 2017

Nº 183 - PROCESSO Nº 37284.000772/2014-26.
ASSUNTO: Revogação de alienação do imóvel de propriedade do INSS que compõe o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, localizado no SAUS Quadra 6, Lotes nºs 01 e 02, Brasília, Distrito Federal (SGPI nº 10134-23), através de Venda Direta.
INTERESSADO: União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União.
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 3/2017, com Adjudicação.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.666/1993 c/c Lei nº 9.702/1998.
DECISÃO: 1. Considerando a manifestação da Secretaria do Patrimônio da União, subordinada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Ofício nº 64047/2017-MP, de 17/08/2017, às fls. 578/579, demonstrando o desinteresse na aquisição do imóvel em referência, dentre outros, tendo em vista que o limite para movimentação e empenho da Secretaria do Patrimônio da União - SPU em 2017 para atender as despesas da ação 15NT-Aquisição de Imóveis do INSS foi utilizada; bem como os despachos da Divisão de Patrimônio Imobiliário, às fls. 588, e da Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio, às fls. 589; REVOGO a autorização de alienação com dispensa de licitação e adjudicação do imóvel em epígrafe em favor da UNIÃO, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, CNPJ/MF nº 00.489.828/0009-02, subordinada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, definida pelo Decreto nº 8.818, de 21/06/2016, pelo valor de R$ 60.600.000,00 (sessenta milhões e seiscentos mil reais), realizada mediante o Despacho de Autorização e de Adjudicação de Imóvel DIROFL nº 65, de 29/3/2017, às fls. 517, publicado no DOU nº 62, de 30/3/2017, Seção 1, pág. 115. 2. Publique-se. 3. Encaminhe-se à Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste (23.150), para ciência e posterior encaminhamento à Gerência-Executiva Distrito Federal, visando as providências contidas no item 3 do despacho às fls. 588.

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO

## SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### RETIFICAÇÕES

Na Portaria SNAS/MDS nº 40/2016 art. 2º, item 15, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, Seção 1, página 58, da entidade ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO DO RECIFE, CNPJ 11.027.562/0001-45, processo 71000.134316/2014-56. Onde se lê: "parecer técnico nº 46796/2016". Leia-se "parecer técnico nº 146796/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 25, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade CENTRO DE AMPARO AOS IDOSOS JESUS MARIA JOSÉ, CNPJ 00.363.296/0001-05, processo 71000.070891/2015-02. Onde se lê: "parecer técnico nº 47859/2016". Leia-se "parecer técnico nº 147859/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 13, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade FRATERNIDADE E ASSISTÊNCIA A MENORES APRENDIZES- FAMA, CNPJ 01.571.413/0001-99, processo 71000.003509/2015-47. Onde se lê: "parecer técnico nº 48572/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148572/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 8, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade FUNDAÇÃO BARBOSA RODRIGUES, CNPJ 15.529.019/0001-05, processo 71000.052565/2015-13. Onde se lê: "parecer técnico nº 48024/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148024/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 37, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade LAR DOS VELHOS DE AMPARO, CNPJ 43.467.380/0001-81, processo 71000.077158/2015-19. Onde se lê: "parecer técnico nº 48517/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148517/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 1º, item 22, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade ASSOCIACAO LAR BEM VIVER DE SANTANA DO MANHUACU, CNPJ 66.230.590/0001-57, processo 71000.043030/2015-43. Onde se lê: "parecer técnico nº 47814/2016". Leia-se "parecer técnico nº 147814/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 35, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE LONDRINA, CNPJ 78.318.292/0001-00, processo 71000.077081/2015-79. Onde se lê: "parecer técnico nº 48579/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148579/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 23, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade FUNDAÇÃO LAR DA TERCEIRA IDADE PADRE ANTONIO DIAS, CNPJ 00.133.818/0001-82, processo 71000.052579/2015-29. Onde se lê: "parecer técnico nº 48479/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148479/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 1º, item 21, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade SERVIÇO DE AMPARO E BEM - ESTAR DA VELHICE - SABEVE, CNPJ 10.762.416/0001-09, processo 71000.001391/2015-12. Onde se lê: "parecer técnico nº 47231/2016". Leia-se "parecer técnico nº 147231/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 5, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade AÇÃO SOCIAL VICENTINA DE PEABIRU, CNPJ 76.223.387/0001-07, processo 71000.003548/2015-44. Onde se lê: "parecer técnico nº 48354/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148354/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 26, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade LAR ESCOLA FRANCISCO CANDIDO XAVIER, CNPJ 51.455.178/0001-68, processo 71000.003516/2015-49. Onde se lê: "parecer técnico nº 47832/2016". Leia-se "parecer técnico nº 147832/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 29, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 51.920.569/0001-06, processo 71000.096161/2015-23. Onde se lê: "parecer técnico nº 48915/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148915/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 15, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO, CNPJ 88.593.181/0001-58, processo 71000.077135/2015-04. Onde se lê: "parecer técnico nº 48550/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148550/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 27, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade ASSOCIAÇÃO DE CONVIVÊNCIA NOVO TEMPO, CNPJ 01.781.612/0001-21, processo 71000.071036/2015-19. Onde se lê: "parecer técnico nº 48563/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148563/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 30, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade VILA VICENTINA DE BOA ESPERANÇA, CNPJ 18.781.765/0001-71, processo 71000.112950/2015-19. Onde se lê: "parecer técnico nº 48883/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148883/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 28, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade LAR DO IDOSO JOSÉ E ROSALINA KOEHLER, CNPJ 90.162.355/0001-70, processo 71000.071086/2015-98. Onde se lê: "parecer técnico nº 48511/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148511/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 1º, item 11, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 77, da entidade ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL PE. JAMIL ALVES SOUZA, CNPJ 05.451.143/0001-33, processo 71000.070552/2015-18. Onde se lê: "parecer técnico nº 49506/2016". Leia-se "parecer técnico nº 149506/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 40/2016 art. 2º, item 21, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, Seção 1, página 58, da entidade CENTRO SOCIAL BETESDA, CNPJ 07.834.856/0001-01, processo 71000.070334/2015-83. Onde se lê: "parecer técnico nº 48781/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148781/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art. 2º, item 32, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção 1, página 78, da entidade ASILO DE VELHOS JESUS NAZARENO, CNPJ 16.978.678/0001-83, processo 71000.002804/2016-67. Onde se lê: "parecer técnico nº 49876/2016". Leia-se "parecer técnico nº 149876/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 40/2016 art. 2º, item 16, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, Seção 1, página 58, da entidade LAR SÃO JOSE, CNPJ 43.353.820/0001-70, processo 71000.001656/2015-82. Onde se lê: "parecer técnico nº 47419/2016". Leia-se "parecer técnico nº 147419/2015".

# Ministério do Esporte

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DELIBERAÇÃO Nº 1.109, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 16/08/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 31 de agosto de 2017, considerando:

a) aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 16/08/2017

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO FERNANDO ANDRAUS NOGUEIRA
Presidente da Comissão
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 58701.000013/2017-18
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Formação de Atletas (VII)
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 5.966.873,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 6782-2
Período de Captação até: 31/12/2018

### RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.102009/2017-91
No Diário Oficial da União nº 179, de 18 de setembro de 2017, na Seção 1, página 74 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1108/2017, ANEXO II, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 986.987,86, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 968.987,86.

Processo Nº 58701.000003/2017-82
No Diário Oficial da União nº 167, de 30 de agosto de 2017, na Seção I, página 57 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.100/2017, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6555 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 27997-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0257 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 27997-8.

Processo Nº 58701.003077/2015-17
No Diário Oficial da União nº 61, de 31 de março de 2017, na Seção I, página 82 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 875/2016, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3312 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33218-6, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3235 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33218-6.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Ministério do Meio Ambiente

## CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

### DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e pelo Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005, tendo em vista o disposto na alínea 'd' do inciso III do art. 18, e nos arts. 23 a 32 do Regimento Interno do CGen, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., CNPJ 60.659.463/0001-91, para reformar a decisão recorrida no escopo do Auto de Infração nº 556190 Série D, por deixar de repartir os benefícios resultantes da exploração econômica de produto do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético com quem de direito, de acordo com o disposto na Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, cancelando-se o Auto de Infração, e, por consequência, a sanção de multa aplicada no valor de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), de acordo com os autos do Processo nº 02001.007243/2010-74, observado o disposto no inciso VII do § 1º do art. 6º da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, no inciso VIII do art. 4º do Decreto n° 8.772, de 11 de maio de 2016, nos artigos 6º e 18 do Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005, e no Regimento Interno do CGen, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016.

Art. 2º As informações constantes do Processo nº 02001.007243/2010-74, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

### DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e pelo Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005, tendo em vista o disposto na alínea 'd' do inciso III do art. 18, e nos arts. 23 a 32 do Regimento Interno do CGen, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela Firmenich & Cia. Ltda., CNPJ 61.360.574/0001-65, para reformar a decisão recorrida no escopo do Auto de Infração nº 632998 Série D, por acessar componente do patrimônio genético para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, sem autorização do órgão competente; explorando economicamente produto obtido a partir de acesso ilícito ao patrimônio genético, mantendo-se o Auto de Infração, e a sanção de multa aplicada, reduzindo seu valor para o mínimo cominado ao tipo infracional para pessoa jurídica, isto é R$ 15.000,00 (quinze mil reais), de acordo com os autos do Processo nº 02001.007367/2010-50, observado o disposto no inciso VII, do § 1º do art. 6º da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, no inciso VIII do art. 4º do Decreto n° 8.772, de 11 de maio de 2016, arts. 6º e 16 do Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005, e no Regimento Interno do CGen, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016.

Art. 2º As informações constantes do Processo nº 02001.007367/2010-50, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

# Ministério do Planejamento,Desenvolvimento e Gestão

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 295, 18 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
AMPLIAÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

| Órgão | | Demais | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PAC | Emendas Impositivas | | Outras | Total |
| | | | Individuais | Bancada | | |
| 22000 | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 0 | 0 | 0 | 6.000.000 | 6.000.000 |
| 39000 | Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil | 54.600.000 | 0 | 0 | 0 | 54.600.000 |
| 40000 | Ministério do Trabalho | 0 | 0 | 0 | 30.000.000 | 30.000.000 |
| 52000 | Ministério da Defesa | 0 | 0 | 0 | 10.000.000 | 10.000.000 |
| | TOTAL | 54.600.000 | 0 | 0 | 46.000.000 | 100.600.000 |

## COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO

### RESOLUÇÃO Nº 20, DE 17 DE ABRIL DE 2017

A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO - CGPAR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, I, b, do Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007, e tendo em vista proposição do Grupo Executivo - GE aprovada conforme Ata de sua 96ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º As empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral para adaptação dos seus estatutos sociais à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, de acordo com o seguinte cronograma definido por grupos de empresas:

I - Grupo Banco do Brasil: até 31 de julho de 2017;

II - Grupo Petrobras: até 30 de setembro de 2017;

III - Grupo Eletrobras: até 30 de novembro de 2017;

IV - Empresas dependentes: até 31 de dezembro de 2017; e

V - Demais estatais: até 28 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. Sem prejuízo da implementação do cronograma previsto no caput, as empresas estatais deverão observar o seguinte calendário, definido para dispositivos estatutários específicos:

I - nas empresas não dependentes e com receita operacional bruta igual ou superior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), a instituição de Comitê de Auditoria deverá ser pautada até 28 de fevereiro de 2018;

II - nas empresas dependentes ou com receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), a instituição de Comitê de Auditoria poderá ser pautada até 30 de junho de 2018;

III - nas empresas com receita operacional bruta igual ou superior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), o número mínimo de membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018;

IV - nas empresas com receita operacional bruta inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) o número mínimo membros do Conselho de Administração deverá ser atendido até 30 de junho de 2018;

V - as atribuições do Conselho de Administração, previstas no art. 142, II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deverão ser introduzidas após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018;

VI - as atribuições da Assembleia Geral, previstas no art. 122, II, da Lei 6.404, de 1976, deverão ser pautadas após as Assembleias Gerais Ordinárias de 2018; e

VII - a auditoria trimestral das demonstrações financeiras poderá ser implementada até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Os documentos relativos à proposta de alteração estatutária deverão ser colocados à disposição dos acionistas com antecedência mínima de 30 dias.

Art. 3º A proposta que deliberar sobre qualquer alteração estatutária deverá considerar, preferencialmente, a sugestão de texto contida em estatuto padrão disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 1º As alterações estatutárias das subsidiárias deverão seguir, preferencialmente, o texto proposto para a empresa pública ou sociedade de economia mista controladora.

§ 2º O estatuto padrão será desenvolvido, em conjunto, pela Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 4° As empresas estatais federais deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada concomitante à Assembleia Geral Ordinária de 2017, para:

I - definir competência da Assembleia Geral para as empresas estatais federais elencadas no art. 72 do Decreto nº 8.945 de 2016, ressalvado o previsto no art. 122, II, da Lei nº 6.404, de 1976;

II - definir competência do Conselho de Administração, ressalvado o previsto no art. 142, II, da Lei nº 6.404, de 1976;

III - definir prazo de gestão unificado de dois anos para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas; e

IV - definir o prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal, que deverá ser de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Presidente

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro de Estado da Fazenda
Membro

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Membro

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### PORTARIA Nº 144, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 31, inciso I, do Decreto nº 9.035 de 20 de abril de 2017, no art. 2º, § 3º, inciso I, da Portaria MP nº 234, de 19 de julho de 2017, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e nos elementos que integram os Processo Administrativo nº 23000.031788/2017-58, resolve:

Art. 1º Autorizar a locação de imóveis para o funcionamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Jaboatão dos Guararapes - IFPE, vinculado ao Ministério da Educação.

Parágrafo único. Esta autorização fica vinculada:

I - a que, no contrato para locação do imóvel, seja observada a área média de até 9 (nove) metros quadrados de área útil para o trabalho individual, a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel;

II - ao cumprimento das normas e critérios básicos para garantir às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços nos imóveis a que se refere ao caput; e

III - à inclusão dos dados referentes aos imóveis locados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Art. 2º Caberá à entidade interessada adotar todos os procedimentos necessários à locação, inclusive relacionados à dispensa/inexigibilidade de licitação, realização de procedimento concorrencial, quando for o caso, e assinatura do contrato, valendo-se do assessoramento prestado pelo seu respectivo órgão jurídico.

Art. 3º A autorização de que trata esta Portaria possui o objetivo único de atestar a indisponibilidade de imóveis da União para atender a demanda da entidade requerente.

Parágrafo único. A celebração do negócio jurídico pretendido fica condicionada à existência de dotação orçamentária e financeira suficiente para a realização da despesa, a qual deve ser aprovada pela autoridade competente e respeitar os limites fixados, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º A autorização desta Secretaria não supre a necessidade da aquiescência das demais autoridades previstas no Decreto nº7.689/12 e Portaria MP nº 234 de 19 de julho de 2017, e nem de observância da legislação pertinente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

# Ministério do Trabalho

## SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
## COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

### DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 18 de setembro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

| Nº | PROCESSO | AI | EMPRESA | UF |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 46653.002533/2013-75 | 200795791 | União Social de Assistencia | MT |
| 2 | 46653.002534/2013-10 | 200795856 | União Social de Assistencia | MT |
| 3 | 46653.002535/2013-64 | 200795937 | União Social de Assistencia | MT |
| 4 | 46216.000417/2013-71 | 25272292 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 5 | 46216.000418/2013-15 | 25272306 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 6 | 46216.000419/2013-60 | 17819849 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 7 | 46216.000420/2013-94 | 17819831 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 8 | 46216.000424/2013-72 | 25272284 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 9 | 46216.000425/2013-17 | 25272276 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 10 | 46216.000426/2013-61 | 25272314 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 11 | 46216.000427/2013-14 | 25272357 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 12 | 46216.000429/2013-03 | 25272349 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 13 | 46216.000430/2013-20 | 25272365 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 14 | 46216.000431/2013-74 | 200003011 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 15 | 46216.000432/2013-19 | 17819822 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 16 | 46216.000482/2013-04 | 25272373 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 17 | 46216.000530/2013-56 | 200003046 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 18 | 46216.000531/2013-09 | 200003020 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 19 | 46216.000532/2013-45 | 200003038 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 20 | 46216.000533/2013-90 | 25272438 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 21 | 46216.000534/2013-34 | 25272446 | Direcional Corretora de Imoveis S.A. | RO |
| 22 | 46617.008635/2011-79 | 19978502 | Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura | RS |
| 23 | 46218.009062/2014-46 | 203510640 | Viação Montenegro S.A. | RS |
| 24 | 46218.009063/2014-91 | 203510658 | Viação Montenegro S.A. | RS |
| 25 | 46218.009064/2014-35 | 203510666 | Viação Montenegro S.A. | RS |
| 26 | 46220.000707/2014-36 | 202851958 | Transol Transportes Coletivos Ltda. | SC |
| Nº | PROCESSO | Notificação de Débito de FGTS | EMPRESA | UF |
| 1 | 46653.002532/2013-21 | 200.102.885 - TRet nº 200.368.389 | União Social de Assistencia | MT |
| 2 | 46216.000529/2013-21 | 200.055.101 | Direcional Corretora de Imóveis S.A. | RO |
| 3 | 46218.010967/2011-16 | 705.041.484 - TRet nº 705.057.143 | Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura | RS |
| 4 | 46218.011313/2011-18 | 100.212.174 -Tret nº 100.287.247 | Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura | RS |
| 5 | 46218.009626/2011-06 | 100.207.235- TRet nº 100.290.388 | Sociedade Portuguesa de Beneficência | RS |
| 6 | 46218.009628/2011-97 | 506.516.059 | Sociedade Portuguesa de Beneficência | RS |
| 7 | 46218.009061/2014-00 | 200.275.119 | Viação Montenegro S.A. | RS |
| 8 | 46254.003643/2015-19 | 200.553.909 | Antônio Siboldi | SP |

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

## SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

### DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 5 de setembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

| | |
|---|---|
| Processo | 46218.012896/2013-58 |
| Entidade | SSPMU - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Unistalda - RS. |
| CNPJ | 12.759.044/0001-89 |
| Fundamento | NT 1145/2017/CGRS/SRT/MTb |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 1143/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº. 46248.001377/2013-15, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Canápolis/MG - SINDIPUBLICO, CNPJ: 18.036.931/0001-05.

O Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1140/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: REVOGAR o ato de publicação do pedido de registro sindical n.º 46204.006746/2013-64 no DOU seção 1, p. 61, nº 33 de 15/02/2017; (e todos os atos decorrentes) com respaldo nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/1999 e, em ato contínuo, ARQUIVAR o referido pedido de registro sindical, de interesse do Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Piripá - Bahia, CNPJ n° 12.953.804/0001-94; com fulcro no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1141/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: Não conhecer do Recurso Administrativo n° 46000.001500/2017-16, nos termos do art. 63, I, da Lei 9784/99, REVOGAR o ato de publicação do pedido de registro sindical n.º 46212.004012/2013-41 no DOU de 13/03/2017, Seção 1, Pág. 182, nº. 49; (e todos os atos decorrentes) com respaldo nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/1999 e, em ato contínuo, INDEFERIR o referido pedido de registro sindical, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Estadual na Área de Pesquisas Agrícolas e Pecuárias do Estado do Paraná, CNPJ 17.748.261/0001-97; com fulcro no art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013."

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1144/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical nº. 46224.001854/2013-11, de interesse do SINDISERDI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Diamante - PB, CNPJ: 17.390.932/0001-90, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NT 1142/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical n.º 46226.016482/2013-07, de interesse do SINDIMOTO - Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas do Estado do Tocantins - TO, CNPJ 17.143.282/0001-89, Processo, nos termos do art. 26, inciso II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1137/2017/CGRS/SRT/MTb resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013 INDEFERIR o processo de Registro Sindical nº. 46290.000303/2013-38, de interesse do ST-TRCB - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campos Belos/GO, CNPJ: 24.855.538/0001-46.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

| | |
|---|---|
| Processo | 46000.005541/2013-58 |
| Entidade | Sindicato dos Servidores dos Cargos Comissionados do Governo do Distrito Federal |
| CNPJ | 18.558.146/0001-12 |
| Fundamento | NT 1138/2017/CGRS/SRT/MTb |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186/2008 c/c o art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

| | |
|---|---|
| Processo | 46234.002914/2013-95 |
| Entidade | Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário, Urbanos, Vias Internas e Públicas, de Alfenas e Região - SINTTRA - MG. |
| CNPJ | 19.107.226/0001-14 |
| Fundamento | NT 1139/2017/CGRS/SRT/MTb |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

| | |
|---|---|
| Processo | 46215.019931/2013-90 |
| Entidade | Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campos - RJ. |
| CNPJ | 30.391.429/0001-18 |
| Abrangência | Intermunicipal |
| Base Territorial | Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Italva, Itaocara, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra - RJ. |

Categoria: Categoria de Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campos, Taxistas Autônomos, Taxista Auxiliar de Condutor Autônomo, Taxista Locatário, Mototaxistas, Prestadores de Serviços Motoboys, Prestador de Serviços Rodoviários Autônomos, Motorista de Transporte Alternativo Autônomo, Motorista Auxiliar de Transporte Alternativo Autônomo e Cobrador de Transporte Alternativo, Trabalhador Rodoviário em Empresas Terceirizadas.

Em 18 de setembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

| | |
|---|---|
| Processo | 46304.001610/2013-30 |
| Entidade | Sindicato dos Transportadores de Veículos no Estado de Santa Catarina- SINTRAVE-SC. |
| CNPJ | 17.954.872/0001-91 |
| Abrangência | Estadual. |
| Base Territorial | Estadual: Santa Catarina |
| Categoria | Categoria econômica dos transportadores de veículos no Estado de Santa Catarina. |

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Portaria 326/2013, da Lei 9.784/1999 e, com fundamento na Nota Técnica 1148/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Pedido de Reconsideração n.º 46000.012630/2016-77, com respaldo no art. 63, § 2º, da Lei 9.784/1999 e, por via de consequência, ANULAR o ato de arquivamento do Processo 46208.012.057/2010-14, publicado no DOU de 11/03/2011, Seção 1, Página 45, n.º 48. E, em ato contínuo, PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical n.º 46208.012057/2010-14 de interesse do Sindicato Rural de Aporé - SINDIAPORÉ, CNPJ 12.289.259/0001-83, para representação da Categoria Econômica constituída de Empresário, empregador ou produtor rural, pessoa física ou jurídica que empreende atividade econômica rural, inclusive de agroindústria no que se refere às atividades primárias, proprietários ou não, mesmo em regime de economia familiar, com abrangência Municipal e base territorial no município de Aporé, Estado do Goiás/GO, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, resolve ANULAR a publicação referente ao processo 47480.000153/2013-98, CNPJ 36.862.753/0001-53, conforme DOU de 16/05/2017, nº 92, Seção 1, pág 45.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

### PORTARIA Nº 53, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Portaria nº. 153 de 12 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2009, e PORTARIA/GM/MTE nº 882 de 12 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 21017 e face o que consta no Memorando/NEMUR/SEINT/SRTE/AL nº 19/2017 de 18 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Reabrir os prazos previstos na Portaria Ministerial nº 854 de 25 de junho de 2015 e suspensos pela Portaria/GAB/SRTE/AL n º45 de 11 de julho de 2017:

I - Prazo de 10(dez) dias para apresentação de defesa em processo de Auto de Infração e Notificação de Débito de Fundo de Garantia e Contribuição;

II - Prazo de 10(dez) dias para apresentação de recurso em processo de Auto de Infração e Notificação de Débito de Fundo de Garantia e Contribuição.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA BARBOSA

# Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
## SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
## GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
## GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

### PORTARIA Nº 3.098, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº00071.500296/2017-87, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0304-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico APUÍ TÁXI AÉREO LTDA,

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 2610/SAR, de 1 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União 7 de agosto de 2017, Seção 1, página 78.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

### PORTARIA Nº 3.120, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.520782/2017-91, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0110-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico ITO AVIONICS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMERICO CAMPOS FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

### PORTARIA Nº 3.165, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 110 (RBAC nº 110), e considerando o que consta do processo nº 00058.505901/2017-84, resolve:

Art. 1º Autorizar o Centro de Instrução Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., CNPJ nº 15.578.569/0001-06, a ministrar os seguintes cursos em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita - AVSEC, na modalidade de ensino presencial, nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 110 (RBAC nº 110), Emenda 00:

I - AVSEC para Carga Aérea; e

II - Básico AVSEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

### PORTARIA Nº 3.166, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXII, da Lei n° 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, e no itens 5.1.2 e 5.2.1.2, alínea "a", da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, aprovada pela Portaria nº 958/GC3, de 9 de julho de 2015, e no Ofício nº 75/AGA/4723, de 21 de fevereiro de 2017, do Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA IV, e considerando o que consta do processo nº 00065.137843/2012-58, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor do Aeroporto Internacional de Rio Branco (SBRB).

Art. 2º O disposto na presente Portaria não dispensa o operador de aeródromo da observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras posturas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
## GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

### PORTARIA Nº 3.170, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto nos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil nºs 135 (RBAC nº 135) e 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00058.526548/2017-76, resolve:

Art. 1º Suspender acautelarmente o Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2004-03-0CDD-03-02, emitido em favor da sociedade empresária VOLARE TÁXI AÉREO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
## UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

### DESPACHOS DO CHEFE
Em 24 de julho de 2017

Nº 53 - Processo nº 50300.011514/2016-50. Empresa: J R Almeida Transporte e Comércio - ME, CNPJ nº 15.414.672/0001-10. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 729,96; pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos VIII e IX do art. 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

Em 26 de julho de 2017

Nº 55 - Processo nº 50300.000886/2017-31. Empresa: Edson de C. Sadala - ME, CNPJ nº 06.229.592/0001-02. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 315,00; pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXIII do art. 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

Nº 57 - Processo nº 50300.003084/2017-83. Empresa: S. S. BRELAZ - ME, CNPJ nº 03.410.303/0001-70. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor R$ 432,00; pelo cometimento da infração tipificada no inciso XIX do art. 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

Em 28 de julho de 2017

Nº 58 - Processo nº 50300.002145/2017-95. Fiscalizada: Empresa de Navegação Luan Ltda., CNPJ nº 07.052.341/0001-50. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor R$ 544,50; pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXIV do art. 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

Nº 59 - Processo nº 50300.002146/2017-30. Fiscalizada: Empresa de Navegação Luan Ltda., CNPJ nº 07.052.341/0001-50. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor R$ 544,50; pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXIV do art. 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

JEIEL LOYOLA DE FERRY JÚNIOR

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

### ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.585-ANTAQ, de 18 de agosto de 2014 (Alterada pela Resolução nº 4.191- ANTAQ, de 24 de junho de 2015) e considerando a decisão por ele lavrada nos autos do processo nº 50300.009137/2017-70, resolve:

Art. 1º Delegar ao Gerente de Afretamento da Navegação a competência de que dispõe o § 6º do art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.585-ANTAQ, de 18 de agosto de 2014 (Alterada pela Resolução nº 4.191- ANTAQ, de 24 de junho de 2015), para emitir o Certificado de Autorização de Afretamento - CAA, Certificado de Liberação de Embarcação - CLE e o Certificado de Liberação de Carga Prescrita - CLCP.

Art. 2º Convalidar os Certificados de Autorização de Afretamento - CAA, Certificados de Liberação de Embarcação - CLE e Certificados de Liberação de Carga Prescrita - CLCP emitidos pelo Gerente de Afretamento da Navegação até a data de publicação desta Ordem de Serviço.

Parágrafo único. Ficam também convalidadas as decisões de indeferimento dos atos elencados no caput praticadas pelo Gerente de Afretamento da Navegação.

Art. 3º Os atos praticados por delegação de competência deverão indicar esta situação nos seus fundamentos.

Art. 4º A delegação prevista nesta Ordem de Serviço terá duração por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer momento.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL RAMOS DE CARVALHO CAVALCANTI

# Ministério Público da União

## ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

### PORTARIA N° 104, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2018, a vigência do prazo estabelecido pela Portaria PGR n.º 51, de 3 de junho de 2016, publicada no DOU de 6 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

**ESTATÍSTICA DO MÊS DE AGOSTO DE 2017**

I - PRODUTIVIDADE

| CONSELHEIRO | RELATOR | | | | REVISOR | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo anterior | Processos Administrativos | Devolvidos | Em poder do Relator | Saldo anterior | Processos Administrativos | Devolvidos | Em poder do Revisor |
| Jeferson Luiz Pereira Coelho | 6 | 3 | 6 | 3 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Ivana Auxiliadora Mendonça Santos[1] | 4 | 4 | 5 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano[2] | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Sandra Lia Simón | 16 | 2 | 5 | 13 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Andrea Isa Ripoli | 2 | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Manoel Jorge e Silva Neto | 5 | 1 | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre | 2 | 4 | 5 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Edelamare Barbosa Melo | 3 | 2 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAIS | 38 | 21 | 32 | 27 | 0 | 4 | 4 | 0 |

[1] - Afastamento para gozo de férias do período 15/08/2017 a 24/08/2017.
[2] - Afastamento para gozo de férias do período 15/08/2017 a 01/09/2017.

II - SITUAÇÃO

| | |
|---|---|
| Entrada de processos no mês | 9 |
| Distribuição e redistribuição de processos no mês | 8 |
| Total de processos decididos/deliberados | 34 |
| Outras decisões/deliberações | 2 |
| Resoluções | 0 |

Brasília-DF, 14 de setembro de 2017.
IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

## CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
## 3ª SUBCÂMARA

**PAUTA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA**
**A SER REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Hora: 13:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-000299.2015.15.006/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS ADVOGADOS ASSOCIADOS - Relator: Dr. André Luís Spies.

Processo IC-001034.2015.17.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SENALBA - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS [...] E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO EES, NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relator: Dr. André Luís Spies.

Processo IC-004940.2016.02.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - HOSPITAL MUNICIPAL PROFESSOR DR. ALIPIO CORREA NETO - ERMELINO MATARAZZO - Relator: Dr. André Luís Spies.

Processo IC-000817.2014.01.004/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SVBRQSIM - SIND. VIG. EMP. EMPRESAS SEGVIG SIM CONT INT BELFOR ROXO R E QUEIMADOS, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-002718.2014.03.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, NOTICIANTE: BRUNO SANTIAGO BRAZ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-001273.2015.11.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE E DE OPORTUNIDADE E ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO_COORDIGUALDADE, INQUIRIDO: STUDIO 5 FESTIVAL MALL MANAUS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-001835.2016.06.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ZOZAND COMERCIO DE VESTUARIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP , NOTICIANTE: JHONNEY MENEZES DA SILVA JUNIOR - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000149.2016.07.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A., NOTICIANTE: FRANCISCO ERANDIR DE SOUSA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000224.2016.07.001/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SM DO NASCIMENTO ENSINO ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000063.2016.13.001/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DA PB - SJPEPB, INQUIRIDO: SISTEMA CORREIOS DE COMUNICAÇÃO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003075.2017.01.000/2 - Assunto: 5.CONATPA, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO , NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000117.2017.01.007/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SENALBA/RJ), NOTICIADO: ESCOLA S. G. LIDERANCA LTDA - ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-005094.2017.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: LINDAURA MARIA DE OLIVEIRA PORTELA, INQUIRIDO: VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000376.2017.02.003/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS TERRESTRES EM TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS E DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SETTAPORT, NOTICIANTE: SINDICATO DOS OPERADORES EM APARELHOS GUINDASTESCOS, EMPILHADEIRAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS TRANSPORTADORES DE CARGA DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS E FLUVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDOGEESP, NOTICIADO: T GRÃO CARGO TERMINAL DE GRANÉIS S/A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001617.2017.04.000/4 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (POLÍCIA CIVIL), NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001570.2017.10.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONFEA - CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA, NOTICIANTE: GUSTAVO DE FREITAS BARBOSA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000339.2017.15.003/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, NOTICIANTE: SISMAR - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARARAQUARA E REGIÃO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-004119.2016.15.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT 15ª, INQUIRIDO: MONTANA ENGENHARIA E COMERCIO LIMITADA - EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001919.2017.01.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS, TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, AUXILIARES DE FISIOTERAPIA E AUXILIARES DE TERAPIA OCUPACIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINFITO, NOTICIADO: FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-002527.2017.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIADO: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-005045.2017.02.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: BANCO SAFRA SA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001910.2017.03.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: PRECON ENGENHARIA S.A - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001926.2017.05.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM LIMPEZA PÚBLICA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL SINDILIMP, NOTICIANTE: ALEXSANDRO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA E OUTRO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo IC-000187.2017.09.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: IRRIGABRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000259.2017.15.005/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: PROTEGIDO PELO SIGILO, NOTICIADO: ISABELLA CRISTINA JOVIAL STELLA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000472.2017.15.006/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JABOTICABAL, NOTICIANTE: SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ETADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

II - Declínios de atribuições

Processo IC-000080.2010.16.003/0 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE TUFILÂNDIA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA GERAL DO SUS - Relator: Dr. André Luís Spies.

Processo IC-000101.2017.02.004/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: 1ª Vara do Trabalho de Suzano, INQUIRIDO: SPDM ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE), INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, INQUIRIDO: INTS INSTITUTO NACIONAL DE AMPARO À PESQUISA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA - Relator: Dr. André Luís Spies.

Processo PP-000020.2017.06.002/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE BETÂNIA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-000171.2017.01.007/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000303.2017.12.000/1 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE ILHOTA, NOTICIANTE: AURELIO MARCOS DE SOUZA - ADVOGADO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000875.2017.18.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE GOIÁS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000406.2008.14.001/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/AC, INQUIRIDO: FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000264.2017.01.002/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000508.2017.01.005/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: EDNA DA SILVA FERREIRA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-005755.2017.02.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000746.2017.03.001/5 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PLANURA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000412.2017.03.007/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE IPATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000537.2017.05.006/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE, NOTICIANTE: SIGILOSO. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001032.2017.08.000/0 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: NOTICIANTE: SINDENAVE (OU SETTAPORT) - SINDICATO DOS EMPREGADOS TERRESTRES DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL E LACUSTRE, DAS AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO E DAS OPERADORAS PORTUÁRIAS DO ESTADO DO PARÁ, NOTICIADO: HIDROVIAS DO BRASIL - MIRITITUBA S.A., NOTICIADO: HIDROVIAS DO BRASIL - VILA DO CONDE S.A, NOTICIANTE: HIDROVIAS DO BRASIL - NAVEGAÇÃO NORTE S.A, NOTICIADO: HIDROVIAS DO BRASIL - NAVEGAÇÃO NORTE S.A., NOTICIADO: HIDROVIAS DO BRASIL - MARABÁ S.A. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001072.2017.12.000/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU , NOTICIADO: SALETE ORLANDINA CARDOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000129.2017.14.001/8 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, NOTICIANTE: JUIZO DA VARA DO TRABALHO DE PLÁCIDO DE CASTRO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000419.2017.15.007/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE POTIRENDABA, NOTICIANTE: ANÔNIMA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000926.2017.16.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE RAPOSA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000187.2017.17.001/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO ES - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-003246.2010.01.000/0, IC-002150.2011.01.000/0, IC-000038.2014.01.000/8, IC-003663.2014.01.000/3, IC-004709.2014.01.000/3, IC-000052.2014.01.003/6, IC-000423.2014.01.003/7, IC-001075.2014.01.004/3, IC-001049.2015.01.000/5, IC-001942.2015.01.000/2, IC-003687.2015.01.000/0, IC-004766.2015.01.000/7, IC-000453.2016.01.000/1, IC-001254.2016.01.000/0, PP-002216.2016.01.000/4, IC-002527.2016.01.000/8, PP-004253.2016.01.000/0, IC-004615.2016.01.000/4, IC-005595.2016.01.000/6, IC-000390.2016.01.003/6, IC-001174.2016.01.004/9, IC-000412.2016.01.006/1, IC-000705.2016.01.006/8, IC-000061.2016.01.007/1, IC-000108.2016.01.007/9, IC-000808.2017.01.000/2, NF-002230.2017.01.000/6, NF-002361.2017.01.000/8, NF-002448.2017.01.000/0, NF-003061.2017.01.000/4, NF-003232.2017.01.000/5, NF-003770.2017.01.000/6, IC-000097.2017.01.001/2, IC-000216.2011.01.007/8, IC-003343.2013.01.000/7, IC-003941.2013.01.000/0, IC-000147.2013.01.004/0, IC-000402.2014.01.000/3, IC-001523.2014.01.000/4, IC-000158.2014.01.002/5, IC-000305.2014.01.007/0, IC-000314.2014.01.007/1, IC-000571.2015.01.000/9, IC-001346.2015.01.000/0, IC-002327.2015.01.000/1, IC-005464.2015.01.000/2, IC-001140.2015.01.004/6, IC-000337.2015.01.005/6, IC-000363.2015.01.005/2, IC-000264.2016.01.000/9, IC-000651.2016.01.000/5, IC-001504.2016.01.000/0, IC-002139.2016.01.000/6, IC-002417.2016.01.000/4, PP-003005.2016.01.000/6, IC-004155.2016.01.000/3, IC-004901.2016.01.000/8, IC-005951.2016.01.000/8, IC-000128.2016.01.003/0, IC-000366.2016.01.003/2, IC-000264.2016.01.005/3, IC-000632.2016.01.006/2, IC-000057.2016.01.007/7, IC-000078.2016.01.007/0, IC-000128.2016.01.007/3, IC-000530.2017.01.000/9, IC-000653.2017.01.000/0, PP-000902.2017.01.000/2, NF-002502.2017.01.000/0, NF-002951.2017.01.000/5, NF-003577.2017.01.000/0, NF-000263.2017.01.002/7, IC-000117.2017.01.003/9, PP-000167.2017.01.005/7, IC-000205.2012.01.007/7, IC-000611.2013.01.003/0, IC-000092.2014.01.003/9, PP-000149.2014.01.003/5, IC-000061.2014.01.007/4, IC-000934.2015.01.000/1, IC-001271.2015.01.000/5, IC-001762.2015.01.000/0, IC-002234.2015.01.000/4, IC-005206.2015.01.000/0, IC-000400.2015.01.003/6, IC-004445.2016.01.000/9, IC-004894.2016.01.000/4, IC-006450.2016.01.000/4, IC-000149.2016.01.001/5, IC-000057.2016.01.003/0, IC-000529.2016.01.003/9, IC-000069.2016.01.004/4, IC-000475.2016.01.005/3, IC-000714.2016.01.006/9, PP-000779.2016.01.006/4, IC-000092.2016.01.007/3, IC-000111.2016.01.007/1, NF-000656.2017.01.000/0, IC-000800.2017.01.000/1, NF-002424.2017.01.000/6, NF-002463.2017.01.000/6, NF-003264.2017.01.000/5, NF-003844.2017.01.000/6, IC-000091.2017.01.003/2, IC-000116.2017.01.003/2, NF-000310.2017.01.005/2, IC-000099.2017.01.007/8 - PRT 2ª Região-SP - IC-004849.2007.02.000/0, IC-001873.2013.02.000/7, IC-004017.2013.02.000/7, IC-003217.2014.02.000/5, IC-003843.2014.02.000/6, IC-006658.2014.02.000/0, IC-000217.2014.02.002/0, IC-003705.2015.02.000/6, IC-007033.2015.02.000/6, IC-000628.2015.02.001/8, IC-002724.2016.02.000/7, IC-005718.2016.02.000/7, IC-005719.2016.02.000/2, IC-005952.2016.02.000/4, IC-006039.2016.02.000/2, PP-007752.2016.02.000/6, IC-008454.2016.02.000/3, PP-008526.2016.02.000/2, PP-008996.2016.02.000/6, IC-000394.2016.02.001/1, IC-000710.2016.02.001/0, IC-000945.2016.02.001/0, IC-000807.2016.02.002/7, IC-000153.2016.02.004/2, PP-003545.2017.02.000/0, IC-003868.2017.02.000/1, PP-004617.2017.02.000/8, PP-005227.2017.02.000/3, NF-006268.2017.02.000/2, NF-006337.2017.02.000/5, PP-000241.2017.02.001/0, IC-000356.2017.02.001/8, PP-000499.2017.02.001/4, NF-000711.2017.02.001/0, IC-000472.2007.02.001/0, IC-006286.2008.02.000/3, IC-000435.2012.02.001/1, IC-003975.2013.02.000/1, IC-004299.2013.02.000/3, IC-000196.2013.02.001/0, IC-000354.2013.02.005/8, IC-001672.2014.02.000/9, IC-002518.2014.02.000/4, IC-003533.2015.02.000/0, IC-004415.2015.02.000/9, IC-006143.2015.02.000/1, IC-006252.2015.02.000/0, IC-003190.2016.02.000/4, IC-004042.2016.02.000/4, IC-006165.2016.02.000/7, PP-006615.2016.02.000/1, PP-009099.2016.02.000/5, IC-000744.2016.02.001/8, IC-000608.2016.02.002/7, IC-000555.2016.02.003/7, PP-000215.2017.02.000/3, PP-001172.2017.02.000/8, IC-002073.2017.02.000/4, PP-002237.2017.02.000/5, PP-002819.2017.02.000/7, IC-003823.2017.02.000/9, PP-004095.2017.02.000/4, NF-004995.2017.02.000/0, NF-005221.2017.02.000/0, NF-005336.2017.02.000/1, NF-005789.2017.02.000/9, NF-000479.2017.02.002/0, NF-000542.2017.02.002/2, IC-000140.2009.02.002/7, IC-000541.2011.02.001/9, IC-000214.2013.02.003/9, IC-000022.2013.02.004/2, IC-000920.2014.02.000/8, IC-005160.2014.02.000/8, IC-000382.2014.02.001/2, IC-006255.2015.02.000/6, IC-006290.2015.02.000/4, IC-009212.2015.02.000/9, IC-000691.2015.02.001/4, IC-003403.2016.02.000/5, IC-003772.2016.02.000/6, PP-003882.2016.02.000/0, IC-006950.2016.02.000/1, IC-007806.2016.02.000/3, IC-008087.2016.02.000/0, IC-008963.2016.02.000/0, IC-000828.2016.02.001/7, IC-000846.2016.02.001/9, IC-000850.2016.02.001/8, IC-000166.2016.02.002/7, IC-000841.2016.02.002/8, IC-000170.2016.02.003/7, IC-000387.2016.02.005/7, IC-001217.2017.02.000/4, PP-004221.2017.02.000/2, PP-004333.2017.02.000/7, PP-004378.2017.02.000/0, PP-004480.2017.02.000/0, IC-000252.2017.02.001/4, IC-000471.2017.02.001/9, PP-000040.2017.02.003/7, PP-000211.2017.02.003/0, IC-000096.2017.02.005/5 - PRT 3ª Região-MG - IC-000015.2011.03.004/1, IC-000155.2013.03.009/3, IC-003570.2014.03.000/8, IC-001123.2015.03.000/9, IC-001156.2015.03.000/4, IC-000738.2015.03.001/5, IC-000210.2015.03.003/0, IC-002215.2016.03.000/0, IC-002947.2016.03.000/1, IC-003217.2016.03.000/0, IC-004591.2016.03.000/8, IC-000478.2016.03.002/3, IC-000061.2016.03.008/0, IC-000140.2016.03.008/1, IC-000242.2017.03.000/8, IC-000373.2017.03.000/4, IC-000490.2017.03.000/8, IC-000871.2017.03.000/2, IC-000269.2017.03.002/9, IC-000105.2017.03.003/2, NF-000192.2017.03.005/0, IC-000085.2017.03.007/6, IC-000136.2017.03.007/4, NF-000344.2017.03.007/5, PP-000133.2017.03.010/0, IC-000066.2009.03.003/2, IC-000077.2012.03.010/3, IC-000123.2012.03.010/9, IC-002767.2013.03.000/4, IC-000408.2013.03.007/9, IC-000115.2013.03.010/7, IC-000248.2013.03.010/6, IC-001554.2014.03.000/0, IC-003877.2014.03.000/8, IC-000111.2014.03.001/4, IC-000381.2014.03.002/5, IC-000396.2014.03.002/1, IC-000204.2014.03.005/0, IC-001926.2015.03.000/3, IC-003667.2015.03.000/9, IC-000671.2015.03.001/8, IC-000013.2015.03.005/5, IC-000243.2015.03.010/0, IC-000868.2016.03.000/7, IC-000895.2016.03.000/0, IC-001091.2016.03.000/7, IC-001413.2016.03.000/6, IC-002878.2016.03.000/9, IC-000691.2016.03.001/9, IC-000705.2016.03.002/8, IC-000401.2016.03.003/9, IC-000197.2016.03.004/9, IC-000125.2016.03.006/7, IC-000405.2016.03.006/7, IC-000645.2016.03.009/5, IC-000602.2017.03.000/1, NF-001240.2017.03.000/6, NF-001393.2017.03.000/1, NF-001483.2017.03.000/2, IC-000435.2017.03.001/7, IC-000093.2017.03.002/3, PP-000256.2017.03.002/2, NF-000712.2017.03.002/9, IC-000090.2017.03.004/2, IC-000003.2017.03.006/4, NF-000399.2017.03.007/3, IC-002339.2008.03.000/3, IC-001467.2014.03.000/6, IC-001656.2014.03.000/9, IC-002867.2014.03.000/3, IC-000233.2015.03.000/1, IC-000862.2015.03.001/7, IC-000830.2015.03.002/3, IC-000344.2015.03.006/9, IC-000299.2016.03.004/0, IC-000334.2016.03.007/5, IC-000220.2016.03.009/6, IC-000070.2016.03.010/6, IC-000145.2016.03.010/4, IC-001056.2017.03.000/0, IC-001769.2017.03.000/4, PP-000377.2017.03.001/0, IC-000199.2017.03.002/2, PP-000440.2017.03.002/3, NF-000295.2017.03.007/0, NF-000416.2017.03.007/4, NF-000433.2017.03.007/0 - PRT 4ª Região-RS - IC-000123.2009.04.006/0, IC-000247.2012.04.007/4, IC-000147.2013.04.006/8, IC-000222.2013.04.006/0, IC-000280.2014.04.000/4, IC-000483.2014.04.000/0, IC-001313.2014.04.000/5, IC-002812.2014.04.000/4, IC-000160.2014.04.001/0, IC-000325.2014.04.004/6, IC-002295.2015.04.000/0, IC-002447.2015.04.000/3, IC-000166.2015.04.004/8, IC-000159.2016.04.000/7, IC-000417.2016.04.000/0, IC-000606.2016.04.000/2, IC-003101.2016.04.000/3, IC-003214.2016.04.000/3, IC-003757.2016.04.000/1, IC-003833.2016.04.000/4, IC-004064.2016.04.000/9, PP-004583.2016.04.000/2, IC-004651.2016.04.000/0, PP-004677.2016.04.000/5, IC-000189.2016.04.004/1, IC-000112.2016.04.006/1, IC-000359.2016.04.006/1, IC-000558.2016.04.006/1, IC-000109.2016.04.008/1, IC-000266.2016.04.008/4, IC-000362.2017.04.000/9, NF-000773.2017.04.000/5, PP-000952.2017.04.000/0, NF-001710.2017.04.000/4, NF-001765.2017.04.000/2, NF-001881.2017.04.000/1, NF-001901.2017.04.000/8, NF-002273.2017.04.000/0, NF-002500.2017.04.000/0, NF-002515.2017.04.000/4, NF-002699.2017.04.000/4, NF-002874.2017.04.000/9, NF-000171.2017.04.004/6, IC-000025.2017.04.007/0, PP-000024.2017.04.008/3, IC-000336.2013.04.006/0, IC-000936.2015.04.000/6, IC-001854.2015.04.000/4, IC-002030.2015.04.000/0, IC-002203.2015.04.000/1, IC-003485.2015.04.000/6, IC-003571.2015.04.000/5, IC-003733.2015.04.000/5, IC-003939.2015.04.000/2, IC-000318.2015.04.002/1, IC-000335.2015.04.002/7, IC-000224.2015.04.003/8, IC-000256.2015.04.004/6, IC-000219.2015.04.006/2, IC-001333.2016.04.000/1, IC-001794.2016.04.000/4, IC-001895.2016.04.000/7, IC-002097.2016.04.000/8, IC-002751.2016.04.000/0, IC-003113.2016.04.000/0, IC-003128.2016.04.000/4, IC-004167.2016.04.000/3, NF-004409.2016.04.000/8, IC-004523.2016.04.000/4, IC-004565.2016.04.000/0, IC-004860.2016.04.000/6, IC-000349.2016.04.003/0, IC-000375.2016.04.004/5, PP-000098.2016.04.006/2, IC-000430.2016.04.006/8, IC-000638.2016.04.006/5, IC-000317.2016.04.007/1, IC-000421.2016.04.008/4, IC-000425.2016.04.008/5, NF-000368.2017.04.000/0, IC-000506.2017.04.000/7, IC-000687.2017.04.000/0, IC-000871.2017.04.000/0, PP-000934.2017.04.000/9, IC-001619.2017.04.000/5, NF-002832.2017.04.000/3, NF-002867.2017.04.000/9, NF-003012.2017.04.000/0, NF-000285.2017.04.002/0, IC-000200.2017.04.007/1, NF-000297.2017.04.008/0, NF-000316.2017.04.008/3, IC-000072.2013.04.005/0, IC-000202.2014.04.000/2, NF-000595.2015.04.006/0, IC-000339.2015.04.007/3, IC-001707.2016.04.000/3, IC-002113.2016.04.000/2, IC-003156.2016.04.000/2, IC-004527.2016.04.000/6, IC-004758.2016.04.000/5, IC-000236.2016.04.002/8, IC-000012.2016.04.006/5, IC-000293.2016.04.006/4, IC-000307.2016.04.007/4, PP-000297.2017.04.000/8, PP-000307.2017.04.000/0, PP-001399.2017.04.000/4, PP-001443.2017.04.000/7, PP-001929.2017.04.000/3, NF-002069.2017.04.000/1, NF-002429.2017.04.000/5, NF-002588.2017.04.000/5, NF-002650.2017.04.000/0, PP-000178.2017.04.002/3, NF-000435.2017.04.006/3 - PRT 5ª Região-BA - IC-001461.2009.05.000/1, IC-000871.2012.05.000/2, IC-001694.2012.05.000/1, IC-000193.2013.05.006/0, IC-000235.2014.05.000/5, IC-000596.2014.05.000/0, IC-000839.2014.05.000/0, IC-000207.2014.05.006/1, IC-000285.2014.05.006/7, IC-000821.2015.05.000/4, IC-001512.2016.05.000/0, IC-001624.2016.05.000/4, IC-001757.2016.05.000/7, IC-002746.2016.05.000/3, IC-000139.2016.05.002/0, IC-000588.2017.05.000/3, IC-000826.2017.05.000/1, NF-001686.2017.05.000/5, NF-001698.2017.05.000/2, IC-000064.2017.05.002/9, NF-000243.2017.05.004/1, NF-000141.2017.05.005/1, IC-002196.2011.05.000/2, IC-000440.2011.05.006/4, IC-

000128.2011.05.007/7, IC-000823.2012.05.000/9, IC-000573.2016.09.000/9, IC-004007.2016.09.000/2, NF-000126.2011.13.000/3, IC-001044.2014.13.000/0, IC-002151.2012.05.000/1, IC-001795.2013.05.000/6, IC-004184.2016.09.000/4, IC-000014.2016.09.001/3, IC-001047.2014.13.000/7, IC-000281.2015.13.000/4, PP-000094.2014.05.000/9, IC-000116.2014.05.004/2, IC-000071.2016.09.001/0, IC-000176.2016.09.001/6, IC-000429.2015.13.000/8, IC-000803.2015.13.000/8, IC-000308.2015.05.000/3, IC-002535.2015.05.000/5, IC-000679.2016.09.001/6, IC-000257.2016.09.004/9, IC-000922.2015.13.000/4, PP-001119.2015.13.000/8, IC-000060.2015.05.002/2, IC-000069.2015.05.002/8, IC-000054.2016.09.005/3, IC-000360.2016.09.007/2, PP-001526.2015.13.000/7, IC-000299.2015.13.002/9, PP-000078.2015.05.002/9, IC-000178.2016.05.000/0, IC-000089.2017.09.000/9, NF-000476.2017.09.000/2, PP-000381.2016.13.000/5, IC-001207.2016.13.000/0, IC-001499.2016.05.000/1, IC-002385.2016.05.000/4, IC-000501.2017.09.000/8, PP-000849.2017.09.000/2, NF-001770.2016.13.000/2, IC-001787.2016.13.000/7, IC-002647.2016.05.000/1, PP-002807.2016.05.000/0, PP-001149.2017.09.000/3, PP-001430.2017.09.000/0, NF-000313.2016.13.001/5, IC-000053.2016.13.002/2, IC-002827.2016.05.000/3, IC-000145.2016.05.002/1, IC-002008.2017.09.000/3, NF-002025.2017.09.000/0, NF-000273.2017.13.000/5, IC-010031.2008.13.000/0, IC-000287.2016.05.004/3, IC-000316.2016.05.006/6, IC-002236.2017.09.000/6, NF-002319.2017.09.000/7, IC-019687.2010.13.000/7, IC-000087.2015.13.000/0, IC-000542.2016.05.006/9, IC-000021.2016.05.007/0, IC-000038.2017.09.001/2, PP-000045.2017.09.003/1, IC-000291.2015.13.000/1, IC-001761.2015.13.000/0, IC-000929.2017.05.000/9, NF-001379.2017.05.000/3, NF-000013.2017.09.006/9, IC-000125.2017.09.009/3, IC-000777.2016.13.000/9, IC-001328.2016.13.000/5, IC-002198.2017.05.000/4, IC-000048.2017.05.002/1, IC-000108.2009.09.006/2, PP-001609.2010.09.000/1, IC-001831.2016.13.000/0, IC-000946.2017.13.000/0 - PRT 14ª Região-000100.2017.05.003/4, PP-000101.2017.05.004/1, IC-000086.2010.09.004/7, IC-000261.2011.09.001/1, IC-RO - IC-000281.2013.14.002/6, IC-000543.2014.14.000/0, IC-000101.2017.05.005/2, NF-000125.2017.05.007/4, IC-000436.2011.09.001/8, IC-000559.2011.09.001/0, PP-000651.2014.14.000/3, IC-000167.2014.14.002/4, IC-001240.2015.05.000/4, PP-003248.2016.05.000/6, IC-001158.2013.09.000/7, IC-000165.2013.09.006/9, IC-001009.2015.14.000/2, IC-000307.2015.14.001/1, IC-000198.2016.05.002/7, PP-000429.2017.05.000/8, IC-001883.2014.09.000/1, IC-001417.2015.09.000/1, IC-000014.2016.14.000/7, IC-000087.2017.14.000/0, PP-000857.2017.05.000/0, PP-000948.2017.05.000/7, NF-000203.2015.09.001/1, IC-000518.2015.09.003/7, IC-000062.2017.14.002/9, IC-000344.2012.14.000/5, IC-001004.2017.05.000/0, PP-001175.2017.05.000/7, PP-000121.2015.09.010/5, IC-002402.2016.09.000/8, IC-000743.2013.14.000/4, IC-000674.2014.14.000/7, IC-001518.2017.05.000/4, NF-001600.2017.05.000/1, NF-002679.2016.09.000/5, IC-002879.2016.09.000/0, IC-000939.2014.14.000/4, IC-000148.2014.14.002/6, IC-001608.2017.05.000/5, PP-001639.2017.05.000/0, NF-003683.2016.09.000/7, IC-000045.2016.09.001/5, IC-000182.2014.14.002/7, IC-000372.2015.14.000/2, IC-000134.2017.05.003/1, NF-000120.2017.05.007/2, NF-000422.2016.09.001/9, IC-000148.2016.09.004/0, IC-000638.2016.14.000/9, IC-000820.2016.14.000/7, IC-000128.2017.05.007/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-000242.2016.09.004/0, IC-000159.2016.09.006/5, IC-000214.2016.14.001/4, IC-000088.2016.14.002/5, IC-001688.2012.06.000/8, IC-000629.2015.06.000/0, IC-000312.2016.09.006/8, IC-000060.2016.09.008/8, IC-000214.2016.14.002/2, NF-000358.2017.14.000/1, NF-000161.2016.06.000/0, IC-000165.2016.06.000/6, IC-000090.2016.09.010/0, PP-000061.2017.09.000/4, PP-000446.2017.14.000/0, NF-000110.2017.14.001/3, NF-000680.2016.06.000/0, NF-002890.2016.06.000/0, IC-000198.2017.09.000/5, PP-000274.2017.09.000/3, IC-000181.2017.14.002/9, IC-000156.2009.14.000/4, IC-000196.2016.06.001/5, IC-000453.2016.06.002/2, IC-000312.2017.09.000/5, IC-000320.2017.09.000/0, PP-000206.2009.14.000/6, IC-000350.2014.14.001/0, IC-000765.2017.06.000/8, NF-001530.2017.06.000/4, IC-000376.2017.09.000/4, PP-000540.2017.09.000/0, PP-000135.2014.14.002/0, IC-000138.2015.14.000/5, IC-002096.2017.06.000/7, PP-000100.2017.06.002/5, IC-001261.2017.09.000/0, PP-001413.2017.09.000/3, NF-000142.2015.14.002/0, IC-000155.2016.14.002/0, NF-000284.2017.06.002/7, PP-000399.2017.06.002/4, NF-001563.2017.09.000/2, PP-001948.2017.09.000/6, PP-000120.2017.14.001/0, NF-000188.2017.14.002/3 - PRT 15ª Região-000423.2017.06.002/3, NF-000451.2017.06.002/2, NF-002141.2017.09.000/8, PP-002334.2017.09.000/2, PP-Campinas - IC-002125.2011.15.000/0, IC-001884.2013.15.000/9, IC-000453.2017.06.002/5, IC-001860.2013.06.000/8, IC-000044.2017.09.003/4, PP-000133.2017.09.003/1, IC-001299.2014.15.000/0, IC-003047.2015.15.000/1, IC-000094.2014.06.000/1, IC-002310.2014.06.000/0, IC-000036.2017.09.007/9, IC-000079.2017.09.007/3, IC-000320.2015.15.001/2, IC-000118.2015.15.004/4, IC-001196.2015.06.000/2, IC-002218.2015.06.000/8, IC-000160.2017.09.008/0, IC-000045.2017.09.009/3, IC-000934.2016.15.000/9, PP-002660.2016.15.000/3, IC-002404.2016.06.000/6, IC-000151.2016.06.002/5, IC-000070.2017.09.009/1, IC-000092.2017.09.009/2, IC-003764.2016.15.000/0, IC-000096.2016.15.002/0, IC-000083.2017.06.000/7, PP-000763.2017.06.000/5, PP-000017.2010.09.002/5, IC-000138.2014.09.000/3, IC-000168.2016.15.002/7, IC-000621.2016.15.002/4, IC-000969.2017.06.000/0, IC-001522.2017.06.000/9, IC-002576.2015.09.000/0, IC-002831.2015.09.000/9, IC-000245.2016.15.005/6, IC-000372.2016.15.006/5, IC-001672.2017.06.000/8, IC-001873.2017.06.000/8, PP-003053.2015.09.000/2, IC-000013.2015.09.001/2, IC-000394.2016.15.006/2, IC-000250.2016.15.007/8, IC-001895.2017.06.000/1, NF-002134.2017.06.000/5, NF-000171.2015.09.001/1, IC-000328.2015.09.003/7, IC-000477.2016.15.007/3, IC-000551.2016.15.008/7, IC-002782.2017.06.000/0, IC-000109.2017.06.001/1, NF-000284.2015.09.006/0, IC-003105.2016.09.000/0, IC-000860.2016.15.008/2, IC-000547.2017.15.000/5, PP-000366.2017.06.002/3, NF-000462.2017.06.002/6, PP-003872.2016.09.000/0, PP-000096.2017.09.000/5, PP-000874.2017.15.000/2, PP-001232.2017.15.000/0, IC-000469.2017.06.002/0, NF-000472.2017.06.002/3, NF-000126.2017.09.000/1, PP-002018.2017.09.000/0, IC-002001.2017.15.000/9, NF-002445.2017.15.000/5, PP-000481.2017.06.002/4, IC-000984.2012.06.000/9, IC-000047.2017.09.001/3, NF-000294.2017.09.007/4, NF-000239.2017.15.001/4, PP-000393.2017.15.002/6, IC-000222.2014.06.000/0, IC-000166.2014.06.002/9, IC-000303.2017.09.007/0 - PRT 10ª Região-DF - IC-000306.2017.15.003/8, NF-000319.2017.15.003/4, NF-000366.2015.06.002/8, IC-000785.2016.06.000/0, IC-001921.2014.10.000/2, IC-000572.2015.10.000/5, IC-000322.2017.15.003/7, IC-000194.2017.15.008/5, IC-001846.2016.06.000/3, IC-002132.2016.06.000/2, IC-002226.2015.10.000/9, PP-002716.2016.10.000/0, PP-000578.2017.15.008/9, IC-001274.2012.15.000/7, IC-001243.2017.06.000/5, IC-001480.2017.06.000/9, NF-000072.2016.10.003/7, IC-000380.2017.10.000/9, IC-002036.2013.15.000/8, IC-000243.2014.15.002/3, IC-002176.2017.06.000/1, NF-002397.2017.06.000/4, IC-000393.2017.10.000/5, IC-000396.2017.10.000/4, IC-000364.2014.15.005/7, IC-000363.2015.15.000/2, IC-002515.2017.06.000/7, PP-000421.2017.06.002/0, NF-000414.2017.10.000/1, PP-000450.2017.10.000/5, IC-003191.2015.15.000/8, IC-000691.2015.15.001/4, IC-000468.2017.06.002/4 - PRT 7ª Região-CE - IC-001099.2017.10.000/0, IC-001133.2017.10.000/7, IC-000386.2015.15.002/2, IC-000511.2015.15.002/6, IC-000169.2014.07.000/8, IC-001590.2014.07.000/9, IC-001233.2017.10.000/4, NF-001749.2017.10.000/0, IC-000429.2015.15.005/0, IC-000095.2015.15.007/4, IC-000146.2014.07.003/7, IC-001466.2015.07.000/7, IC-000277.2011.10.002/8, IC-002578.2015.10.000/3, IC-000267.2015.15.008/5, IC-001453.2016.15.000/0, IC-000188.2015.07.001/0, IC-000164.2015.07.003/7, IC-000263.2016.10.000/2, IC-000774.2016.10.000/7, IC-002407.2016.15.000/9, PP-003075.2016.15.000/1, IC-000503.2016.07.000/8, IC-000557.2016.07.000/0, IC-001060.2016.10.000/0, IC-001197.2016.10.000/5, IC-003810.2016.15.000/4, IC-004146.2016.15.000/3, IC-000667.2016.07.000/5, IC-001687.2016.07.000/1, IC-001201.2016.10.000/2, IC-002528.2016.10.000/3, IC-004209.2016.15.000/1, IC-000723.2016.15.001/7, IC-001741.2016.07.000/0, IC-000082.2016.07.001/3, PP-002644.2016.10.000/1, IC-000017.2017.10.000/5, IC-000320.2016.15.002/3, IC-000584.2016.15.002/9, PP-000243.2016.07.001/0, IC-000292.2016.07.001/0, PP-000397.2017.10.000/0, IC-000557.2017.10.000/8, IC-000764.2016.15.002/0, PP-000817.2016.15.002/1, IC-000759.2017.07.000/1, PP-000917.2017.07.000/6, NF-001087.2017.10.000/3, IC-001088.2017.10.000/9, IC-000329.2016.15.006/3, IC-000696.2016.15.006/0, IC-001318.2017.07.000/2, PP-000066.2017.07.001/0, IC-001263.2017.10.000/3, NF-001422.2017.10.000/7, IC-000430.2016.15.008/8, IC-000513.2016.15.008/0, IC-000824.2012.07.000/9, IC-001148.2013.07.000/9, IC-000001.2017.10.001/6, IC-000437.2013.10.000/4, IC-000780.2016.15.008/9, IC-000841.2016.15.008/4, PP-000095.2013.07.002/1, IC-000466.2014.07.000/3, IC-000150.2015.10.002/1, IC-002623.2016.10.000/3, IC-000405.2017.15.000/5, PP-000702.2017.15.000/0, PP-001459.2014.07.000/5, IC-000572.2015.07.000/0, IC-000425.2017.10.000/5, IC-000899.2017.10.000/4, PP-002510.2017.15.000/6, PP-000091.2017.15.001/7, PP-001255.2015.07.000/0, IC-001894.2015.07.000/4, IC-001220.2017.10.000/1, IC-001238.2017.10.000/1 - PRT 11ª Região-000127.2017.15.001/6, PP-000405.2017.15.001/3, PP-001961.2015.07.000/6, IC-002122.2015.07.000/6, IC-AM - IC-001583.2012.11.000/7, IC-000591.2013.11.000/9, IC-000465.2017.15.001/7, PP-000284.2017.15.002/7, IC-002145.2015.07.000/5, IC-000290.2015.07.002/5, IC-000651.2016.11.000/6, IC-000645.2009.11.000/9, IC-000038.2017.15.005/2, PP-000144.2017.15.005/4, NF-000879.2016.07.000/1, IC-001166.2016.07.000/7, IC-000469.2011.11.000/4, IC-000760.2014.11.000/0, IC-000534.2017.15.006/8, NF-000601.2017.15.006/5, IC-001314.2016.07.000/9, IC-002005.2016.07.000/4, IC-000830.2015.11.000/9, PP-000085.2017.11.000/0, NF-000141.2017.15.008/0, IC-000169.2017.15.008/5, IC-002063.2016.07.000/1, IC-002155.2016.07.000/2, PP-000401.2017.11.000/6, NF-000965.2017.11.000/6, IC-003345.2015.15.000/2, IC-002007.2016.15.000/0, IC-002377.2016.07.000/1, IC-000171.2016.07.001/1, PP-000697.2015.11.000/0, IC-001182.2016.11.000/0, IC-002183.2016.15.000/6, IC-002453.2016.15.000/9, IC-000050.2017.07.000/7, PP-000089.2017.07.000/7, PP-000239.2016.11.001/8, IC-000381.2017.11.000/6 - PRT 12ª Região-003389.2016.15.000/1, IC-000237.2016.15.006/9, IC-000454.2017.07.000/5, PP-000614.2017.07.000/2, PP-SC - IC-000145.2012.12.003/8, IC-000021.2013.12.003/1, IC-000560.2016.15.008/8, IC-000668.2017.15.000/4, PP-000684.2017.07.000/3, PP-000795.2017.07.000/5, PP-000322.2013.12.005/0, IC-000113.2014.12.002/0, IC-000711.2017.15.000/1, IC-001113.2017.15.000/5, PP-001041.2017.07.000/1, PP-000040.2017.07.002/0, IC-000201.2014.12.002/5, IC-000190.2014.12.004/9, IC-001574.2017.15.000/8, PP-000404.2017.15.001/7, PP-000278.2013.07.000/4, IC-000563.2013.07.000/0, IC-000184.2015.12.002/0, IC-000292.2015.12.003/1, IC-000449.2017.15.001/8, PP-000528.2017.15.001/5, PP-000779.2014.07.000/4, IC-001446.2014.07.000/1, IC-000182.2016.12.000/4, IC-000399.2016.12.000/2, PP-000108.2017.15.003/4, NF-000248.2017.15.003/1, IC-000239.2015.07.001/9, IC-001790.2016.07.000/6, PP-001344.2016.12.000/8, IC-000305.2016.12.003/6, IC-000023.2017.15.004/7, IC-000174.2017.15.005/6, IC-000890.2017.07.000/8, PP-001163.2017.07.000/2, NF-000086.2016.12.005/0, PP-000280.2017.12.000/2, PP-000202.2017.15.008/5, IC-000219.2017.15.008/7 - PRT 16ª Região-001199.2017.07.000/4, NF-001316.2017.07.000/1, PP-000564.2017.12.000/8, IC-000732.2017.12.000/0, NF-MA - IC-000036.2008.16.002/6, IC-000100.2014.16.003/6, IC-001364.2017.07.000/2, PP-000149.2017.07.001/3, NF-000995.2017.12.000/9, PP-000056.2017.12.001/5, IC-000551.2015.16.000/0, IC-001229.2015.16.000/6, IC-000130.2017.07.002/9 - PRT 8ª Região-PA - IC-000139.2008.12.004/7, IC-000081.2010.12.004/0, IC-000048.2015.16.001/1, IC-000111.2017.16.000/3, NF-000129.2014.08.001/1, IC-000136.2014.08.003/1, IC-000843.2012.12.000/8, IC-000122.2013.12.005/3, IC-000546.2017.16.000/0, NF-000587.2017.16.000/5, NF-000293.2015.08.001/5, IC-000108.2015.08.003/0, IC-000176.2013.12.005/5, IC-000005.2014.12.003/4, IC-000743.2017.16.000/7, NF-000751.2017.16.000/1, NF-000113.2015.08.003/5, IC-000898.2016.08.000/8, IC-000180.2015.12.002/5, IC-000210.2015.12.002/2, IC-000772.2017.16.000/2, NF-000787.2017.16.000/1, IC-001328.2016.08.000/7, IC-001341.2016.08.000/0, IC-000017.2016.12.000/5, IC-000801.2016.12.000/7, PP-000048.2012.16.003/2, IC-000896.2013.16.000/0, IC-001369.2016.08.000/8, IC-001685.2016.08.000/0, IC-000152.2016.12.002/9, PP-000315.2016.12.002/5, IC-000166.2013.16.003/5, IC-000789.2014.16.000/6, IC-000790.2017.08.000/1, NF-000079.2017.08.001/0, IC-000096.2016.12.006/9, PP-000530.2017.12.000/0, NF-000048.2014.16.002/9, IC-000338.2015.16.000/3, IC-000377.2011.08.002/1, IC-000363.2013.08.001/6, IC-000923.2017.12.000/5, IC-000034.2017.12.001/4, NF-000623.2015.16.000/9, IC-000061.2015.16.001/7, IC-000218.2014.08.002/4, IC-000231.2014.08.003/7, IC-000275.2017.12.002/3, NF-000161.2017.12.004/9, IC-000265.2015.16.001/6, IC-000844.2016.16.000/9, IC-001051.2015.08.000/4, IC-001230.2015.08.000/0, IC-000028.2009.12.003/0, IC-000125.2013.12.003/6, IC-000092.2016.16.003/4, NF-000191.2017.16.000/1, NF-000017.2015.08.002/3, IC-000212.2015.08.003/7, IC-000255.2015.12.004/0, IC-000136.2016.12.000/3, IC-000382.2017.16.000/7, NF-000411.2017.16.000/8, NF-001308.2016.08.000/4, IC-001336.2016.08.000/0, IC-000888.2016.12.000/0, PP-001567.2016.12.000/1, IC-000460.2017.16.000/8, NF-000465.2017.16.000/0, NF-001802.2016.08.000/8, IC-001907.2016.08.000/0, IC-000023.2017.12.000/8, NF-000965.2017.12.000/7, IC-000598.2017.16.000/9, NF-000601.2017.16.000/7, NF-000194.2016.08.001/2, IC-000123.2016.08.002/7, IC-000098.2017.12.004/5, NF-000325.2017.12.005/0 - PRT 13ª Região-000612.2017.16.000/0, NF-000668.2016.15.000/5, NF-000376.2016.08.002/1, IC-000074.2016.08.003/3, PP-PB - IC-000713.2011.13.000/6, PP-001470.2014.13.000/7, IC-000729.2017.16.000/0, NF-000762.2016.15.000/5, NF-000450.2017.08.000/8, IC-000026.2017.08.002/9, IC-001474.2014.13.000/9, IC-001373.2015.13.000/8, IC-000826.2017.16.000/0, NF-000081.2017.16.002/1, IC-000271.2014.08.001/5, IC-000205.2015.08.001/2, IC-000267.2015.13.002/4, IC-000284.2015.13.002/0, IC-000262.2009.16.000/6, IC-000049.2011.16.002/5, IC-001509.2016.08.000/4, IC-000079.2016.08.001/2, IC-000276.2016.13.000/1, PP-000683.2016.13.000/2, IC-000349.2014.16.000/4, IC-000906.2014.16.000/5, IC-000517.2016.08.002/0 - PRT 9ª Região-PR - IC-001643.2016.13.000/2, IC-000066.2017.13.000/4, NF-000124.2015.16.003/9, NF-000490.2017.16.000/0, NF-000699.2012.09.003/1, IC-000417.2013.09.001/5, IC-001022.2017.13.000/2, IC-000168.2017.13.001/0, IC-000495.2017.16.000/1, IC-000538.2017.16.000/5, NF-000384.2015.09.000/3, IC-000835.2015.09.000/4, IC-019038.2010.13.000/6, IC-019112.2010.13.000/4, IC-000623.2017.16.000/4, NF-000649.2017.16.000/7, NF-

000714.2017.16.000/1, NF-000788.2017.16.000/8 - PRT 17ª Região-ES - IC-001296.2013.17.000/9, IC-001441.2013.17.000/4, IC-000221.2014.17.001/0, IC-000954.2016.17.000/5, IC-001316.2016.17.000/0, IC-001493.2016.17.000/2, IC-000091.2016.17.002/8, IC-000359.2016.17.003/2, IC-000104.2017.17.001/4, IC-000288.2015.17.000/2, IC-001292.2015.17.000/0, IC-000845.2016.17.000/6, IC-000933.2016.17.000/4, IC-001411.2016.17.000/0, IC-001451.2016.17.000/6, IC-000108.2016.17.002/5, IC-000071.2016.17.003/2, PP-000959.2017.17.000/0, IC-000099.2017.17.001/9, NF-000171.2017.17.001/6, IC-000138.2017.17.003/8, IC-000178.2014.17.001/2, PP-001518.2016.17.000/6, CP-000107.2017.17.000/5, PP-000108.2017.17.001/0, IC-000048.2017.17.003/2 - PRT 18ª Região-GO - IC-000507.2013.18.000/8, IC-000249.2014.18.000/8, IC-000566.2014.18.000/8, IC-000020.2015.18.000/0, IC-001618.2015.18.000/0, IC-000835.2016.18.000/0, IC-000209.2017.18.000/7, NF-000751.2017.18.000/3, NF-001486.2017.18.000/2, IC-000129.2017.18.003/8, IC-000684.2013.18.000/5, IC-000645.2014.18.000/5, IC-001073.2014.18.000/5, IC-001475.2014.18.000/5, IC-000685.2015.18.000/7, IC-001069.2015.18.000/3, IC-001713.2015.18.000/0, IC-000020.2016.18.000/3, IC-000840.2016.18.000/5, IC-001104.2016.18.000/7, IC-001455.2016.18.000/6, IC-001805.2016.18.000/3, IC-002006.2016.18.000/9, PP-002165.2016.18.000/9, IC-000011.2016.18.001/3, IC-000559.2017.18.000/8, NF-000892.2017.18.000/7, IC-000900.2017.18.000/7, NF-001002.2017.18.000/0, NF-001063.2017.18.000/4, IC-001122.2017.18.000/0, IC-001165.2017.18.000/2, NF-001175.2017.18.000/9, NF-001248.2017.18.000/3, NF-001362.2017.18.000/0, NF-001420.2017.18.000/1, IC-000806.2014.18.000/9, IC-000918.2014.18.000/7, IC-000056.2015.18.000/8, IC-001453.2015.18.000/3, IC-000202.2015.18.001/5, IC-000384.2016.18.000/9, IC-000459.2017.18.000/0, NF-000797.2017.18.000/0, NF-000855.2017.18.000/7, NF-000888.2017.18.000/8, NF-000936.2017.18.000/7, NF-000966.2017.18.000/9, NF-001094.2017.18.000/9, NF-001095.2017.18.000/4, NF-001341.2017.18.000/2, NF-000148.2017.18.001/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-000880.2014.19.000/0, IC-000696.2015.19.000/1, IC-001558.2016.19.000/8, IC-000295.2017.19.000/8, IC-000375.2017.19.000/1, IC-000496.2017.19.000/0, IC-000041.2017.19.001/3, IC-001106.2013.19.000/0, IC-000013.2015.19.001/6, IC-001054.2016.19.000/0, IC-001173.2016.19.000/4, IC-000297.2016.19.001/6, IC-000285.2017.19.000/0, NF-000596.2017.19.000/9, PP-000848.2017.19.000/0, IC-000867.2017.19.000/8, IC-000869.2017.19.000/0, IC-000853.2016.19.000/2, IC-001031.2016.19.000/0, IC-000338.2016.19.001/7, IC-000355.2017.19.000/7, IC-000372.2017.19.000/2, IC-000396.2017.19.000/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-001281.2014.20.000/0, IC-001710.2014.20.000/7, IC-001511.2015.20.000/0, IC-001635.2016.20.000/3, IC-001737.2016.20.000/1, IC-001125.2017.20.000/2, IC-000872.2011.20.000/0, IC-000947.2013.20.000/4, IC-000303.2015.20.000/6, IC-000888.2015.20.000/7, IC-001138.2015.20.000/1, IC-000861.2016.20.000/0, PP-001798.2016.20.000/5, IC-002437.2016.20.000/8, NF-001146.2017.20.000/0, NF-001514.2017.20.000/0, IC-000592.2014.20.000/9, IC-001609.2015.20.000/4, IC-000426.2016.20.000/0, IC-000868.2016.20.000/5, NF-001294.2017.20.000/9 - PRT 21ª Região-RN - IC-000027.2012.21.002/1, IC-001395.2014.21.000/4, IC-001466.2015.21.000/0, IC-000307.2015.21.001/0, IC-000229.2016.21.000/4, IC-000267.2016.21.000/0, IC-000583.2016.21.000/4, IC-001544.2016.21.000/5, PP-001558.2016.21.000/3, IC-000017.2016.21.002/8, PP-000029.2016.21.002/0, NF-000750.2017.21.000/2, IC-000041.2009.21.002/5, IC-000671.2015.21.000/0, IC-000307.2016.21.000/5, IC-001169.2016.21.000/6, PP-001838.2016.21.000/2, IC-000069.2016.21.002/3, PP-000119.2017.21.001/0, IC-000189.2017.21.001/0, IC-000011.2017.21.002/8, PP-000019.2017.21.002/6, IC-000481.2014.21.000/8, IC-001373.2015.21.000/2, IC-000622.2016.21.000/2, IC-000841.2016.21.000/7, IC-000070.2016.21.001/5, PP-000047.2017.21.000/4, IC-000074.2017.21.000/7, PP-000636.2017.21.000/8, IC-000160.2017.21.001/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000312.2013.22.001/1, IC-000311.2014.22.001/8, IC-000247.2013.22.001/7, IC-000788.2014.22.000/8, IC-000129.2014.22.001/0, IC-000185.2015.22.000/2, IC-000963.2016.22.000/3, IC-001201.2016.22.000/0, IC-000071.2017.22.000/7, IC-000530.2017.22.000/2, IC-000606.2017.22.000/7, IC-000634.2017.22.000/6, IC-000038.2010.22.001/0, IC-001286.2016.22.000/8, IC-000207.2017.22.000/0, PP-000323.2017.22.000/8, PP-000547.2017.22.000/4, NF-000162.2017.22.001/2 - PRT 23ª Região-MT - IC-000091.2011.23.002/5, IC-000137.2014.23.005/8, IC-000201.2015.23.003/2, IC-000475.2016.23.000/3, IC-000523.2016.23.000/2, IC-000792.2016.23.000/3, IC-001225.2016.23.000/2, IC-000509.2017.23.000/9, NF-000865.2017.23.000/1, NF-000904.2017.23.000/0, NF-000321.2017.23.001/4, IC-000031.2017.23.003/9, IC-000143.2017.23.003/1, IC-000115.2013.23.002/3, IC-000318.2015.23.004/0, IC-000347.2015.23.004/6, IC-000511.2016.23.000/2, IC-000734.2016.23.000/2, IC-000185.2017.23.000/9, IC-000403.2017.23.000/2, NF-000937.2017.23.000/0, NF-000983.2017.23.000/1, IC-000117.2017.23.001/9, NF-000151.2017.23.004/4, IC-000160.2012.23.004/1, IC-000658.2016.23.000/4, IC-000700.2016.23.000/5, IC-001338.2016.23.000/2, NF-000165.2017.23.003/9 - PRT 24ª Região-MS - IC-000390.2015.24.000/6, IC-000938.2016.24.000/5, IC-000111.2017.24.000/3, PP-000005.2017.24.001/3, IC-000088.2015.24.003/5, IC-000185.2016.24.000/7, IC-000344.2016.24.000/8, IC-000041.2016.24.003/5, IC-000002.2017.24.000/7, IC-000022.2017.24.000/7, PP-000633.2017.24.000/1, PP-000084.2017.24.001/1, IC-000360.2014.24.000/1, IC-000615.2015.24.000/4, IC-000134.2017.24.000/7, IC-000044.2017.24.001/9.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉ LUÍS SPIES
Coordenador

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
### PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

**PORTARIA Nº 4, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.149262/17-04, que tem como interessados: Administração Regional de Santa Maria e AGEFIS. Assunto: Fiscalização do exercício do poder de polícia atrelado à ordem urbanística observada na Região de Santa Maria, notadamente no tocante ao tratamento que o Poder Público vem dispensando às ocupações reconhecidamente irregulares, bem assim como a AGEFIS vem priorizando a sua escala de trabalho de atuação e, ainda, como a elucida/explica diante de uma requisição ministerial.

FABIO MACEDO NASCIMENTO

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

**PORTARIA Nº 61, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017**

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 7ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.137786/17-90, que tem como interessados: NOVACAP e JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, para acompanhar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 622/2011-ASJUR/PRES, no que pertine à NOVACAP, referente à implantação de infraestrutura do Parque Burle Max, localizado no Setor Noroeste. Ref: parecer nº 1124/2016-DA, relatório de Auditoria nº 11/2016-NFO e processo nº 21968/2014-TCDF.

SELMA LEÃO GODOY

# Poder Judiciário

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

**DESPACHO DO PRESIDENTE**
Em 18 de setembro de 2017

Processo nº 4007-2017

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da OPEN CONSULTING IT SOLUTION DO BRASIL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.148.774/0001-15, no valor total de R$ 6.552,00, com fulcro no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13 inciso VI, da Lei nº 8.666/93, para a participação de 7 (sete) servidores deste Tribunal, em 3 (três) cursos Ferramenta Pentaho - modalidade EAD.

Des. NICANOR DE ARAÚJO LIMA
Em exercício

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

**RESOLUÇÃO Nº 508, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017**

Dispõem sobre a normatização das atribuições e os requisitos de ingresso para os cargos de Auxiliar Administrativo e Auxiliar Técnico de Informática..

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás (CRMV-GO), no uso da atribuição que lhe confere as letras d, h e r do artigo 4º do Regimento Interno baixado pela Resolução nº 591 de 26 de junho de 1992, do egrégio Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV: CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza Autárquica, quando do julgamento da ADIN 1717-6; CONSIDERANDO o disposto no art. 37º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º, da Resolução CFMV nº 901, de 9 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1° - Instituir e normatizar as atribuições e requisitos básicos para o cargo de Auxiliar Administrativo:

I - Constitui requisito básico para o exercício da função de Auxiliar Administrativo, possuir certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso nível médio (antigo 2° grau), fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

II - Constitui atribuição da função de Auxiliar Administrativo: Manter organizado o seu ambiente de trabalho. Operar microcomputador, máquina fotocopiadora e fax. Controlar o protocolo de documentos. Tratar documentos: enviar, receber e distribuir os documentos, classificar os documentos internos e outros documentos recebidos, arquivar documentos internos, conforme procedimentos estabelecidos, fazer a manutenção e controle de arquivo documental. Realizar e acompanhar procedimento de compras e licitações; Fiscalizar a execução de contratos. Prestar apoio logístico: controlar a entrada e saída de materiais permanentes e de consumo da autarquia, zelar pelo patrimônio do CRMV-GO, etiquetar e selar jornal, revistas e outros documentos necessários. Acompanhar processos administrativos: verificar prazos estabelecidos; localizar processos; atualizar sistema de cadastro. Expedir documentos oficiais e internos. Atender usuários presenciais ou à distância: fornecer informações, identificar a natureza das solicitações dos usuários, atender fornecedores. Responsabilizar-se por numerários e prestar contas. Executar rotinas de apoio na área de recursos humanos. Executar rotinas de apoio na área orçamentária e financeira. Secretariar reuniões e outros eventos. Participar da elaboração de projeto referente a melhoria de serviços da autarquia. Excepcionalmente, executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo e/ou de acordo com as particularidades ou necessidades da autarquia, inclusive serviços externos.

Art. 2º - Instituir e normatizar as atribuições e requisitos básicos para o cargo de Auxiliar técnico de informática:

I - Constitui requisito básico para o exercício da função de Auxiliar técnico de informática, possuir certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso nível médio (antigo 2° grau) fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação mais curso técnico em informática reconhecido.

II - Constitui atribuição da função de Auxiliar técnico de informática: Manter organizado o seu ambiente de trabalho; operar microcomputador, máquina fotocopiadora e fax; controlar o protocolo de documentos com destino interno e externo; fiscalizar a execução de contratos, expedir documentos oficiais e internos; atender usuário presencial ou à distância (telefone, e-mail, fax etc.); fornecer informações, responsabilizar-se por numerários e prestar contas; instalar equipamentos de audiovisual para eventos e reuniões; executar manutenção de computadores, impressoras e roteadores; instalar software para computadores, impressoras e scanners; instalar e realizar manutenção de redes locais de computadores; instalar, configurar, e monitorar sistemas operacionais de redes locais (servidores); desenvolver e organizar elementos estruturais de sites; criar infográficos; criar layouts de design gráfico; atender telefone; zelar pelo patrimônio do CRMV-GO; excepcionalmente, executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo e/ou de acordo com as particularidades ou necessidades da autarquia, inclusive serviços administrativos internos e externos.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO
Presidente do Conselho

ROSÂNGELA DE OLIVEIRA ALVES CARVALHO
Secretária-Geral

## CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 20ª REGIÃO

**PORTARIA Nº 18, DE 16 DE SETEMBRO DE 2017**

O Presidente do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região, usando das atribuições que lhe conferem o capítulo "IX" do artigo 10 do Regimento Interno, combinado com as disposições do artigo 38, do Decreto Federal nº 79.822 de 17 de Junho de 1977, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 02 (dois) anos a validade do Concurso Público n° 001/2015, cuja homologação do Resultado Final foi publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2015, às páginas 156, 157, 158, na Edição de Nº 117 - Seção 3.

Art. 2º - A data de validade da referida prorrogação será de 16/09/2017 à 16/09/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

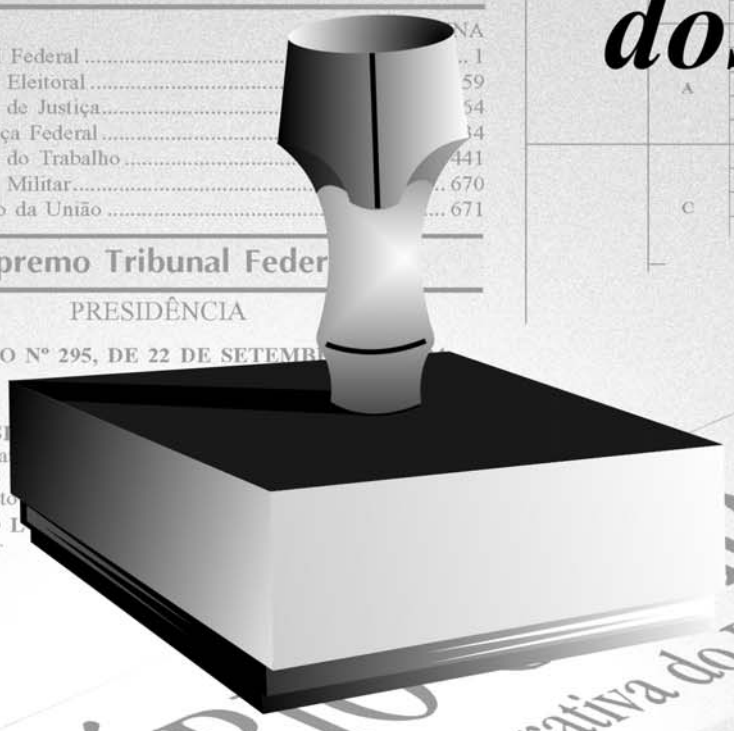
GIBSON ALVES DOS SANTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# CERTIFICAÇÃO DIGITAL

## Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.






Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017091900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.